



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE (CELS)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SOCIEDADE, CULTURA
E FRONTEIRAS – NÍVEL DE DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS**

MELISSA SALINAS RUIZ

**EM BUSCA DO *AQUÉ*: HISTÓRIAS DE VIDA E TRABALHO DE PESSOAS
TRANSGÊNERAS EM FOZ DO IGUAÇU/PR:**

**FOZ DO IGUAÇU – PR
2022**

MELISSA SALINAS RUIZ

**EM BUSCA DO *AQUÉ*: HISTÓRIAS DE VIDA E TRABALHO DE PESSOAS
TRANSGÊNERAS EM FOZ DO IGUAÇU/PR:**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Stricto sensu em Sociedade, Cultura e Fronteiras;
nível Doutorado da Universidade Estadual do
Oeste do Paraná, *Campus* de Foz do Iguaçu como
requisito para a obtenção do título de doutora.
Linha de pesquisa: Território, História e Memória.
Orientador: Prof. Dr. Fábio Lopes Alves.

FOZ DO IGUAÇU – PR
2022

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Salinas Ruiz, Melissa

Em busca do aqué: histórias de vida e trabalho de pessoas transgêneras em Foz do Iguaçu/PR / Melissa Salinas Ruiz; orientador Fábio Lopes Alves. -- Foz do Iguaçu, 2022.
232 p.

Tese (Doutorado Campus de Foz do Iguaçu) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, , 2022.

1. Transexualidade. 2. Gênero. 3. Trabalho. 4. Fenomenologia. I. Lopes Alves, Fábio, orient. II. Título.

MELISSA SALINAS RUIZ

**EM BUSCA DO *AQUÉ*: HISTÓRIAS DE VIDA E TRABALHO DE PESSOAS
TRANSGÊNERAS EM FOZ DO IGUAÇU/PR:**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras em cumprimento parcial aos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Sociedade, Cultura e Fronteiras, junto ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Sociedade, Cultura e Fronteiras, área de concentração: Sociedade, Cultura e Fronteiras, linha de pesquisa Território, História e Memória. APROVADA pela seguinte banca examinadora:

Prof^o Dr. Fábio Lopes Alves – Orientador
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Prof^a Dra. Denise Rosana da Silva
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Prof^a Dra. Tania Maria Rechia Schroeder
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Prof^a Dra. Claudia Barcelos de Moura Abreu
Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

Prof^a. Dra. Gabriela Mezzanotti
University of South Eastern Norway – USN

Foz do Iguaçu, 24 de fevereiro de 2022

*À minha mãe, Alby Maribel Ruiz de Salinas, meu amor além da vida.
Você vive em mim.*

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, cuja dedicação e empenho me motivaram a, desde cedo, afirmar que faria doutorado. Na época, não sabia ao certo o que isso significava, mas tinha certeza de que era algo importante, que transformava vidas e que contribuía para uma sociedade melhor. Obrigada por ser carinhoso, cuidadoso e por sempre acreditar em mim. Seu incentivo faz com que me sinta capaz de conquistar qualquer coisa.

Ao meu amor, Rafael, por me apoiar constantemente e por ser uma das pessoas mais inteligentes e humildes que conheço. Mesmo que não te amasse, admiraria a pessoa íntegra que és. Agradeço por ser meu cúmplice e melhor amigo. Esta conquista seria impossível sem teu apoio constante.

Ao meu orientador, professor doutor Fábio Lopes Alves, por me guiar na caminhada do doutorado de maneira leve, porém assertiva. Seus ensinamentos me acompanharão além, espero um dia inspirar os outros da maneira como inspira seus alunos!

À minha maravilhosa família, que me acompanha diariamente, vibrando com cada realização e me proporcionando carinho infinito: *Abuelita* Maria, você é meu maior exemplo de força, coragem e determinação. Chachi, minha tia-mãe, do riso fácil, dos momentos alegres, mas também dos tristes, porque você sempre esteve do meu lado. Rosy, madrinha-mãe, uma pessoa linda por fora e por dentro, obrigada por sempre me fazer sentir amada! Tio Alfonso, não escrevo tão bem como você, mas espero que estas singelas palavras expressem quão importante você é pra mim. *Abuelito* Alfonso, você me ensinou a jogar cartas e também a amar além da vida, saudades eternas de você!

À minha família “agregada”, Ines e Orildo Scheffmacher, pelo respaldo, carinho e preocupação. Amo e admiro vocês, obrigada por me acolherem nessa linda família!

Aos meus “filhos” caninos, Axl e Ozzy, que demonstram quão desnecessárias são as palavras para expressar amor verdadeiro. Vocês enchem meus dias de alegria!

A todos os amigos que o PPG – Sociedade, Cultura e Fronteiras me proporcionou ao longo dos anos: Viviane Welter, Jefferson Jonathan dos Santos, Josiane Nava, Maria Aparecida Weber, Michelle Lecheta, Fátima Cividini, Regiane Tonatto, Liz Basso, Viviane Heineck e Thiago Benitez. Esse caminho não teria sido o mesmo sem vocês!

À Vanessa Jacqueline Monti Chaves, por ser minha melhor amiga “desde sempre”, demonstrando que pessoas podem mudar, mas o sentimento permanece o mesmo.

À Cláudia Schuck: da graduação em Direito para a vida!

À Michel Presley Fernandes, por demonstrar que amigos também são família.

À Milena, Kesya, Rose, Matheus e Rapha. Agradeço por confiarem em mim para compartilhar suas histórias. Seus relatos me transformaram, espero ter feito jus a eles!

Por fim, agradeço à pessoa mais importante da minha vida, que me acompanha diariamente, mesmo que não a possa ver: *madrecita*, seu exemplo de amor e alegria me inspiram a sempre dar o meu melhor. Obrigada por ter me amado em vinte e quatro anos o suficiente para durar uma vida. Espero que esteja me observando e sorrindo.

RUIZ, Melissa Salinas. *Em busca do aqué: histórias de vida e trabalho de pessoas transgêneras em Foz do Iguaçu*. 2022, 232f. Tese (Sociedade, Culturas e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2022.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral problematizar como ocorre a inserção profissional de pessoas transgêneras em Foz do Iguaçu. Nesse sentido, argumenta-se que, apesar da existência de indícios que sinalizam abertura à diversidade em Foz do Iguaçu, o recorte da transgeneridade ainda dificulta o acesso ao trabalho de pessoas trans na cidade. O estudo se justifica na lacuna teórica constatada em pesquisa *estado da arte*, realizada no Banco de Teses e Dissertações da CAPES e na demanda da própria comunidade trans por efetivo acesso ao trabalho. Para tanto, recorreu-se ao método história de vida e às entrevistas semiestruturadas, a fim de caminhar para os objetivos específicos: ir a campo para conhecer as trajetórias profissionais de pessoas trans; identificar quais as maiores dificuldades que enfrentam no ambiente laboral; e verificar se o contexto fronteiriço de Foz do Iguaçu influencia em suas vidas profissionais. Graças ao interesse em produzir um saber atento à subjetividade e dinamismo social, o teor das entrevistas é analisado com base na fenomenologia formista (MAFFESOLI, 1998). Ademais, ampara-se em Butler (2000; 2004; 2013) e Bento (2006; 2017) para discutir gênero, na concepção de trabalho de Antunes (2003; 2020a; 2020b), nos estudos de Duque (2017a), a fim de discutir o diálogo entre sexualidade, gênero e fronteira, bem como na pesquisa de Hartmann (2017) ao discutir transexualidade e trabalho. Assim, esta tese inicia-se apresentando os embates existentes dentro das discussões sobre transexualidade na sociedade e na academia, demonstrando a relevância de pesquisas que relacionam transgeneridade e trabalho e comentando algumas produções que fazem essa interseção. Em seguida, aprofunda-se nos referenciais teóricos que discutem transgeneridade dentro das ciências humanas para, então, apresentar a fenomenologia formista, a história de vida e explicar os tópicos que compõem o roteiro que orientou as entrevistas. Por fim, descreve-se a entrada em campo, sintetizando as histórias de vida perscrutadas e analisando seu teor com ênfase nas questões profissionais e de gênero. A partir de seus resultados, esta proposta aponta alguns aspectos problemáticos da inserção profissional de pessoas trans em Foz do Iguaçu, no que se refere à percepção destas em relação ao trabalho nas outras cidades que compõem a Tríplice Fronteira, além de indicar outras questões que influem nas trajetórias de vida dos sujeitos.

Palavras-Chave: Transexualidade. Trabalho. Gênero. Fenomenologia.

RUIZ, Melissa Salinas. *Em busca do aquí: histórias de vida e trabalho de pessoas transgêneras em Foz do Iguaçu*. 2022, 232f. Thesis (*Society, Cultures and Borders*) – State University of Western Paraná, 2022

ABSTRACT

This research has the general objective of problematizing how the professional insertion of transgender people in Foz do Iguaçu is taking place. In this sense, it argues that, despite the existence of signs that indicate openness to diversity in Foz do Iguaçu, the transgender approach still makes it difficult for trans people to have access to work in the city. The study is justified by the theoretical gap found in state-of-the-art research carried out at the CAPES Theses and Dissertations Bank and the demand of the trans community itself for effective access to work. To do so, it uses the life story method and semi-structured interviews in order to achieve the specific objectives of going into the field to know the professional trajectories of trans people, the greatest difficulties they face in the work environment and if the border context of Foz do Iguaçu influences their professional lives. Thanks to the interest in producing knowledge attentive to subjectivity and social dynamism, the content of the interviews is analyzed based on the formist phenomenology (MAFFESOLI, 1998). Furthermore, it is supported by Butler (2000; 2004; 2013) and Bento (2006; 2017) to discuss gender, in the conception of work by Antunes (2003; 2020a; 2020b), in studies by Duque (2017a) in order to discuss the dialogue between sexuality, gender and border, as well as in the research by Hartmann (2017) when discussing transsexuality and work. Thus, this thesis begins by presenting the existing conflicts within the discussions on transsexuality, in society and academia, demonstrating the relevance of research that relates transsexuality and work and commenting on some productions that make this intersection. Therefore, it delves into the theoretical frameworks that discuss transgenderism within the human sciences to then present the formalist phenomenology, life history and explain the topics that make up the script that guided the interviews. Finally, it describes the entry into the field, synthesizing the life stories examined and analyzing their content with an emphasis on professional and gender issues. Based on its results, this proposal points out some problematic aspects of the professional insertion of trans people in Foz do Iguaçu, their perception in relation to work in the other cities that make up the Triple Border, in addition to indicating other issues that influence their life trajectories. of the subjects.

Keywords: Transsexuality. Work. Gender. Phenomenology.

RUIZ, Melissa Salinas. Historias de vida y trabajo de personas transgéneras en Foz do Iguazú: en busca del aqué. 2022, 232f. Tesis (Sociedad, Culturas y Fronteras) - Universidad Estatal del Oeste de Paraná, 2021.

RESUMEN

Esta investigación tiene el objetivo general de problematizar cómo se está dando la inserción profesional de personas transgénero en Foz do Iguazú. En ese sentido, argumenta que, a pesar de la existencia de señales que indican apertura a la diversidad en Foz do Iguazú, el hecho de ser transgénero dificulta el acceso de las personas trans al trabajo en la ciudad. El estudio se justifica por el vacío teórico encontrado en las investigaciones realizadas en el Banco de Tesis y Disertaciones de la CAPES y en la demanda de la propia comunidad trans por acceso efectivo al trabajo. Para ello utiliza el método de historia de vida y entrevistas semiestructuradas con la finalidad de alcanzar los objetivos específicos de ir a campo para conocer las trayectorias profesionales de las personas trans, las mayores dificultades que enfrentan en el ámbito laboral y si el contexto de frontera de Foz do Iguazú influye en su vida profesional. Gracias al interés de producir conocimiento atento a la subjetividad y al dinamismo social, se analiza el contenido de las entrevistas a partir de la fenomenología formista (MAFFESOLI, 1998). Además, se apoya en Butler (2000; 2004; 2013) y Bento (2006; 2017) para discutir género, en la concepción del trabajo de Antunes (2003; 2020a; 2020b), en estudios de Duque (2017a) para discutir el diálogo entre sexualidad, género y frontera, así como en la investigación de Hartmann (2017) al hablar de transexualidad y trabajo. Así, esta tesis comienza presentando los conflictos existentes dentro de las discusiones sobre transexualidad, en la sociedad y en la academia, demostrando la pertinencia de las investigaciones que relacionan transgénero y trabajo y comentando algunas producciones que hacen ese cruce. Luego, profundiza en los marcos teóricos que discuten la transgeneridad dentro de las ciencias humanas para en seguida presentar la fenomenología formalista, la historia de vida y explicar los temas que componen el guión que orientó las entrevistas. Finalmente, describe la entrada en el campo, sintetizando las historias de vida examinadas y analizando su contenido con énfasis en las cuestiones profesionales y de género. Con base en sus resultados, esta propuesta apunta algunos aspectos problemáticos de la inserción profesional de las personas trans en Foz do Iguazú, su percepción en relación al trabajo en las demás ciudades que componen la Triple Frontera, además de señalar otras cuestiones que influyen en su trayectorias de vida de los sujetos.

Palabras Clave: Transexualidad. Género. Trabajo. Fenomenología.

*Sem identidade,
faço requerimentos ao sistema
junto papéis e fotografias
do que sou
(sempre interpretado como 'o que quero ser')
testemunhas que ululam
meu gênero óbvio,
autoidentificado,
livre em sua dignidade
humana.*

(versos escritos por Viviane Vergueiro)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Impressões da prostituição como meio de trabalho.....	139
Quadro 2. Trabalho na Tríplice Fronteira.....	158
Quadro 3. Reflexos da pandemia na vida profissional dos entrevistados.....	175

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Formulário.....	115
Figura 2. Arte de divulgação.....	116
Figura 3. Protestos contra o <i>lockdown</i>	173
Figura 4. Postagem no Instagram de Rose.....	193

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Teses e dissertações relacionadas à transexualidade.....	43
Gráfico 2. Teses e dissertações relacionadas à transexualidade (1997-2007).....	45
Gráfico 3. Teses e dissertações relacionadas à transexualidade por região (1997-2007).....	46
Gráfico 4. Teses e dissertações relacionadas à transexualidade por região (1998-2008).....	46
Gráfico 5. Teses e dissertações relacionadas à transexualidade (2008-2018).....	47
Gráfico 6. Teses e dissertações sobre transexualidade nas Grandes Áreas do Conhecimento.....	48
Gráfico 7. Teses e dissertações sobre transexualidade na Grande Área das Ciências Humanas.....	49
Gráfico 8. Teses e dissertações sobre transexualidade na Grande Área das Ciências Sociais Aplicadas.....	50

SUMÁRIO

ANTES DE LER, TERMOS PARA CONHECER.....	15
INTRODUÇÃO.....	18
1. TRANSEXUALIDADE E TRABALHO: AS MÚLTIPLAS VOZES.....	27
1.1 CAMINHOS DA PESQUISA SOBRE TRANSEXUALIDADE: AS VOZES DAS PESSOAS TRANS E A VOZ DA PESQUISADORA.....	28
1.2 A “ORIGEM” DA TRANSEXUALIDADE: SUPERANDO O TRANSMEDICALISMO	36
1.3 AS VOZES DOS PESQUISADORES: ANÁLISES PERCENTUAIS DA PRODUÇÃO SOBRE TRANSEXUALIDADE NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES42	
1.4 TRABALHO, GÊNERO E TRANSGENERIDADE	54
2 TRANSFORMAÇÕES NO DISCURSO ANTROPOLÓGICO E SOCIOLÓGICO SOBRE TRANSEXUALIDADE	63
2.1 EM ÂMBITO INTERNACIONAL	63
2.2 EM ÂMBITO NACIONAL	75
3. METODOLOGIA.....	93
3. 1 CAMINHOS FENOMENOLÓGICOS: FENOMENOLOGIA E A FENOMENOLOGIA FORMISTA.....	93
3.2 O MÉTODO HISTÓRIA DE VIDA.....	99
3.3 O QUESTIONÁRIO E A ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE	104
4. HISTÓRIAS DE VIDA.....	111
4.1 MILENA	117
4.2 KESYA.....	120
4.3 MATHEUS.....	123
4.4 ROSE.....	126
4.5 RAPHA	128
5. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	132

5.1 TRAJETÓRIA LABORAL.....	132
5.2 TRABALHAR EM FOZ DO IGUAÇU	154
5.3 TRABALHO NA PANDEMIA	169
5.4 EXPECTATIVAS PROFISSIONAIS.....	181
5.5 TRAJETÓRIAS DE VIDA PARA ALÉM DO TRABALHO: AFETIVIDADE, EDUCAÇÃO, RELIGIÃO E SAÚDE.....	186
CONSIDERAÇÕES FINAIS	196
REFERÊNCIAS.....	208
ANEXOS.....	230
ANEXO A – QUESTIONÁRIO	230
ANEXO B – ROTEIRO DA ENTREVISTA	230

ANTES DE LER, TERMOS PARA CONHECER

Amapô: “Mulher cisgênero” em pajubá.

Aqué: “Dinheiro” em pajubá.

Aquendar: Nome dado à técnica utilizada por mulheres trans, travestis e drag queens para prender o órgão sexual rente ao corpo com o uso de fitas, a fim de escondê-lo.

Bombadeira: Pessoa, comumente mulher, que aplica injeções de silicone industrial nos corpos de mulheres trans e travestis para conferir-lhes um formato mais curvilíneo.

Cisdiverso: Qualquer possibilidade identitária que extrapole o binômio homem/mulher cisgêneros. Exemplos são as pessoas transexuais, não binárias, travestis, etc.

Cisgênero: Pessoa que se identifica com o gênero que lhe foi socialmente designado ao nascer devido a sua genitália.

Cisnorma: É a percepção do cisgênero como normalidade.

Cistema: É o sistema social que percebe o cisgênero como normalidade, o contraponto do “transgênero patológico”.

Cissexismo: Ideologia, resultante do binarismo ou dimorfismo sexual, que se fundamenta na crença estereotipada de que características biológicas relacionadas a sexo são correspondentes a características psicossociais relacionadas a gênero.

Disforia: Sensação de não pertencimento direcionada a algum aspecto anatômico específico. Embora algumas pessoas trans a experimentem, não é possível generalizar, afirmando que é uma característica estruturante da transgeneridade.

Drag queen: Performance artística na qual se extrapolam as características socialmente associadas ao gênero feminino. Não é uma identidade de gênero, dada a sua transitoriedade

Hermafrodita: Antigamente utilizada para designar pessoas nascidas com genitália e/ou sistemas reprodutores ambíguos. A comunidade prefere o termo “intersexo”.

Heterocentrado: Noção que entende a heterossexualidade como natural, “normal”, estigmatizando sexualidades diversas por considera-las dissidentes.

Homofobia: Violência – física, psicológica, simbólica, etc. – direcionada a pessoas homossexuais.

Gênero: Compreensão identitária que influencia o entendimento que o sujeito tem de si, orientando suas práticas em relação à sociedade e a maneira como será tratado por esta. Na sociedade ocidental contemporânea, tende a ser compreendida dentro do binômio homem/mulher.

Lesbofobia: Busca designar especificamente a violência vivida por lésbica, enfatizando sua invisibilidade dentro da comunidade LGBTQI, na qual os homens cisgênero, brancos e homossexuais acabam sendo tratados como protagonistas.

Lgbtqfobia: Preconceito voltado à comunidade LGBTQI.

Não-binário: Termo guarda-chuva para designar as identidades que não se identificam apenas com um gênero masculino ou feminino. A identificação pode ocorrer com ambos, em diversos graus, com nenhum, ou até mesmo com elementos da natureza.

Orientação sexual: Embora existam estudos que distingam orientação sexual de orientação romântica, nesta pesquisa falamos em orientação sexual para nos referir à inclinação sexual e/ou romântica.

Queer: “Esquisito” em inglês. Palavra utilizada como um xingamento nos países de língua inglesa, foi apropriada e ressignificada pela comunidade LGBTQI.

Sexo: Aspecto biológico do qual decorre a distinção “macho/fêmea”. Autores como Butler e Preciado consideram que o sexo também é socialmente construído, pois não existem saberes pré-existentes à sociedade.

Trans: Diminutivo de “transgênero”, vem cada vez mais sendo adotado pela comunidade em contraposição a outras nomenclaturas que possuem maior vínculo com perspectivas medicalizantes.

Transfobia: Manifestações de violência – física, mental, simbólica, etc. – motivadas pela crença na inferioridade dos corpos trans.

Transgênero: Nomenclatura considerada menos patologizante pelas pessoas trans e utilizada para substituir “transexual”. Sinônimo de “trans”.

Transgeneridade: Recorte social que, no Brasil, aumenta a vulnerabilidade dos indivíduos.

Transindivíduo: Fusão das palavras “trans” e “indivíduo”.

Transexual: Cunhado a partir de “transexualpsíquico”, é aquele que não se identifica com o gênero que lhe foi socialmente atribuído.

Transfeminino: Expressões de gênero trans que reivindicam uma identidade feminina ou majoritariamente feminina.

Transmasculino: Expressões de gênero trans que reivindicam uma identidade masculina ou majoritariamente masculina.

Transvestigênera: Termo cunhado por Indianare Siqueira, ativista trans, para designar todas as identidades trans divergentes, contrapondo-se a termos medicalizantes como “transexual”.

Transviado: Proposta pela teórica Berenice Bento como substituta à palavra inglesa *queer*.

Travesti: Identidade de gênero feminina latino-americana que foi por muito tempo associada aos espaços de marginalidade. Atualmente, é reivindicada por muitas como forma de resistência, ressignificando a conotação pejorativa que costumava ser associada à nomenclatura.

INTRODUÇÃO

Os primeiros estudos sobre transexualidade remontam a 1910, período no qual o sexólogo alemão Magnus Hirschfeld (1868-1935) deu início às suas pesquisas sobre o “transexualpsíquico”. Desde então, a compreensão a respeito do que é ser transgênero foi sofrendo inúmeras transformações, à medida que o tema foi ganhando maior destaque acadêmico e social (BENTO, 2006).

Em contraposição à cisgeneridade, na qual ocorre a identificação com o gênero designado no momento do nascimento, a transgeneridade é compreendida como a não conformidade com o gênero socialmente atribuído ao genital. Essa definição, embora passível de complementação, dá-se como ponto de partida para o surgimento de uma consciência acadêmica e social que compreende o caráter construído de noções hegemônicas na sociedade, as quais são criadas e mantidas por discursos e práticas que naturalizam características como a heterossexualidade, cisgeneridade, etc. Os corpos trans, nesse âmbito, são percebidos como abjetos, visto que desafiam os binômios originados pelo dimorfismo de gênero (BENTO, 2017).

O reduzido acesso de pessoas trans ao mercado laboral é, no Brasil, uma das consequências dessa segregação. No entanto, são escassas as discussões a respeito da relação entre transexualidade e trabalho formal. Consequentemente, surge a necessidade de aprofundar o debate referente aos aspectos relacionados à experiência trabalhista de transgêneros, pois pouco se examina a experiência trans no mercado de trabalho.

Conforme indica Cardin (2006), os contextos fronteiriços influem nas práticas laborais, sobretudo para as populações que possuem maior dificuldade em se adequar às exigências do mercado profissional. Similarmente, Duque (2017a) comenta a peculiaridade das fronteiras, ao expor que a presença do estrangeiro, do “outro”, interfere no modo como gênero e sexualidade são vivenciados, o que leva a constatar que empregabilidade, gênero e sexualidade adquirem novos contornos no cenário fronteiriço.

Tendo em vista o exposto, o presente trabalho defende a tese de que, apesar da existência de indícios que sinalizam abertura à diversidade em Foz do Iguaçu, o recorte da transgeneridade ainda dificulta o acesso ao trabalho de pessoas trans na cidade. Portanto, adota-se o objetivo geral de problematizar como ocorre a inserção de transgêneros no mercado de trabalho na cidade de Foz do Iguaçu, a partir das vivências desses indivíduos. Especificamente, almeja-se conhecer a

percepção dos sujeitos acerca de suas trajetórias de vida e laborais, suas vivências trabalhistas e como percebem o trabalho em Foz do Iguaçu.

A perspectiva que orienta o presente estudo é fenomenológica, razão pela qual partimos da percepção dos sujeitos – os sujeitos significativos (BICUDO, 2020) –, a fim de compreender o fenômeno, entendido como a vivência no mundo vivido (CAPALBO, 2008). A eleição dessa vertente filosófica se ampara na crença de uma realidade plural e complexa, a qual lança particulares desafios ao cientista social. Pensar fenomenologicamente possibilita trabalhar com essa complexidade, dando origem a um saber que possui rigor científico, mas que não almeja ser total, permitindo – e incentivando – a expansão. Nas palavras de Maffesoli (1998), surge um saber acariciante, assim entendido, pois trata-se de um saber ciente da ambiência social e da necessidade de fugir da lógica causalista na análise dos fenômenos sociais contemporâneos.

Tendo em vista a importância da relação ética com o colaborador da pesquisa proposta por Bento (2017), recorreremos ao método história de vida para coletar dados, pois possibilita a construção de um saber dialogado, evidenciando a presença de múltiplas vozes no fazer científico, além de enfatizar o aspecto subjetivo das trajetórias dos sujeitos. À vista disso, esta tese utiliza, além da análise bibliográfica e documental, roteiro de perguntas e questionário para obter os dados sujeitos à análise fenomenológica.

Em âmbito pessoal, o primeiro contato acadêmico com a transexualidade ocorreu durante o período de mestrado, na disciplina “Estudos Interdisciplinares de Literatura”. A atividade avaliativa desse curso consistia na realização de um seminário a respeito de uma obra literária, o qual levou à escolha do livro *Sérgio Y vai à América* (2014), do autor brasileiro Alexandre Vidal Porto. Nessa narrativa, o personagem principal – um psiquiatra de nome Armando – investiga a morte de um antigo paciente. O personagem Sérgio Yacoubian – descrito como um jovem tímido, rico e muito inteligente – frequentou o consultório do doutor Armando por um breve período e logo abandonou a terapia, sem que o psiquiatra sentisse que haviam progredido com o tratamento. Ao ficar sabendo de sua morte, o médico procura saber mais a respeito do misterioso paciente, investigação que o leva a descobrir que Sérgio era, na verdade, Sandra, uma mulher transexual.

Essa personagem em nada se assemelha aos estereótipos da transidentidade, comumente associados ao submundo e ao periférico. Sua morte, inclusive, é apresentada na obra como fruto da inveja de sua vizinha, que odiava Sandra por possuir uma beleza e elegância que desejava para

si. Assim, a personagem é empurrada da varanda, falecendo em decorrência de uma violência que não decorre do desprezo pelo seu gênero.

Para a apresentação do seminário, além da leitura da obra literária, estudamos textos teóricos nas áreas da sociologia e da antropologia, que levaram à desconstrução de diversas concepções a respeito do “ser transexual”. A relação entre transexualidade e cirurgia de redesignação sexual, por exemplo, revelou-se complexa, visto que nem todos os indivíduos trans a desejam, o que não invalida suas identidades.

No momento de apresentação do trabalho, foram desconstruídas mais “certezas” a respeito do assunto. Pela fala de uma colega, que pediu a palavra durante a exposição, tomamos conhecimento de que a transexualidade era, até aquele momento, considerada uma doença pela Organização Mundial da Saúde, constando na Classificação Internacional de Doenças (CID-10)¹.

Ainda, levando em consideração o tema da dissertação desenvolvida durante o mestrado – cujo objetivo consistia em realizar uma análise interdisciplinar a respeito do trabalho feminino a partir de um conto de literatura brasileira –, problematizar a experiência de pessoas transgêneras dentro do mercado de trabalho se estabelece como um potencial desdobramento acadêmico, pois retoma a relação entre estudos de gênero e aspectos laborais.

Para Stryker (2017), é preferível pensar a experiência trans como o deslocamento da imposição social de gênero. Por meio dessa perspectiva, poderiam ser abrangidos tanto os sujeitos que desejam se distanciar da definição de “homem” ou “mulher” por considerá-las limitantes, quanto os que se identificam com esses termos. Levando em consideração que o prefixo “trans” indica algo que “transpassa”, a teórica afirma que muitos podem ser os cruzamentos identitários dos indivíduos trans, numa perspectiva que ultrapassa o binômio homem/mulher ao sugerir novas configurações sexuais e de gênero.

A abordagem que preza pela autoidentificação do indivíduo é igualmente encontrada na jurisprudência brasileira, a qual determina que é o “aspecto psicossocial defluente da identidade de gênero autodefinido por cada indivíduo (...) o critério que deve (...) reger as relações do indivíduo perante a sociedade” (STJ, 2017, on-line).

¹ A Classificação Internacional de Doenças da OMS surgiu em 1893, influenciada pelo trabalho de John Graunt, no século XVII, e de William Farr, no século XIX. Essas primeiras classificações, inicialmente focadas nas causas de morte, despertaram o interesse de uma classificação de alcance internacional, concretizada em 1893. A atenção para as dolências não-mortais se consolidou no 1948, quando o CID passou a classificar também a morbidade (LAURENTI, 1991).

Em âmbito internacional, as discussões sobre feminismo e os estudos de gênero, aliados às teses propostas por Derrida (2004) e Foucault (2019a; 2019b), propiciaram o surgimento da teoria *queer*, vertente teórica que parte da crença na interrelação entre gênero, sexo e sexualidade para compreender como a sociedade atribui gênero e usos sexuais aos sujeitos (MISKOLCI, 2007). A consolidação dessas vertentes teóricas, aliada ao ativismo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, *Queer* e Interssexuais (LGBTQI), gerou o incremento dos estudos sobre transexualidade, travestilidade e demais experiências identitárias cis divergentes no final do século XX e início do século XXI.

A própria sigla utilizada para denominar essa comunidade se origina da reconstrução das identidades coletivas, num processo de renovação constante que visa torná-la cada vez mais inclusiva. Inicialmente Lésbicas, Gays e Bissexuais (LGB), utilizada na década de oitenta, tornou-se Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT) nos anos noventa, acrônimo que ainda é o mais adotado. Contudo, o século XXI trouxe novas configurações para a sigla, impulsionadas pelas crescentes discussões a respeito de transexualidade, travestilidade, intersexualidade, etc., o qual permite declarar que não há consenso, atualmente, a respeito de qual seria mais adequada (WEEKS, 2012).

Os estudos sobre transexualidade discutem as maneiras pelas quais o transgênero é segregado pela “norma” cisgênero, num processo de exclusão que incita a comportamentos transfóbicos. Sobre transfobia no contexto brasileiro, a ONG *Transgender Europe* afirma ser o Brasil o país que mais mata transexuais, violência que transparece nos dados obtidos por outros coletivos trans (ANTRA, 2018). Na década de 60, a fim de transformar essa realidade social, inicia-se, no Brasil, um processo de organização e atuação coletiva de transindívuos, o qual adquire um novo vigor no século XXI com o advento das novas tecnologias (CARVALHO; CARRARA, 2013). A otimização da troca de informações e integração dos sujeitos trans impulsionam a formação de redes que, atualmente, são as únicas responsáveis pelo mapeamento e coleta de dados sobre assassinatos de transexuais no Brasil. Em decorrência disso, é despertado o interesse acadêmico na transexualidade, surgindo os primeiros trabalhos científicos nacionais sobre o tema.

Nesse primeiro momento, o enfoque biomédico das análises aponta que houve, no Brasil, à semelhança do panorama científico internacional, o predomínio de investigações voltadas às cirurgias de transgenitalização e demais intervenções corpóreas. O número de produções científicas sobre transgeneridade nas áreas da antropologia e sociologia, em princípio pouco

significativas, torna-se cada mais expressivo nos últimos dez anos, indicando um deslocamento do enfoque científico da cirurgia de redesignação para outros aspectos da transvivência.

O crescente interesse antropológico e sociológico amplia os aspectos nos quais a academia investiga a transexualidade. Porém, observam-se algumas temáticas recorrentes nesses trabalhos, como a relação entre travestilidade e prostituição (FERREIRA, 2007; KULICK, 2008), infecções sexualmente transmissíveis (SAMPAIO; DE CAMPOS AVARCA, 2017) e violência (OLIVEIRA, 2015; BUSIN, 2015). Esses temas foram analisados por autores que são referência no debate brasileiro sobre transexualidade, como Berenice Bento (2006), Larissa Pelúcio (2007) e Marcos Benedetti (2005), e continuam a ser abordados em um relevante número de trabalhos acadêmicos. No entanto, a importância dessas abordagens não deve obstar a ampliação desse campo de pesquisa.

Tendo em vista a complexidade dos processos sociais que invisibilizam transvestigêneres² no Brasil, inúmeros aspectos podem ser analisados, promovendo novos debates no âmbito científico e social. Nesse paradigma, a relação entre transexualidade e mercado de trabalho se apresenta como tema passível de ser desenvolvido, especialmente devido à importância do acesso ao trabalho para o sujeito contemporâneo. Segundo Osorio (2006), a sociedade ocidental contemporânea é impulsionada por uma economia centrada na produção constante, fruto de um neoliberalismo que desumaniza quem não se enquadra no sistema. Assim, poder-se-ia dizer que não há existência sem empregabilidade.

Complementarmente, devido às produções sobre o tema serem, principalmente, artigos científicos – estruturalmente mais concisos, o que os torna menos propícios para a realização de uma análise densa – verificamos uma lacuna teórica nas produções em nível de mestrado e doutorado. Sem pretensão de minimizar a importância dos trabalhos já realizados sobre a temática - fontes de referência para esta tese -, almejamos impulsionar as discussões referentes à maneira como gênero e sexualidade interferem nas práticas laborais, com ênfase na problematização a respeito de como se articulam em contextos fronteiriços.

Embora o acesso ao trabalho seja um direito estabelecido no artigo 6º da Constituição Federal, um rápido exame nos dados existentes a respeito da relação entre pessoas trans e mercado de trabalho permite conhecer uma realidade que vai ao encontro das constatações *queer* sobre a

² O termo transvestigênera, formulado pela ativista Indianare Siqueira, é termo guarda-chuva que se propõe a designar as identidades que cruzam a matriz cisnormativa (LUSTOSA, 2016).

segregação dos corpos considerados abjetos, sendo o desemprego uma de suas consequências. No mesmo sentido, órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) destacam a necessidade de ações governamentais especificamente voltadas para essa população, a fim de coibir abusos que obstem o acesso de transindivíduos ao trabalho. A informalidade, desemprego, marginalização e prostituição se relacionam diretamente a essa impossibilidade de se situar competitivamente no mercado.

Segundo Bento (2017), o enfrentamento da desigualdade de gênero e sexual torna-se especialmente difícil no Brasil, pois há a falsa ilusão do amparo estatal. Para a autora, a legislação brasileira fornece uma proteção ilusória, uma vez que os direitos e garantias previstos no texto legal não conseguem se fazer valer no plano fático. Em suma, as leis não alcançam eficácia pois o Estado não elabora estratégias para assegurar seu cumprimento, o que demonstra que são diversos os aspectos que devem ser analisados para compreender a condição social de pessoas trans no Brasil.

Considerando o exposto, o objetivo geral desta tese consiste em problematizar, a partir de histórias de vida, como está ocorrendo a inserção de pessoas transexuais no mercado de trabalho na cidade de Foz do Iguaçu. Para tanto, adotam-se os objetivos específicos de ir a campo para entrevistar sujeitos e conhecer suas trajetórias laborais, identificar as principais dificuldades vivenciadas pelas pessoas entrevistadas dentro do ambiente de trabalho e verificar se o contexto fronteiriço da cidade exerce influência em suas práticas laborais.

Quanto ao embasamento teórico, recorreremos à explicação de Butler (2000; 2004; 2013) sobre gênero, performance e performatividade, adotando sua perspectiva de que, não obstante a particularidade com que cada indivíduo vivencia o gênero, é somente pela inteligibilidade e reconhecimento social que se alcançam melhores condições para uma coletividade. Em adição, utilizamos o conceito de heteronormatividade, de Michael Warner (BERLANT; WARNER, 2006), pois é por meio da compreensão de que a sociedade constrói expectativas sexuais e de gênero que é possível questionar a naturalidade das identidades hegemônicas.

Os ensinamentos de Richard Miskolci (2007; 2009; 2017; 2018) sobre teoria *queer* justificam a postura analítica no decorrer da investigação, posto que questionam os binômios de gênero e sexualidade, percebendo-os em seu caráter construído. Utilizamos as contribuições da brasileira Berenice Bento (2006; 2008; 2011; 2014; 2017), sobretudo no que tange ao dispositivo da transexualidade, ao caráter identitário da transgeneridade e à compreensão das múltiplas

transexualidades. Adicionalmente, sua defesa da “não obrigação de gênero” permite constatar que problematizar o gênero e a sexualidade almeja a compreensão e aceitação das identidades cis e hetero divergentes, e não a destruição das performances sexuais e de gênero normatizadas.

Por considerar fundamental respeitar e recorrer às vozes trans, não se poderia conceber uma pesquisa que não se embasasse em seus discursos teóricos. Portanto, os trabalhos de Letícia Lanz (2014), Paul Preciado (2014), Susan Stryker (2017) além do coletivo Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), fornecem fundamentação teórica que alia o rigor científico à riqueza do olhar transgênero. Tendo em vista que todos os sujeitos partem de um determinado lugar social, o qual influi na leitura que fazem da sociedade, levar em consideração o conhecimento originado no lugar de fala trans possibilita romper com a hegemonia cisgênero na academia, bem como uma melhor compreensão da transvivência.

A multiplicidade de experiências sexuais e de gênero dá origem a nomenclaturas que se propõem muito mais a evidenciar grupos, outrora invisibilizados, do que a promover a crença em identidades essencializadas. Segundo Colling (2013), a afirmação das identidades LGBTQI não pode ocorrer a partir da convicção de que essas identidades são fixas, pois devem ser levadas em consideração as particularidades dos sujeitos. Desse modo, neste trabalho, recorreremos a expressões “guarda-chuva”³ como “trans”, “trasgênero” e “transidentidade” para designar essa pluralidade de gêneros cis divergentes. Utilizamos também termos cujos significados apresentam maior consenso social e acadêmico, tais quais “transexual” e “travesti”.

Por valorizar a relação ética com os colaboradores da pesquisa, esta tese prioriza a autoidentificação dos sujeitos, os quais são tratados e referidos pelo gênero que optaram. Essa perspectiva leva em consideração a crença de que a função precípua das classificações de gênero é possibilitar a visibilidade social, à medida que respeita a particularidade dos sujeitos e lhes permite construir uma consciência de grupo. Aditivamente, vai ao encontro de Brandão (2007, p.14) no que se refere à necessidade de a linguagem utilizada na situação interacional refletir a “visão de si próprio e do mundo” do entrevistado.

³ Segundo Stryker (2017), denominam-se ‘guarda-chuva’ os termos que procuram abranger o maior número de identidades e representações, justificando-se na ciência da multiplicidade de designações identitárias e na dificuldade de enumerá-las especificamente.

No decorrer da tese, adotamos a sigla LGBTQI⁴, que designa “lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, *queer* e intersexuais”, almejando contemplar as múltiplas possibilidades identitárias cis diversas. Portanto, termos como LGBT ou demais variantes estarão presentes no texto apenas para designar a terminologia utilizada em contextos sociais e históricos específicos, nos quais ainda não se discutiam aspectos como a intersexualidade, assexualidade, entre outros.

Quanto à estrutura, esta pesquisa se estrutura em cinco capítulos, conforme segue:

No *Capítulo 1- Transexualidade e trabalho: as múltiplas vozes*, realizamos uma pesquisa sobre o tema da transexualidade no Brasil denominada “estudo da arte”, a fim de justificar a relevância de investigar a experiência trans no mercado de trabalho. Desse modo, iniciamos discorrendo acerca da importância da voz transexual, expondo uma breve trajetória sobre o surgimento da militância trans no Brasil e apresentando as principais associações e organizações. Logo, realizamos uma breve revisão teórica sobre os estudos da transexualidade e efetuamos uma análise percentual dos registros sobre transexualidade no Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Para facilitar essa análise – a qual compreendeu produções acadêmicas do período de 1997 a 2018⁵ – dividimos esse lapso temporal em dois períodos de onze anos, servindo-nos dessa classificação para facilitar o estudo das peculiaridades das produções de cada período. Os resultados obtidos permitiram que identificássemos os principais aspectos investigados pela academia no que se refere à transexualidade, assim como a incidência de pesquisas que relacionam transexualidade e trabalho. Em seguida, focamos nossa atenção na origem do termo transexual e suas transformações, a fim de compreender os processos que levaram à percepção adotada por esta tese: de que a transexualidade não é patologia, e sim uma possibilidade identitária. Encerramos o primeiro capítulo expondo a importância do recorte de gênero com ênfase na transgeneridade dentro das pesquisas sobre trabalho, comentando o resultado das investigações sobre o tema durante a análise percentual dos registros da CAPES.

No *Capítulo 2 – Discursos antropológicos e sociológicos sobre transexualidade*, fornecemos o arcabouço teórico que orienta nossa compreensão acerca de gênero e transgeneridade, com particular foco nos referenciais que consideramos mais relevantes para os estudos de gênero.

⁴ Adotamos essa sigla por considerá-la mais inclusiva do que LGBT e mais recorrente na literatura da área do que suas variações, a exemplo da sigla LGBTQIA+.

⁵ Propomos esse lapso temporal a fim de abarcar o período entre o primeiro registro sobre transexualidade no Banco de Teses e Dissertações da CAPES e o momento no qual se fez o levantamento de dados.

No *Capítulo 3 - Metodologia*, introduzimos a fenomenologia formista, vertente teórica que orientou nossa análise. Complementarmente, explicamos o método história de vida, destacando suas vantagens e problemáticas. Em seguida, discorremos sobre as técnicas de coleta de dados – a entrevista em profundidade e o questionário – justificando sua escolha e situando-as em face ao método história de vida. Considerando a importância do roteiro para a entrevista em profundidade, apresentamos o roteiro utilizado, detalhando seus tópicos e explicando-os.

No *Capítulo 4 - "T" de trans e de trabalho: histórias de vida*, narramos nossa entrada no campo, descrevendo os passos adotados e apresentando as histórias de vida dos entrevistados.

No *Capítulo 5 – Análise das entrevistas*, analisamos o teor das entrevistas a partir dos relatos dos entrevistados e do diálogo com os referenciais teóricos, buscando conhecer de que maneiras os entrevistados realizam os “cruzamentos” de gênero e sexualidade (Stryker, 2017) ao construir suas identidades e como o fato de atravessar as fronteiras do “cistema” influencia em suas práticas laborais, afetivas e familiares. Ademais, graças à peculiaridade do contexto fronteiro de Foz do Iguaçu, perscrutamos a realização de deslocamentos fronteiros motivados pela busca de uma atividade profissional.

Por fim, em *Considerações finais*, sintetizamos os resultados obtidos, enfatizando seu caráter múltiplo e dinâmico, o que nos leva metaforicamente a comparar nosso ofício com o do pintor: as falas dos entrevistados são as tintas que compõem o retrato do fenômeno da inserção laboral de pessoas trans em Foz do Iguaçu. Como o artista, nossa função é organizar todas essas cores de forma coerente, a fim de potencializar a mensagem direcionada a nosso leitor/contemplador.

1. TRANSEXUALIDADE E TRABALHO: AS MÚLTIPLAS VOZES

Embora a décima primeira atualização da Classificação Internacional de Doenças (CID-11) – apresentada no ano de 2018, para entrar em vigor em 2022⁶ – demonstre que a Organização mundial da Saúde deixou de considerar a transexualidade como uma doença mental⁷, Bomfim (2009), Jesus (2019), entre outros estudiosos, expõem como a influência do discurso patologizante ainda incide na sociedade. No cotidiano, por exemplo, não raro se escutam frases como “mudar de sexo”, “virar homem/mulher” ou “era homem/mulher” em conversas que abordem o tema da transexualidade. Esses discursos são produto de uma sociedade que demoniza a educação sexual e de gênero, numa perspectiva que, segundo Miskolci (2018), ampara-se no desconhecimento e acaba reproduzindo, às vezes inadvertidamente, comportamentos transfóbicos.

Diversas são as “vozes” que compõem o debate contemporâneo sobre transexualidade. Pessoas trans formam coletivos e se articulam de modo a pleitear direitos, conquistando cada vez mais espaço. Pesquisadores e estudiosos – cisgênero⁸ e transgênero – de inúmeras áreas voltam seus olhares para a transexualidade, produzindo um corpus teórico cada vez mais robusto. Profissionais da saúde reformulam suas práticas a cada dia, numa tentativa de melhor atender à população trans, à medida que lidam com protocolos de atendimento que são criticados pela comunidade trans.

Nesse paradigma, o interesse em conhecer as “histórias de vida e de trabalho” - conforme nos referimos no título desta proposta - de pessoas trans moradoras de Foz do Iguaçu se origina do desejo de preencher uma lacuna teórica – conforme demonstraremos neste capítulo – e social, posto que a necessidade de maior empregabilidade é uma demanda da própria comunidade trans. Ao identificarmos a importância de expandir debates que trazem à tona a pluralidade dos sujeitos trans, consideramos relevante tratar do fenômeno da inserção desses indivíduos no mercado de trabalho de Foz do Iguaçu, mostrando sua complexidade.

Por adotar uma perspectiva fenomenológica formista, somos guiados pela consciência da relevância de apresentar o fenômeno em toda sua vitalidade e complexidade, não fugindo de suas

⁶ Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2018/06/oms-tira-transexualidade-de-nova-versao-de-lista-de-doencas-mentais.shtml>

⁷ Fonte: <https://icd.who.int/browse11/l-m/en>

⁸ Jesus (2012, p.10) define como cisgêneros “as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento”.

eventuais contradições. À vista disso, este capítulo se aprofunda nos discursos produzidos por transindivíduos – dentro e fora da academia – pesquisadores brasileiros – cis e trans –, no contexto que deu surgimento ao termo “transexual”, pois considera-se necessário expor as tensões que cercam o tema e suas transformações, visando, assim, compreender de que maneiras essas falas influenciam os estudos contemporâneos sobre transexualidade nas ciências humanas.

Ao optar pelo método histórias de vida para construir um saber em colaboração com os transindivíduos que fornecem seus relatos, torna-se necessário possuir o aporte teórico que permita conhecer os aspectos mais relevantes para a análise do objeto de estudo desta proposta. Nesse sentido, buscamos evidenciar as disputas existentes no que tange ao tema da transexualidade, expondo a influência dos discursos biomédicos e jurídicos na manutenção da cisnorma (BONASSI, 2017) e as tensões suscitadas por sujeitos trans e pesquisadores que apontam o caráter social e construído de categorias naturalizadas como “gênero” e “sexo”.

Para tanto, fornecemos um breve histórico dos movimentos militantes transexuais no Brasil, discutimos as primeiras abordagens médicas a tratar da transexualidade e realizamos um breve estudo de estado da arte sobre as produções científicas nacionais, pelo qual foi possível constatar interesse acadêmico e social ao promover o debate sobre transexualidade e trabalho.

Ainda, dada a importância da categoria “trabalho” para esta análise, no tópico *Trabalho, gênero e transgeneridade*, expomos o que compreendemos sobre essa categoria, além de discorrer acerca da importância do recorte de gênero dentro das pesquisas sobre trabalho, especialmente no que tange ao recorte da transgeneridade, considerando os dados que apontam a precária inserção laboral dessa população (ANTRA, 2018; 2019; 2020).

Por fim, encerramos comentando alguns estudos que realizam a conexão entre transidentidade e mercado formal de trabalho, destacando seus pontos mais relevantes e situando-os como referências para as futuras aproximações com o tema.

1.1 CAMINHOS DA PESQUISA SOBRE TRANSEXUALIDADE: AS VOZES DAS PESSOAS TRANS E A VOZ DA PESQUISADORA

Seguindo a perspectiva de Maffesoli (1998), a construção de um conhecimento atento à pluralidade dos fenômenos sociais deve fugir às explicações reducionistas, sendo muito mais rico descrever a complexidade da sociedade em que se insere o fenômeno a ser estudado. No que tange

à transexualidade, especificamente, uma perspectiva reducionista se limitaria a enxergar os transindivíduos como meras vítimas sociais, uma vez que inúmeras fontes atestam a violência e segregação sofrida por essa comunidade.

A transfobia – violência física, simbólica e institucional sofrida por pessoas trans – não impede que transexuais se organizem politicamente e, a partir disso, vão conquistando espaços que, por muito tempo, lhes foram negados. Acerca da importância dessa atuação coletiva, é possível citar o trabalho de mapeamento da violência transfóbica realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) desde 2017 e que, atualmente, é a única fonte brasileira sobre assassinatos de transindivíduos no território nacional.

A ausência de dados oficiais põe em evidência o descaso estatal em relação a essa população, dificultando a implementação de medidas efetivas para combater a transfobia, sobretudo ao se considerar a gravidade dos números obtidos pela ANTRA. Nesse sentido, o levantamento da associação faz coro às pesquisas acadêmicas sobre violência e transexualidade, fornecendo dados que são utilizados para respaldar denúncias, em âmbito nacional e internacional, assim como promovendo o debate, a reflexão, e a criação de políticas de enfrentamento à violência contra a população LGBTQI (ANTRA, 2018).

A origem da ANTRA ocorre em um contexto social e político de fragilidade da população transexual, momento no qual o alto índice de infecções sexualmente transmissíveis e a intensa repressão policial vitimavam inúmeras transmulheres. Nesse momento, surge sob o nome de ASTRAL (Associação das Travestis e Liberados), em 2 de maio de 1992, inicialmente buscando organizar trans e travestis trabalhadoras sexuais para se defenderem dos arbítrios da Guarda Municipal do Rio de Janeiro. O êxito da atuação – que conseguiu a prisão dos guardas municipais que prendiam ilegalmente trabalhadoras sexuais transgêneros – levou a associação a organizar o Encontro Nacional de Travestis e Liberados (ENTLAIDS), o qual acontece, anualmente, até os dias de hoje (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Em 2000, tornou-se ANTRA, orientando-se, principalmente, pela consciência da importância de representatividade política como meio de obtenção e manutenção de direitos. Definindo-se como uma “rede”, a associação busca integrar e dar visibilidade aos grupos de militância trans que atuam no âmbito nacional. Assim, organiza políticas e estratégias de combate à exclusão social, sendo possível ter uma dimensão de sua atuação política e social quando se toma

conhecimento de que mais de 200 instituições em todo o Brasil são ligadas à ANTRA, tornando-a a mais relevante associação nacional na defesa dos direitos de transindivíduos (ANTRA, 2017).

Segundo Carvalho e Carrara, a ANTRA abrange:

(...) mais de 80 organizações afiliadas, configurando-se como a maior rede de travestis e transexuais da América Latina. A ANTRA aceita afiliações de ONGs exclusivamente de travestis e transexuais e das chamadas ONGs mistas, desde que estas sejam representadas por uma travesti ou transexual (CARVALHO; CARRARA, 2013, p.329).

A associação é presidida por Keila Simpson, cuja gestão corresponde ao período de 2016 até 2020. Militante e mulher trans, a ativista é referida pelo *website* NLUCON⁹ nos seguintes termos:

Vale lembrar que Keila tem história na militância, tendo ocupado diversos cargos importantes e contribuído para reflexões sobre identidade de gênero, na luta contra a transfobia e na promoção dos direitos humanos para a população T. Foi, por exemplo, a primeira travesti a assumir a presidência do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos Humanos LGBT e também membro da Associação Brasileira de LGBT (NLUCON, 2014).

As contribuições de Keila Simpson estão presentes no estudo que Don Kulick (2008) realizou junto a um grupo de travestis no ano de 1997, na cidade de Salvador/BA. Essa pesquisa, considerada um dos trabalhos etnográficos mais ricos realizados junto à população travesti, contou com o constante auxílio de Keila, que estabeleceu um diálogo assíduo com o pesquisador, numa atuação colaborativa que resultou em uma relação de amizade.

O exposto reforça a percepção das pessoas trans como sujeitos além da marginalidade e prostituição, evidenciando-se a importância de voltar o olhar para a realidade social e permitir que essa observação perceba uma realidade que ultrapassa possíveis pré-conceitos existentes sobre o tema. Nesse sentido, mesmo que o estigma decorrente do trabalho sexual recaia sobre eles constantemente, e considerando que mais de 90 % dessa população obtém sua única fonte de renda na prostituição, o crescente número de grupos que se articulam para garantir o acesso à saúde, à educação e ao trabalho vão transformando essa realidade (SANTOS, 2015)

⁹ Página *web* escrita pelo jornalista Neto Lucon desde 2014, com conteúdo jornalístico voltado para o público LGBT, com ênfase nas pessoas transexuais e travestis. Fonte: <https://www.vakinha.com.br/vaquinha/apoio-ao-site-nlucon> .

Além da ANTRA, existem inúmeros coletivos que realizam importantes ações em múltiplas frentes, construídos “por” e “para” transindivíduos. O Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE)¹⁰, por exemplo, foca sua atuação no desenvolvimento de estratégias de combate à transfobia nos espaços escolares. O projeto Transempregos, da Associação Brasileira de Transgêneros (ABRAT), atua desde 2013 na capacitação de trabalhadores e empresas, fazendo a ponte entre eles e contribuindo para a inserção de sujeitos trans no mercado de trabalho.¹¹ É a mais antiga iniciativa voltada especificamente para a empregabilidade trans, contando com o maior banco de dados e currículos da população trans no Brasil.

Especificamente voltado para as demandas de homens trans, a Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT), fundada em 2012, é presidida por Leonardo Tenório e tem como missão promover o bem estar integral da população trans, com ênfase nas demandas das pessoas transmasculinas. A ABHT combate a transfobia, incentiva a produção cultural e científica trans, conscientiza pessoas transgêneras a respeito de seus direitos, entre outras ações. Adicionalmente, destaca-se o trabalho da associação voltado às questões relacionadas à saúde de homens trans, dispondo informações em seu *website* de maneira clara e didática sobre hormonioterapia, serviços para trans no SUS, cirurgias possíveis para sujeitos transmasculinos, entre outros temas¹².

Cabe mencionar, também, as iniciativas de coletivos que se posicionam em defesa de toda a comunidade LGBT, tal como a Associação Brasileira de Gays Lésbicas e Transexuais (ABGLT) que é, atualmente, a maior organização do gênero na América Latina e Caribe. Fundada em 1995, visa promover os direitos cidadãos da comunidade LGBT, lutando contra qualquer tipo de violência e discriminação. Ao receber o status consultivo do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, a rede colabora junto à ONU, possibilitando sua articulação com as mais de 300 organizações que lhe são filiadas.¹³

É possível notar que inúmeras associações que atuam na defesa de transgêneros se dedicam igualmente na promoção dos direitos de toda a comunidade LGBTQI. Não obstante, esse apoio e articulação entre grupos de defesa dos direitos homossexuais e transexuais nem sempre ocorreu no Brasil. Na década de 60 – período no qual houve o início da mobilização política de

¹⁰ Fonte: <https://www.observatoriotrans.org>. Acesso em 15 de set. de 2019.

¹¹ Fonte: <https://www.transempregos.com.br/quemsomos>. Acesso em 17 de set. de 2019.

¹² Fonte: <https://homenstrans.blogspot.com/p/fazer-transicao-no-sus.html>. Acesso em 10 de jun. de 2020.

¹³ Fonte: <https://www.abgl.org/>. Acesso em 10 de ago. de 2018.

homossexuais – os termos “bicha” e “bofe” eram utilizados para distinguir os homossexuais masculinos “higienizados” das “bichas afeminadas” (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Na tentativa de adquirir aceitação social, homens gays negavam qualquer identidade travesti – único termo utilizado na época – restringindo as performances que se aproximassem da feminilidade a momentos e sujeitos específicos. Consequentemente, apenas as “bichas” participavam de concursos nos quais se exibiam aspectos de travestilidade (CARVALHO; CARRARA, 2013). Era latente a influência dos padrões heteronormativos, mesmo na comunidade homossexual.

Essa postura foi predominante também na década de 70, sobretudo em razão do aumento de travestis nos ambientes de prostituição. Foi apenas nos anos de 1980 que a menção a “travesti” apareceu pela primeira vez com conotações identitárias, apesar do preconceito ainda existente. De modo exemplificativo, podemos mencionar a fala de João Antônio de Souza Mascarenhas, presidente do grupo Triângulo Rosa, em prol dos direitos homossexuais, à Assembleia Nacional Constituinte, em 1987. O ativista expressou a distinção entre homossexuais e travestis dizendo que há “o homossexual comum e há o travesti, que em muitos casos são prostitutas e acabam se envolvendo com pequenos furtos ou drogas” (CÂMARA, 2002, p.57).

Tendo em vista a preocupação das lideranças homossexuais em se diferenciarem dos sujeitos travestis, dado que temiam ver seus embates e reivindicações prejudicados pelo estigma social que recaía sob a população trans, foi a união dessa comunidade em uma “bandeira” própria e com demandas específicas que permitiu aos homossexuais se associarem a pessoas transexuais na defesa de direitos dos que seriam denominados LGBT.

Dotadas de uma identidade, as travestis só surgem como sujeito político a ser incorporado pelo então movimento homossexual quando a opção por uma política identitária começa a se consolidar e as categorias abarcadas pelo movimento passam a ser especificadas. Apesar de existirem outras possibilidades de análise, uma hipótese que levantamos é a de que a construção do movimento com base em identidades coletivas, em detrimento de um movimento em torno da questão da homossexualidade, possibilitaria a entrada de travestis sem que seus estigmas “contaminassem” a identidade “homossexual” ou “gay” (CARVALHO; CARRARA, 2013, p.324).

A noção da transexualidade como identidade se consolidou apenas na década de 90, com o surgimento dos primeiros grupos de apoio voltados às pessoas trans. Sobre a origem dessas organizações, expõem Carrara e Carvalho (2013):

Historicamente, parecem ser hegemônicos dois modelos na construção de organizações de travestis no Brasil. Algumas surgem da sua auto-organização, geralmente em resposta à violência policial nos locais de prostituição; outras, a partir da ação de ONGs vinculadas ao movimento homossexual ou ao movimento de luta contra a AIDS, através de projetos de prevenção junto à população de travestis profissionais do sexo. Assim, o binômio violência policial/AIDS foi a pedra fundamental da constituição do movimento que, com o passar dos anos, incorporaria progressivamente outras bandeiras de luta (CARVALHO; CARRARA, 2013, p.325).

Uma das iniciativas desse período que ainda se encontra em atividade é a Casa de apoio Brenda Lee, localizada em Bela Vista, São Paulo. De nome inspirado em uma das maiores militantes travestis da história, a casa foi criada em¹⁴ 1984, com a finalidade de acolher pessoas soropositivas. Embora não seja uma ação voltada a reivindicações políticas trans, mencionamos a Casa de apoio Brenda Lee, pois foi uma das primeiras ações focadas no enfrentamento da disseminação do vírus da AIDS e no acolhimento de seus portadores. Sendo o combate às infecções sexualmente transmissíveis uma das principais linhas de atuação contemporâneas dos movimentos de transexuais e travestis, a iniciativa de Brenda Lee se estabelece como um marco para a população trans, posto que a casa “integra uma rede de enfrentamento da AIDS considerada modelar pela Organização Mundial da Saúde”¹⁵.

Um exame, ainda que breve, da trajetória dos movimentos políticos transexuais permite ao pesquisador compreender de que forma a atuação militante contribui para a autonomia dessa população e transforma sua vivência de gênero. A respeito disso, Rego (2015, p.176) problematiza se “além dos marcadores sociais da diferença de classe, raça, local de origem, o ativismo poderia ser pensado como um marcador desse tipo”, posto que, em sua experiência de campo, identificou substancial diferença entre os discursos de trans “ativistas” e “não ativistas”.

Contudo, Lanz (2018) salienta que não se pode exigir de transindivíduos que suas existências sejam militantes, transgressoras, mesmo sendo sujeitos que rompem com o binarismo de gênero. Nesse âmbito, embora a trajetória de militância transexual seja relevante, não estará presente na fala de todos os indivíduos transgênero.

O recente aumento no número de trans frequentando o ensino superior faz com que suas narrativas ecoem para além dos coletivos e organizações, repercutindo em âmbito científico.

¹⁴ Fonte: <https://casabrendalee.org.br/nossahistoria.html>. Acesso em 06 de ago. de 2018.

¹⁵ Fonte: <https://casabrendalee.org.br/nossahistoria.html>. Acesso em 06 de ago. de 2018.

Estudiosos¹⁶ como Jesus (2012; 2013), Lanz (2014; 2018), Moira (2018), Bagagli (2018), Bonassi (2017) e Simakawa (2015) desconstruem a cisnorma em suas trajetórias pessoais e de pesquisa. Considerando a importância das redes sociais na atualidade, pessoas trans também produzem e compartilham conhecimento por meio do *Youtube*, *Facebook* e *Instagram*, criando comunidades que discutem múltiplos temas, que vão para além dos debates específicos sobre transgeneridade,. Desse modo, pensar a transexualidade no Brasil nos conduz a refletir sobre as transexualidades nos moldes de Bento (2006), já que, além da particularidade de cada expressão de gênero, os indivíduos possuem realidades diversas.

As vozes trans são múltiplas e diversas, o que propõe o desafio de iniciar a pesquisa com a mente a mais “aberta” possível, a fim de estabelecer contato com o objeto – objeto, mas, principalmente, sujeito – e ouvir o que ele tem a dizer. Portanto, embora existam dados estatísticos que falem sobre a violência sofrida pela população trans, não se buscam “vítimas” no campo, mas sujeitos com histórias de vida complexas.

Portelli (1996) e Pollak (1992) destacam a relevância da oralidade na construção do conhecimento acadêmico, percebendo a subjetividade como riqueza e não como “imprecisão”, sobretudo considerando a multiplicidade da realidade social. Os contatos com os colaboradores da pesquisa se orientam pelos saberes desses autores, que ressaltam a importância da fonte oral, apta a desvelar subjetividades contidas na expressão facial, tom de voz, pausas na fala, etc.

Nesse processo de escuta, cabe a lição de Maffesoli (2011), que distingue “saber” de “conhecimento”. Na perspectiva do autor, o “saber” é acadêmico e vem “de cima” e o “conhecimento” vem “de baixo”, o que não o torna menos relevante ou digno de consideração. “Ouvir o sujeito”, portanto, implica acessar e considerar os conhecimentos produzidos pelas próprias pessoas transexuais, compreendendo que há saberes que proliferam fora do âmbito acadêmico.

Por conseguinte, cremos importante acolher as orientações presentes no texto *Como escrever sobre pessoas trans sem ser um lixo transfóbico* (COSMO, 2007), do blog *Mídia Queer*, veiculado pela plataforma *Tumblr* e na página de *Facebook REXistência não binária*. De autoria de uma pessoa trans, autodenominada “Cosmo”, o escrito critica a postura de pesquisadores, comumente cisgênero, que tratariam as identidades trans como produtos, descartando-as ao concluir a investigação.

¹⁶ Contração da linguagem não-binária, conforme Bonassi (2017).

A falta de empatia e a agressividade nos questionamentos voltados a quem é trans também é rejeitada por Cosmo. Em seu texto, clama pela superação do “culto” à genitália, responsável pelas incessantes perguntas sobre “pênis” e “vaginas”, o qual alimenta a crença de que a vivência trans se limita aos genitais. Conforme se observará, a centralidade atribuída ao genital da pessoa trans é herança de uma tradição biomédica que considerava possível “curar” a transexualidade ao adequar a genitália do indivíduo a seu gênero. Essa percepção, além de estabelecer como norma o dimorfismo de gênero, demonstra uma visão limitada sobre as transvivências, uma vez que a cirurgia de redesignação sexual não é desejada por muitas pessoas trans.

O teor do “guia” dá a conhecer similitude entre os contatos de Cosmo com pesquisadores e as relações descritas por Elias e Scotson (2000). Quando Cosmo afirma que os indivíduos trans não são informados sobre a conclusão da pesquisa, apesar de terem colaborado com sua realização, parece existir uma crença implícita por parte dos investigadores de que “os outsiders são vistos pelo grupo estabelecido como indignos de confiança” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 27).

A partir de Portelli (1997), afirma-se que, mesmo se a percepção do autor do texto em relação às atitudes dos pesquisadores estiver equivocada, o escrito não perde seu valor, pois apresenta a subjetividade de seu autor, a qual não é meramente passiva, mas criativa. Consequentemente, as oitenta e seis “curtidas” e trinta e sete “compartilhamentos” que o texto obteve nas redes sociais, indicam que a perspectiva de Cosmo foi acolhida por distintas pessoas, o qual atesta sua importância.

Segundo Soares (2018), o número de “curtidas”, “compartilhamentos” e demais interações possibilitadas pelas redes sociais configuram bons indícios de qualidade e do grau de aceitação de determinado conteúdo. Considerando que a internet se apresenta também como campo de pesquisa na sociedade contemporânea, recorrer a um “conhecimento” produzido dentro do ambiente virtual não se faz descabido, motivo pelo qual Maffesoli afirma que a internet está contribuindo à criação de uma nova postura diante do conhecimento, a qual chama de “horizontalização” (MAFFESOLI; ICLE, 2011, p.528).

O dinamismo do momento contemporâneo que Pahl (1997) descreve como profundamente influenciado pelo progresso e transformações tecnológicas, traz a necessidade de recorrer a metodologias que contemplem a agilidade das relações sociais hodiernas e as compreendam como aspecto essencial da sociedade do século XXI. Ao criticar o termo “conceito”, Maffesoli (2010) rechaça o estático e as definições totalizantes dentro das ciências sociais. Substituir a utilização

de “conceitos” por “noções” ou “metáforas” demonstra uma nova postura epistemológica, um outro olhar para a realização de análise de dados. Mais do que descartar os resultados que parecem antagônicos, é preciso empreender um esforço na busca de perceber se, de fato, eles não se articulam no plano social.

No mesmo sentido, Boaventura de Sousa Santos (1989) se posiciona a favor de modificar o paradigma epistemológico na contemporaneidade. Ele acredita que, ao invés de renegar o senso comum, a academia deveria passar a considerá-lo em seu potencial crítico, concedendo, assim, um novo vigor à produção científica, bem como contribuindo à multiplicidade de abordagens.

Por esse motivo, adotamos a perspectiva fenomenológica formista nesta tese, visando colocar em prática uma epistemologia acariciante, preocupada com a escuta ativa, observação e descrição. Seus pressupostos serão apresentados no capítulo metodológico, razão pela qual, por ora, mencionamos apenas a relação entre esta perspectiva filosófica e a crença em uma epistemologia capaz de abarcar a complexidade do cotidiano (MAFFESOLI, 1998). É por essa relação com o senso comum, com a busca do saber fora do âmbito acadêmico, que esta tese procura articular os referenciais teóricos aos próprios discursos e conhecimentos produzidos pelos sujeitos trans.

No mesmo sentido, o título *Em busca do aqué: histórias de vida e de trabalho de pessoas trans em Foz do Iguaçu* incorpora o pajubá, dialeto criado e utilizado pela comunidade LGBTQI brasileira, utilizando a expressão “aqué” ao invés de dinheiro.

Levando em consideração que a possibilidade de se inserir no mercado de trabalho é uma demanda frequente da população trans (ANTRA, 2018; 2019; 2020) buscamos, com esta pesquisa, expandir o debate contemporâneo sobre a vivência laboral de pessoas transgêneras, uma vez que identificamos, conforme será demonstrado, a necessidade de ampliar a discussão sobre esse tema, dentro e fora da academia.

1.2 A “ORIGEM” DA TRANSEXUALIDADE: SUPERANDO O TRANSMEDICALISMO

Em razão dos estudos da transexualidade possuírem origem no âmbito biomédico, esse campo de pesquisa exerce grande influência na percepção teórica e social da transgeneridade. Embora seja cada vez maior a aliança entre pesquisadores e militância trans – as quais pleiteiam o abandono da ótica medicalizante –, torna-se necessário conhecer de que maneiras essas abordagens

científicas foram se modificando no decorrer dos anos e como, até os dias de hoje, intervêm em diversos aspectos. Portanto, este tópico discute a relação entre os estudos da transexualidade e as ciências biomédicas, apresentando o percurso teórico que possibilitou a perspectiva contemporânea predominante nas ciências humanas, a qual compreende as transgeneridades como possibilidades válidas de gênero.

A primeira menção à transexualidade, sob o termo “transexualpsíquico”, ocorreu no ano 1910, pelo sexólogo Magnus Hirschfeld para se referir a “travestis fetichistas”. Partindo da crença de que cada ser humano se configura de uma combinação única de características sexuais, psicológicas, culturais e de preferência sexual, Hirschfeld acabou por deslocar a reprovabilidade da conduta cis divergente do âmbito jurídico-penal para o biomédico. Encontrou na biologia a origem do “desvio” da conduta, motivo pelo qual defendia a descriminalização do comportamento “travesti” (STRYKER, 2017).

Em 1949, o estudo da transexualidade foi retomado por David Oliver Cauldwell, obtendo destaque e impulsionando o estudo científico da transgeneridade. Além do aumento de interesse científico na temática, as décadas de 60 e 70 apresentaram as primeiras associações internacionais especificamente voltadas à investigação do tema (BENTO, 2016).

A cisnorma reveste de naturalidade a divisão de corpos em gêneros, genitais e sexualidades dimorfas, embora haja estudos que identificam expressões de gênero distintas da cisgeneridade desde a Antiguidade Clássica (VIEIRA *apud* GRANT, 2015). Segundo Laqueur (2001), a divisão dimorfa do corpo humano pelo discurso científico remonta ao século XVII e tem sua origem em motivações, sobretudo, políticas. Essa categorização instaura a percepção de homem e mulher como mutuamente excludentes e toma por base a configuração genital, compreensão que, não obstante venha sendo desconstruída em distintos âmbitos, ainda influencia o “cistema”.

Ao examinar como funcionam os discursos responsáveis pela manutenção da cisnorma na sociedade ocidental contemporânea, Bonassi (2017) identificou três eixos discursivos centrais: biomédicos, jurídicos e judaico-cristãos. Segundo Stryker (2017), quem pratica a medicina adquire o poder social de normatizar e patologizar condutas, o que explica a percepção social contemporânea, a qual situa o discurso biomédico como hierarquicamente superior, dotado de *status* de verdade. Nesse sentido, a despeito da importância do conhecimento médico para a população transexual, a construção da transexualidade como patologia se relaciona estreitamente com a práxis médica que “diagnostica” e “cura”.

Bento (2016) considera o dispositivo da transexualidade influenciado, principalmente, por duas vertentes do saber biomédico. Em suas palavras:

Duas grandes vertentes de produção de conhecimento se encontram na temática da transexualidade: o desenvolvimento de teorias sobre o funcionamento endocrinológico do corpo e as teorias que destacam o papel da educação na formação da identidade de gênero. Estas duas concepções produziram explicações distintas para a gênese da transexualidade e, conseqüentemente, caminhos próprios para o seu “tratamento” (BENTO, 2014, p.42).

O endocrinologista Harry Benjamin, autor do livro *The Transsexual Phenomenon* (1966), ao afirmar que a palavra “sexo” acarreta uma pluralidade de sentidos, propõe que uma compreensão mais apurada do conceito implica em considerá-lo como uma categoria composta, a qual abarca distintos tipos de sexo, como o cromossômico, o anatômico (subdividindo-se em genital e gonádico), o social, o psicológico e o jurídico (GRANT, 2015). Postulando que apenas o sexo cromossômico é fixo, Benjamin (1999) estabeleceu a possibilidade de intervenção nos órgãos sexuais, na produção hormonal e na percepção psíquica de um indivíduo. Em consequente, não somente seria possível alterar o sexo do “transexualpsíquico”, mas desejável, postura a qual contrariava as práticas médicas da época. Segundo Benjamin, “a única possibilidade terapêutica para as/os transexuais seria a cirurgia” (BRITO, 2016, p.40).

O autor, portanto, escreve *The Transsexual Phenomenon* (1966) em uma tentativa de adequar os transexuais ao padrão de “normalidade” masculina ou feminina, sendo a harmonização entre as categorias sexuais a alternativa para “curá-los”.

Benjamin considerava que para “transexuais verdadeiros” a única chance de cura seria a realização da cirurgia de redesignação sexual, colocando assim em conformidade os demais sexos ajustados ao psicológico. Importante ressaltar que as pesquisas de Benjamin contribuíram de forma significativa para a elaboração dos critérios de diagnósticos recomendados pelos DSM-V11 e também pelo CID-1012 (ALMEIDA, 2018, p. 33).

Ao estabelecer critérios para diagnosticar o verdadeiro transexual – dessa maneira invalidando as distintas possibilidades de vivenciar a transexualidade – o autor demonstra sexocentrismo, isto é, crença na distinção “natural” entre gêneros dimorfos, a qual direciona o feminino à submissão. Quando postula que a mulher “normal” age em vistas a atrair o homem e que homem “normal” trabalha em profissão de acordo ao seu gênero, Benjamin (1999) traz

implícita a crença em padrões rígidos de feminilidade e masculinidade, os quais também limitam cisgêneros e heterossexuais, embora em menor grau (JESUS, 2013).

Sobre a transexualidade na perspectiva benjaminiana, centrada na endocrinologia, afirma Grant:

A Endocrinologia, neste estágio, converteu a “anormalidade” de sentimentos e condutas em uma questão de “dosagem sanguínea”, prometendo resolver as demandas dos indivíduos, como as de pessoas transexuais, através da manipulação dessas dosagens, de modo a prescindir da interferência em suas esferas privadas e motivações morais, resguardando-as (2015, p.26).

Dialogando com Benjamin, a tese de John Money (1988), professor de psicopediatria do Hospital Universitário John Hopkins, influenciou de modo determinante os estudos a respeito da transexualidade. O professor apresentou o conceito de gênero a fim de distingui-lo do sexo biológico, evidenciando a influência social na construção do que se compreende como masculino e feminino. Assim, definiu gênero “como uma categoria que se refere ao conjunto de características que definem diferenças sociais entre homens e mulheres” (JESUS; ALVES, 2012, p.9).

Ao estudar bebês intersexo – até então referidos como “hermafroditas” – Money concluiu que gênero e identidade sexual seriam modificáveis até os 18 meses de vida. Conseqüentemente, acaba realizando uma ruptura na percepção unitária entre gênero e sexo, abordagem teórica que viria a ser desenvolvida por diversos teóricos *queer* (BENTO, 2014).

Não obstante, a pesquisa de Money que determinou que “a identidade de gênero seria o resultado da experiência aprendida socialmente, sendo resultado da interação social” – se assemelha à de Benjamin (1999) – sua linha de investigação ainda considerava necessário adequar intersexos e transexuais à “heterossexualidade natural” (ALMEIDA, 2018, p.34).

Dando continuidade aos estudos do autor, Robert Stoller (1982) contraria Benjamin (1999), atribuindo a origem da transexualidade às relações sociais desenvolvidas na infância entre a pessoa transexual e sua mãe, não existindo causa biológica para a transexualidade, mas psicológica (ALMEIDA, 2018). Desse conflito teórico, o discurso científico se divide entre duas percepções da transexualidade, ambas no espectro da patologia: transexual benjaminiano e transexual stolleriano.

O endocrinologista espera o dia em que a ciência descobrirá as origens biológicas da transexualidade, o que provocaria um reposicionamento do papel e do poder dos terapeutas, pois, atualmente, são eles os responsáveis em dar a palavra final sobre as cirurgias de transgenitalização. Os terapeutas, por sua vez, esperam que a escuta e o tempo em que o/a “candidato/a” se submete obrigatoriamente à terapia o remova da convicção da necessidade da cirurgia (BENTO, 2014, p.166).

Essa simplificação da experiência transexual influenciou diretamente a leitura contemporânea da transgeneridade. No Brasil, por exemplo, a cirurgia de redesignação sexual deve seguir um protocolo elaborado pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), práxis que é comparada ao “diagnóstico” que se realizava da “verdadeira transexualidade”. A intervenção cirúrgica, nesse âmbito, traz muito mais semelhanças com os procedimentos outrora realizados com o intuito explícito de “curar” a transexualidade do que com uma prática que busca garantir o direito e autonomia da pessoa trans sob seu próprio corpo. Conseqüentemente, nos moldes em que é realizado atualmente, “o processo transexualizador pode ser interpretado como estratégia biopolítica de controle sobre os corpos trans, operando por mecanismos disciplinares empenhados em normalizar e treinar os corpos para a vida no binarismo” (ROCON; RODRIGUES; SODRÉ, 2016, p.266).

Em síntese, Bento (2014) afirma que a problematização do dispositivo da transexualidade ocorreu após a “organização das pessoas trans como sujeitos coletivos, com voz e força política e, ao mesmo tempo, a produção de outro corpo teórico que fosse capaz de se contrapor à suposta verdade científica que fundamentava a patologização”.

Jesus (2013) salienta que o debate referente à abolição do gênero como categoria de diagnóstico – a semelhança do ocorrido com a orientação sexual e decorrente despatologização da homossexualidade – é um campo de discussões psicopolíticas, pois implica aspectos macro e microestruturais. Deve-se, segundo a autora, pleitear a transdisciplinarização das ciências psis e da Medicina, pois não é por meio de sua demonização que se obterá um atendimento humanizado e efetivo de saúde para transindivíduos.

Bagagli (2018) pontua que, na ótica cisnormativa, o corpo cisgênero se apresenta como translúcido. “Transdisciplinar”, nesse âmbito, é dar a conhecer os dispositivos responsáveis pela naturalização do cisgênero e como isso influencia para a segregação dos corpos trans às margens. Em razão disso, autores como Bonassi (2017), Jesus (2012; 2013) e Simakawa (2015) defendem

a normalização do uso da categoria cisgênero, assim como expor o papel de destaque do biopoder médico na manutenção do cissexismo.¹⁷

Numa tentativa de desconstruir esse olhar, as ciências humanas direcionam o estudo da transexualidade para outros enfoques. Se as ciências da saúde centravam suas análises na investigação das causas e curas da transexualidade, atualmente as pesquisas se diversificam. Estudos como os de Butler (2013) e Preciado (2014) – os quais serão aprofundados adiante – demonstram que não há que se confundir gênero com genital, tampouco com sexualidade, pois são múltiplas as formas de vivenciá-las.

A influência desses discursos repercute, inclusive, na área da saúde, a qual pode ser verificada na pluralidade de abordagens pelas quais as ciências biomédicas estão estudando a transgeneridade. Cabe mencionar os resultados obtidos pela dissertação de Diego Sousa de Carvalho (2014), o qual se propôs a analisar trabalhos acadêmicos do Portal da Biblioteca Virtual da Saúde, a fim de identificar quais os rumos das pesquisas sobre transexualidade na área da saúde. Em sua pesquisa, Carvalho (2014, p.81) observa que “as perspectivas estritamente tecnicistas sobre o assunto ainda predominam”, contudo “percebe-se também nos trabalhos mais atuais uma tendência a abordagem de aspectos mais humanos, que levam em conta questões sociais e políticas de pessoas trans” (CARVALHO, 2014, p.82).

Encontra-se exemplo desse enfoque na dissertação de Oliveira (2016), uma pesquisa de enfermagem na qual se discutem as representações sociais de enfermeiras sobre travestis. De modo semelhante, a dissertação de Barros (2017) analisa a importância da voz na experiência transexual, destacando o potencial da fonoaudiologia na promoção do atendimento integral de saúde à população trans.

Conforme se demonstrará no seguinte tópico, no decorrer dos anos houve um aumento no número de produções científicas nacionais que apresentam por objeto a transexualidade, as quais buscam compreender múltiplos aspectos da transvivência, não apenas as que se referem às modificações corporais e genitais. Andrade (2012, p.17) declara que “quanto mais diversificado

¹⁷ Ideologia, resultante do binarismo ou dimorfismo sexual, que se fundamenta na crença estereotipada de que características biológicas relacionadas a sexo são correspondentes a características psicossociais relacionadas a gênero. O cissexismo, ao nível institucional, redundando em prejuízos ao direito à auto-expressão de gênero das pessoas, criando mecanismos legais e culturais de subordinação das pessoas cisgênero e transgênero ao gênero que lhes foi atribuído ao nascimento (JESUS, 2012, p.28).

for o campo de estudo sobre as travestis, maior será a possibilidade de compreendê-las”. Dessa maneira, a multiplicidade de abordagens acadêmicas, além de constatada, deve ser incentivada.

A fala de Carla - transmulher entrevistada por Barbosa (2010, p.2-3) no trabalho de tese intitulado *Nomes e diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual* reforça essa perspectiva, quando questiona ao pesquisador “seu trabalho também é de travestis pobres? Ai, é porque eu estou cansada disto, porque nem toda a travesti e trans está na prostituição, tem muita trans que é advogada, que é professora. ”

Compreendendo o papel desempenhado pelos teóricos das ciências biomédicas no estudo da transexualidade, passamos a investigar qual o teor das pesquisas brasileiras sobre transexualidade. Portanto, no tópico seguinte, se expõe a pesquisa realizada no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal no nível Superior (CAPES), em Anais de Congressos e revistas especializadas, apresentando uma análise percentual dos trabalhos encontrados e tecendo considerações referentes aos dados obtidos.

1.3 AS VOZES DOS PESQUISADORES: ANÁLISES PERCENTUAIS DA PRODUÇÃO SOBRE TRANSEXUALIDADE NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES

Tendo em vista o interesse em pesquisar a vivência de transexuais no ambiente laboral iguaçuense, tornou-se necessário conhecer as abordagens teóricas nacionais sobre o assunto, a fim de determinar sua relevância acadêmica. Realizamos, portanto, um estudo de revisão, também denominado estado da arte, que comprovou a existência de lacuna teórica nessa linha de pesquisa. Seus resultados – obtidos pela análise de dados estatísticos referentes a teses, monografias e artigos científicos, seguindo critérios classificatórios de ano de realização, tipo de trabalho e predomínio temático de acordo à área de conhecimento – estão expostos neste tópico, juntamente às observações elaboradas a partir das informações encontradas.

Assim, pesquisamos o termo “transexualidade” no banco de teses e dissertações da CAPES. A partir de uma busca não refinada por tipo de produção, foram encontrados 206 registros, entre os anos de 1997 e 2018. Isoladamente, o número de trabalhos sobre o tema pode ser considerado baixo, percepção que se intensifica ao ser realizada análise comparativa referente às outras designações contidas na sigla LGBTQI.

A seguinte tabela apresenta o número de registros encontrados para as outras identidades que compõem a sigla LGBTQI:

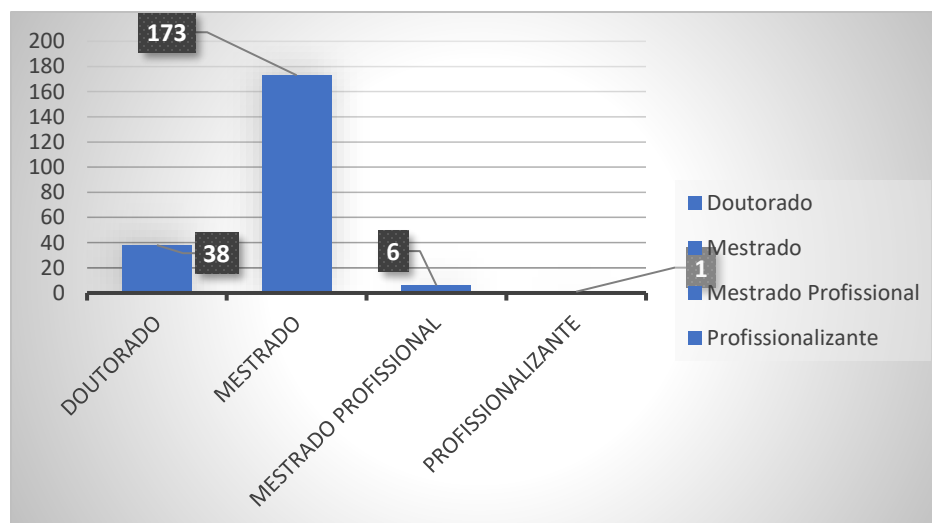
Tabela 1 – Registros no banco de teses e dissertações da CAPES

Termo	Número de Registros
Lésbicas	438
Gays	511
Bissexuais	360
Transexualidade	206
Queer	504
Intersexual	65

Fonte: CAPES, elaboração própria, 2018.

Classificando os registros de acordo aos tipos de produção científica compreendidos pelo banco de dados da CAPES, verifica-se o predomínio de dissertações de mestrado, com 173 trabalhos. Consideravelmente menor é o número de teses, com um total de 38. Finalmente, há 6 registros de dissertações de mestrado profissional e 1 trabalho na formação profissionalizante.

Gráfico 1 - Teses e dissertações relacionadas à transexualidade



Fonte: CAPES, elaboração própria, 2018.

Em adição, desperta-se a atenção ao lapso temporal das pesquisas sobre transexualidade. Os primeiros registros do termo são de 1997, mais de trinta anos depois da criação do movimento

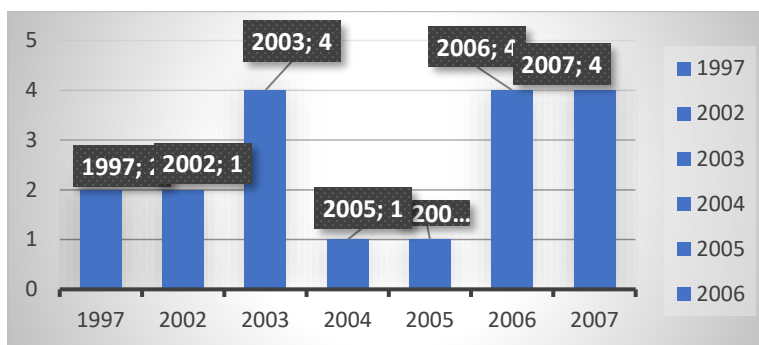
LGBT em Nova Iorque e quase vinte anos após a primeira manifestação por direitos dos homossexuais no Brasil (GIORGI; BARBOSA; BORGES, 2017). Parece haver uma influência tardia na produção acadêmica nacional sobre pessoas trans por parte de tais acontecimentos políticos e sociais. O fato de o primeiro registro sobre homossexualidade no banco de teses e dissertações da CAPES ser do ano de 1988 – quase dez anos anterior ao começo dos estudos sobre transexuais – demonstra como a aquisição de direitos e demais conquistas não se estendem uniformemente a toda a população LGBTQI.

A criação da ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis), em 1995, e as transformações decorrentes de sua fundação parecem ter direcionado o olhar da academia para a comunidade trans. Conseqüentemente, o debate referente à transgeneridade se ampliou a distintos aspectos da sociedade, inclusive alcançando a parcela mais conservadora da população.

Logo após o ano de 1995, o projeto de lei da união civil ou da parceria civil registrada alcançou grande parte da mídia atingindo uma parte da população conservadora culminando num grande debate social nacional, aberto e amplo sobre os direitos LGBT (GIORGI; BARBOSA; BORGES, 2017, p.161).

A Resolução n. 1482/97 do Conselho Federal de Medicina (CFM), que implementou a cirurgia de redesignação sexual de modo experimental, é uma das conquistas desse período e que se deve, em grande parte, à atuação política das pessoas trans. Consideramos que a grande repercussão dessa resolução no âmbito social e acadêmico exerceu influência no recorte de pesquisa das produções científicas desse período, posto que a discussão sobre aquisição de direitos para transexuais – especificamente a possibilidade de cirurgia de redesignação de sexo – é foco dos primeiros trabalhos científicos nacionais sobre transgêneros. Essas investigações iniciais, datadas de 1997, referem-se às dissertações de mestrado classificadas pela CAPES como pertencentes à Área do Conhecimento do Direito, sob a Grande Área das Ciências Sociais Aplicadas.

Levando em consideração que o decurso temporal entre o primeiro trabalho sobre transexualidade no banco de dados da CAPES e o momento no qual se realizou a análise percentual é de vinte e dois anos, optou-se por dividir as produções, para fins analíticos, em dois períodos de onze anos.

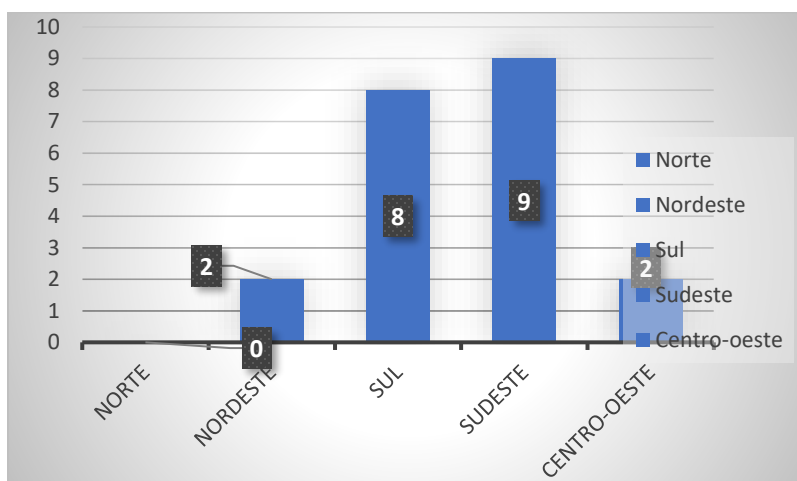
Gráfico 2 – Teses e dissertações relacionadas a transexualidade (1997-2007)

Fonte: CAPES, elaboração própria, 2018.

Seguindo esse recorte, observa-se que há apenas 17 trabalhos sobre transexualidade nos primeiros onze anos, dos quais 8 são da área do Direito. Tendo em vista que esse número corresponde a quase metade das entradas desse período, nota-se o predomínio de análises jurídicas em relação às outras áreas de conhecimento, premência que pode ser compreendida pela análise temática dessas produções. Conforme o exposto, a Resolução n. 1482/97 autorizou a realização de cirurgias de redesignação de sexo em caráter experimental, o qual torna plausível relacionar a nova possibilidade cirúrgica com o objeto das produções acadêmicas, uma vez que a cirurgia de redesignação de sexo como alternativa à população trans é referida diretamente em 4 das 17 pesquisas. Os demais trabalhos de teor jurídico abordam indiretamente a questão da transgenitalização, pois analisam suas consequências perante o Direito, além de outras reivindicações de transexuais, como a alteração do prenome no registro civil (ANDRADE, 2004).

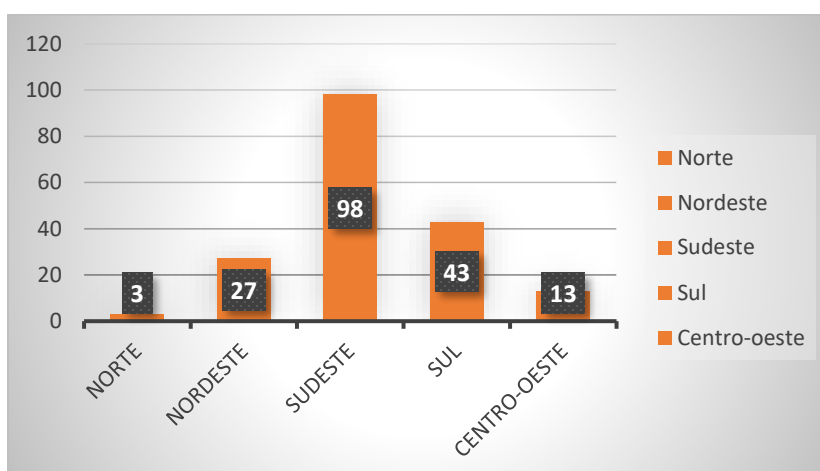
A segunda maior incidência do tema da transexualidade, nesse lapso temporal, ocorre na Área do Conhecimento da Psicologia. De modo semelhante ao que se verificou nos estudos de conteúdo jurídico, as análises psicológicas apresentam por cerne a discussão em torno à cirurgia de redesignação sexual, até então inédita no Brasil.

Outro recorte pelo qual se podem analisar os trabalhos mencionados é o da região na qual foram produzidos.

Gráfico 3 – Teses e dissertações relacionadas a transexualidade por região (1997-2007)

Fonte: CAPES, elaboração própria, 2018.

O primeiro registro no banco de dados da CAPES data de 1997 e corresponde a uma dissertação jurídica da Universidade Federal de Pernambuco. No mesmo ano, o segundo trabalho mais antigo nessa plataforma é também jurídico, porém da Universidade Federal do Paraná. Nesse período inicial – no qual há maior número de pesquisas na região Sudeste (9 registros), seguida pelo Sul (8 registros), Nordeste (2 registros), Centro-Oeste (2 registros) e Norte (nenhum registro) – existe um padrão que se manterá no segundo lapso temporal, de 2008 a 2018.

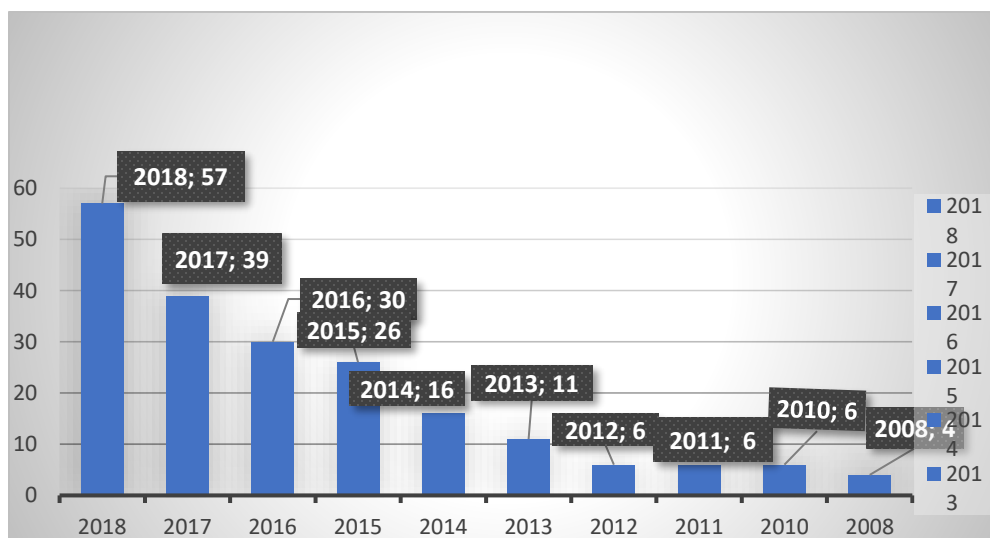
Gráfico 4 – Teses e dissertações relacionadas a transexualidade por região (2008-2018)

Fonte: CAPES, elaboração própria, 2018.

Ao realizar uma classificação por região dos grupos filiados à ABGLT¹⁸ que atuam em defesa da população trans, podem-se fazer interessantes correlações.¹⁹ Dos 43 coletivos, a maioria são da região Nordeste (16) e Centro-oeste (11), a diferença do que ocorre no âmbito das produções científicas. É plausível, a partir disso, inferir que a pouca diversidade existente nas instituições de ensino superior que se encontram em regiões onde o “machismo recrudescer” (ANTRA, 2018) dificulta a produção de saberes sobre identidades cis divergentes em suas instituições, a despeito da grande presença de coletivos de militância trans.

Entretanto, não deve ser ignorada a influência dessa militância no âmbito da universidade e seus discursos. Embora o Nordeste ocupe terceiro lugar em número de trabalhos acadêmicos sobre transexualidade, foi nessa região que foi titulada a primeira mulher trans doutora, no ano de 2012. Defendendo a tese *Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa*, o trabalho realizado por Luma Nogueira de Andrade (2012) inaugurou, no Brasil, a voz trans dentro da academia.

Gráfico 5 – Teses e dissertações relacionadas a transexualidade (2008-2018)



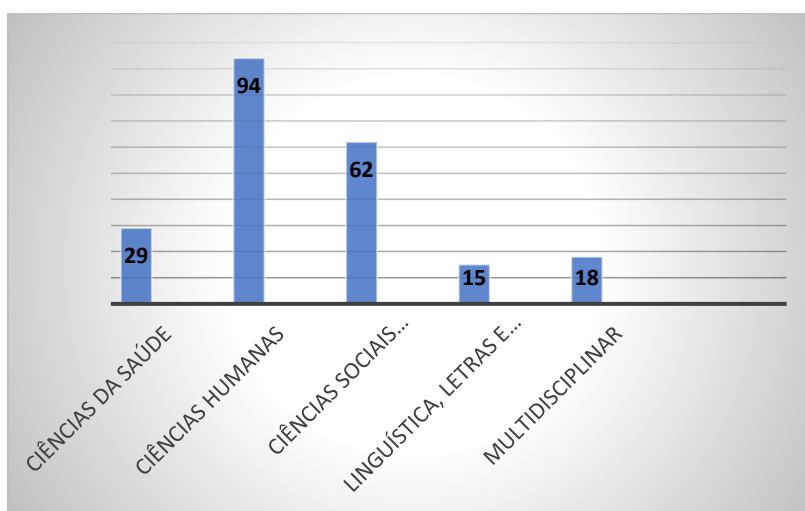
Fonte: CAPES, elaboração própria, 2018.

¹⁸ Fonte: <https://www.abglt.org/afiliadas>. Toma-se por base a ABGLT pois, atualmente, é a maior associação do gênero na região da América Latina e Caribe.

¹⁹ Ressalta-se que a análise realizada não pretende fornecer um panorama completo de todos os coletivos que atuam na defesa dos direitos de transexuais, tampouco abranger o inteiro teor do discurso científico sobre transexualidade. Busco, por meio dessa divisão, tecer problematizações iniciais que destaquem a complexidade das dinâmicas relacionando produção científica e ativismo trans num enfoque que leva em consideração as regiões brasileiras.

Dando continuidade à análise, 166 são os registros sobre transexualidade no período de 2008 a 2018, os quais, em índices percentuais, equivalem a um aumento de mais de 900 por cento. É nesse momento que são produzidos, no Brasil, trabalhos imprescindíveis ao tema, e a tese de Berenice Bento constitui-se em um exemplo. Escrita em 2003, a tese de título *A Reinvenção do Corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*, fala em “experiência transexual”, tornando-se um dos primeiros trabalhos a abordar a transexualidade sob o viés identitário. A influência dessa proposta foi tamanha que levou à adaptação da tese ao formato de livro, o qual foi publicado pela editora Garamond²⁰ no ano de 2006, em seu selo Universitária. A relevância de produção de Bento, cuja contribuição foi determinante para a população transexual, outorgou-lhe, em 2011, o Prêmio Nacional de Direitos Humanos.²¹

Gráfico 6 – Teses e dissertações sobre transexualidade nas Grandes Áreas de Conhecimento



Fonte: CAPES, elaboração própria, 2018.

Considerando todos os registros sobre transexualidade no Banco de Teses e Dissertações da CAPES (1997-2018) e adotando a classificação por Grande Área de Conhecimento²²,

²⁰A editora também publicou a tese de Marcos Benedetti, intitulada *Toda Feita*, obra considerada referência nos estudos da transexualidade. A publicação ocorreu pela coleção *Sexualidade, Gênero e Sociedade*.

²¹Fonte: <http://mineiropt.com.br/sociologa-berenice-bento-ganha-premio-pela-atuacao-na-defesa-dos-travestis-e-trans/>

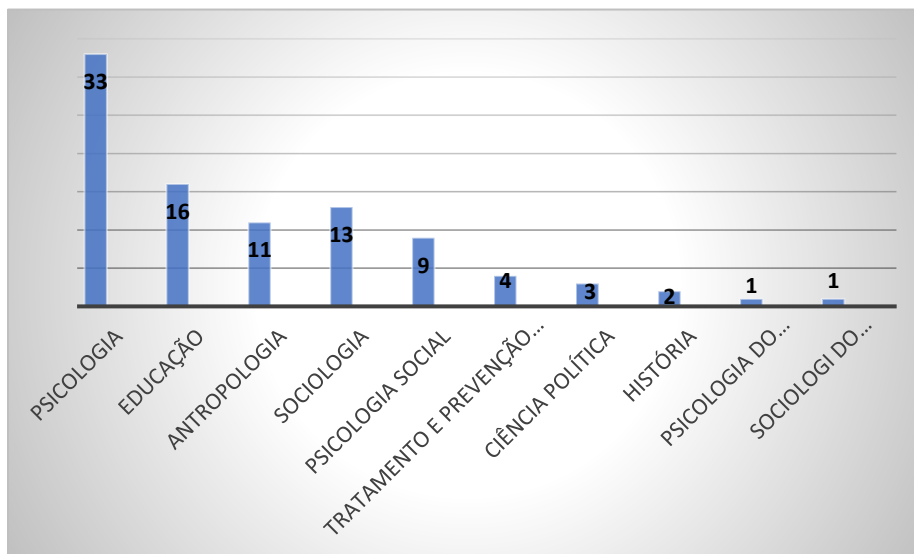
²² O Banco de Teses e Dissertações da CAPES permite classificar as produções em mais de um critério nos parâmetros Grande Área do Conhecimento e Área do Conhecimento, razão pela qual se fala em classificações ao invés de produções;

constatou-se que correspondem às Ciências Humanas o maior número de trabalhos sobre o tema. Nessa área, dos 94 registros existentes, 75 são dissertações, 16 teses de doutorado e 3 dissertações de mestrado profissional.

Na plataforma da CAPES, esses registros se subdividem de acordo à Área do Conhecimento, o qual demonstra que, na Grande Área das Ciências Humanas (vide Gráfico 7) há 33 classificações na Psicologia, 16 na Educação, 11 na Antropologia, 13 na Sociologia, 9 na Psicologia Social, 4 no Tratamento e Prevenção Psicológica, 3 na Ciência Política, 2 na História, 1 na Psicologia do Desenvolvimento Humano e 1 da Sociologia do Desenvolvimento.

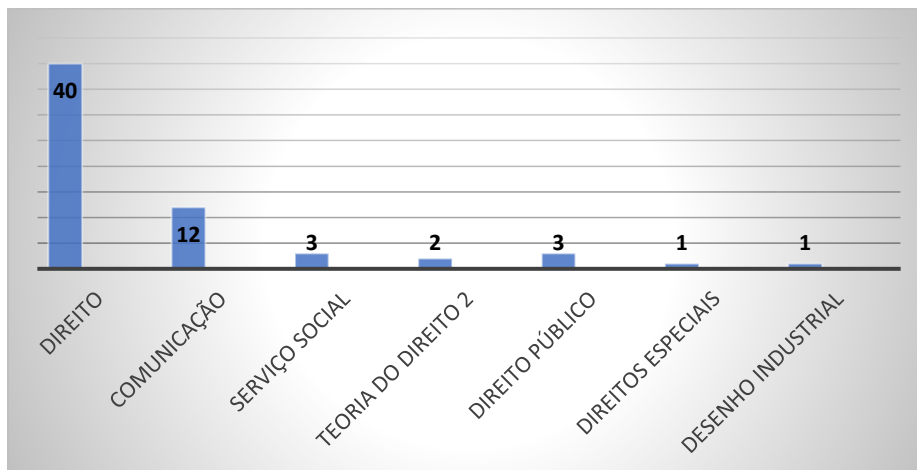
Salientamos que a maioria dos trabalhos das Ciências Humanas foram produzidos no segundo lapso temporal proposto. A partir disso, podemos afirmar que o estudo científico da transexualidade se diversificou, não se limitando às análises das “ciências duras”.

Gráfico 7 – Teses e dissertações sobre transexualidade na Grande Área das Ciências Humanas



Fonte: CAPES, elaboração própria, 2018.

Gráfico 8 – Teses e dissertações sobre transexualidade na Grande Área das Ciências Sociais Aplicadas



Fonte: CAPES, elaboração própria, 2018.

Além das Ciências Humanas, a segunda Grande Área do Conhecimento com maior número de registros é a das Ciências Sociais Aplicadas, que possui 59 resultados. Ao refiná-los por Área do Conhecimento (vide Gráfico 7), observou-se que são classificados como sendo 40 da Área de Conhecimento do Direito, 12 da Comunicação, 3 do Serviço Social, 2 da Teoria do Direito, 3 do Direito Público, 1 de Direitos Especiais e 1 de Desenho Industrial.

Quanto às observações sobre a relação entre transexualidade e produção científica jurídica, destacamos que não há pretensão de afirmar que atualmente seja inexpressivo o número de pesquisas na Área de Conhecimento do Direito. O que se busca salientar é a diminuição de investigações jurídicas, paralelamente ao aumento de trabalhos que seguem o viés antropológico e sociológico, o qual fica comprovado ao se constatar que, de serem responsáveis por quase metade dos trabalhos sobre transexualidade no período de 1997 a 2007, os estudos jurídicos passaram a corresponder a apenas um terço dos registros entre 2008 e 2018.

Concluída a revisão bibliográfica realizada na plataforma CAPES, cabem algumas considerações. Inicialmente, ponderamos que, a despeito do aumento constatado nos últimos dez anos, ainda são poucas as pesquisas acadêmicas sobre transgêneros. Adicionalmente, o fato de a maioria das produções serem oriundas da região Sudeste e Sul, respectivamente, pode ser interpretado como indício da transfobia que “recrudescer nas regiões mais pobres do Brasil, proporcionalmente ao número de habitantes de cada estado, onde prevalece a baixa escolaridade,

desemprego, machismo e, conseqüentemente, a LGBTfobia como manifestação do subdesenvolvimento regional” (ANTRA, 2018, p.103).

Sobre a discussão trans no âmbito da academia no Nordeste, efetuamos um paralelo entre o número de trabalhos e a explicação que o *Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017* fornece para os altos índices de assassinatos de transexuais nessa região. Ao citar “virulento machismo patriarcalista, o mandonismo das elites locais, o abuso de autoridade policial e a ineficácia do poder judiciário” (*ibidem*, 2018) o Mapa descreve uma estrutura social que contribui ao apagamento, físico e simbólico, dos indivíduos trans.

Nos registros encontrados no banco de dados da CAPES também se percebe uma forte tendência acadêmica de estudar a transexualidade em face de aspectos periféricos e de marginalidade. A relação da população trans com a prostituição (FERREIRA, 2007; LEMOS, 2017; PATRIARCA, 2015), por exemplo, está presente em múltiplas análises. Apesar de poder ser explicada pela grande incidência desses indivíduos no trabalho sexual, deve-se ter atenção para não restringir os corpos trans aos ambientes de marginalidade pois, além de reforçar um imaginário social da exclusão, corre-se o risco de ignorar as experiências de indivíduos trans que estão inseridos no mercado de trabalho.

Na mesma linha, afirma Andrade:

(...)se faz necessário apresentar formas de sociabilidade das travestis que não sejam alicerçadas apenas no campo da prostituição, caso contrário imobilizamos a identidade da travesti, a qual, aos poucos, com resistência e assujeitamentos, insere-se nos contextos sociais e profissionais diversos (ANDRADE, 2012, p.16).

O posicionamento de Andrade – de especial relevância, visto que é fruto de um trabalho científico sobre transidentidade escrito por uma transmulher – complementa o resultado da análise percentual da CAPES e situa o estudo de trans dentro do mercado de trabalho como uma perspectiva pouco estudada, mas relevante.

Constatado o reduzido número de investigações que abordam a experiência de transexuais no mercado de trabalho, delimitamos o problema da presente pesquisa, partindo do pressuposto de que existe uma lacuna teórica que justifica a importância de novas investigações a respeito do tema.

Buscando complementar os resultados obtidos no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, nosso próximo passo consistiu em recorrer a outros mecanismos de busca que

possibilitassem acessar trabalhos não contidos nessa plataforma, sobretudo em face da existência de diversos periódicos e núcleos de estudos especificamente voltados aos estudos de gênero, feminismo e sexualidade. Em razão disso, foram consultados artigos científicos presentes em revistas, anais de congressos e, especialmente, as produções científicas dos Cadernos PAGU, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e da Revista Estudos Feministas, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, responsável pela edição dos Cadernos Pagu, reúne 21 centros e núcleos interdisciplinares de estudo, congregando estudantes de graduação, mestrado e doutorado, assim como pesquisadores plenos e colaboradores. Institucionalizado em 1993 – mesmo ano em que começaram a ser publicados os Cadernos Pagu – o núcleo desenvolve pesquisas em dez linhas distintas, além de promover eventos, publicar os Cadernos Pagu e manter a Biblioteca Beth Lobo, cujo acervo é voltado às produções sobre gênero, feminismos e sexualidade.²³

Publicados desde 1993, de frequência quadrimestral e abordagem interdisciplinar, os Cadernos Pagu reúnem trabalhos científicos de renomados estudiosos da temática de gênero e *queer* – Judith Butler (2003; 2014), Eve Kosofsky Sedgwick (2007) e Heleieth Saffioti (2001), entre outros – contando, até então, com 54 números.

Graças ao foco desta pesquisa, procuramos levantar²⁴ o número de registros²⁵ que tratassem sobre transgeneridades. Dessa busca, foram encontrados 12 registros a respeito de trans e travestis, sendo o primeiro do ano de 2000, sete anos após a primeira publicação dos Cadernos. Considerando que, no decorrer de seus 54 números, há 875 registros escritos – os quais abrangem textos de apresentação, artigos, entrevistas, erratas e resenhas – nota-se que menos de 2 % do conteúdo publicado pelos Cadernos aborda, especificamente, as transidentidades. De modo complementar, cabe salientar que nenhuma das publicações sobre transexualidade se relaciona à temática do trabalho.

A Revista Estudos Feministas é, à semelhança dos Cadernos Pagu, referência nacional no debate de gênero, feminismo e sexualidade. Possui 28 volumes – posto que o volume inicial foi enumerado de “volume 0”, publicado em 1992 – dos quais os onze iniciais apresentam dois

²³ Fonte: pagu.unicamp.br

²⁴ Levantamento realizado em fevereiro de 2019;

²⁵ Optamos pelo termo “registros” para abranger todas as produções escritas – artigos científicos, entrevistas, erratas, resenhas e textos de apresentação – que constam nos Cadernos Pagu;

números cada e, os restantes, três números por volume. A revista é quadrimestral e interdisciplinar, recebendo artigos, ensaios e resenhas.

Na busca dos volumes publicados, identificaram-se 18 artigos a respeito de transexualidade e travestilidade. Similarmente aos resultados obtidos nos Cadernos Pagu, a presença de análises com ênfase nas transgeneridades pode ser considerada reduzida, sobretudo ao se levar em conta o teor da revista e seu extenso período de existência. Outra similitude diz respeito ao ano em que consta o primeiro registro a respeito de transexualidade. Na Revista Estudos Feministas, à semelhança dos Cadernos Pagu, não há registros a respeito de transexualidade na década de noventa, sendo o primeiro artigo sobre a temática do ano de 2002, dez anos após a publicação do primeiro volume da revista.

A análise das publicações dessas revistas permite algumas considerações. Em princípio, a ausência de pesquisas referentes à transexualidade na década de noventa indica uma tendência inicial dos estudos de gênero brasileiros a focarem nas discussões feministas, relacionadas às demandas e problemáticas enfrentadas por mulheres cisgênero. Não obstante ambas revistas possuírem cunho interseccional, propondo-se a realizar debates aprofundados sobre os aspectos que perpassam as questões de gênero e sexualidade, os trabalhos especificamente sobre transgeneridade ainda correspondem a uma baixa porcentagem das produções publicadas. Ao se situarem entre as mais relevantes fontes de pesquisa para estudiosos de gênero e, sem embargo, contarem com um número limitado de produções voltadas para o tema, torna-se possível afirmar a necessidade de expandir ainda mais o campo de estudo sobre as transidentidades.

A partir da breve revisão bibliográfica empreendida, constatamos que os estudos de cunho antropológico e sociológico acerca da transgeneridade vêm aumentando no âmbito nacional, adotando abordagens cada vez mais múltiplas, estabelecendo conexões que superam a questão da marginalidade e problematizando distintos aspectos da transexualidade. Surgem, desse modo, análises que partem dos pressupostos de marcos teóricos da área para estabelecer novos diálogos na pesquisa. As interseções entre transgêneros e cinema (SANTOS, 2002), fotografias (VASCO, 2015) e concursos de beleza (SILVA JUNIOR, 2017) exemplificam essa diversidade temática.

No mesmo sentido, Berenice Bento sintetiza, afirmando:

Conhecia-se as travestis, as(os) transexuais, os gays e as lésbicas com os olhos religiosos e médicos. O que está acontecendo nas ciências sociais brasileiras é uma radical desconstrução dos saberes hegemônicos das sexualidades e dos gêneros. Teses, dissertações, monografias, artigos que discutem as identidades de gênero e as sexualidades

em perspectivas despatologizantes estabelecem disputas teóricas com os feminismos heterocentrados, apontam o caráter ideológico da suposta neutralidade das ciências psi, negam a tese da diferença sexual como demiurgo primeiro da existência identitária (BENTO, 2017, p.287).

Ainda assim, acreditamos que o diálogo entre transexualidade e aspectos laborais ainda é pouco recorrente nas pesquisas da área, correspondendo a um reduzido número de produções científicas. Amparando-nos nessa constatação, defendemos a relevância do caminho teórico pretendido por esta tese, visto que almejamos preencher uma lacuna teórica e atender às demandas dos coletivos trans que estabelecem a necessidade de ampliar a discussão sobre acesso ao trabalho (ANTRA, 2019; 2020).

1.4 TRABALHO, GÊNERO E TRANSGENERIDADE

Antes de comentar acerca das produções acadêmicas que estudam a transgeneridade no mercado de trabalho, cabe discorrer brevemente a respeito do que entendemos por “trabalho” e sobre a importância do recorte de gênero nas análises referentes ao tema, conforme apontam Hirata e Kergoat:

A literatura existente costuma falar de operários ou de classe operária sem fazer nenhuma referência ao sexo dos atores sociais. E como se o lugar na produção fosse um elemento unificador de tal ordem que fazer parte da classe operária já remeteria a uma série de comportamentos e de atitudes relativamente unívocos. É verdade que essa tendência de apresentar uma imagem da classe operária relativamente homogênea cujos únicos elementos distintivos seriam o emprego e o desemprego, o lugar na produção e a qualificação não ignora apenas a categoria sexo (1994, p.93).

Ao falar de trabalho, optamos por sua acepção sociológica, aludindo a uma categoria de extrema relevância na organização social contemporânea, vinculada não somente aos meios de produção, mas também aos aspectos culturais e humanos (ABREU; DUARTE, 2010). Nesse sentido, a sociologia de trabalho investiga a divisão social do trabalho e suas relações, especialmente dada a pluralidade de sujeitos que compõem a classe trabalhadora. Inicialmente pensada como uma unidade masculina, a influência dos estudos feministas e de gênero demonstrou a necessidade de considerar o recorte de gênero nas investigações sobre o proletariado. Na explicação de Silveira e Freitas:

As práticas sociais diferem de acordo com o sexo do indivíduo. Essa diferença está baseada em relações de poder e de dominação: as mulheres se encontram em posição de inferioridade e de submissão em relação aos homens. Essa hierarquia organiza todas as esferas da vida social, passando pela família e pela organização do mercado de trabalho. Desse modo, as atividades realizadas por homens e mulheres no mercado de trabalho e no âmbito doméstico são marcadas por diferenciações e desigualdades baseadas no sexo. Essas duas esferas (econômica e doméstica) se retroalimentam, contribuindo para a manutenção do sistema de gênero, que diferencia e hierarquiza as práticas de homens e mulheres (2007, p.9-10).

Em decorrência disso, surgem, na França, diversos modelos analíticos para explicar as distinções entre as funções desempenhadas por homens e mulheres pois, segundo Hirata e Kergoat (1994), os pressupostos marxistas acerca da opressão de classes se tornavam insuficientes para explicar a subordinação feminina. São eles o tradicional, a conciliação, o paradigma de parceria e a delegação.

Na explicação do modelo tradicional, o trabalho desempenhado pelas mulheres é o reprodutivo, cabendo exclusivamente aos homens o trabalho produtivo, profissional. De modo diverso, o modelo de conciliação menciona a articulação entre as atividades domésticas e profissionais, equilíbrio que se constata apenas no âmbito teórico, pois a prática demonstra que ainda são destinadas às mulheres os afazeres da casa (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Sobre o paradigma de parceria, expõem Hirata e Kergoat:

Esse princípio de parceria considera mulheres e homens como parceiros (e, portanto, decorre mais de uma lógica de conciliação de papéis que do conflito e da contradição) e as relações entre eles mais em termos de igualdade que de poder. Esse paradigma da parceria poderia alimentar uma prática de divisão das tarefas domésticas no casal – no plano individual –, porém as pesquisas de emprego do tempo realizadas pelo Insee na França, em 1986 e 1999 (por exemplo, Brousse, 1999), mostram que a realidade das práticas sociais não confirma a atualidade desse modelo (*ibidem*, 2007).

Finalmente, o modelo de delegação observa como se torna necessário que mulheres deleguem os afazeres domésticos a outras mulheres, pois apenas assim podem acender profissionalmente. (SILVEIRA; FREITAS, 2007). Esses modelos explicativos auxiliam a análise das transformações sociais e as peculiaridades da desigualdade laboral em face ao recorte de gênero, evidenciando como a dominação masculina se perpetua no mercado de trabalho.

No Brasil, os primeiros trabalhos sobre a presença feminina no mercado laboral focavam na produtividade. Em seguida, passaram a abordar a influência do contexto familiar para o trabalho feminino, culminando nas primeiras discussões acerca do trabalho doméstico. Após o Censo de

80, a noção de divisão sexual do trabalho começou a ser priorizada nas abordagens, dando espaço às discussões que indagavam acerca da influência das relações sociais entre gêneros na esfera laboral (BRUSCHINI,1998).

A partir disso, teóricas como Abramo e Abreu (1998) constataram que as mulheres estavam mais sujeitas ao trabalho precarizado. No mesmo sentido, Hirata (2002) relacionou o aumento da presença feminina no mercado de trabalho brasileiro ao incremento do subemprego. Por sua vez, Bruschini (1998) enfatizou quão expressiva é a presença de mulheres no trabalho domiciliar.

Sobre a presença feminina no mercado de trabalho, Silveira e Freitas afirmam:

Apesar das mudanças ocorridas no mercado de trabalho brasileiro, que incorporou crescentemente a força de trabalho feminina, destacando-se o aumento da participação de mulheres em postos de maior prestígio, qualificação e remuneração, há ainda uma série de discriminações que marcam as ocupações das trabalhadoras. Elas permanecem concentradas em atividades que são tradicionalmente atribuídas às mulheres, ganham salários mais baixos quando comparados aos dos homens, são responsabilizadas pelo cumprimento integral das tarefas domésticas e de cuidado dos filhos e ocupam os postos mais precarizados (2007, p.25).

A crescente participação das mulheres no mercado de trabalho faz com que o trabalho feminino represente relevante parcela do proletariado que vive o que Antunes chama de “nova polissemia do trabalho”, cenário resultante das inúmeras transformações sofridas pelo sistema econômico ocidental e que gera fenômenos como a uberização do trabalho²⁶ e a financeirização do capital.

A classe trabalhadora, por conseguinte, é mais ampla do que o “proletariado industrial produtivo” do século passado, embora este ainda se constitua em seu núcleo fundamental. Tem, portanto, uma conformação mais fragmentada, mais heterogênea, mais complexificada, mais polissêmica e mais multifacetada. Uma conformação que só pode ser apreendida se partirmos de uma noção ampliada de trabalho (2003, p.237).

Em virtude disso, compreendemos a classe trabalhadora como um grupo heterogêneo, abrangendo o proletariado produtivo, o improdutivo – isto é, o que não produz mais-valia – o precarizado, o terceirizado, o *part-time*, etc. Ademais, a defesa que o teórico faz sobre a necessidade de compreender as consequências da “divisão sociossexual e racial do trabalho em sua nova morfologia” (ANTUNES, 2020b, p.14) justificam nosso enfoque na vivência trans.

²⁶ Aprofundaremos acerca da uberização do trabalho no tópico 5.3 *Trabalho na pandemia*.

Ao refletir acerca das consequências da pandemia para os trabalhadores, Antunes (2020b, p.21) pontua que foi atingido com maior gravidade “o corpo da classe trabalhadora e, sucessiva e progressivamente, o corpo-classe das mulheres trabalhadoras brancas, e mais intensamente o corpo-classe das trabalhadoras negras, indígenas, imigrantes, refugiadas, LGBTQs etc.” Por essa razão, a presente pesquisa também abordará a peculiaridade da vivência profissional dos indivíduos transgênero no contexto da crise de saúde.

Estabelecida a relevância de considerar o recorte da transgeneridade nas pesquisas sobre trabalho, debruçamo-nos sobre algumas produções acadêmicas nacionais que fazem essa abordagem. Embora não se trate de um viés de análise frequente nas investigações, durante a revisão de literatura verificamos a existência de pesquisas que apresentam relevantes questões acerca da experiência de transexuais que trabalham, permitindo, entre outros aspectos, conhecer as distintas maneiras pelas quais a transfobia se manifesta no ambiente laboral.

A dissertação *Já é negro, ainda quer ser travesti? – Experiências trans de mulheres negras* (BRITO, 2016) trata das experiências de transmulheres negras em ambientes educacionais, perpassando os múltiplos aspectos que as influenciam. De abordagem interseccional, o estudo de Brito apresenta a vulnerabilidade da mulher trans e negra dentro do mercado de trabalho no tópico *Formou! E agora? Expectativas, frustrações e escapes*, no qual situa a busca por emprego como um desdobramento natural da obtenção de um título acadêmico superior. A partir de sua investigação, a autora concluiu que pessoas transfemininas negras encontram mais obstáculos do que transfemininas brancas para encontrar e manter um emprego.

Dentre os relatos expostos pela pesquisadora, destaca-se o da entrevistada Zelda, professora de Educação Física. Segundo ela, em seu ambiente de trabalho é tratada, principalmente, como homossexual, visto que, apesar de algumas pessoas a respeitarem como trans, há muita dificuldade em compreender e aceitar uma pessoa cis diversa. Portanto, convive com o silenciamento de seu gênero no trabalho, incômodo que Zelda tolera pois precisa do dinheiro. Como bem situa Brito (2016, p.102), fala-se em “tolerar” porque não se pode afirmar que ela aceita a circunstância, “uma vez que não há de fato uma escolha, pois viver sem emprego não é uma opção viável em uma sociedade centrada no capital”.

A existência de relação entre um ideal de transexualidade, cirurgia de redesignação e empregabilidade é afirmada pela dissertação *Vidas em espera: uma etnografia sobre a experiência do tempo no processo transsexualizador*:

Percebi que existem variadas expectativas criadas pelas entrevistadas em relação às cirurgias. Tal cirurgia, como mencionado anteriormente, está ligada em suas narrativas à expectativa de melhoria das condições gerais de vida. Neste sentido, um dos aspectos é o trabalho formal, onde muitas com medo do processo discriminatório acabam encontrando uma barreira para se inserir. Tais dificuldades se iniciam no ato de elaborar um currículo, o qual vem cheio de medos e questionamentos. Um deles é qual o nome que se deve colocar, se se deve usar o nome social ou o civil. O processo de incertezas que envolve suas carreiras perpassa para além de apenas se profissionalizar e tornar-se competitiva no mercado formal de trabalho, ele está ligado diretamente na máquina da diferença de gênero. Com um contexto histórico que coloca as mulheres cisgênero em desigualdade em relação aos homens cisgênero, havendo que se levar em consideração as interseccionalidades ligadas a outras marcas de diferença, tais como as étnicas, raciais, etárias, sexuais. E quando se trata de pessoas que vivem a transgeneridade, esse contexto de exclusão de trabalho é bem evidente (ALMEIDA, 2018, p.115-116).

Das participantes da pesquisa de Almeida (2018), apenas Caliandra possui renda própria, o qual evidencia a desigualdade entre pessoas trans e cis na busca de um vínculo empregatício. O autor reforça esse argumento citando a experiência de Amara Moira – transmulher, ativista e doutora – a qual vivenciou a grande diferença de buscar emprego quando passou a se apresentar como travesti. Contratada em uma escola de prestígio na época em que se apresentava como homem cis, Moira enfatiza a recepção totalmente distinta ao buscar emprego como mulher trans. Segundo ela, nem com o título de doutora pela USP, uma das universidades mais prestigiadas do país, teve a mesma facilidade para ser contratada sendo uma mulher transexual.

Mesmo que o objetivo da dissertação de Almeida (2018) não seja aprofundar-se na relação entre transexualidade e trabalho, o autor afirma a importância desse recorte de pesquisa:

Dentre tantos caminhos que podem ser seguidos, a realidade do mercado de trabalho formal, para a população transexual e travesti, também é um tema bastante atual e relevante. Sendo um dos assuntos sempre presentes em reuniões e fóruns de debates voltados para as temáticas da transexualidade e travestilidade. Existe uma pressão sobre os corpos, sexualidades e identidades que acaba colocando pessoas com marcadores sociais da diferença em um ambiente subalternizado ou nem mesmo abrindo espaços para existirem. Um desses ambientes é o trabalho formal, que em muitos momentos lhes é negado, questões que extrapolam suas capacidades laborativas (ALMEIDA, 2018, p. 133).

Na tese *Morra para se libertar: estigmatização e violência contra travestis* (BUSIN, 2015), encontra-se um fragmento referente à transfobia que parte dos colegas de trabalho. Cynthia, uma das entrevistadas, relata que seus colegas fizeram um abaixo-assinado pedindo sua demissão ao descobrirem seu gênero. Outra participante da pesquisa, Iara, conta que perdeu o emprego ao

adotar uma aparência “megafeminina”. Observa-se que, tal qual expôs Zelda a Brito (2016), a rejeição é proporcional ao grau de rompimento da performance heteronormativa.

A trajetória da entrevistada Roberta permite um paralelo com a de Zelda, pois retrata a aceitação de uma identidade homossexual, mas não a “transgressão” de gênero. Não obstante trabalhasse num ambiente considerado permissivo, sua estabilidade no emprego dependia de adequar seus trejeitos à masculinidade, visto que era considerada um “homossexual masculino”. A impossibilidade de ser aceita como mulher trans conduziu ao abandono do emprego fixo em prol de múltiplas funções que, embora mal remuneradas, lhe permitissem vivenciar seu gênero (BUSIN, 2015, p.220).

Na mesma linha de pesquisa, o estudo desenvolvido por Tiago Zeferino Santos (2015) sobre professoras trans no Brasil apresenta muitas reflexões pertinentes sobre as relações e experiências desses indivíduos como trabalhadores. Por se tratar de dissertação focada na vivência de uma transmulher que exerce a docência, o autor investigou o convívio entre ela, demais professores e alunos.

As entrevistas realizadas com os colegas da professora Carolina e seus alunos apontam a imbricação do discurso médico nas percepções dos indivíduos cis que convivem com uma transmulher. A fala de Helena, colega de Carolina, na qual afirma que é transexual quem se submete à redesignação, torna explícito que “não basta parecer ou dizer que é de outro gênero, mas, obrigatoriamente, comprovar fisicamente que o órgão de maior representação masculina (o pênis) foi ou será eliminado em breve daquele corpo” (SANTOS, 2015, p.78).

O exposto explica o motivo pelo qual, ao serem os professores indagados se entendiam a professora Carolina como homem ou mulher, “todos responderam que a viam como homem e sempre justificavam essa resposta no sexo biológico e nos estereótipos do gênero masculino” (*ibidem*, p.75).

Isso não significa, expõe Santos (2015), que os professores tenham uma má relação com Carolina. Muito embora possuam crenças transfóbicas em distintos aspectos – uso do banheiro, imposição de um padrão de feminilidade, etc. –, a complexidade das dinâmicas sociais envolvendo indivíduos trans faz com que esses professores adotem, simultaneamente, discursos de preconceito e de afeto em relação à Carolina. Ao invés da rejeição explícita que é retratada por outras transmulheres, na vivência da professora Carolina as práticas de resistência à sua transidentidade são mais tênues, permitindo relações de cordialidade.

Também convém destacar a tese de Dayana Brunetto Santos (2015) acerca de professoras trans. Tendo em vista que realizamos a pesquisa de estado da arte previamente ao contato com os sujeitos de nossa pesquisa, não havia como saber que, assim como Santos (2015), teríamos a experiência de entrevistar Milena Branco. Por esse motivo, fizemos, em nossa abordagem, um diálogo recorrente com a tese da autora, sobretudo no que tange a analisar as transformações do discurso da professora Milena.

A dissertação de Hartmann (2017) destaca-se em meio às propostas apresentadas, pois realiza um estudo com ênfase nas condições de empregabilidade de travestis. Diferentemente dos outros trabalhos – os quais abordam o tema paralelamente ao foco de suas análises – Hartmann (2017) optou por compreender os fatores que influem na possibilidade de mulheres trans se inserirem no mercado de trabalho, pressupondo que ultrapassam o âmbito institucional. Essa pesquisa, cujo recorte espacial é o da cidade de Florianópolis, é importante referência para esta tese, dado que parte de um arcabouço teórico *queer* para compreender o caráter interseccional da inserção e permanência de transmulheres no mercado.

Além de dissertações e teses, o tema se encontra presente em artigos científicos. De acordo à revisão bibliográfica realizada, a relação entre transexualidade e trabalho é majoritariamente discutida nestes, o qual possibilita algumas considerações. Devido à sua estrutura mais concisa, artigos científicos dinamizam o debate acadêmico, permitindo que a academia acompanhe questões sociais que se encontrem em evidência. Contudo, essa característica estrutural dificulta ao autor do artigo científico empreender uma investigação mais extensa do tema que se propõe a tratar, motivo pelo qual se considera o vínculo entre transvivências e mercado de trabalho como um recorte de análise que pode ser muito mais explorado.

O artigo *Medo e preconceito: experiências de transgêneros no contexto organizacional* (CÂNDIDO, 2016), publicado nos Anais do IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, é exemplo disso. Apresentando por reflexões finais as noções de que “as pessoas transgêneras entrevistadas percebem a existência de diversas formas de preconceito e discriminação nas práticas organizacionais e dos colegas de trabalho” e de que “existe uma necessidade latente de se expandir os estudos sobre gênero e sexualidade dentro das organizações também aos transgêneros” (2016, p. 11), acredita-se que o autor teria podido expandir sua análise em uma dissertação ou tese. Em adição, uma pesquisa mais aprofundada teria possibilitado ao próprio autor abordar os temas que propôs para novas investigações ao final do artigo.

Do mesmo Congresso, o artigo *A transexualidade e o mercado formal de trabalho: principais dificuldades para inserção profissional* (ALVES et al., 2016) obtém interessantes conclusões a respeito da relação entre sujeitos trans e empresas:

Além da questão da (falta de) formação profissional, a pesquisa permitiu identificar que outra grande barreira imposta no ambiente de trabalho é justificada por legitimações burocráticas, visto que a lei brasileira regulamenta de modo incipiente critérios para alteração do nome em documentos, ou mesmo legitima a transexualidade como patologia psiquiátrica. No caso do uso do nome social, foi possível verificar a legitimação de violências psíquicas enfrentadas por profissionais que devem carregar consigo nomes não coerentes com suas identidades de gênero, ou ainda, a dificuldade da mudança de nome em função de sua vinculação à cirurgia da mudança de sexo (ALVES et al., 2016, p.11).

Outro aspecto enfatizado pelo trabalho é o “paradoxo estatal” em relação à população trans. Embora o discurso oficial fale de respeito e inclusão, a ausência de políticas públicas e demais ações estatais inviabiliza o efetivo combate à transfobia no contexto laboral (*ibidem*, 2016).

No mesmo sentido, em *A discriminação de travestis e transexuais no mercado de trabalho* (LICCIARDI et al., 2015) ressalta-se a falta de políticas públicas. Nas palavras de seus autores:

Observando apenas o âmbito do mercado formal de trabalho, podemos notar que o contingente de mulheres travestis e transexuais em qualquer área de atuação é extremamente inferior ao de homens e mulheres cisgêneros, inclusive homossexuais. Um estudo realizado pela HayGroup, consultoria multinacional de gestão de negócios, aponta que um dos motivos para isso é a falta de políticas de diversidade nas empresas. O estudo realizado com mais de 906 empresas de diversos setores, identificou que apenas 21% da amostra possuem uma política de valorização da diversidade, sendo que 47% dessas políticas são voltadas para pessoas com deficiências e 18% para jovens aprendizes ou terceira idade. Questões como o entendimento correto a respeito da identidade de gênero, a quebra de paradigmas corporativos a respeito da diversidade e políticas e práticas de Recursos Humanos inclusivas devem ser problematizadas para que possamos alcançar uma sociedade mais próxima possível do que é previsto por lei (*ibidem*, p.209).

Licciardi *et al.* (2015) ainda salientam que, embora o ambiente organizacional pretenda ser diversificado – pois, assim, aumenta seu capital intelectual e valor de mercado –, a identidade trans é rejeitada, como se fosse incapaz de agregar ao espaço de trabalho.

Nessa perspectiva, o trabalho *Transexuais no mercado de trabalho: estudo sobre a representatividade nos ambientes formais de trabalho* (GIORGI; BARBOSA; BORGES, 2017) reforça a urgência de debater, dentro e fora da academia, as questões trans. Segundo os autores, “a falta de conhecimento e a falta de vontade de se discutir gêneros, em seus vários âmbitos,

especialmente o profissional” (2017, p.172), tornam extremamente difícil a experiência de trabalho de indivíduos trans.

Um exemplo das violências sofridas é encontrado no artigo *Eu quero viver de dia – uma análise da inserção das transgênero no mercado de trabalho* (CARVALHO, 2016). Ao entrevistar transmulheres, com objetivo de conhecer suas trajetórias laborais, a autora apresenta, em seu texto, relatos que expõem a sutileza e complexidade com a qual a transfobia se manifesta. Dentre os aspectos analisados pela autora, vale ressaltar a obrigação de utilizar uniforme, apontada por uma das entrevistadas como mecanismo utilizado por seu empregador, a fim de constrangê-la e poder justificar sua demissão quando se recusasse a adotar o uniforme masculino.

A partir dessa leitura e análise das investigações que relacionam identidade trans e mercado de trabalho, identificamos uma mudança de enfoque teórico que vem sendo empreendida por distintas áreas do conhecimento. Não obstante o termo “transexual” tenha surgido associado à patologia, as abordagens teóricas plurais constatadas por meio da pesquisa de estado da arte trazem, em seu cerne, a compreensão da transexualidade fora do âmbito patológico, posicionamento respaldado pela CID-11.

Devido ao diálogo privilegiado que esta proposta estabelece com a antropologia e a sociologia, o seguinte capítulo realiza uma revisão de literatura com ênfase nessas áreas. Dessa maneira, trata-se especificamente das produções que mais influem na construção do conhecimento contemporâneo sobre transgeneridade nas ciências humanas, apresentando o *corpus* teórico que embasa nossa análise dos dados colhidos durante a pesquisa de campo.

Convém enfatizar que, dada a inadequação de construir um saber reducionista, apegado à conceitos que pouco dizem sobre a complexidade da realidade social (MAFFESOLI, 1998), recorreremos ao *corpus* teórico sem perder de vista a realidade que lhe dá origem – ou deveria, conforme critica Santos (1989). Nesse sentido, discorreremos sobre os referenciais que estão por trás de nosso olhar ao nos debruçar sobre o objeto, porém tendo em mente que a principal coerência a ser respeitada é a do fenômeno conforme descrito pelo sujeito significativo.

2 TRANSFORMAÇÕES NO DISCURSO ANTROPOLÓGICO E SOCIOLÓGICO SOBRE TRANSEXUALIDADE

Embora interdisciplinar, esta proposta dialoga, sobretudo, com as ciências humanas, justificando-se, assim, uma revisão de literatura que aprofunde nessa área. O *corpus* teórico apresentado é composto das contribuições antropológicas e sociológicas que mais influenciam as discussões contemporâneas sobre transexualidade – na percepção da autora.

Desse modo, no presente capítulo, expomos pressupostos teóricos relevantes para esses estudos, apresentando a pluralidade de abordagens presentes nas investigações contemporâneas sobre transgeneridade nas ciências humanas e relacionando-a à expansão desse campo de pesquisa, assim como à superação do preconceito enfrentado pela população transexual.

2.1 EM ÂMBITO INTERNACIONAL

Considerado um dos estudiosos mais relevantes do século XX, o filósofo Michel Foucault (2019a; 2019b), juntamente a Jacques Derrida (2004), influenciou o surgimento da vertente teórica denominada teoria *queer*, a qual dialoga com os estudos de gênero ao problematizar questões relacionadas à sexualidade e identidade de gênero (MISKOLCI, 2007; 2009). A análise foucaultiana foi o ponto de partida para questionamentos que, mais do que se voltam para o estudo de grupos em específico, buscam saber como se configuram as hierarquias – para utilizar o conceito de Rubin (2012) – de performances sexual e de gênero na sociedade ocidental.

Nos três volumes que compõem a *História da sexualidade – Vontade de saber* (1976), *O uso dos prazeres* (1984) e *O cuidado de si* (1984) –, o filósofo francês faz uma retrospectiva histórica sobre os discursos, práticas e saberes sexuais, desde o século XVII até o século XX. Ao afirmar a necessidade de saber “por que dizemos que somos reprimidos” ao invés de “por que somos reprimidos”, ele investiga as instâncias de poder que falam de sexo e como essa prática discursiva é capaz de materializar uma sexualidade específica, definida como a do leito conjugal (FOUCAULT, 2019a, p.13).

Foucault (1976) inicia sua análise histórica expondo que, no século XVII, o sexo se encontrava entremeado nos discursos religiosos, regulando-se a sexualidade no ato da confissão. A Igreja determinava – sobretudo após a Contrarreforma – a purgação do ímpeto sexual por meio

de uma confissão detalhada, pois “a pastoral cristã inscreveu, como dever fundamental, a tarefa de fazer passar tudo o que se relaciona com o sexo pelo crivo interminável da palavra” (FOUCAULT, 2019a, p.23).

A “certa franqueza” (FOUCAULT, 2019a, p.7) que vigorava no início do século XVII é substituída pelo olhar atento da Igreja em relação a seus fiéis, monopolizando-se os discursos sobre sexualidade. O advir do século XVIII tampouco retoma a liberdade de séculos anteriores, mas direciona o olhar governamental à gestão da sexualidade, surgindo múltiplos discursos normatizadores sobre o sexo.

Segundo o autor, superando um mero interesse relacionado a índices de natalidade, a “polícia do sexo” fez com que:

Através da economia política da população forma-se toda uma teia de observações sobre o sexo. Surge a análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, nos limites entre o biológico e o econômico (FOUCAULT, 2019a, p.29).

Essa proliferação de discursos sobre sexualidade não ocorre a despeito das instâncias de poder, mas como condição essencial para sua consolidação. O incentivo à racionalização do sexo e a pensá-lo dentro dos moldes estabelecidos pelo saber jurídico, médico, etc., possibilita a criação de zonas de silenciamento, nas quais se coíbe qualquer manifestação sobre sexualidade.

Um desses silêncios, exemplifica Foucault (2019a, p.31), diz respeito à escola, na qual estaria vetado aos professores e alunos fazer menção à sexualidade. Contrariamente à proibição de se expressar sobre sexo, o autor destaca como a instituição escolar se orienta – seja na disposição do espaço da sala de aula, dormitórios e na determinação de regras de conduta – seguindo um rigoroso padrão de controle sexual. No mesmo sentido, abordagens teóricas contemporâneas (LANZ, 2018; LOURO, 2004; VIANNA, 2012) chamam atenção para o fato de que a falsa neutralidade sexual e de gênero da escola impulsiona seu poder de instituição reguladora, a qual segrega as identidades sexuais e de gênero não hegemônicas.

A existência de múltiplos discursos referentes à sexualidade fez com que, nos séculos XVIII e XIX, se deslocasse o interesse normatizador da heterossexualidade monogâmica para as práticas contrárias aos novos parâmetros de normalidade sexual. Ao invés do adultério, as condutas ditas como “contrárias à natureza” se faziam cada vez mais presentes nos discursos, passando a existir por e através deles.

Leis naturais da matrimonialidade e regras imanes da sexualidade – não sem lentidões e equívocos – começam a se inscrever em dois registros distintos. Afigura-se um mundo da perversão, secante em relação ao da infração legal ou moral, não sendo, entretanto, simplesmente uma variedade sua. Do final do século XVIII até o século XX, eles correm através dos interstícios da sociedade perseguidos pelas leis, mas nem sempre são encerrados frequentemente nas prisões, talvez doentes, mas vítimas escandalosas e perigosas presas de um estranho mal que traz também o nome de ‘vício’ e, às vezes, de ‘delito’ (FOUCAULT, 2019a, p.44).

Ao negar a hipótese repressiva, Foucault (2019a) estabeleceu que é pelo discurso sobre sexo – e não por sua ausência – que se configuram os dispositivos sociais da sexualidade normal e da abjeta. Desse crescente interesse das instâncias de poder sobre a gestão sexual se produziram saberes e discursos que regem, até hoje, as performances sexuais na sociedade ocidental.

Embora a *História da sexualidade* não trate da distinção entre gênero e sexualidade, esse estudo auxilia a compreender a dificuldade da sociedade ocidental em reconhecer na transgeneridade uma possibilidade identitária. Damos ênfase à retrospectiva histórica realizada pelo autor a respeito da relação entre moralidade e prática sexual – presente desde a Grécia Antiga, porém não como interdição, mas como recomendação estética –, pois permite entender como o “cerne da problematização da conduta não foi mais o prazer, com a estética de seu uso, mas o desejo, com sua hermenêutica purificadora” (FOUCAULT, 2019b, p.311).

Para Louro (2004, p.41), seriam “os insights de Michel Foucault sobre a sexualidade, diretamente relevantes para a formulação da teoria *queer*.” Assim, partindo da proposição foucaultiana e sofrendo influência do pós-estruturalismo, a teoria *queer* pôde se consolidar como um conjunto, mesmo que heterogêneo, de abordagens que utilizam o método desconstrucionista proposto por Derrida (2004) para realizar uma leitura crítica da sociedade.

Além de Foucault (2019a; 2019b), os trabalhos de Eve K. Sedgwick (1985; 2007) representam as primeiras abordagens teóricas ao apontar que “a ordem social contemporânea não difere de uma ordem sexual. Sua estrutura está no dualismo hetero/homo, mas de forma a priorizar a heterossexualidade por meio de um dispositivo que a naturaliza” (MISKOLCI, 2007). Consequentemente, influenciaram autores como Michael Warner (1993;1999), criador do conceito “heteronormatividade”.

A menção à heteronormatividade é recorrente na contemporaneidade, pois é um termo que designa os processos normatizadores descritos pela abordagem foucaultiana. Partindo da noção de

“heterossexualidade compulsória”, o teórico afirma que a heteronormatividade não é apenas o repúdio à homossexualidade, mas a construção de uma cadeia de relações sociais que só se tornam tangíveis pelo viés da heterossexualidade (BERLANT; WARNER, 2006). Em suma, é a percepção heterocentrada da sexualidade que, em nossa sociedade, reflete-se em aspectos culturais, legais, etc.

O autor pontua que ser contrário à heteronormatividade não implica o desejo de uma existência sem limites, tampouco o repúdio à família. Para ele, combater a heteronormatividade tem como propósito a possibilidade de existências que optem por relações sociais e de condutas distintas àquelas preconizadas pelo heterossexismo. A heteronormatividade impossibilita uma cultura *queer*, pois a sociedade carece de referenciais que permitam aos *queer* se construírem de modos particulares, sem influência hetero (BERLANT; WARNER, 2006).

A despeito do ativismo *queer* de Warner (1993; 1999) ser direcionado para a defesa dos direitos de homossexuais, a noção de heteronormatividade estará presente em múltiplas propostas teóricas centradas na experiência trans, sobretudo ao se considerar a recorrência com que “gênero” e “sexualidade” são confundidos. Nesse sentido, uma sociedade heteronormativa tem, na heterossexualidade cisgênero, o seu parâmetro de “normalidade”, uma vez que estigmatiza sujeitos trans, mesmo quando possuem orientações sexuais heterocentradas.

Jesus (2013) destaca que, embora a violência da cishnorma se volte, principalmente, contra os corpos que a subvertem, indivíduos cisgênero também têm sua liberdade cerceada pelas expectativas de gênero. O sexocentrismo – ou sexismo – decorre da cishnormatividade, e se constitui na crença de que o gênero masculino é inerentemente superior ao feminino, motivo pelo qual se justificam papéis sociais fixos com base no gênero.

A correlação entre orientação sexual e identidade de gênero é cerne da discussão teórica de Judith Butler (1990), a qual questiona a dicotomia sexo/gênero e, inclusive, a mulher/mulheres, presente nos debates feministas. Ao demonstrar a necessidade de romper com perspectivas naturalizantes e essencialistas, a autora abarca as múltiplas identidades – transexuais, intersexuais, etc. – que eram, até então, silenciadas por contrariarem o “contínuo” sexo, sexualidade e gênero (FIGUEIREDO, 2018).

Para a autora, é a falsa noção de uma materialidade pré-discursiva que ampara os binarismos mulher/homem, hetero/homo, entre tantos outros. Tende-se a esquecer, afirma, que a

percepção da realidade é mediada pelo discurso, o qual age na interpretação da sociedade e, simultaneamente, na sua criação.

Consideremos, primeiramente, que a diferença sexual é freqüentemente evocada como uma questão referente a diferenças materiais. A diferença sexual, entretanto, não é, nunca, simplesmente, uma função de diferenças materiais que não sejam, de alguma forma, simultaneamente marcadas e formadas por práticas discursivas. Além disso, afirmar que as diferenças sexuais são indissociáveis de uma demarcação discursiva não é a mesma coisa que afirmar que o discurso causa a diferença sexual. A categoria do "sexo" é, desde o início, normativa: ela é aquilo que Foucault chamou de "ideal regulatório". Nesse sentido, pois, o "sexo" não apenas funciona como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir — demarcar, fazer, circular, diferenciar — os corpos que ela controla (BUTLER, 2000, p.151)

Butler (2013) traz a noção de performatividade, emprestada da linguística, para explicar como as instâncias de poder regulador obtêm êxito na criação e manutenção de um padrão sexual e de gênero. Valendo-se dos estudos linguísticos sobre enunciados performativos e constativos — os primeiros, por meio dos atos ilocutórios, realizariam o que é dito, enquanto os constativos, pelos atos perlocutórios, falariam a respeito de algo (FIGUEIREDO, 2018) — a autora apresenta os atos de gênero como performativos, pois as identidades de gênero seriam criadas e reproduzidas por eles.

(...)a performatividade se baseia na reiteração de normas que são anteriores ao agente e que, sendo permanentemente reiteradas, materializam aquilo que nomeia. Assim, as normas reguladoras do sexo são performativas no sentido de reiterarem práticas já reguladas, materializando-se nos corpos, marcando o sexo, exigindo práticas mediante as quais se produz uma ‘generificação. Não se trata, portanto, de uma escolha, mas de uma coibição (MISKOLCI; PELÚCIO, 2007, p.258).

Outro conceito central em sua teoria é o de performance, que utiliza para designar a atuação individual do sujeito na sociedade. A partir dessa constatação, Butler (2013) expressa a impossibilidade do reconhecimento identitário decorrente de uma atuação social individual, ou seja, oriunda da performance. A fim de o sujeito ter sua identidade validada diante da sociedade, complementa, é necessário ter inteligibilidade, a qual advém somente da atuação coletiva. Na explicação de Miskolci e Pelúcio, “não serão sujeitos individuais que modificarão a ordem, e sim grupos organizados que busquem articular uma alternativa ao que existe” (2007, p.258).

A percepção de que o gênero é oriundo e mantido pelo discurso mitiga qualquer pretensão de naturalidade nas identidades hegemônicas. É por essa consciência que se compreende como o binarismo de gênero é fruto dos discursos coletivos, dicotomia que reduz gênero aos mecanismos pelos quais noções de masculinidade e feminilidade são produzidas e naturalizadas. Deve-se, sugere a autora, perseguir a neutralização do conceito de gênero, seu distanciamento de qualquer binarismo e, desse modo, abarcando as múltiplas possibilidades identitárias (BUTLER, 2004).

Essa proposta leva os estudos *queer* a considerar a dissidência entre sexo e gênero sob duas perspectivas: a possibilidade de uma sexualidade múltipla independente do gênero, bem como a pluralidade de expressões de gênero que fogem ao padrão heterocentrado (*ibidem*, p.54). Nessa ótica, as transexualidades – visto que múltiplas – chocam-se com o discurso hegemônico que naturaliza a associação entre genital, sexualidade e gênero, sendo fundamental uma articulação política dos sujeitos para assegurar a inteligibilidade de suas múltiplas vivências. A menção às transexualidades será encontrada em Bento (2014), a qual parte do saber butleriano para desenvolver a noção de que a experiência transexual não é unívoca.

Embora tenha entrado em conflito com a autora em certos pontos de sua proposta teórica, Paul B. Preciado (2014) deu continuidade aos estudos de Butler por meio da defesa da contrassexualidade, abordagem que pretende construir uma sociedade contrassexual, a qual “se dedica à desconstrução sistemática da naturalização das práticas sexuais e do sistema de gênero” e a defender “a equivalência (e não a igualdade) de todos os corpos-sujeitos” (*ibidem*, p.22).

Ao expor que todos os corpos são “pós-operados”, o teórico afirma a existência de tecnologias sociais que estão, a todo momento, agindo sobre os corpos. A percepção de naturalidade, logo, seria uma falácia, apenas uma das múltiplas dicotomias contra as quais a contrassexualidade se rebela.

Cunhando seu conceito a partir de Foucault, Preciado (2014) estabelece que não é por meio da proibição que se rompem com as estruturas reguladoras da sociedade, mas pela contraprodutividade, ou seja, ao produzir o “prazer-saber”. Essas práticas contraprodutivas, afirma, não dizem respeito a um projeto de sociedade, mas surgem de processos que ocorrem no momento presente.

As expressões trans – entre outras – são, para o autor, exemplo da ação das múltiplas tecnologias corporais de resistência que operam entre as duas temporalidades sociais que existem na sociedade. Denominando-as temporalidade lenta e temporalidade do agora, Preciado (*ibidem*,

p.26) designa a primeira como o *momentuum* no qual se inscrevem os discursos hetero e cisnormativos, enquanto defende ser na segunda que se dão as práticas de resistência.

Destacamos a interpretação que o autor faz das propostas butlerianas, as quais o levam a considerar a corporalidade como o espaço principal de atuação contrassexual, ao invés do discurso.

Os órgãos sexuais não existem em si. Os órgãos que reconhecemos como naturalmente sexuais já são o produto de uma tecnologia sofisticada que prescreve o contexto em que os órgãos adquirem sua significação (relações sexuais) e de que se utilizam com propriedade, de acordo como sua ‘natureza’ (relações heterossexuais). Os contextos sexuais se estabelecem por meio de delimitações espaço-temporais oblíquas. A arquitetura é política. É ela que organiza as práticas e as qualifica: públicas ou privadas, institucionais ou domésticas, sociais ou íntimas (PRECIADO, 2014, p.31)

Preciado (2014) dita que, à semelhança dos espaços físicos, os quais são fruídos de acordo com normatizações de cunho sexual e de gênero, a corporalidade humana é vivenciada sob moldes normatizadores. A própria noção, afirma, de órgãos sexuais dialoga com o que a sociedade percebe e aceita como sexual, sem qualquer pretensão de que exista, de fato, uma sexualidade “natural” anterior às tecnologias reguladoras da sociedade. Essa percepção sexual dos espaços é, igualmente, constatada por Namaste (2006), que embasa sua análise na escassez de corpos dissidentes que frequentam os ambientes urbanos tidos como privilegiados.

Não obstante as críticas feitas ao teórico por Bento (2017), que observou em Preciado (2014) uma supervalorização da experiência individual, consideramos que a análise incisiva do autor realiza inúmeras provocações necessárias ao debate contemporâneo sobre identidade, gênero e sexualidade. Assim, embora a abordagem teórica *queer* não se proponha, em princípio, à defesa de grupos identitários, mas à investigação dos dispositivos que produzem e mantêm hegemonias sexuais e de gênero, acreditamos que utilizar os saberes *queer* para discutir a transexualidade – sobretudo levando em consideração a discriminação que pessoas transgêneras sofrem no Brasil – possibilita problematizar o sistema social brasileiro. Conforme clama Vergueiro (2015, p.73-74), “é preciso estudar as colonialidades que envolvem e esmagam nossas diversidades”.

A relação entre sexualidade, corpo e sociedade também é tema central para Jeffrey Weeks (2012; 2016), sociólogo e ativista pelos direitos *queer*. Observamos proximidade entre seus trabalhos e os de Sedgwick (1985; 2007) e Warner (1993; 1999), dado que focam na análise da homossexualidade, especialmente a masculina. Nesse sentido, se Preciado (2014) compreende a experiência corporal como socialmente moldada – a ponto de defender o potencial uso erógeno do

corpo em sua integralidade – Weeks busca romper os binarismos, mas sem subverter todos os aspectos biológicos envolvidos.

Obviamente, en cierto nivel, la sexualidad es biológica, pero también es mental. Y como lo he defendido por largo tiempo, es también social. Estos tres aspectos están inextricablemente vinculados entre sí. No se pueden disociar. Lo biológico sólo se vuelve algo operativo en la sociedad a partir de la interpretación social. No hay una interacción inmediata, automática, entre lo biológico y lo social (WEEKS, 2016).

Não obstante, o teórico expõe que as conquistas obtidas pelas organizações e movimentos em defesa das políticas gays propiciaram transformações políticas e sociais favoráveis à comunidade lésbica, bissexual e transexual. Profundamente envolvido com o movimento britânico a favor dos direitos homossexuais, o autor apresentou as culturas lésbicas, bissexuais, transexuais, etc., como categorizações decorrentes do ativismo gay da década de setenta. Para ele, as transformações que a sigla LGBT vem sofrendo ao longo das décadas – tornando-se LGBTQ e, a seguir, LGBTQI – decorrem do extenso processo de autodefinição identitária existente na comunidade gay (WEEKS, 2012).

Pensando no contexto nacional e nas disputas que ocorreram entre identidades gays e trans nas décadas de 60 e 70, a continuidade exposta por Weeks (2012) não se configura, especialmente se considerarmos que nesses primeiros momentos a militância homossexual segregava pessoas transexuais, o que acabou levando à construção do movimento trans brasileiro (CARVALHO; CARRARA, 2013). Contudo, superados esses conflitos iniciais, o ativismo gay e trans brasileiro passou a atuar colaborativamente na promoção e defesa dos direitos LGBTQI, respeitando as demandas específicas de cada grupo, passando a serem os atores sociais essenciais para a construção de uma sociedade aberta à diversidade, conforme defendia Weeks (2012).

À semelhança dele, David M. Halperin (1989; 2003) possui vasta produção acadêmica sobre estudos de gênero e sexualidade, com ênfase em revisitar a história da sexualidade. Influenciado pela perspectiva foucaultiana e butleriana, debruça-se sob a história da sexualidade, pois considera impossível pensá-la como uma categoria estável em análises históricas, motivo pelo qual defende a importância de descrever as relações de poder e sociais das sociedades nas quais a sexualidade se manifesta.

Halperin (1989) apresenta a sociedade ateniense como exemplo, uma vez que as práticas sexuais não se orientavam pelo binômio contemporâneo de gênero ou sexualidade. Em Atenas, a

performance sexual seguia a classificação política e social local, na qual o sexo era praticado, necessariamente, entre “cidadãos” e “não cidadãos”. Os cidadãos, homens adultos, desempenhavam o papel de penetrar o “não cidadão”, que poderia ser uma mulher, escravo ou jovem que ainda não tivesse alcançado a idade na qual se tornaria cidadão.

Ao enumerar as problemáticas de uma análise histórica da sexualidade, o teórico expõe a necessidade de reformular o que se compreende como sexual, tarefa que vai ao encontro da proposta de estudos *queer*. Em sua percepção, a construção de saberes *queer* ambiciona formular novos meios de refletir a sociedade, diferenciando-se do ensino convencional disciplinar. Nesse âmbito, o crescente interesse acadêmico voltado ao *queer* deve preservar o ímpeto revolucionário que deu origem a essa vertente de estudos (HALPERIN, 2003).

Autor de um dos primeiros estudos sociológicos realizados junto a pacientes que se submeteram à transgenitalização, o sociólogo Thomas M. Kando (2016) revela que se aproximou “por acaso” à questão da transexualidade. Após ler uma reportagem no jornal local, *Minnesota Daily*, sobre a existência de um programa na Universidade de Minnesota direcionado à realização de cirurgias de redesignação sexual, entrou em contato com o professor Donald Hastings, obtendo autorização para entrevistar os pacientes do programa. Kando, que estava em busca de um tema para sua tese de doutorado, salienta que a opção de pesquisar sobre transexualidade foi motivada pelo desejo de uma temática inovadora, a qual não levasse seu trabalho apenas a “juntar poeira” nas prateleiras da universidade (TOBBEL; KANDO, 2011).

Sobre as contribuições do autor para o estudo da transexualidade, destacamos, além de sua tese, o estudo *The transsexual phenomenon in a changing culture* (2016), no qual o teórico retoma as discussões realizadas no doutorado e as confronta com a realidade social do século XXI. Nesse estudo, além de revisitar seu trabalho doutoral, Kando (2016) realiza novas entrevistas, a partir das quais observou novas percepções acerca da transgeneridade, decorrentes das conquistas obtidas pela comunidade LGBTQI. Análogo a o que ocorreu com os movimentos negros na luta antirracista, o desejo de ocultação foi sendo substituído pelo resgate da identidade de grupo, o qual contribuiu para o empoderamento dos sujeitos. Utilizando-se dos conceitos de Erving Goffman (2008) sobre estigma, menciona-se o âmbito do sujeito desacreditado e do desacreditável, situando neste a questão da passabilidade. Vide a explicação de Goffmann sobre essa distinção:

Uma possibilidade fundamental na vida da pessoa estigmatizada é a colaboração que presta aos normais no sentido de atuar como se a sua qualidade diferencial manifesta não tivesse

importância nem merecesse atenção especial. Entretanto, quando a diferença não está imediatamente aparente e não se tem dela um conhecimento prévio (ou, pelo menos, ela não sabe que os outros a conhecem), quando, na verdade, ela é uma pessoa desacreditável, e não desacreditada, nesse momento é que aparece a segunda possibilidade fundamental em sua vida. A questão que se coloca não é a da manipulação da tensão gerada durante os contatos sociais e, sim, da manipulação de informação sobre o seu defeito (GOFFMAN, 2008, p. 38).

Relacionando esses conceitos à experiência de seus entrevistados, Kando (2016) percebeu que o intenso desejo de passabilidade, identificado outrora, dá lugar à valorização da “autenticidade”, mitigando a necessidade de gestão da informação exposta por Goffman (2008). Se, anteriormente, percebia-se uma cisão nas relações sociais dos entrevistados, a qual muitas vezes levava a segregar familiares e amigos do novo círculo de convívio social constituído após a transgenitalização, a crescente valorização da autenticidade exalta a especificidade com que cada sujeito vivencia seu gênero, prescindindo das práticas de gestão de informação citadas por Goffman (2008).

Contudo, o autor destaca que a passabilidade ainda é relevante e desejada por sujeitos transexuais, especialmente quando o contexto social, político ou cultural lhes é desfavorável. O Brasil, com altas taxas de mortes violentas entre a população transexual, pode ser considerado exemplo de conjunturas desfavoráveis para pertencer à comunidade trans. Ao contrário dos países do leste europeu – destacados por Kando (2016) como particularmente propícios para sujeitos transexuais –, o Brasil caminha em passos lentos na conquista de direitos para a população LGBTQI, o qual faz com que o desejo de passabilidade seja recorrente para transgêneros que vivem no Brasil (ALMEIDA, 2018; ALEXANDRE, 2015; REGO, 2015; SILVA, 2015).

Levando em consideração a importância do ambiente para a construção das subjetividades e relações de sujeitos trans, enfatizamos a experiência do sueco Don Kulick (2008) junto a um grupo de travestis da cidade de Salvador. Residindo junto a elas e acompanhando-as em seus afazeres cotidianos, Kulick pôde perceber como o ambiente cultural brasileiro dá origem a uma percepção de gênero centrada na performance sexual ao invés do genital. Seu livro intitulado *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil* (2008) tornou-se uma das referências mais proeminentes nas produções teóricas sobre travestilidade.

No decorrer do convívio com as travestis, pontua Kulick (2008), o interesse antropológico foi adquirindo contornos afetivos, levando-o a estabelecer amizade com elas, sobretudo com Keila Simpson – já mencionada neste trabalho, visto que é presidente da ANTRA e um importante nome

da militância trans nacional. Ao expor que, além de lhe ensinar o idioma português e de compartilhar suas experiências de vida, Keila auxiliou-o nas reflexões teóricas graças ao seu poder de “analisar com tanta precisão, e sem perder a sanidade, os contextos e condições de sua própria vida” (KULICK, 2008, p.13). O autor evidencia, ainda, que travestis possuem agência, não sendo meras vítimas na sociedade.

Em sua análise, Kulick (2008) atreve-se a contrariar concepções que eram consenso na comunidade científica. A relação que estabelece entre prostituição e prazer, por exemplo, instaura-se como inovação teórica, pois o discurso acadêmico predominante expunha a impossibilidade de obter satisfação sexual durante o exercício da prostituição. Devido ao convívio cotidiano junto a um grupo de travestis que se prostituíam, Kulick (2008, p.151) pôde notar que “sempre que relatam uma experiência sexual incrivelmente satisfatória, prazerosa ou mesmo arrebatadora, isso diz respeito invariavelmente a um encontro com um ‘vício’ ou um cliente”.

Contudo, é na defesa de que “na configuração brasileira de sexo e gênero, o critério determinante para identificar homens e mulheres não é tanto a genitália em si, mas o papel que a genitália desempenha no intercuro sexual” que o teórico se distancia de análises prévias, as quais limitavam-se a perceber travestis como um “terceiro gênero” (*ibidem*, p.238). Segundo ele, a ausência de qualquer referência a um terceiro gênero nos discursos de travestis o levou a compreender que era na performance sexual que se concretizavam os gêneros dos atores, em uma perspectiva na qual ser homem se relacionava muito mais ao ato de penetrar do que ao de possuir o genital masculino.

O sueco respalda essa constatação no fato de que travestis, além de não rejeitarem o seu genital, podiam se denominar masculinamente quando desempenhavam o papel sexualmente ativo, de penetrar. Em adição, a menção ao fato de serem homens surgia quando questionadas se desejavam ser mulheres ou em contextos beligerantes, nos quais existia o desejo de ofender outra travesti.

O conflito descrito por Kulick (2008, p.217-218) entre as travestis Sheila e Lalesca – decorrente das comparações que Lalesca faz entre Sheila e um “rasta”, um “negão” – é marcante, pois revela como a corporalidade travesti é feminina, a despeito de se considerarem, em última instância, do gênero masculino. Por conseguinte, a negação ao gênero feminino não implica negar as características socialmente atribuídas a este – formas curvilíneas, cabelos longos, etc. – mas a

recusa em desmerecer o longo trajeto de construção corporal empreendido pelas travestis para se tornarem, em sua percepção, superiores às mulheres.

A partir disso, constata que travestis se diferenciam das transexuais europeias ou americanas por não considerarem que nasceram em um corpo equivocado, bem como por identificarem os primeiros indícios de suas identidades travestis em experiências de caráter sexual. A maneira como gênero e sexualidade são vivenciados no Brasil – em que é o papel desempenhado no ato sexual que determina o gênero do sujeito – justifica a percepção travesti de que não se faz necessário recorrer a cirurgias de redesignação sexual para incorporar o feminino. Por meio da modificação de seus corpos e das relações que mantêm com os namorados – pelas quais se sentem “mulheríssimas” –, as travestis obtêm sucesso em se distanciar do gênero masculino, tornando-se o que, para elas, equivale ou supera o gênero feminino: ser “viados”.

Quando estabelece que travestis não são do gênero masculino e nem do feminino, o autor não pretende fazer uma defesa do ternarismo, perspectiva teórica que designa identidades trans e travestis como um “terceiro gênero”. Contrariamente, busca ressaltar a multiplicidade de possíveis maneiras de vivenciar os gêneros masculino e feminino, numa abordagem que, à semelhança de Butler, propõe que “o binário se configura de um modo radicalmente diferente do que estamos condicionados a pensar” (KULICK, 2008, p.239).

Apesar do caráter inovador e da relevante contribuição de seus estudos, ao escrever a apresentação para a edição brasileira de seu trabalho, Kulick (2008) preocupou-se em ressaltar as transformações sociais e políticas que ocorreram no Brasil entre o período de sua pesquisa e o momento no qual redigiu seus comentários, em 2008. Considerou relevante fazer essas ressalvas, pois a crescente politização e o incremento do ativismo transexual e travesti, bem como a diminuição da transfobia em comparação ao período entre os anos de 1996 e 1997, influenciaram a realidade dessa população de maneira a tornarem-se problemáticos alguns aspectos presentes em seu texto – a exemplo dos roubos a clientes. Em adição, o recorrente uso do pronome masculino para se referir a travestis contraria a postura teórica atual, na qual predomina a crença de que travestis devem ser tratadas com pronomes femininos (LANZ, 2014). Esse consenso, contudo, não existia na época, visto que as próprias travestis se expressavam nesses termos.

O exposto almeja estabelecer a importância do recorte temporal e espacial nas análises, sobretudo levando-se em consideração as especificidades da sociedade brasileira, apontada como uma das mais transfóbicas do mundo. Apesar de realizar sua pesquisa no Brasil, as interpretações

realizadas por Kulick (2008) podem, segundo o próprio autor, tornarem-se problemáticas em razão do decurso temporal. Não obstante, o extenso trabalho investigativo do autor faz com que sua exposição se situe como um marco teórico dos estudos sobre travestilidade e, em efeito, transexualidade.

A teoria *queer* e sua influência nos estudos de gênero se relacionam com uma perspectiva pós-estruturalista do pensamento, partindo do saber foucaultiano e do desconstrucionismo proposto por Derrida (2004) para questionar o discurso biomédico, até então detentor do poder de teorizar a respeito de gênero e sexualidade. Relacionando seu surgimento aos contextos europeu e estadunidense de questionamento dos saberes e discursos hegemônicos, a repercussão dessas ideias no Brasil será tardia, porém não infrutífera.

Buscando destacar a importância da produção acadêmica brasileira e suas peculiaridades, sobretudo para pesquisas cujo recorte é nacional, no seguinte tópico apresentamos alguns dos autores que impulsionam o debate científico brasileiro sobre transexualidade. Adicionalmente, discutimos sobre a pluralidade de abordagens desses estudos como consequência dos avanços nas investigações das ciências humanas sobre transgeneridade.

2.2 EM ÂMBITO NACIONAL

É na pesquisa doutoral de Berenice Bento (2006) – tese que se tornou o livro *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual* – que surge, no Brasil, uma das argumentações mais contundentes em prol da despatologização da transexualidade. Segundo a autora, as transexualidades – no plural, pois vivenciadas de múltiplas maneiras – são possibilidades identitárias, o que torna qualquer tentativa de padronizá-las um empreendimento extremamente problemático.

Bento (2006) faz menção à padronização, pois é por meio de parâmetros estabelecidos pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) que o Protocolo Transexualizador, adotado pelo Sistema Único de Saúde, seleciona os indivíduos aptos para a cirurgia de transgenitalização. Embora fosse seguida a Resolução 1482/1997 do CFM durante o período de investigação de Bento, as críticas que a autora dirige à tentativa de standardizar as experiências trans também se aplicam à Resolução 1955/2010 – em voga atualmente – já que não foram alterados os requisitos para ingressar no programa (ROCON; RODRIGUES; SODRÉ, 2016).

A partir da convivência com sujeitos que almejavam se submeter à cirurgia de transgenitalização realizada pelo Projeto Transexualismo – destacamos o uso do sufixo “ismo”, o qual demonstra a abordagem patologizante – do Hospital das Clínicas de Goiânia, Bento foi levada a abandonar sua proposta inicial de estudos, que consistia na análise dos “novos significados que eram construídos para o masculino e o feminino ao longo do tempo em que os/as demandantes frequentavam o hospital e como o corpo se articulava em relação a sua nova identidade de gênero” (BENTO, 2006, p.28).

Passou, então, a analisar como as expectativas médicas influenciavam a maneira como os sujeitos se apresentavam aos profissionais envolvidos no Projeto Transexualismo. Quem se submetia a este projeto, buscava se adequar às expectativas dos profissionais da saúde, pois estavam cientes da relação entre os parâmetros estabelecidos pelo Projeto e da necessidade de exibir uma performance que demonstrasse serem “verdadeiros transexuais”. Assim, a cientista social pôde constatar a discrepância entre as descrições biomédicas da transexualidade e a percepção que os sujeitos possuem de si mesmos.

Constatando essa mudança de enfoque, Bento (2006) modificou seu referencial teórico a fim de conseguir elaborar questionários por meio dos quais obteria respostas distintas do modelo de transexualidade influenciado pelas ciências psis. O novo corpus teórico utilizado pela autora foi se formando, sobretudo, na segunda fase da pesquisa doutoral, período no qual se encontrava na Espanha, convivendo junto ao Grupo de Identidade de Gênero e Transexualidade (GIGT) de Valência. A partir desse momento, o foco da autora recaiu na influência do que denomina “dispositivo da transexualidade”.

O convívio mais próximo com alguns/algumas "candidatos/as" levou-me a desconfiar de uma aparente homogeneidade entre eles/ as e uma retineidade entre o nível discursivo e o nível prático. A tímida mulher transexual entrevistada pela primeira vez no hospital transformava-se em uma coquete quando via um "homem interessante" passar. A insinuação, os olhares, a troca de telefones eram comportamentos muito comuns. As visitas as residências revelaram que controlavam suas vidas e eram independentes (*ibidem*, p.33)

Nesse âmbito, expressões como “ir bem” na entrevista psicológica eram frequentes, seguidas de indagações a respeito de quais os melhores discursos e posturas para adotar junto ao psicólogo. Em suma, “no hospital, o principal objetivo do/a transexual é provar à equipe médica que não é gay/lésbica, articulando, para isso, um conjunto de estratégias que visam alcançar esse convencimento” (BENTO, 2006, p.206).

O convívio junto aos sujeitos trans levou a autora a concluir que as identidades transexuais não se construíam em torno da realização da cirurgia. O desejo pela redesignação sexual, como expõe Bento, motiva-se por distintos aspectos, mas não com a finalidade de possibilitar a identificação de gênero, a qual está muito mais ligada à subjetividade do que às efetivas transformações corporais. Todavia, a consciência da necessidade de se adequar às expectativas patologizantes do Projeto orientava as performances de seus candidatos, o qual acabava reforçando a errônea percepção biomédica da unicidade da experiência transexual.

Sugiro que não é possível pensar em " identidade coletiva transexual", mas em "comunidade de emoções " próxima ao que denomino "identidades rizomáticas", em razão de sua capacidade potencial de criar fissuras nas normas de gênero de forma multifacetada (*ibidem*, 2006)

Movida pela recusa à ideia do “verdadeiro transexual”, Bento (2006) pleiteia o direito à cirurgia de redesignação sexual pautada pela autoidentificação de gênero, posicionando-se contrariamente aos rígidos parâmetros do Conselho Federal de Medicina. O direito ao reconhecimento de gênero, independente de prévia transgenitalização, é outro aspecto destacado pela autora e que se concretizou apenas em 2018, com o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade (ADI) 4275 pelo STF (ALMEIDA, 2018).

A pesquisa doutoral deu início a uma gama de estudos extremamente relevantes para a compreensão das transidentidades, a qual, conforme mencionado, rendeu-lhe o Prêmio Nacional de Direitos Humanos em 2011, além da publicação de um segundo livro sobre a temática, intitulado *O que é transexualidade* (2012). Por meio dessas investigações, Bento apresenta noções como a “expulsão informal” (BENTO, 2011), “cidadania precária” (BENTO, 2014) e “despatologização de gênero” (BENTO; PELÚCIO, 2012), demonstrando como a normatização trazida pelo binarismo de gênero repercute negativamente para os dissidentes em todos os âmbitos da sociedade.

Em subsequência e digna de nota, a etnografia de Marcos Benedetti, pesquisa realizada junto a trabalhadoras sexuais travestis na cidade de Porto Alegre/RS, é considerada, nos dizeres de Hélio Silva, “o primeiro trabalho sólido e capaz de criar uma tradição para o tema nas ciências sociais brasileiras” (BENEDETTI, 2005, p.13). A profundidade do olhar etnográfico e a maneira em que desenvolveu aspectos contidos em outros estudos sobre o tema – suas considerações a respeito da relação entre travestilidade e automutilação, por exemplo, e como esta prática foi sendo

abandonada pelas travestis – revestem essa proposta teórica de suma importância, vindo a influenciar outros trabalhos etnográficos de destaque sobre transgeneridade, tais como os de Pelúcio (2007) e Lanz (2014).

Ao longo dos quatro anos em que conviveu com as travestis, além dos aspectos desse universo usualmente mencionados pelas pesquisas acadêmicas – a prostituição, modificações corporais, violência, entre outros –, o autor pôde melhor formular a importância da discussão de gênero no que tange à travestilidade, visto que é através dos trânsitos e fronteiras dos domínios de gênero que elas constroem a feminilidade travesti. Dessa maneira, sob uma perspectiva semelhante à de Kulick (2008), Benedetti enxerga o feminino travesti como sinuoso, flexível, principalmente porque funde aspectos inerentes ao sujeito – conforme expõe ao explicar a insistência de suas informantes em se definirem travestis “desde que me entendo por gente” (2005, p.101) – e construído – aspecto no qual se encaixam todas as técnicas de modificação corporal, provisórias ou permanentes, como o uso de roupas femininas, hormônios e silicone.

Além de Benedetti (2005), a contribuição teórica de Richard Miskolci se destaca nos estudos nacionais sobre transidentidades. Mestre e doutor em Sociologia, foi um dos editores do primeiro livro a compilar trabalhos *queer* no Brasil, *Sexualidades Dissidentes* (2007), o qual lhe outorgou o Prêmio Cidadania em Respeito à Diversidade na Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, no ano de 2008. Influenciado pelas perspectivas foucaultiana e butleriana, Miskolci é autor de *Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças* (2012), entre outras produções que articulam a perspectiva *queer* à análise de mídias digitais (MISKOLCI 2012; 2016; 2017), educação (MISKOLCI, 2010; LEITE JÚNIOR; MISKOLCI, 2014) e direitos sexuais (MISKOLCI; PELÚCIO, 2012). Outro ponto de destaque da trajetória do autor diz respeito ao fato de ter sido o primeiro a organizar uma compilação de trabalhos sobre sociologia digital, atualmente uma de suas principais linhas de pesquisa.

A temática trans é tratada, pelo autor, em suas produções sobre teoria *queer* e seus pressupostos, (MISKOLCI, 2007; 2009), assim como em artigos especificamente voltados à discussão da transgeneridade, como *Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis* (MISKOLCI; PELÚCIO, 2007) e *Transmasculinidades e mídias digitais: questões metodológicas* (ÁVILA; GROSSI; MISKOLCI, 2017).

Examinando mais a fundo esses trabalhos, tem-se em *Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis* (MISKOLCI; PELÚCIO, 2007) o propósito de esclarecer conceitos de Butler que, segundo os autores, são usualmente mal interpretados. No artigo, Miskolci e Pelúcio (2007, p.257) delimitam a noção de performatividade, distinguindo-a de performance, a fim de evitar “incorporação mecânica e descontextualizada das reflexões e procedimentos propostos pela filósofa norte-americana.” Os autores justificam que essa preocupação com o aspecto conceitual deve-se ao fato de ser pressuposto para a análise de um contexto social, como é o das travestis. Utilizam, nesse âmbito, as contribuições butlerianas para estabelecer reflexões a respeito da peculiaridade da identidade travesti.

Dialogando com o trabalho de Don Kulick (2008), os autores afirmam que a natureza ambígua e, muitas vezes, paradoxal das travestis brasileiras incorpora inúmeros aspectos da sociedade patriarcal, heterossexista e racista brasileira. Essa constatação permite compreender a performatividade travesti em moldes muito mais realistas, distantes de um ativismo utópico que, não raro, encontra-se muito distante da realidade dos sujeitos. Segundo os autores:

A performatividade travesti, portanto, não pode ser confundida com uma encenação de gênero, mas sim como reiteração e materialização de discursos patologizantes e criminalizantes que fazem com que o senso comum as veja como uma forma extremada de homossexualidade, como pessoas perturbadas. A partir desta óptica, seu gênero “desordenado” só pode implicar uma sexualidade perigosamente marginal. Marginalidade que é até mesmo territorial, já que suas vidas são experienciadas, muitas vezes, na rua e durante a noite (...) Interpeladas nas esquinas e ruas pela polícia, por programas públicos de saúde, pelas ONGs e pelos seus normalizados clientes, as travestis conseguem uma certa ordem de existência social, mesmo que diante da reafirmação de seus “desvios” e “inadequações” (...) O que implica, muitas vezes, uma reiteração das normas de uma heterossexualidade compulsória que as leva a manterem o interminável projeto de construção de seus corpos. Um corpo que parece confundir os códigos de coerência cultural, desordenando-os, mas que, de fato, está limitado pelos imperativos heteronormativo (MISKOLCI; PELÚCIO, 2007, p.262).

A partir de exposto, concluem que é necessário fazer uso do arcabouço teórico butleriano apenas por meio de uma análise minuciosa de seus conceitos, a fim de não gerar interpretações que articulem teoria e contexto social de maneira inadequada. Compreender erroneamente os conceitos de performance e performatividade poderia conduzir à crença de que as travestis brasileiras se encaixam no exemplo butleriano das *drag queens*, formulado pela teórica para explicar performance e performatividade.

Deslocando o foco das travestilidades para as transmasculinidades, o artigo *Transmasculinidades e mídias digitais: questões metodológicas* (ÁVILA; GROSSI; MISKOLCI, 2017) destaca-se pela temática – visto que o homem transexual é, muitas vezes, preterido dentro da própria comunidade LGBTQI – e pela abordagem das mídias digitais. A escolha metodológica dos autores é justificada pela dificuldade de encontrar interlocutores para a investigação, inicialmente uma pesquisa etnográfica nas Paradas de Orgulho LGBT e outros locais de sociabilidade trans, a qual seria complementada por entrevistas com transhomens e ativistas do meio LGBT.

O novo rumo da pesquisa, entretanto, revelou-se profícuo, expondo a relevância das mídias digitais nos estudos da transmasculinidades. Essa metodologia possibilitou acesso a comunidades virtuais, imagens, vídeos e, inclusive, a realização de entrevistas por meio de mensagens em redes sociais e e-mail. Nesse âmbito, além da interação dos pesquisadores com homens trans através de mensagens de e-mail e de *Facebook*, foram analisadas postagens de grupos integrados por transexuais, assim como vídeos do *Youtube*.

Dentre os aspectos observados, os pesquisadores salientaram a importância conferida ao período de transição, marcado pelo início da hormonização. À vista disso, são constantes as discussões e compartilhamento de imagens sobre essa etapa da experiência trans, com ênfase na aquisição de uma aparência cada vez mais masculina. Tal desejo, expõem Ávila, Grossi e Miskolci (2017, p. 6), acaba produzindo, ademais de uma hierarquização da masculinidade, subjetividades que enxergam no corpo branco e *bodybuilder* o ideal masculino.

Essa percepção, destacam os autores, falha em representar muitos transhomens, e se relaciona ao surgimento, em março de 2015, da campanha de *Facebook* #vaibrotardochão. Nessa manifestação virtual, os usuários da rede postavam imagens de seus próprios corpos trans, muito distantes do padrão. O detonante da campanha – a intensa disseminação do ensaio de Aydian Dowling, homem trans e fisiculturista americano, reproduzindo poses do cantor Adam Levine – chama a atenção para como padrões heterocentros geram reflexos na construção da subjetividade da comunidade LGBTQI (ÁVILA; GROSSI; MISKOLCI, 2017).

Encerrando seu estudo, Ávila, Grossi e Miskolci explicam nos seguintes termos a importância de sua proposta:

(...)a utilização de mídias digitais em pesquisas sobre transmasculinidades traz muitos desafios aos/às pesquisadores/as no campo e que as mesmas têm se constituído como

ferramentas potentes tanto para acessar e interagir com os interlocutores, quanto para analisar as práticas discursivas que atuam na constituição de suas subjetividades e os modos de visibilidade desenvolvidos por homens trans (ÁVILA; GROSSI; MISKOLCI, 2017, p.10).

Tendo em vista o cenário social e político do Brasil contemporâneo – no qual há a propagação de um discurso contrário às minorias sociais, que cunhou a expressão “ideologia de gênero” para desprestigiar o campo de estudo referente às sexualidades e gêneros considerados dissidentes –, Miskolci direciona seu enfoque teórico à análise do que chama de “cruzada moral” (2018). Portanto, os artigos “*Quem tem medo de Judith Butler? A cruzada moral contra os direitos humanos no Brasil*” (2018) e *Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”* (2018), mesmo não se referindo especificamente às transidentidades, devem ser mencionados como produções científicas de relevância para o âmbito de estudo das transexualidades.

Além da influência de teóricos *queer* de renome internacional, o autor dialoga com os estudos de pesquisadores brasileiros que são referência nessa linha de investigação. Orientado pelo teórico no período de mestrado, o sociólogo Tiago Duque advém de uma trajetória científica na qual a transgeneridade se fez presente desde seus inícios, visto que foi abordada pelo autor em sua monografia (2005), dissertação (2009) e, finalmente, tese (2013).

Embora possa ser identificada uma tendência à análise das experiências travestis na adolescência (DUQUE, 2012a; DUQUE, 2012b; PELÚCIO; DUQUE, 2013), Duque desenvolveu estudos a respeito de múltiplas facetas dos gêneros e sexualidades dissidentes. Interessante, nesse sentido, citar o diálogo que estabeleceu com os estudos fronteiriços para empreender análises sobre gênero na cidade de Corumbá (MS), posto que é uma região de fronteira (2017a; 2017b; 2018).

A pesquisadora Simone Ávila (2010; 2011; 2013; 2014), à semelhança de Duque (2009), foi coorientada por Miskolci na realização de sua tese *FTM, transhomem, homens trans, trans, homem: A emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo* (2014). É integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Travestilidades, Transgeneridades e Transexualidades, da UFSC, além de autora de investigações nas quais discute transmasculinidade (2010; 2013), militância trans (2011), metodologias de ação no campo da transexualidade (ÁVILA et. al, 2011), educação para a diversidade (ARISI; ÁVILA; SALA, 2016), entre outros temas pertinentes para a população trans.

Dentre suas produções científicas, ressaltamos o artigo *Sexualidade no interior conservador brasileiro: uma experiência de educação para a diversidade sexual e de gênero em Foz do Iguaçu* (ARISI; ÁVILA; SALA, 2016), pois diz respeito à pesquisa realizada no contexto iguaçuense. Portanto, o cenário social e político descrito pelas autoras fornece um relevante panorama inicial sobre as dinâmicas de gênero e sexualidade em Foz do Iguaçu.

Nas palavras das autoras:

É importante notar que o Paraná é um estado considerado como extremamente conservador. Por exemplo, em Foz do Iguaçu, em 2015, quando realizamos o evento Trans Day na cidade, haviam diversos outdoors com propaganda contra o que as/os deputadas/os da bancada evangélica chamam de “ideologia de gênero”. Um deles estava instalado na avenida Beira Rio, financiado com dinheiro público pelo gabinete da deputada estadual Cláudia Pereira, casada com o então prefeito da cidade, Reni Pereira (ARISI; ÁVILA; SALA, 2016, p. 487-488).

Segundo elas, a articulação entre universidade e sociedade civil auxilia a promoção dos direitos LGBTQI, contribuindo para superar o preconceito em cidades que, assim como Foz do Iguaçu, possuem “uma cultura conservadora no que se refere ao respeito pela diversidade sexual e de gênero”(ARISI; ÁVILA; SALA, 2016, p.494). Nesse âmbito, esta investigação vai ao encontro do exposto pelas autoras, visto que pretende, por meio das narrativas de histórias de vida, construir um referencial teórico que contribua para o desenvolvimento de melhores estratégias para a inserção de trans no mercado de trabalho, especialmente em cidades que possuam um contexto semelhante ao de Foz do Iguaçu.

Além dos autores mencionados, merece ênfase a pesquisadora Larissa Pelúcio (2006; 2007). Em sua etnografia *Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS* (2007), a autora apresenta os resultados de sua pesquisa doutoral, na qual analisa a eficácia dos modelos preventivos de infecções sexualmente transmissíveis junto a transexuais e travestis que exercem a prostituição. Logo, a fim de construir uma análise que abranja os inúmeros aspectos que estão relacionados à prevenção do HIV/AIDS, a autora discute tópicos como relações afetivas, uso de drogas, temporalidades, entre outros.

Dentre os elementos explorados pela autora, encontra-se a relação entre AIDS e preconceito, visto que, inicialmente, a doença foi classificada como GRID, sigla para *Gay Related Immune Deficiency*. Complementarmente, a classificação da doença como sexualmente transmissível implica, afirma Pelúcio (2007), no desejo de deslocar a vigilância epidemiológica da

esfera estatal para a individual. Caberia, então, aos “grupos de risco” exercer o controle sobre seus corpos e hábitos.

Para Pelúcio (2007, p.140), a relação entre AIDS e práticas sexuais socialmente tidas como “deturpadas”, contrárias ao sexo “desejável” – conforme expõem os estudos sobre sexualidade de Rubin (2012) – é construída com grande influência do discurso biomédico e leva ao surgimento da classificação “grupo de risco”. Portanto, essa classificação seria responsável por impedir “que a população que não se identificava com aqueles grupos e práticas se percebesse como passível de contrair o vírus”. A substituição da expressão por “comportamento de risco” tampouco representava uma grande evolução, devido à intensa implicação de responsabilidade do indivíduo. Com intenção de substituir essas percepções, a opção pelo conceito de “vulnerabilidade” permite levar em consideração aspectos sociais e culturais, além de individuais, possibilitando desenvolver melhores estratégias de prevenção. Surge, então, o discurso a favor do respeito à diversidade no combate à AIDS, porém sem obter sucesso em articular efetivamente as distintas realidades sociais (PELÚCIO, 2007).

A criação de material específico para a população transexual advém dessa tentativa de integração com o público alvo, recorrendo a sua linguagem e gírias. A experiência da pesquisadora em campo, contudo, demonstra como esses esforços podem ser insuficientes se não houver a adequada capacitação dos profissionais envolvidos:

Mostrei a cartilha a algumas travestis. Jéssica se admirou com a correção no uso das gírias (...) Diz ela ainda sobre a cartilha: Isso tudo aqui, a gente tá cansada de saber. Mas é bonitinha. É legal! Onde você conseguiu?’ Havia obtido a cartilha no *Centro de Especialidades de São Carlos*. O material estava guardado na sala da coordenadora do *Programa Municipal de Aids* e, parece-me, ali ficou: nas minhas visitas posteriores ao local jamais vi os cartazes, pôlderes ou cartilhas expostos. Assim como nenhuma das travestis que se prostituem, e com as quais convivo, em São Carlos e São Paulo, mostrou já conhecer o material (PELÚCIO, 2007, p.146).

O relato da cientista social, desenvolvido ao longo da tese, por meio de entrevistas e do convívio com um grupo de travestis da cidade de São Paulo, revela como o discurso oficial preventivo falha se não utilizar da metodologia correta. Nesse sentido, o modelo de “prevenção dialogada” adotado pelo projeto acompanhado por Pelúcio – o projeto paulistano *Tudo de Bom!* – pretendeu capacitar as travestis prostitutas, estimulando o “senso de organização de categoria”, consciência política e autoestima (2007, p.122).

Porém, a autora constatou que essa metodologia também apresenta falhas, o qual a levou a propor “a realização de um trabalho mais centrado na territorialidade, reconstituindo as redes a partir da circulação dos diversos segmentos que por ela transitam e do mapeamento da região a ser percorrida” (PELÚCIO, 2007, p.187-188). Em vista disso, considera necessário às políticas de prevenção conferir visibilidade aos clientes.

À semelhança de Kulick (2008), Pelúcio (2007) aproximou-se dos homens que recorriam aos serviços sexuais das travestis e com quem elas se relacionavam, em um trabalho de campo que levou a autora, inclusive, a compartilhar com estes de seus momentos de lazer. Destaco essa abordagem de análise pois preenche uma lacuna teórica mencionada pelo autor sueco, a qual se refere à ausência de investigações que tratem da subjetividade dos “clientes”, dos quais costuma se saber apenas o que é relatado pelas travestis.

O modo como travestis ressignificam o ser portador do vírus HIV – aspecto igualmente mencionado por Kulick (2008) – e a decorrente gestão dos cuidados que utilizam para evitá-la revelam que, para uma efetiva política pública de combate à AIDS, é necessário levar em consideração os aspectos que integram o cotidiano de travestis. O recorrente uso de técnicas corporais assépticas para a modificação corporal, a constante exposição à violência policial e de travestis rivais e o modelo de afetividade que naturaliza a relação sexual sem proteção com os namorados, entre outros aspectos, contribuem para relativizar o temor à exposição ao HIV/AIDS. Na síntese de Pelúcio:

Associadas ao risco e ao perigo, no sentido de serem ‘ameaçadoras’ para a sociedade, o fato é que as travestis vivem em risco e perigo justamente pelo rechaço que sofrem por parte daqueles e daquelas que as vêem como ameaçadoras. Viver em risco faz parte do cotidiano de muitas travestis que integram essa pesquisa, sendo o HIV apenas mais um, e nem sempre o mais premente ou preocupante. Até mesmo porque, muitas vezes, para (sobre)viver é preciso mesmo se arriscar (PELÚCIO, 2007, p.291).

Outros trabalhos da autora sobre transexualidade versam sobre a influência das intervenções corporais na construção da identidade de travestis (2005), experiências e subjetividades de jovens e adolescentes travestis da cidade de Campinas (PELÚCIO; DUQUE, 2013), e relações conjugais e afetivas (2006).

A pesquisadora Guacira Lopes Louro (1997; 2004) é formada em História, mestre e doutora em Educação, e, devido a sua formação interdisciplinar, investiga a relação entre gênero,

sexualidade e educação, seguindo a perspectiva foucaultiana que compreende a escola como uma das instituições responsáveis pela regulação das identidades.

A respeito do deslocamento teórico em sua trajetória de estudos e do interesse por se aprofundar nas relações de gênero, expõe:

Certo dia me perguntaram como eu podia explicar minha trajetória acadêmica, ou melhor, como podia explicar ter me desviado da História, meu campo de origem, para trabalhar com temáticas tão ‘mundanas’. Respondi que isso tinha a ver com minha história como intelectual e como mulher, tinha a ver com perguntar que estudantes me fazia e, talvez principalmente, tinha a ver com as questões que me pareciam relevantes responder (...) Quando comecei a falar para educadoras e educadores sobre gênero, sempre estive atenta para seus comentários, para suas críticas e questões (...) No entanto, havia um claro limite para pensar nesse terreno – o limite estava na sexualidade ou, mais especificamente, esbarrava na homossexualidade. Isso não quer dizer que não me fossem feitas questões sobre sexualidade, pelo contrário, elas eram muitas; mas elas se dirigiam fundamentalmente e na sua mais expressiva maioria, para descobrir a ‘causa’ desse ‘problema’ e para corrigi-lo (LOURO, 2004, p.55-56).

No relato da pesquisadora, se identifica a necessidade de gestão dos corpos indóceis referida por Foucault (2019a), posto que a escola, ao se pretender neutra, apenas tem êxito em produzir identidades padronizadas, que não questionam a maneira como se constroem esses padrões na sociedade. Segundo Louro, é por meio de uma nova abordagem pedagógica – a pedagogia *queer* – que se consegue subverter as dicotomias que produzem as identidades marginalizadas.

Partindo da afirmação de que “a vocação normalizadora da Educação vê-se ameaçada” (LOURO, 2004, p.29), a pesquisadora situa a escola como território do *queer*, sobretudo tendo em vista de que a proposta epistemológica *queer* não se limita ao âmbito das identidades e saberes sexuais. Essa pedagogia *queer*, na proposição da autora, tem na instabilidade a sua premissa, evidenciando os processos de disputa identitária que ocorrem na sociedade, ao invés de silenciá-los.

Ao colocarem em discussão as formas como o ‘outro’ é constituído, levariam a questionar as estreitas relações do eu com o outro. A diferença deixaria de estar lá fora, do outro lado, alheia ao sujeito, e seria compreendida como indispensável para a existência do próprio sujeito: ela estaria *dentro*, integrando e constituindo o e. A diferença deixaria de estar ausente para estar presente: fazendo sentido, assombrando e desestabilizando o sujeito. Ao se dirigir para os processos que produzem as diferenças, o currículo passaria a exigir que se prestasse atenção ao jogo político aí implicado: em vez de meramente contemplar uma sociedade plural, seria imprescindível dar-se conta das disputas, das negociações e dos conflitos constitutivos das posições que os sujeitos ocupam (LOURO, 2004, p.48-49).

Nesse paradigma, a dicotomia heterossexual/homossexual passa a ser compreendida como resultado de discursos que, conforme a perspectiva butleriana, produzem e reiteram as condutas sexuais e de gênero hegemônicas. Pois, ressalta Louro, a mera denúncia da homofobia – ou transfobia – não se faz eficaz para seu combate. Torna-se necessário “desconstruir o processo pelo qual alguns sujeitos se tornam normalizados e outros marginalizados, tornando evidente a heteronormatividade” (LOURO, 2004, p.49).

Em síntese, expõe:

Uma pedagogia e um currículo conectados à teoria *queer* teriam de ser, portanto, tal como ela, subversivos e provocadores. Teriam de fazer mais do que incluir temas ou conteúdos *queer*, ou mais do que se preocupar em construir um ensino para sujeitos *queer* (LOURO, 2004, p.51).

A necessidade de um currículo escolar que discuta as questões de gênero é também defendida por Letícia Lanz (2018), que frisa a complexidade de abordar o tema de maneira eficaz e libertadora, sem reproduzir o discurso normatizador que impera na atualidade. Sem esse preparo, a escola se sujeita a ataques que proliferam no Brasil atual, demonizando a menção ao “gênero”, tratando-o como sinônimo de “sexualidade” e, por conseguinte, entendendo seu ensino como uma tentativa de sexualização precoce.

Com o intuito de auxiliar na implementação do ensino sobre gênero nas escolas, a autora apresenta um conjunto de critérios os quais podem ser sintetizados em adequação, transparência e capacitação: adequação à faixa etária dos estudantes, do tipo de intervenção e do profissional a conduzi-la; transparência a respeito da abordagem e temas a serem discutidos em sala, buscando o consentimento e participação de pais e responsáveis na elaboração do currículo; capacitação do professor e restante da equipe pedagógica.

Para a pesquisadora, é fundamental que a escola se distancie da atuação militante, dado que, embora seja necessária, tende a dificultar a aceitação da temática de gênero no ambiente escolar. Muito mais útil, sustenta, é tratar do assunto assim como os demais itens do currículo escolar, pois, dessa forma, se transmite uma base teórica que poderá ser desenvolvida pelos alunos em outros momentos e âmbitos da vida (LANZ, 2018).

O posicionamento de Lanz é, particularmente, relevante, pois a defesa da quebra do binarismo de gênero é anterior a sua formação acadêmica, conforme expõe:

Sou Letícia Lanz, uma construção de mim mesma, uma vez que não me considero nem homem, nem mulher, nem trans. Considero-me alguém que a vida inteira tem sido vítima da insensível arbitrariedade da ordem vigente em me enquadrar nas suas “caixinhas identitárias”, perfeitamente previsíveis e totalmente controláveis, pelas quais eu nunca me senti totalmente representada. Na verdade, todas as pessoas, sem distinção, são igualmente vítimas desse “enquadramento forçado”, mas nem todas estão conscientes disso e a maioria até se adapta, de olho nas recompensas sociais de viver bem ajustada à identidade de gênero que a sociedade lhe confere ao nascer (LANZ, 2018, p.50)

Em sua dissertação de mestrado, intitulada *O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero* (2014), recorre ao termo “guarda-chuva” transgênero, pelo qual abrange as diversas possibilidades de existir além da norma binária. Numa abordagem em conformidade à de Bento (2006), que opta por falar em transexualidades, no plural, a autora questiona até que ponto pessoas transgênero, de fato, subvertem o binarismo vigente.

O prefixo “trans” se apresenta como alusão à transgressão, que constitui a existência do transgênero (LANZ, 2014, p.26), e é nessa noção de desvio que se ampara a concepção social que “legitima” a segregação dos que se rebelam contra o binarismo que se estabeleceu como pilar da sociedade. Todavia, existir como transgênero nem sempre implica nessa vontade de romper com os dispositivos que regulam os gêneros, de transgredi-los.

A experiência pessoal da autora demonstra a complexidade de negar o binarismo. Ela afirma que, por se identificar em uma transexualidade não-binária e por manter vínculos sociais e afetivos correspondentes aos de um homem cisgênero, é ofendida e pouco aceita por diversos integrantes da comunidade LGBTQI (LANZ, 2018).

Não obstante, a pesquisadora é categórica ao expor que não há por que demandar das pessoas transvestigêneres o total rompimento com as normas de gênero. Sendo o binarismo de gênero o sistema estruturante das relações sociais contemporâneas, romper drasticamente com ele acarreta o deslocamento às margens da sociedade, a perda da inteligibilidade, e o incremento da vulnerabilidade à transfobia.

Essa necessidade de ter sua existência reconhecida é o que leva indivíduos transgêneros a um “entre-lugar”, simultaneamente transgredindo e se reinserindo às expectativas de gênero. É por meio disto que se explica, situa Lanz (2014), a constante transformação corporal – orientada por padrões estéticos altamente cis e heterocentros - empreendida por pessoas transgênero.

Vemos assim que o dispositivo binário de gênero é tão poderoso que consegue fazer parecer estar sendo transgredido por pessoas a quem, na realidade, ele apenas está cooptando e assujeitando por outros caminhos. Dessa forma, o incrível potencial revolucionário da transgeneridade acaba sendo convertido em combustível para comportamentos altamente reacionários e conservadores. Não há nada mais _dentro do dispositivo binário de gêneros do que pessoas transgêneras que lutam desesperadamente para inscrever-se numa das suas duas categorias oficiais - homem ou mulher (LANZ, 2014, p.253).

Ao concluir que as identidades transgênero podem escapar às amarras das expectativas sociais do gênero binário, propõe dissociar às subjetividades trans dos padrões estéticos e comportamentais normatizados. Por meio das entrevistas realizadas junto às pessoas transvestigêneras, a autora pôde perceber que esses dispositivos de controle exercem forte influência na percepção que os sujeitos possuem de si próprios, moldando suas expectativas e até mesmo seus corpos. Dessa maneira, uma expressão efetivamente transgressora pressupõe a valorização das particularidades de cada sujeito, assim construindo uma ação coletiva que possa subverter o binarismo.

Similarmente ao posicionamento de Paul Preciado (2018) – o qual se autodenomina homem trans, porém frisando que não reivindica a masculinidade detentora da violência, a qual empreende uma “necropolítica heterossexual” –, Lanz (2014) considera que mais benéfico à quebra do sistema binário é a defesa da multiplicidade de gênero. Essa consciência, no entanto, será muito mais fruto de um pensamento academicamente construído, o qual não implica que travestis e transexuais, em maior ou menor grau, não considerem suas existências válidas, independentemente de a sociedade taxá-los como dissidentes.

A partir das contribuições teóricas dos autores citados, os estudos nacionais na área das ciências humanas multiplicam e diversificam as abordagens sobre transexualidade, demonstrando a necessidade de superar enfoques de “lugares comuns” para obter uma maior compreensão dos aspectos que se relacionam às transidentidades. A relação entre transexualidade e marginalidade, por um longo período considerada pela academia como central, vai cedendo espaço a investigações que têm consciência do quão perigoso é reproduzir associações transfóbicas e de senso comum no discurso científico. Dessa maneira, não obstante a exclusão social enfrentada por indivíduos trans no Brasil aumentar sua vulnerabilidade, há um crescente interesse em romper com os estereótipos que cercam a experiência transexual.

As diversas possibilidades de se construir como indivíduo transexual, configurando múltiplas experiências identitárias, situam-se como abordagens temáticas relevantes na discussão antropológica e sociológica brasileira da atualidade. Nesse sentido, investigações como as de Rego (2015) e Silva (2015) recorrem à antropologia social para perceber como os sujeitos vivenciam suas identidades frente às categorizações “homem” e “mulher”. Suas considerações, além de desenvolverem aspectos relacionados à família, sexualidade e escolaridade, constata lacunas do saber e, a partir disto, propõem novas vertentes investigativas. Exemplificamos, com a menção de Rego (2015), a necessidade de atenção integral à saúde do homem transexual, uma vez que não há estudos aptos a informar as consequências de utilizar o *binder* e a terapia hormonal por períodos prolongados.

A relação entre técnicas de modificação corporal e experiência transexual e travesti, vastamente explorada pela academia, põe em evidência a necessidade de melhor compreender como essas técnicas afetam a saúde de indivíduos trans. O destaque atribuído pelo discurso antropológico ao uso do silicone, silicone industrial e suas consequências para a saúde, bem como às estratégias utilizadas para aceder aos medicamentos usados na hormonização, podem levar à errônea percepção de que muito se sabe a respeito da saúde transexual. Conforme expõe Rego (2015), há que ampliar o olhar antropológico à saúde integral de transexuais, o qual acarreta tratar de temas, até então, negligenciados.

Além de se ampliar a noção de saúde transexual, enfatizam-se propostas que se valem dos saberes jurídicos para melhor entender as transidentidades. Se no Brasil, em princípio, as ciências jurídicas concentraram o discurso acadêmico sobre transexualidade, novas possibilidades de estudo conduzem à análise antropológica dos discursos jurídicos e institucionais. Constituem como exemplo investigações como as de Lima (2015) e Freire (2015)²⁷, as quais discutem a construção das pessoas trans como sujeitos de direito.

Também houve incremento no número de propostas que relacionam antropologia e ambiente virtual. Nessa seara, observamos uma continuidade entre os estudos de sociologia digital de Miskolci e a tese de Vieira Júnior (2018), no qual o autor analisa a recepção à transexualidade no ambiente virtual. Orientado por Larissa Pelúcio, o autor analisa as tensões – potencializadas

²⁷ Embora o provimento n. 73 do CNJ seja responsável por, atualmente, reger a maneira como serão realizadas as alterações de nome civil junto aos cartórios, consideramos que a pesquisa de Freire conserva sua contribuição científica;

pelo período eleitoral – entre os grupos que, segundo sua identificação, dividem-se entre os que se valem de um discurso moralizante, de forte influência religiosa, para negar a transexualidade e os favoráveis aos transindivíduos, pautados pela crença no Estado laico e na tolerância de gênero e sexual.

A presença da lógica biopolítica na tese do autor, bem como a menção que faz à importância do ciberativismo, dialogam com a proposição de Rego (2015) a respeito da importância do ativismo para sujeitos transexuais. Segundo ele, o envolvimento de trans com o transativismo poderia ser considerado um marcador social, pois observou que a atuação militante exerce influência no modo de perceber e vivenciar o gênero dos que são ativos na seara sociopolítica.

O maior número de reflexões antropológicas sobre a velhice, aliado às melhores condições sociais para a população transexual, possibilitaram ao olhar científico se focar no estudo específico da velhice trans. As dissertações de Siqueira (2004) e Casteleira (2014) constituem exemplos pois, além de desconstruir a noção de que transexuais e travestis estão fadados à morte prematura, possibilitam conhecer como esses sujeitos experimentam o decurso temporal. Por meio das entrevistas realizadas junto às transmulheres, Casteleira (2014, p.91) pôde constatar a peculiar percepção delas quanto à velhice, a qual se daria “a partir dos trinta e cinco anos, sobretudo se está no campo da prostituição”.

À medida que vão surgindo análises voltadas para o estudo das identidades trans fora dos contextos de marginalidade, cada vez mais são problematizadas categorias e conceitos utilizados nos estudos da transexualidade. A questão das nomenclaturas utilizadas para denominar trans sujeitos é exemplo disso. O uso das expressões “transexual” e “travesti” nas pesquisas segue uma orientação que, embora tenha se estabelecido como consenso acadêmico durante um longo período, vem cada vez mais sendo posta em prova. Em 2018, por exemplo, com o julgamento da ADI 4275 pelo STF, a possibilidade da autodeterminação como transexual sem a necessidade de cirurgia prévia flexibiliza as classificações.

Todavia, a complexidade de classificar as identidades que fogem ao binarismo de gênero é uma constante dentro dos estudos de gênero e *queer*, posto que sofrem variações de acordo ao recorte temporal e espacial da análise.

Podemos afirmar que as classificações trans compõem um vocabulário complexo, uma vez que são produzidas dentro de contextos culturais específicos e possuem um caráter político,

sendo mobilizadas de acordo com as circunstâncias e estratégicas dos atores, seja para oferecer uma feminilidade legítima ou pela atuação de certos segmentos militantes, reivindicando reconhecimento para suas demandas (OLIVEIRA, 2015, p.103).

Encontramos exemplo na tradução que Leite Júnior (2014) faz do termo “travesti”, designando-o com a palavra inglesa *trannie*. O uso dessa expressão, aponta Oliveira (2015, p.103), é considerado ofensivo pelas militâncias *transgender* americanas, mesmo quando em contextos que, a princípio, pareceriam ser LGBTQI *friendly*. Por exemplo, o programa *Ru Paul Drag’s Race*, *reality show* americano protagonizado por *drag queens*, sofreu duras críticas da comunidade *transgender* por recorrer a expressões que “segundo as porta-vozes desta militância, desumanizam as pessoas ‘trans’”.

A vista do viés de análise das investigações de Leite Júnior (2008; 2014), parece descabido considerar que o teórico faça uso de uma terminologia ofensiva a indivíduos trans. O exemplo apresentado, então, propõe demonstrar a fluidez das categorizações das transidentidades, bem como a necessidade de levar em consideração a voz dos sujeitos e os aspectos locais, sociais e culturais.

Em adição, destacamos o posicionamento de Vieira Júnior:

Longe de um acordo geral entre a academia e a militância, as experiências de gêneros se mostram de maneiras tensas e de negociações quanto à sua discussão de como identificá-las e nomeá-las. Denominações como transgênero, travesti e transexual revelam deslocamentos do sistema binário de gênero e nem por isso podem ser definidas como sinônimas e homogêneas (VIEIRA JÚNIOR, 2018, p.27)

Diante disso, esta proposta utiliza as nomenclaturas “transexual”, “travesti”, entre outras, tomando por base a autodeterminação dos sujeitos participantes da pesquisa. Acreditamos que essa postura teórica respeita a complexidade das experiências trans ao rejeitar categorizações que simplificam uma realidade complexa e plural.

As investigações apresentadas no decorrer deste capítulo desconstroem, em âmbito nacional e internacional, a pretensa continuidade entre sexo, gênero e sexualidade, revelando uma miríade de possibilidades e temas relacionados aos corpos que, por não se submeterem à cisnorma, são denominados “trans”. Nesse âmbito, no presente capítulo, se apresentaram as principais contribuições teóricas com as quais esta tese dialoga, situando-as em sua importância dentro do campo de estudo das transexualidades. Consideramos que o interesse por compreender a experiência de pessoas trans no mercado de trabalho a partir de histórias de vida decorre do

processo de construção do saber a respeito de sexualidade, gênero e transexualidade, o qual expôs a importância de aliar a pesquisa acadêmica a uma postura crítica e consciente da realidade social.

3. METODOLOGIA

Pensar na metodologia de uma pesquisa científica implica em refletir a respeito de como o referencial teórico será instrumentalizado em campo, pois, além de selecionar os estudos que atribuem embasamento teórico à pesquisa, o cientista social deve escolher as técnicas e instrumentos que lhe permitirão alcançar os objetivos propostos.

Em diversas passagens desta tese mencionamos que somos guiados por uma perspectiva fenomenológica, o qual torna necessário aprofundar acerca do que é a Fenomenologia, seus pressupostos epistemológicos, além de introduzir a fenomenologia formista, vertente fenomenológica que adotamos.

É graças a esse espírito fenomenológico que nos permitimos construir esta tese entrelaçando métodos científicos, motivo pelo qual recorreremos, além de ao estado da arte, ao método “história de vida”. Suas características, limitações e a justificativa para utilizá-los são discutidas a seguir. Por fim, expomos as técnicas para as coletas de dados utilizadas – o questionário e o roteiro de entrevista – e apresentamos o roteiro utilizado.

3. 1 CAMINHOS FENOMENOLÓGICOS: FENOMENOLOGIA E A FENOMENOLOGIA FORMISTA

A Fenomenologia é uma perspectiva filosófica que surge no início do século XX a fim de ser um contraponto ao positivismo e idealismo. Para Husserl, fundador da Fenomenologia, ambas perspectivas eram insuficientes, discordando da supremacia dos conceitos difundida pelo idealismo, assim como do desinteresse positivas na compreensão da essência (CAPALBO, 2008).

Podemos explicar a Fenomenologia como uma ciência com rigor, porém não exata, preocupada com a análise do fenômeno, compreendido como o objeto mediado pela consciência. Nas palavras de Brancatti e Rinaldi (2020, p.492) “a vivência em seu mundo vivido”.

Ao rejeitar o estático, o pré-concebido, a Fenomenologia almeja ser um conhecimento sobre o mundo em todo o seu dinamismo e multiplicidade. O saber está no mundo e, simultaneamente, na mente que o contempla, realizando um movimento dialético. Mais do que definir, a Fenomenologia almeja auxiliar na compreensão do vivido pelo ser no mundo, um ente temporal, cultural, subjetivo e intersubjetivo.

Capalbo (2008) enfatiza que essa concepção dialética é cerne da Fenomenologia, posto que a relação entre sujeito e objeto não é uma relação entre duas realidades externas. Tanto o sujeito como o objeto se relacionam com a consciência, que é a responsável por realizar o movimento de abertura para o mundo e o retorno a si. Desse modo, todo objeto é objeto intencionado (*noema*) e todo sujeito possui consciência “de algo” (*noesis*).

O pensamento fenomenológico vai além das explicações causais, concentrando-se na manifestação do real. Todavia, como o vivido não pode ser definido, somente descrito, é pela descrição do sujeito que podemos saber como ele percebe o fenômeno. Analisar a descrição do sujeito é o que permite ao cientista observar o que se manifesta, livrando-se da tentação de ceder a conceitos prévios, em uma atitude aberta denominada de *epoché*. Essa essência do fenômeno, o *eidos*, irá aparecer pela suspensão dos pré-conceitos, pela constatação de qual é o aspecto invariante nas várias descrições possíveis de um objeto.

A perspectiva fenomenológica de Husserl diz respeito a uma Fenomenologia transcendental, na qual o autor afirma a necessidade de estar livre de qualquer conhecimento prévio em relação ao fenômeno em análise, para, assim, capturar sua essência. No entanto, atualmente, não se pode falar em uma única abordagem fenomenológica, visto que os ensinamentos de Husserl influenciaram o surgimento de diversas vertentes da Fenomenologia que apresentam características próprias (BICUDO; KLUBER, 2013).

Heidegger, por exemplo, irá discordar do teórico acerca da possibilidade desse distanciamento prévio, uma vez que todos – incluindo o cientista social – encontram-se inseridos na sociedade. Segundo o autor, é pelo círculo hermenêutico que se apreende o fenômeno, uma vez que, mesmo possuindo juízos prévios acerca do objeto em análise, ao entrar em contato com este, o pesquisador confronta seus saberes prévios, ressignificando-os. Sua fenomenologia, nesse sentido, é a fenomenologia hermenêutica. (BICUDO; KLUBER, 2013).

Influenciado por Heidegger, Maffesoli também julga impossível desvincular-se totalmente de saberes prévios. Contudo, o teórico parte dessa influência para engendrar uma perspectiva peculiar de fenomenologia, a qual chama de “formista”. É a ela que recorreremos nesta tese, razão pela qual examinaremos mais detidamente seus pressupostos.

Na obra *Elogio da razão sensível* (1998), Maffesoli aprofunda acerca de sua fenomenologia formista. No primeiro capítulo, *Deontologia*, o sociólogo expõe a falência do pensamento moderno e de sua lógica inerente, afirmando que o culto ao racionalismo é o próprio responsável pelo seu

declínio. Ele pontua que é necessário não perder de vista que o conhecimento científico nasce de uma realidade complexa, a qual estará negligenciando essa multiplicidade se tiver como preocupação *a priori* a elaboração de conceitos. Esses conceitos, resultantes de extensos processos de depuração e abstração, estariam agindo tal qual Procústeo, figura mitológica que decepava ou extirpava os membros daqueles que não coubessem perfeitamente no leito que lhes oferecia para repousar. A ironia de recorrer a um saber mitológico para explicar seu pensamento não escapa ao sociólogo, que também recorre à metáfora do “observador em alto mar” para indicar que a nova epistemologia deve estar atenta ao horizonte, deixando para trás aquilo que é retrógrado.

Ainda, sugere substituir a paranoia – pensamento impositivo – pela metanoia – pensamento que acompanha. Não se trata mais de tentar negar os aspectos da vida que, por fugirem do racionalismo, são taxados de selvagens, bárbaros, um retrocesso. Utilizando a metáfora da corrente artística barroca, há que deixar de perceber polaridades, diluindo margens, tal qual acontece nos jogos barrocos de claro/escuro.

O saber moderno, herdado de Descartes, não nos possibilita compreender a realidade social. A ciência, afirma Maffesoli, deve parar de tentar *representar* e começar a *apresentar*, propor maneiras de compreender que, em si próprias, revelam o caráter multifacetado do fenômeno. É por essa razão que o autor atribui grande importância ao estilo: é pelo discurso que se vão desvelando as muitas facetas de um fenômeno, sem, no entanto, pretender ser uma explicação taxativa e total.

Argumenta-se a favor da retomada de um pensamento “erótico”, no sentido de contemplar a fruição e a intelectualidade como componentes indissociáveis da vida, ou seja, de um “pensamento amoroso da vida em sua integralidade” (MAFFESOLI, 1998, p.44). Em suma, critica-se o racionalismo abstrato porque não reconhece “o potente vitalismo que move, em profundidade, toda vida social.”

Substitui-se o racionalismo pelo raciovitalismo, termo que não chamamos de conceito por não possuir pretensão totalizante, aspecto reforçado pelo teórico no decorrer de toda a obra. O raciovitalismo é, na concepção do sociólogo, a articulação da racionalidade com a vitalidade, um saber que não busca a unidade, mas a unicidade. Esse novo termo se difere, uma vez que não ignora as peculiaridades das partes que compõem o todo. Ainda, o raciovitalismo clama por um saber erótico, acariciante, no qual se levam em consideração os afetos e não se exclui o ato de filosofar

da vida cotidiana. Em suma, o raciovitalismo almeja contemplar tudo o que integra a vida e que era ignorado por não ser “racional” o suficiente para o racionalismo.

O autor fala da busca pela razão interna, que implica na superação do causalismo amparado no racionalismo. É necessário deixar aparecer a verdadeira razão – a razão interna – do fenômeno social, ciente de que é muito possível que ela contrarie o causalismo instrumental. Adicionalmente, cabe considerar que a razão de ser não se vincula unicamente a um objetivo a ser alcançado, mas também ao local de origem, de onde parte. Desse modo, a epistemologia proposta por Maffesoli considera:

Que existe uma estreita ligação entre um conceito – que caracterize um povo, uma civilização, uma comunidade específica – e a vida que o exprime. É isso que podemos chamar de raciovitalismo. O que quer dizer que uma entidade, seja ela qual for, encontra sua razão de ser em si mesma, é causa e efeito de si mesma, é seu próprio fundamento (Grund), a partir do qual ela pode difundir-se indefinidamente (1998, p.89).

A ciência da multiplicidade motiva um pensamento orgânico, que foge da dicotomia, não excludente. Pensar organicamente não significa cercear o que se considera oposto, mas abarcá-lo dentro de um todo que convive com a pluralidade e o dinamismo.

Nesse sentido, o formismo vem ressaltar a importância da contemplação da forma em sua totalidade e de sua descrição, pela qual se observam, simultaneamente, a totalidade e as unicidades. O teórico recorre a Simmel para exemplificar, mencionando a definição de beleza: algo composto por partes que, isoladamente, não são belas. Nas palavras de Maffesoli (1998, p.131), a forma “agrega, agrupa, modela uma unicidade, deixando a cada elemento sua própria autonomia, sem deixar de constituir uma inegável organicidade”.

O formismo em Maffesoli (1998) advém do interesse em recuperar o saber da compreensão, que fala do “como” ao invés do “por quê”. Parte da descrição, porque é por meio dela que se direciona toda ênfase ao fenômeno em si e não às explicações ou preconceitos de quem analisa. Referindo-se ao Barroco, o teórico argumenta que assemelhar o fazer científico à contemplação artística permite compreender os aspectos aparentemente dissonantes como parte de uma globalidade que preserva a unicidade, similarmente ao efeito alcançado pela arte barroca, que consegue harmonizar características consideradas opostas.

No capítulo 5 de *Elogio da Razão sensível*, o autor continua a delinear os pressupostos de sua visão fenomenológica. Se o racionalismo, na modernidade, buscou segregar e classificar para tentar viabilizar um domínio do homem sobre o natural, é pelo raciovitalismo que a razão pós-

moderna opera. A relação entre sociedade e natureza se torna mais orgânica, proliferando os exemplos que demonstram como esse todo é harmônico, sem que essa harmonia implique na saturação ou exclusão dos aspectos considerados antagônicos.

Nesse paradigma, a razão instrumental da modernidade se torna insuficiente. Preferível é contemplar a forma, o fenômeno, a fim de lhe captar a razão interna. A epistemologia pós-moderna se volta para a contemplação da vida social sem a necessidade de desvendar seus “por quês”, já que considera suficiente a própria lógica interna do fenômeno.

Em alusão ao deus romano do vinho e do bom viver, Maffesoli (1998) clama por um saber dionisíaco, posto que sensível, acariciante, muito mais apto a contemplar uma realidade social em que a subjetividade e a emoção adquirem cada vez mais importância. A vida, pontua o autor, é construída pela somatória dos momentos cotidianos efêmeros, não cabendo recair à tentação de prender-se a grandes marcos históricos, posto o risco de perder a tão rica vitalidade que impregna cada instante cotidiano.

A girada pós-moderna diz respeito à perda da linearidade moderna, em que individualismo, racionalismo e causalismo impulsionavam a sociedade “para a frente”, ou, ao menos, essa era a ilusão que, no momento atual, não se sustenta mais. A sociedade pós-moderna, conforme descrita por Maffesoli (1998), ainda encontra o saber em vínculo com o poder, ambos voltados para uma categorização do mundo via saturação. Entretanto, este não se faz ver na vida cotidiana, na qual repercutem cada vez mais aspectos que a modernidade enfaticamente pretendeu desmerecer. A subjetividade enraíza a vida cotidiana pós-moderna no aqui e agora, vinculando essa vivência a uma coletividade com a qual se compartilham mitos e subjetividades. Substitui-se o anseio de capturar a realidade pelo desejo de contemplá-la, fruí-la e exaltá-la no que possui de múltiplo.

A incoerência que assombrava os modernos é abraçada na pós-modernidade, sem que isto signifique o abandono da racionalidade ou o culto ao obscurantismo. Entendemos que a sociedade complexa se alimenta da pluralidade e dá margem para a existência de razões internas múltiplas que coexistem em harmonia orgânica. Há dinamismo na vida cotidiana, e é justamente a relação entre o dinâmico e o estático que o formismo pretende compreender.

Pensemos em termos artísticos, conforme, frequentemente, faz Maffesoli (1998). A realidade cotidiana compõe a grande obra de arte na qual o sociólogo deve se debruçar, minuciosamente, trama a trama. Deve-se resistir à tentação de contemplar o todo e lhe atribuir

sentido, pois é necessário que se examine detidamente cada componente da trama e, somente nesse exercício, ir descrevendo os sentidos que vão surgindo.

Recorremos à metáfora da pintura, porque permite conciliar dois pontos de interesse da teoria maffesoliana. Inicialmente, alude ao crescente esteticismo da sociedade pós-moderna, na qual a estética gera uma ética. Isto pode ser observado na importância atribuída ao corpo e àquilo que dele provém. As sensações, em suma, impregnam o cotidiano pós-moderno, formando vínculos que ultrapassam o racionalismo e, por esse motivo, reinserem a importância do imagético no fazer científico. Consequentemente, um saber metafórico leva em consideração o potencial da metáfora para a compreensão social, uma vez que, por meio dela, são construídas poderosas imagens mentais as quais se, em princípio, parecem fugir à racionalidade, estabelecem-se como detentoras de uma mensagem alusiva que concilia forma e conteúdo.

Uma preocupação moderna chamaria atenção para “o quê” se alude por meio da metáfora. Pós-modernos que somos, nos rendemos à metáfora, cientes de que não alude a “um” e sim a “múltiplos”. A metáfora não captura um sentido, indica muitos, e cabe ao cientista social ter ciência de que essa abertura na construção do saber é a fonte de sua riqueza.

Nesse sentido, o autor propõe substituir a proliferação de conceitos – rígidos, estáticos – por metáforas, valorizando o saber maleável, que abarca o senso comum. Um saber “formante” e não formal, premissa que embasa sua concepção fenomenológica. Assim, além da descrição, o teórico considera a intuição, metáfora e senso comum como importantes ferramentas de análise para a fenomenologia formista.

Para o sociólogo, defender o pensamento intuitivo não significa aludir a um subjetivismo ou individualismo. Implica pôr em suspenso o raciocínio analítico prévio, pelo qual se tentaria atribuir ao fenômeno uma lógica que, muitas vezes, é externa a ele. Ignorando-se o raciocínio dedutivo, cabe recorrer ao raciocínio indutivo, à intuição do que poderia ser a essência. Nesse sentido, agir intuitivamente é o que permite a verdadeira absorção da aparência, a fim de captar as lógicas simbólicas inerentes ao fenômeno observado. Nada será sabido *a priori*.

Maffesoli (1998) considera relevante que a descrição compreenda aspectos da ambiência, isto é, do subjetivo, emocional e afetivo que estão envolvidos no fenômeno, sobretudo ao se considerar a importância da estética e da emoção nos fenômenos sociais de nosso tempo, os quais fogem às meras motivações políticas ou econômicas. É pelo *insight* – intuição – afirma, que é possível apreender o estático e o dinâmico da vida.

Quando se refere à metáfora, o sociólogo almeja abarcar os aspectos do imaginário que não podem ser demonstrados, mas mostrados. A demonstração, por estar vinculada à verificação, é impraticável quando se discute o simbólico. Nisso reside o potencial da metáfora: auxiliar na compreensão, sem pretensão de gerar um saber conclusivo. Tanto a intuição quanto a metáfora se relacionam ao senso comum que Maffesoli (1998) se propõe a resgatar. Segundo o autor, a atenção ao senso comum incorpora três atitudes fundamentais para o fazer científico da pós-ciência: construção de uma razão sensível, valorização dos saberes do sul e a promoção de um empirismo especulativo.

A sociologia maffesoliana se diz compreensiva porque está ciente do quão é insuficiente recorrer ao pensamento binário, estritamente dedutivo e analítico, para entender a sociedade contemporânea. Primeiramente, o salto epistemológico que o autor propõe defende a valorização do saber do sul, aquele que “abre mão da mediação teórica para chegar o mais próximo possível do senso comum em seu fenômeno concreto” (BASTOS; ALVES; SCHROEDER, 2015, p.36). Essa perspectiva científica volta-se para a compreensão, perdendo a obrigação de explicar tudo o que se apresenta aos olhos do cientista. Assim, adquire força a razão sensível, uma razão atenta aos aspectos emocionais e simbólicos, que fogem à lógica racional.

Nos orientamos fenomenologicamente, movidos pela ciência da complexidade do fenômeno social, que não se presta a definições totalizantes e absolutas. Tecendo um saber fenomenológico, consideramos, recorreremos à fonte primária do fenômeno – o sujeito significativo – para, partindo de seu relato, conhecer como se manifesta e é percebido.

3.2 O MÉTODO HISTÓRIA DE VIDA

A partir do formismo, compreendemos a necessidade de articular o estático ao dinâmico na análise social, isto é, não nos limitar às generalidades e abstrações, dando origem a um saber atento àquilo que o social tem de vital, chamado por Maffesoli de socialidade. Nesse sentido, além de uma perspectiva filosófica e epistemológica que orienta nosso olhar e nossa análise, a fenomenologia formista fomentou o desejo de optar pelo método que melhor permita ao fenômeno “falar” por si.

À vista disso, a história de vida se apresenta como um método qualitativo de rigor científico, que leva em consideração a importância da subjetividade no estudo da vida cotidiana.

Integrando as metodologias qualitativas, a história de vida surgiu com o trabalho de Thomas e Znanieck (1918), intitulado *The polish peasant* (BRANDÃO, 2007). De caráter biográfico, à semelhança da história oral, da biografia e da autobiografia, a história de vida distingue-se dos demais métodos posto que faz um “saber em participação” (SILVA et al., 2007), preocupando-se com o vínculo estabelecido entre pesquisador e sujeito da pesquisa, além de valorizar o modo como o entrevistado constrói seu relato. De acordo a Brandão:

a história de vida traduz, ao mesmo tempo, a verdade subjetiva do seu narrador e o modo como essa verdade é produzida em momentos e contextos históricos e sociais particulares. Ela permite ao ator organizar e atribuir sentido à sua experiência e à sua existência, estabelecendo e desvendando, simultaneamente, a sua pertença a uma comunidade (2007, p.9)

A história de vida acolhe a subjetividade de quem narra, incluindo-a no objeto de estudo da análise. Compreende-a, dessa maneira, como senso comum, numa perspectiva similar à de Santos (1989), quando afirma que é necessário repensar a epistemologia, permitindo que se reconstrua levando em consideração uma multiplicidade de discursos. Um senso comum, contudo, que não se confunde com “explicação comum” (BRANDÃO, 2007).

No mesmo sentido, Silva et al. (2007, p.26) expõem que “a ciência é historicamente construída e não se sobrepõe aos outros campos de conhecimento, como a religião e a arte, esferas igualmente úteis para compreender o homem”. Segundo Alves (2014), essa perspectiva científica, denominada pós-ciência ou ciência pós-moderna, adota os seguintes pressupostos: a suspeição, questionamento das “certezas” epistemológicas e a recuperação, que se encarrega de reestabelecer o contato do cientista com o senso comum.

O método história de vida se articula com referida abordagem epistemológica, questionando o modelo científico hegemônico ao não se pretender neutra. Entretanto, a impossibilidade de alcançar total neutralidade não impede o pesquisador de agir em prol de evitar as interferências decorrentes de sua própria subjetividade, uma vez que o objeto deve ser construído e não inventado. Goldenberg (1997) expressa que o cientista social deve buscar a *objetivação*, constituindo-se nas práticas voltadas a minimizar a influência da subjetividade. Não se trata, assim, da exclusão total do subjetivo – o qual seria impossível –, mas do esforço direcionado a controlar essa subjetividade ao apresentar de maneira clara e pormenorizada o trajeto da pesquisa. Desse modo, os que estabelecem contato com os resultados da análise podem

conhecer a trajetória teórica e metodológica que lhes deu origem.

Sobre o vínculo entre subjetividade e pesquisa qualitativa, especialmente em sociologia e antropologia, Corde (2013, p.17) destaca que a tentativa de apagamento total do pesquisador pode dar lugar à noção de que há apenas uma interpretação dos fatos analisados. Complementa postulando que “não se trata de abrir mão da objetividade nos estudos das relações sociais, mas sim de reapropriá-la (...) sem cair num distanciamento frio que congele as realidades sociais, nem em uma subjetividade exagerada na qual o pesquisador focaliza ‘no seu umbigo’”.

No entanto, ao considerar a história de vida como método, o pesquisador necessita estar ciente de suas potencialidades e limitações metodológicas. A respeito dos cuidados adotados por quem optar por esse método, Brandão (2007) salienta que o cientista social deve evitar recair no sociologismo ou psicologismo. Por sociologismo, refere-se à redução do sujeito aos condicionamentos sociais, ignorando sua agência. Em contrapartida, o psicologismo consistiria em negligenciar a influência das instâncias sociais na subjetividade do ator.

Adicionalmente, Haguette (1987, p.80) estabelece que, ao optar pela história de vida, o sociólogo está “orientado para as questões sociológicas nas quais está interessado, interroga sobre fatos que requerem esclarecimentos, tenta confrontar a história contada com outros tipos de material, como relatórios oficiais e outros”. Esse método demanda uma postura ativa do pesquisador, no sentido de saber dosar suas intervenções, preservando a subjetividade e liberdade do relato do entrevistado.

Outros aspectos que o cientista social deve cuidar ao optar pela história de vida dizem respeito à maneira como serão formuladas as perguntas na situação de entrevista e à linguagem adotada nesse momento. Brandão (2007, p.14) chama atenção para o fato de que “a mera presença de uma questão pode conduzir a uma imposição de problemática”. De acordo à síntese de Davies et al. (2018), o método história de vida é distinto de um estudo de caso, grupo focal ou questionário, não se resumindo a ser a mera exposição de um evento ou incidente, tampouco se tratando da exposição dos aspectos macro que influenciaram a vida de um indivíduo.

Além dos desafios da história de vida, deve-se possuir clareza em relação ao que se pode alcançar por meio dessa metodologia. Sobre seu potencial, Paulilo (1999, p.142-143) defende que é “instrumento privilegiado para análise e interpretação (...) ela fornece, portanto, base consistente para o entendimento do componente histórico dos fenômenos individuais, assim como para a compreensão do componente individual dos fenômenos históricos”.

Haguette (1987, p.82) complementa, afirmando que “a história de vida pode sugerir novas variáveis, novas questões e novos processos que podem conduzir a uma reorientação da área”. Sendo assim, esse método possibilita compreender processos e aspectos que não tenham sido tratados dentro dos estudos sobre transexualidade. Especificamente, permite aprofundar o debate referente à inserção do trabalhador trans no mercado de trabalho, desvelando novas possibilidades sobre a questão, posto que leva a “captar o que escapa às estatísticas, às regularidades objetivas dominantes e aos determinismos macrossociológicos, tornando acessível o particular” (BRANDÃO, 2007, p.10).

A história de vida também leva em consideração aspectos como a temporalidade e a perspectiva pessoal de quem narra, o qual permite conhecer como se dão as interações entre indivíduos, bem como a influência das instituições e contextos sociais (DAVIES et al., 2018).

Essa opção metodológica dá a conhecer os processos que integram os fenômenos sociais – revelando como o macro se circunscreve no micro, no particular –, fazendo com que seus resultados sejam teorizáveis. Segundo Brandão (2007), a possibilidade de elaborar teorias a partir do particular se deve ao fato de que, na sociedade, um fenômeno nunca é exclusivamente individual. Desse modo, mesmo as experiências particulares trazem em si influência da coletividade, constituindo experiências sociais ou coletivas.

Todavia, tal afirmação não implica que a elaboração teórica a partir de metodologias qualitativas ocorra nos mesmos moldes que a decorrente de dados quantitativos, visto que ambas metodologias são distintas e “podem ou não ser complementares uma à outra na compreensão de uma dada realidade (...) Somente quando as duas abordagens são utilizadas dentro dos limites de suas especificidades é que podem dar uma contribuição efetiva para o conhecimento” (PAULILO, 1999, p.136).

É a partir da consciência das possibilidades de cada abordagem metodológica que o cientista social poderá optar pela metodologia, técnica e instrumento que lhe possibilitarão obter os dados com os quais teorizará. Nesse âmbito, os resultados de uma análise qualitativa possuem abrangência, porém nos moldes que delimita Paulilo:

Os resultados não podem ser generalizados em termos de descrições do que as pessoas fazem; são, no entanto, generalizáveis em termos de descrições do que as pessoas podem fazer. É, portanto, neste sentido, o da possibilidade da ocorrência, que resultados qualitativos podem ter a questão da generalização empregada como forma de validação (1999, p.140).

Observa-se, na explicação da teórica, que os dados oriundos das metodologias qualitativas são teorizáveis, mas seguindo critérios específicos. A história de vida, portanto:

Permite fazer surgir, gradualmente, regularidades pela saturação das categorias de análise e pela verificação da replicação das proposições teóricas num conjunto de casos singulares escolhidos pela sua ligação ao fenómeno que se pretende estudar. Mas permite explicar, igualmente, as variações que frequentemente escapam às regularidades estatísticas pela inclusão da dimensão individual e subjetiva do ator na própria análise (BRANDÃO, 2007, p.6)

Desse modo, ao utilizar histórias de vida no estudo da experiência laboral de transindivíduos, almejamos conhecer aspectos que ultrapassem o que já se sabe sobre o tema. Ainda, consideramos referido método adequado por possibilitar a construção de um saber em conjunto na situação da entrevista, graças à necessidade de o pesquisador manter uma postura aberta, apta a estabelecer “ligações de lógica que o ator não vê (...) a partir da informação que lhe transmite, situando-a no complexo das relações sociais” (BRANDÃO, 2007, p.9).

No estudo da transexualidade, a história de vida está presente em trabalhos como os de Connel (2010), no qual uma mulher trans recorreu ao pesquisador para contar sua história de vida, dando-se origem a uma análise que discute questões como agência corporal, feminismo e processo de transição; no de Biachi et al. (2014), sobre o trabalho sexual de homens cisgênero e mulheres transgênero na cidade de Bogotá; de Aguayo-Robero et al. (2015), a respeito dos processos que influem na performance de gênero e modificações corporais de transindivíduos que residem em Bogotá; e de Monakali (2017), referente à análise dos processos identitários presentes na vida de uma mulher trans negra, entre outros.

Nessas abordagens, os dados foram coletados por meio da entrevista qualitativa, técnica que também será utilizada nesta tese. Segundo Davies et al. (2018) a entrevista no método história de vida pode ser aberta ou semiestruturada e é passível de ser complementada com outros métodos de pesquisa. Sendo assim, além da análise teórica e documental, esta pesquisa recorre à entrevista qualitativa e ao questionário para a coleta de dados.

Tendo em vista que a “raiz epistemológica da história de vida (...) se encontra ancorada na corrente filosófica da fenomenologia” (BRANCATTI; RINALDI, p.495), os dados coletados nas histórias de vida serão analisados em face dessa vertente filosófica.

3.3 O QUESTIONÁRIO E A ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE

Inicialmente, estruturamos a pesquisa de campo em duas fases. Na primeira, ocorreria a aplicação de um questionário composto por **nove** questões abertas sobre idade, grau de escolaridade, raça, gênero, município de residência e tempo no atual emprego, seguindo passos semelhantes a pesquisas como as de Giorgi, Barbosa e Borges (2017) sobre a representatividade trans no ambiente de trabalho; de Licciardi et al. (2015) a respeito da discriminação de transgêneros no mercado laboral; e de Rodrigues e Severo (2017) focado na inserção laboral de trans da cidade de Bagé/RS. A seguinte fase corresponderia à entrevista semiestruturada.

No entanto, a dinamicidade da pesquisa em campo levou a adotar estratégias diversas. A divulgação do questionário – que pretendia ser o contato inicial dos sujeitos com a pesquisa – obteve pouco êxito, recebendo apenas uma resposta. Por esse motivo, optamos pelo formulário online como método de recrutamento de entrevistados e passamos a adotar o questionário como um complemento ao roteiro no momento das entrevistas. Aprofundaremos acerca do formulário no *Capítulo 4 História de vida*, no qual descrevemos nossos primeiros passos em campo.

As entrevistas realizadas correspondem à principal fonte de coleta de dados desta pesquisa. A opção pela entrevista qualitativa semiestruturada decorre da revisão bibliográfica, a qual nos levou a constatar que essa é a técnica de coleta de dados mais utilizada pelas investigações que relacionam transexualidade e mercado de trabalho (ANZOLIN; SOARES; MORENO, 2013; BUSIN, 2015; CÂNDIDO, 2016; HARTMANN, 2017; SANTOS, 2015).

Metodologicamente, também nos embasamos na perspectiva de Brandão (2007), pois, além de recorrer à história de vida, a pesquisadora trata da temática de gênero, especificamente da compreensão dos processos que influem na construção da identidade de mulheres que se relacionam com outras mulheres. Desse modo, discutem-se questões que também estão presentes neste estudo, dentre elas: relação entre gênero e sexualidade, a influência da subjetividade na apropriação dos modelos de identidade e como a construção identitária é influenciada por ambientes e relações sociais, sobretudo no que diz respeito ao preconceito. Adicionalmente, conversamos com Busin (2015), posto que a autora adota a história de vida e utiliza entrevistas para coletar os dados de sua pesquisa.

Sobre utilizar a entrevista qualitativa como técnica metodológica, explica Poupart:

A entrevista permite uma exploração em profundidade das condições de vida dos atores, ela é vista como um instrumento privilegiado para denunciar, de dentro, os preconceitos sociais, as práticas discriminatórias ou de exclusão, e as iniquidades de que podem se tornar objeto certos grupos considerados como ‘diferentes’, ‘desviantes’ ou ‘marginais’(...) o recurso à entrevista em profundidade comportaria, contudo, a vantagem de permitir não apenas evidenciar o que essas pessoas vivenciam no cotidiano, mas igualmente dar-lhes a palavra (...) (2012, p.220)

Complementarmente, Lalanda (1998, p.879) dispõe que, entre pesquisador e entrevistado, há um contrato “narrativo, autobiográfico e interpessoal”. Narrativo, já que quem entrevista solicita ao sujeito entrevistado que conte sua história, a qual se dará por um discurso narrativo. Autobiográfico, uma vez que o entrevistado fala de si e interpessoal, pois o pesquisador procura “fazer convergir o discurso do narrador para os seus objetivos” (*ibidem*, 1998).

Devido a esse caráter dialógico, a entrevista qualitativa em profundidade é apontada por Davies et al. (2018) como uma possível técnica de coleta de dados para quem trabalha com histórias de vida. Taylor e Bogdan (1987) também reforçam a relação entre entrevista em profundidade e história de vida.

Aponta Gaskell (2008) que a tarefa de transcrição da entrevista em profundidade é árdua, sendo necessário que o pesquisador tome alguns cuidados. Dentre eles, o teórico argumenta que, ao selecionar a quantidade de pessoas para entrevistar, opte-se por um número pequeno, já que um maior número de entrevistados não traz, necessariamente, mais dados para a pesquisa. Em sua perspectiva, “temas comuns começam a aparecer, e progressivamente sente-se uma confiança crescente na compreensão emergente do fenômeno” (GRAY, 2012, p.149).

A respeito disso, Brandão:

A representatividade dos casos analisados – e, portanto, o valor sociológico dos dados recolhidos – não assenta, nem pode ser avaliada em termos meramente estatísticos, procedimento característico das metodologias quantitativas. São as suas qualidades teóricas e metodológicas – em particular, a sua ligação à natureza do fenômeno investigado – que determinam o seu valor em termos de representatividade (BRANDÃO, p.5, 2007).

Taylor e Bogdan (1987) expõem que não se pode precisar o número de entrevistados em uma pesquisa, o qual se comprova ao examinar trajetórias como as de Hartmann (2017), na qual a pesquisadora trabalhou com uma quantidade de entrevistas inferior ao originalmente planejado. Na mesma linha, Goldenberg (1997) afirma que, na pesquisa qualitativa, não é central o número de pessoas, mas a sensibilidade do pesquisador na coleta e análise de dados.

Ainda, respaldamo-nos em Taylor e Bogdan (1987), os quais afirmam que as entrevistas no método história de vida são realizadas com um número pequeno de pessoas, dada a necessidade de existir um vínculo entre pesquisador e colaborador. Também Lalanda (1998, p.872) menciona a história de vida como uma das “técnicas qualitativas baseadas na relação aprofundada com um pequeno número de atores sociais”. Pelas razões expostas, neste trabalho optamos por conversar com cinco sujeitos, número que consideramos adequado para obter reflexões pertinentes acerca do diálogo entre transexualidade e trabalho.

Na entrevista em profundidade se valoriza a relação entre pesquisador e sujeito da pesquisa, distinguindo-se da conversação casual pelo direcionamento que o cientista social dá ao diálogo (TAYLOR; BOGDAN, 1987). A fim de auxiliar nesse direcionamento durante as entrevistas, utilizamos um roteiro composto de tópicos selecionados, tendo em vista o objeto da pesquisa.

Para Lima (2016), é importante que o roteiro oriente o cientista social sem coibi-lo de explorar novos temas ou abordagens que venham a se revelar durante a entrevista. Por esse motivo, os tópicos-guia são ordenados apenas como uma orientação, ordem que pode ser modificada durante o diálogo, prezando pela fluidez. Do mesmo modo, pode ser revelado, no decorrer das entrevistas, que “alguns tópicos que estavam anteriormente na fase de planejamento, considerados centrais, podem se tornar desinteressantes, até mesmo devido a razões teóricas, ou porque os entrevistados têm pouca coisa ou nada a dizer sobre eles” (GASKELL, 2008, p.67).

Nesse âmbito, o uso de um roteiro visa garantir liberdade aos entrevistados, permitindo-lhes se aprofundar nos aspectos que considerarem relevantes, razão pela qual os itens que o compõem devem ser cuidadosamente escolhidos, visto que, a partir deles, pode ocorrer a “elaboração e antecipação de categorias de análises de estudo” (FRASER, 2004).

Ao elaborar o roteiro, levamos em consideração direcionamentos de ordem teórica e ética obtidos por meio da pesquisa estado da arte. Pela fundamentação teórica, conhecemos e delimitamos quais temas seriam pertinentes para abordar no roteiro. Quanto à ética, consideramos relevante salientar que este trabalho ultrapassa os aspectos convencionais da ética em pesquisa científica. Pelo contato com as múltiplas abordagens teóricas contemporâneas, as quais primam pelo respeito às identidades trans, incorporamos, além da ética acadêmica, uma sensibilidade que prima por resguardar os entrevistados de questionamentos invasivos - mais focados no genital do que no sujeito.

À vista disso, decidimos não questionar os entrevistados acerca de aspectos como a cirurgia de transgenitalização, a fim de não reforçar o “papel de absoluta centralidade” (LANZ, 2018, p.58) desempenhado pelo sexo biológico na estruturação da identidade de gênero. Enfatizamos que perspectiva similar ampara a decisão da ADI 4275 pelo STF e o provimento n. 73 do CNJ, ambos de 2018, os quais determinam a ausência de necessidade de prévia cirurgia de redesignação sexual para que transindivíduos alterem seu registro civil.

Em síntese, selecionamos os itens que integram o roteiro com base nas contribuições teóricas estudadas no decorrer da tese, as quais possibilitaram conhecer o que estava sendo dito sobre transexualidade e trabalho e, principalmente, o que *não estava sendo dito*.

A liberdade almejada pela entrevista em profundidade vai contra a delimitação taxativa de questionamentos, uma vez que o pesquisador deve estar preparado para modificar suas perguntas e abordagens de acordo ao perfil de cada entrevistado. Não obstante, podem ser apresentadas propostas de indagações, pois o método história de vida “deve tomar certas medidas para assegurar que o ator social cubra todas as informações de que ele necessita” (HAGUETTE, 1987, p.80).

Nesse sentido, os seguintes itens compõem o roteiro: a) Infância; b) Adolescência; c) Trajetória laboral; d) Trabalho atual; e) Trabalho em Foz do Iguaçu; f) Tópicos de interesse;

O tópico “infância” foi selecionado a fim de obter relatos sobre vivência familiar e afetiva nesse período da vida, primeiras lembranças, vida escolar, além de outros temas particularmente sensíveis à comunidade trans, como exclusão e até mesmo violência.

Pelo item “adolescência” buscamos entender as relações e conflitos desse momento, sobretudo no que tange ao gênero. Assim, foram perscrutadas questões de sexualidade, relações afetivas e de amizade, autoconhecimento e conflitos decorrentes da identidade gênero.”.

Com o tema “trajetória laboral”, almejamos conhecer narrativas referentes às experiências na busca por emprego, estratégias para aumentar a empregabilidade, trabalho formal ou informal, entre outros elementos que integram a relação entre indivíduo e mercado de trabalho. À vista disso, ao propor esse assunto aos entrevistados, buscamos focar nos pontos que melhor permitiam conhecer sua vivência como trabalhadores.

Destacamos que a presente pesquisa perscrutou também o trabalho informal – ou até mesmo ilegal – que pudesse ter sido desempenhado pelos sujeitos. Por esse motivo, o verbo “fazer” foi utilizado em inúmeros momentos, a fim de não influenciar a percepção dos entrevistados acerca

do que é trabalho, sendo-lhes indagado “o que você faz/fez” e, em seguida, perguntando o que compreendiam por “trabalho”.

Tampouco foram utilizados termos como “ilícito” ou “ilegal” para fazer menção a alguma atividade, dado o temor de coibir a fala dos sujeitos. Embora a exposição de Cardin (2006) demonstre que, no contexto fronteiriço, atividades ilegais como o contrabando e descaminho não sofrem todo o estigma decorrente de sua natureza ilícita e que quem as realiza costuma construir uma moralidade diferenciada em torno a essas práticas, optamos pela cuidadosa elaboração dos tópicos a fim de incentivar uma fala livre, em uma conversa desprovida de pré-julgamentos.

Também perscrutamos um potencial envolvimento dos entrevistados com o trabalho sexual, já que a prostituição acaba se fazendo muito presente na vida de grande parcela da população trans brasileira, como indicam os dados da ANTRA (2018) e diversos estudos científicos (BENTO, 2017; BENEDETTI, 2005; PELÚCIO, 2007). Reforçamos que, apesar de não desejar fortalecer estereótipos que associam transidentidades ao meretrício, o elevado número de pessoas trans que possuem o trabalho sexual como sua única fonte de renda tornou relevante abordar esse assunto junto aos entrevistados.

A fim de aprofundar acerca dos aspectos laborais das histórias de vida dos sujeitos, por meio do item “experiência atual como trabalhador” procuramos saber se desempenhavam alguma atividade profissional neste momento e qual a sua natureza. Ainda, através deste item, também perscrutamos relatos acerca dos reflexos da pandemia²⁸ em suas vidas profissionais.

Buscamos compreender a influência do contexto fronteiriço nas trajetórias laborais de transindivíduo pelo item “trabalho em Foz do Iguaçu”. Este tópico foi inspirado pela peculiaridade da região onde se encontra Foz do Iguaçu/PR, considerada a fronteira mais movimentada do país²⁹ e chamada de Tríplice Fronteira, por fazer divisa com Ciudad del Este/PY e Puerto Iguazu/AR.

Em Cardin (2006), o autor discorre sobre as práticas laborais na região da Tríplice Fronteira, com enfoque na figura dos sacoleiros, os “laranjas”. De acordo com sua análise, essas atividades se relacionam à ausência de um “perfil”, por parte dos trabalhadores, que lhes permitiria acessar o mercado formal:

²⁸ Retomaremos a questão da pandemia nos próximos capítulos, ao falar sobre nossos passos em campo e durante a análise dos aspectos perscrutados.

²⁹ Fonte: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=105100&tit=Ponte-da-Amizade-ganha-sistema-de-monitoramento-inteligente>.

A grande maioria afirma atuar nestas ocupações por falta de opções no mercado de trabalho regular no Brasil, sendo que absolutamente nenhum dos trabalhadores afirmou que realizava tal atividade exclusivamente por causa da renda obtida ou devido à flexibilização do horário de trabalho estabelecida. Não que estas características não sejam apontadas durante as entrevistas, elas aparecem freqüentemente como alguns dos pontos positivos dos trabalhos realizados (CARDIN, 2006, p.129).

Consideramos que transindivíduos tampouco se enquadrariam no “perfil” referido pelo autor, reflexo do estigma que sofrem no “interior conservador” descrito por Arisi, Ávila e Sala (2016). Diante disso, dava-se a possibilidade de que sujeitos trans recorressem à peculiaridade fronteiriça para obter uma fonte de renda, seja como trabalhadores contratados no estrangeiro ou exercendo outros tipos de atividade em troca de remuneração. Conseqüentemente, ouvir seus relatos a respeito de sua experiência laboral, em face ao contexto fronteiriço, permitiu analisar se este intervém na busca por emprego, assim como compreender os sentidos que os entrevistados atribuem à fronteira.

Adicionalmente, pesquisas como as de Duque (2017, p.118-119) demonstram que as relações de gênero adquirem contornos peculiares em contextos fronteiriços, uma vez que “é como se a fronteira tivesse apenas o lado do ‘outro’. Portanto, certa invisibilidade ‘estratégica’ caracteriza parte do discurso sobre o ‘outro’”. Desse modo, propõe-se a contemplar quais são os valores em jogo no que tange ao mercado laboral em contexto fronteiriço, bem como se articulam às práticas de gênero e sexuais dissidentes.

Assim, ao conceber o item “trabalho em Foz do Iguaçu”, pensamos nos seguintes possíveis questionamentos: Como você descreveria o mercado de trabalho iguaçuense? Como você descreveria o mercado de trabalho nos países vizinhos? Qual é sua relação com os países vizinhos? Você conhece alguém que trabalha em algum deles? Qual atividade a pessoa exerce? O que você pensa sobre estrangeiros trabalharem em Foz do Iguaçu?

Por fim, em “tópicos de interesse” buscamos abordar temas que, por meio da revisão de literatura, constatamos estarem presentes em inúmeras narrativas sobre transgeneridade. Os itens “gênero”, “violência”, “transfobia” e “prostituição” foram, portanto, discutidos junto aos entrevistados a fim de saber como compreendem esses assuntos e como repercutem em sua experiência de vida. A necessidade de acrescentar o item “trabalho” se vincula ao objetivo desta tese, cujo recorte investiga de que maneiras as questões de gênero se entremeiam com aspectos trabalhistas nas histórias de vida. O último item selecionado, “transexualidade”, almejou examinar sua percepção a respeito da vivência trans e os aspectos biomédicos que a influenciam – como sua

presença no CID da OMS – posto que, dessa maneira, examina-se em que medida os saberes biomédicos influem no cotidiano de sujeitos trans.

4. HISTÓRIAS DE VIDA

A cidade de Foz do Iguaçu, na qual realizamos a presente pesquisa, possui 256.088 habitantes de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (IBGE, 2010). Situa-se na região denominada Tríplice Fronteira, uma vez que faz divisa com as cidades de Puerto Iguazú/AR e Ciudad del Este/PY e, segundo pesquisa realizada em 2017 pelo IBGE, apresenta 27,3% de sua população ocupada, o qual equivale a 72.117 pessoas que trabalham (IBGE, 2017.)

Os censos realizados pelo IBGE não apresentam critérios de identificação referentes às identidades de gênero cis diversas, portanto, não se sabe ao certo a quantidade de transindivíduos que residem em Foz do Iguaçu. Contudo, ao adotar a estimativa percentual utilizada pela ANTRA – a qual considera que 1,9 % da população seja transgênera – estimamos que existam em torno de 5.120 pessoas trans residindo na cidade.

Ao examinar a legislação do município, encontramos menção a sujeitos trans no Decreto n. 23.905, de 26 de junho de 2015 (Foz do Iguaçu, 2015), o qual nomeia a comissão organizadora da 1ª Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT, no Decreto n. 27.387, de 12 de julho de 2019 (Foz do Iguaçu, 2019), que constitui o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR. Ainda, a Lei n. 2.718/2002 (Foz do Iguaçu, 2002) trata sobre as penalidades destinadas a quem discriminar por orientação sexual ou identidade de gênero, certame legal que foi revogado pela Lei n. 4701/2019 (Foz do Iguaçu, 2019) e ripristinado por força da declaração de inconstitucionalidade desta, decorrente do julgamento da ADI n. 0037272.46.2019.8.16.0000.³⁰

A revogação dessa lei e subsequente declaração de inconstitucionalidade dessa revogação demonstram que, conforme afirma Miskolci (2018, p.12), o fantasma do combate à “ideologia de gênero” é alimentado por um grupo heterogêneo de atores que se posicionam “contra o avanço dos direitos sexuais e reprodutivos”. Considerando que o decreto responsável pela revogação da lei é de 2018 e que sua inconstitucionalidade foi declarada em 2020, verificamos que é razoável

³⁰ Fonte: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2002/271/2718/lei-ordinaria-n-2718-2002-dispoe-sobre-as-penalidades-a-pratica-de-discriminacao-em-razao-de-orientacao-sexual-e-da-outras-providencias>. Acesso em 04 de dez. de 2021.

identificar, em Foz do Iguaçu, um cenário de disputas e negociações, onde os valores que levaram Arisi, Ávila e Sala (2016) a chamá-la de interior conservador ainda se fazem presentes.

Uma vez selecionadas as técnicas e construídos os instrumentos para coleta de dados, procede-se à entrada em campo. Usualmente, os primeiros passos dentro do campo correspondem à busca pelo “Doc”, intermediário que auxiliará o cientista social a estabelecer contato com o grupo pesquisado (VALLADARES, 2007). A partir de experiências como as de Kulick (2008) e Hartmann (2017), percebe-se que esse contato pode ser estabelecido por meio de associações, organizações não governamentais e demais coletivos de confiança desse grupo. Com base nisso, nossa primeira ação dentro do campo foi recorrer à Associação das Travestis e Transexuais de Foz do Iguaçu Casa de Malhú, a fim de obter auxílio para contatar sujeitos que colaborassem com a pesquisa.

Presidida por Bruna Ravena Braga, a Casa de Malhú se propõe a dar assistência à população LGBT, fornecendo cuidado humanizado e apresentando como missão a construção de uma sociedade melhor. Localizada no endereço Rua Emílio de Menezes, n. 83, na cidade de Foz do Iguaçu, com horário de funcionamento que vai das 9 às 18 horas, de segunda a sexta, a Casa também disponibiliza endereço de e-mail, telefônico e sua rede social para fornecer atendimento rápido e confiável a quem entrar em contato.³¹

Criada em 18 de outubro de 2016, à época presidida por Samira Padilha Ramos, o nome Casa de Malhú homenageia uma travesti iguaçuense que fugiu de casa aos 14 anos e veio a falecer aos 21 anos devido a uma pneumonia decorrente da AIDS. Samira Padilha relata que Malhú pesava 39 kg quando faleceu, trajetória de vida que se assemelha à de muitas travestis. Nesse âmbito, a Casa surge movida pelo desejo de fornecer um acolhimento integral à essa população (DEFENSORIA PÚBLICA DO PARANÁ, 2017).

Além do acolhimento, a Casa realiza ações para promover o respeito à diversidade sexual e de gênero, como a Marcha da Diversidade e do Orgulho LGBT da Fronteira, em parceria com a 9ª Regional de Saúde e com a Secretaria Municipal de Saúde, e o Concurso Miss e Mister Diversidade da Tríplice Fronteira.³²

³¹ Fonte: <https://associacao-de-travestis-e-transexuais-de-foz-do-iguacu.ueniweb.com/>. Acesso em 15 de mai. de 2020.

³² Fonte: <https://foz.portaldacidade.com/noticias/cidade/2a-marcha-da-diversidade-e-orgulho-lgbti-da-fronteira-e-nesta-sexta-feira-1536>. Acesso em 15 de mai. de 2020.

Em diversas ocasiões, representantes da Casa de Malhú estiveram presentes na recepção dos calouros da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), palestrando sobre a realidade das trans e travestis de Foz do Iguaçu. Em 29 de janeiro de 2019, dia da visibilidade travesti e transexual, a Casa participou da reunião do Conselho Regional de Psicologia, momento no qual foram discutidas estratégias para combater a transfobia na cidade. Já no dia 1º de dezembro de 2019, dia mundial da luta contra a AIDS, integrantes da Casa de Malhú acompanharam as ações realizadas no Terminal de Transporte Urbano iguaçuense.³³

Embora atue em Foz do Iguaçu, a Casa de Malhú está em constante diálogo com coletivos de defesa aos direitos LGBT de cidades vizinhas brasileiras e estrangeiras, prestando apoio, por exemplo, à Parada da Diversidade de Cascavel/PR, marcando presença no surgimento da ONG Acolher, em 26 de janeiro de 2018, na mesma cidade, e fornecendo suporte a coletivos LGBTQI paraguaios e argentinos.

Desde sua criação, a Casa presta apoio à Semana da Visibilidade Trans e à Semana da Visibilidade LGBT de Foz do Iguaçu³⁴, organizando debates, apresentações culturais e panfletagem. Ainda, destaca-se a presença do coletivo no momento da regulamentação da Lei n. 2718 de 2002, em julho de 2008, e nos atos de repúdio que se seguiram a sua revogação, em 2019.³⁵

Além dos desafios usuais enfrentados pelo cientista social ao entrar no campo, enfrentamos empecilhos peculiares, originados pela crise de saúde vivida em escala global. Coloquialmente referida como “coronavírus”, a doença Covid-19, causada pelo vírus Sars-Cov2, teve os primeiros casos reportados em dezembro de 2019, na cidade chinesa de Wuhan, espalhando-se rapidamente para as demais regiões do globo. Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde classificou a contaminação como “pandemia”, nomenclatura adotada pela disseminação geográfica do vírus.

No Brasil, além de milhares de mortos, a pandemia levou a um recorde histórico no desemprego³⁶, aumento da fome e insegurança alimentar³⁷, crescimento da evasão escolar³⁸ e da

³³ Fonte: <https://facebook.com/Casademalhu>. Acesso em 15 de mai. de 2020.

³⁴ Fonte: <https://www.appfoz.com.br/?s=semana+visibilidade+lgbt>. Acesso em 15. de mai. de 2020.

³⁵ Fonte: <https://facebook.com/Casademalhu>. Acesso em 15 de mai. de 2020.

³⁶ Fonte: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/04/30/interna_internacional,1262081/apos-um-ano-de-pandemia-brasil-tem-recorde-de-desempregados.shtml. Acesso em 20 de mai. de 2021.

³⁷ Fonte: <https://www.dw.com/pt-br/fome-no-brasil-cresce-e-supera-taxa-de-quando-bolsa-fam%C3%ADlia-foi-criado/a-57187014>. Acesso em 20 de mai. de 2021.

³⁸ Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2021/01/28/pandemia-aumenta-evasao-escolar-diz-relatorio-do-unicef>. Acesso em 20 de mai. de 2021.

violência doméstica³⁹. A pandemia também agravou a vulnerabilidade da população LGBTQI brasileira, sobretudo da comunidade trans. Segundo a ANTRA, em média 70 % dos atendimentos em saúde voltados especificamente a transgêneros foram paralisados, o que precariza ainda mais seu acesso à saúde⁴⁰.

Por ser transmitido pelo contato com gotículas provenientes do nariz ou boca – razão pela qual as medidas de prevenção contra o Sars-Cov-2 incluem o uso de máscara e distanciamento social – ao longo desta pesquisa doutoral priorizamos os contatos remotos, recorrendo a chamadas telefônicas e de vídeo, mensagens de texto e às redes sociais.

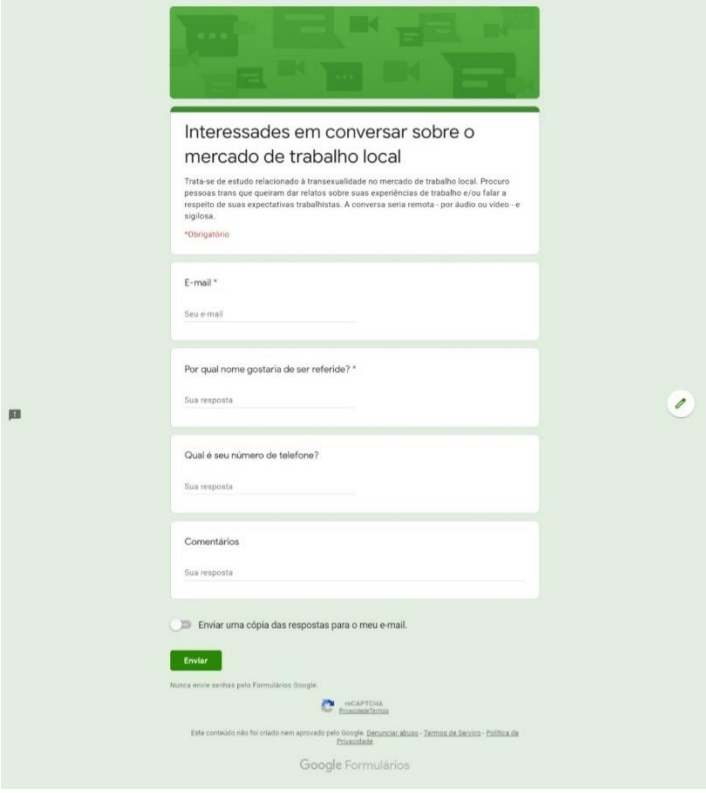
Pelos motivos expostos, o contato com a Casa de Malhú ocorreu por via telefônica, onde tivemos oportunidade de conversar com a presidente, Brunna Ravenna. Após uma breve apresentação e introdução da pesquisa, recebemos orientação de retomar o contato por WhatsApp, enviando um questionário que pudesse ser compartilhado pela ONG. Encaminhamos o Questionário A, presente nos anexos.

A necessidade de adotar estratégias de recrutamento que respeitassem o distanciamento social motivaram à criação de um formulário online para ser compartilhado pelas redes sociais e pelo WhatsApp. Nele, os interessados deveriam preencher seu nome e os dados para contato telefônico e por e-mail.

Esse formulário foi gerado pela ferramenta Google Forms e, além do compartilhamento por *stories* do Instagram e pelo WhatsApp, foi afixado na página pessoal de Instagram da pesquisadora. A seguinte imagem corresponde ao formulário criado e disponibilizado pela pesquisadora:

³⁹Fonte: <https://www.istoedinheiro.com.br/casos-de-violencia-domestica-dobram-durante-a-pandemia/>. Acesso em 20 de mai. de 2021.

⁴⁰ Fonte: <https://antrabrazil.org/noticias/>. Acesso em 20 de mai. de 2021.

Figura 1 – Formulário

The image shows a Google Form with a green header. The title is "Interessades em conversar sobre o mercado de trabalho local". Below the title is a paragraph of text: "Trata-se de estudo relacionado à transexualidade no mercado de trabalho local. Procuo pessoas trans que queiram dar relatos sobre suas experiências de trabalho e/ou falar a respeito de suas expectativas trabalhistas. A conversa seria remota - por áudio ou vídeo - e sigilosa." followed by a red asterisk and the word "Obrigatório".

The form contains the following fields:

- E-mail ***: A text input field with the placeholder "Seu e-mail".
- Por qual nome gostaria de ser referide? ***: A text input field with the placeholder "Sua resposta".
- Qual é seu número de telefone?**: A text input field with the placeholder "Sua resposta".
- Comentários**: A text input field with the placeholder "Sua resposta".

At the bottom of the form, there is a checkbox labeled "Enviar uma cópia das respostas para o meu e-mail." which is currently unchecked. Below the checkbox is a green "Enviar" button. At the very bottom, there is a small logo for "INCAFFCMA" and a footer with the text "Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. Denunciar abuso - Termos de Serviço - Política de Privacidade" and the "Google Formulários" logo.

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Entendendo a importância de chamar atenção para a pesquisa, criamos a seguinte arte para ser compartilhada pela rede social Instagram, com o intuito de auxiliar na divulgação do formulário. Esta arte foi compartilhada pela ferramenta de *stories* do Instagram e também em uma postagem fixa na página pessoal da pesquisadora nessa rede social.

Figura 2 – Arte de divulgação



Fonte: elaboração própria, 2021.

Em síntese, dos canais de divulgação expostos, obtivemos: um contato via e-mail decorrente da divulgação da Casa de Malhú; um contato oriundo dos compartilhamentos por WhatsApp e três respostas ao formulário *online*. Além deles, recorreremos diretamente a um entrevistado por mensagem de Instagram, após vê-lo em uma postagem da Casa de Malhú, totalizando cinco entrevistas.

Sobre o uso da pesquisa *online*, Faria e Junior comentam que:

(...)tem o potencial para aproveitar as experiências de grupos que normalmente não queiram ou não poderiam participar em estudos face-a-face. Embora a natureza anônima e assíncrona por escrito possa facilitar a tomada de temas sensíveis que geralmente são debatidos nas áreas de saúde e psicologia, ela também pode ser aplicada para melhor entender o comportamento de consumo de pessoas que se sintam marginalizadas (como homossexuais, por exemplo) ou mesmo de pessoas muito distantes geograficamente (2019, p.201).

Tanto a distância geográfica – dado o contexto pandêmico – quanto o caráter delicado dos assuntos abordados, assim como o processo de marginalização sofrido pelas pessoas trans no Brasil, tornaram a pesquisa *online* uma opção metodológica viável.

As entrevistas que se seguiram ocorreram, principalmente, por chamada de vídeo, combinando previamente o dia e hora através de mensagens de texto. Apenas uma das conversas aconteceu inteiramente via trocas de texto e áudio de WhatsApp, dada a incerteza do contato em conversar por chamada de vídeo.

Inspirados em Alves (2014), ao longo desta tese adotamos o “nós” em detrimento do “eu” pela ciência de que o conhecimento é uma construção coletiva, que carrega muito mais do que a voz do pesquisador. Entretanto, para facilitar a exposição acerca de como ocorreram as entrevistas e primeiras aproximações com os entrevistados, passaremos a adotar a primeira pessoa do singular.

Feita essa ressalva, a seguir apresento as histórias de vida dos sujeitos que colaboraram com esta pesquisa, ciente da impossibilidade de abarcar toda uma vida em algumas linhas, mas disposta a tentar expor, de maneira sucinta, porém sensível, os relatos que ouvi no decorrer desta investigação. Como não utilizei gravador para registrar as conversas, as histórias que seguem se baseiam nas anotações feitas ao final de cada encontro remoto.

4.1 MILENA

Após divulgar a pesquisa por rede social e WhatsApp, uma colega de doutorado entrou em contato para sinalizar que Milena ficou sabendo da investigação e demonstrou interesse em colaborar. Ao ouvir seu nome, imediatamente soube se tratar da professora Milena Branco, pois já haviam me sugerido que a procurasse diretamente para uma entrevista. Contudo, por se tratar da primeira incursão “no campo”, a insegurança acabou impedindo que a abordasse diretamente, sem a prévia ciência de seu interesse na investigação. Afinal, como conciliar o desejo de entrevistá-la sem parecer invasiva?

Uma vez ciente de que ela tinha vontade de colaborar, só coube “respirar fundo” e estabelecer o primeiro contato. Sem saber qual o melhor horário para conversar com ela, optei por mandar mensagem ao invés de ligar, procedimento que acabei repetindo com a maioria dos entrevistados. Muito receptiva, Milena respondeu prontamente, pedindo que a contatasse novamente no período da noite, já que suas tardes são bastante atarefadas. De noite, a troca de

mensagens fluiu com facilidade, surgindo uma impressão que se comprovou durante a entrevista: Milena é comunicativa e fala muito bem, mesmo que se considere introvertida.

Tendo em mente a necessidade de distanciamento social, combinamos de conversar por vídeo no sábado à tarde, assim ganhando alguns dias para me preparar para o encontro. Mesmo diante da receptividade inicial de Milena, a mente da pesquisadora iniciante borbulhava. Conseguiríamos ter uma conversa fluída? O que fazer se surgissem os silêncios típicos de uma situação de “climão”? As indagações eram muitas, aliadas a uma sensação intensa de empolgação. Afinal, a entrevistada estava disposta a confiar em mim para ceder uma parcela de seu tempo e de sua história. Precisava fazer jus à essa disposição.

No dia combinado, acessei o link da entrevista um pouco antes do horário e aguardei. Pelas leituras acerca da entrada em campo, sabia que corria o risco de Milena desmarcar, se atrasar ou até mesmo não comparecer. Entretanto, essas preocupações se mostraram infundadas. Alguns minutos após o horário pré-estabelecido, Milena mandou mensagem se desculpando pelo pequeno atraso e explicando seu motivo. A tranquilizei e, em poucos minutos, já estava de frente a seu rosto sorridente.

Recém-chegada da academia, Milena estava de cabelos úmidos e deitada em sua cama, com o notebook posicionado de modo a que conseguisse vê-la. Receptiva, já começou a perguntar como que eu “queria fazer” aquilo. Assegurei a ela que a conversa seria bastante descontraída e que, mesmo se tratando de uma pesquisa mais voltada para o âmbito da experiência laboral, estava interessada em ouvir tudo o que quisesse me relatar.

Desse modo, tomei conhecimento que a professora Milena é iguaçuense, nascida e criada na cidade. Inclusive, ainda reside no bairro em que cresceu, mantendo uma relação próxima com os moradores e com seus pais, a quem visita constantemente para almoçar. Essa proximidade, que poderia ser problemática, é tratada por todos com muita naturalidade. “Acho que até já esqueceram”, comenta se referindo ao período de sua vida em que não era conhecida como “Milena”.

Desde 2009 se apresenta como “Milena”, embora a feminilidade a tenha acompanhado desde sempre. Iniciou o uso de hormônios aos 15 anos, orientando-se pelo “boca a boca” entre amigas. Também comenta a influência da cultura *clubber* no processo de reconhecer sua identidade feminina, graças à quebra de paradigma proposta pelo grupo e à aceitação vivenciada nele.

Docente concursada de escola estadual desde 2009, afirma que rara vez teve afetada a boa convivência com os alunos e colegas de trabalho. Chega a mencionar que os colegas são “de esquerda”, mas logo se corrige, preferindo a expressão “progressista” por achá-la mais adequada.

O único impasse que relata diz respeito a uma diretora que insistia em tratá-la no masculino, com clara finalidade vexatória. Além dessa situação, não teve mais problemas em seu trabalho relacionados ao gênero, embora prefira não se estender no assunto em sala de aula por considerar que não é relevante para a função que desempenha. Apenas no período eleitoral de 2018 se dispôs a comentar mais acerca dessas questões de maneira a conscientizar politicamente seus alunos. No mais, alguns alunos já lhe perguntaram “professora, você é trans?”, tendo respondido que “sim, isso muda alguma coisa pra você?”.

Ao ser indagada acerca de sua relação com os colegas, respondeu que não se considera próxima deles, atribuindo isso à sua personalidade fechada e introspectiva. Por essa razão, estava entusiasmada com a obrigatoriedade do ensino remoto durante a pandemia, considerando-o mais fácil. Para exemplificar as vantagens do ensino à distância, fez menção a como seria mais simples lidar com um aluno que falasse palavrão em sala de aula, situação na qual bastaria filmá-lo e enviar o registro aos responsáveis. Essa situação, pondera Milena, seria muito mais delicada no ensino presencial.

Algo curioso é que, mesmo sendo uma excelente professora, afirma não gostar da profissão. Em tom brincalhão, responde “odeio!”. Seu desejo era ser comissária de bordo, sonho frustrado pelo alto valor do curso, incompatível para alguém que veio de família pobre, assim como pelo constante preconceito na busca por emprego, sendo-lhe negadas oportunidades porque era lida como um homem afeminado, de cabelo comprido.

Durante toda a conversa foi bastante mencionada a religião cristã. Milena é atea e bastante crítica do cristianismo, que julga ser hipócrita e culpado por práticas como pedofilia. Segundo ela, é imprescindível o ensino de educação sexual – coisa contrária aos ensinamentos da igreja – e que seja frisado como o abuso acontece majoritariamente dentro de casa. Dessa maneira, crianças devem ser ensinadas que pais, tios, etc., também só podem encostar em sua genitália para fins de higiene.

Afetivamente, interessa-se por homens, embora tenha dificuldade em encontrar parceiros que julgue inteligentes. Por esse motivo, nunca namorou, o que não a impede de ter uma vida sexual ativa. Graças à pandemia, esses encontros passaram a ser marcados por aplicativo, embora

ela goste disso, já que perdeu a paciência para “baladas”. Apenas nesses momentos é que prefere frisar ao potencial parceiro que é uma mulher trans, no restante do tempo pensa ser suficiente se definir como “mulher”.

No entanto, ressalta que tem ciência da dificuldade de muitas mulheres trans – não gosta do termo “travesti”, brincando que “travesti são os rapazes do bloco carnavalesco Menina Veneno” – para conseguir emprego e se manter nele. Destaca que ser uma mulher de meia idade branca e bonita lhe confere uma proteção que muitas mulheres trans não possuem e, embora sinta que poderia ser mais valorizada profissionalmente, essa sensação não se deve à sua identidade trans, mas à desvalorização da profissão docente.

Despedi-me de Milena por volta de duas horas após o início de nosso papo, surpresa com o tempo transcorrido pois, como diz a expressão popular, “o tempo voou”. Porém, tendo em mente o cuidado de não demandar muito tempo da entrevistada, acabei agradecendo por seu tempo e me despedindo.

4.2 KESYA

Mesmo sendo problemático pensar nas entrevistas em termos de “fracasso” ou “sucesso”, não pude deixar de sentir que a primeira entrevista foi um êxito. Houve uma boa conexão com a entrevistada, que foi simpática e amável e tampouco ocorreram problemas de “ordem técnica”, preocupação constante desde o início da pandemia, dado que este momento demandou adaptação com as novas tecnologias. Por esses motivos, estava otimista e mais segura para a segunda entrevista.

Aleatoriamente, selecionei uma das pessoas que respondeu ao formulário online. Enviei mensagem por WhatsApp apresentando a mim e à pesquisa e, novamente, fui felizmente surpreendida com a rapidez da resposta. Simpática e receptiva, Kesya se dispôs a conversar comigo no mesmo dia, mas preferi marcar para o dia seguinte a fim de poder me organizar melhor. Combinamos de conversar por vídeo às 11 horas da manhã do dia seguinte.

Seguindo os mesmos passos da última vez, acessei o link da entrevista um pouco antes e aguardei. Como havia feito com Milena, mandei mensagem por WhatsApp avisando que estava online, mas comecei a sentir receio ao ver que as mensagens não tinham chegado ao celular de Kesya.

Transcorridos trinta minutos sem nenhum contato, superei o receio e decidi telefoná-la, momento no qual a pessoa que atendeu comunicou que Kesya estava descansando. Agradei pela informação, desliguei e prontamente mandei mensagem pedindo desculpas, pois não tinha intenção de incomodá-la. A insegurança retornou em dobro, mortificada pela invasão de privacidade e por a terem acordado.

Uma vez acordada, Kesya respondeu imediatamente. Desculpando-se, contou que estava gripada, o que a levou a perder o horário. Mais aliviada, assegurei a ela que não tinha problema e que, caso preferisse, podíamos marcar nosso papo para outra data, o que ela prontamente recusou. Pediu somente dez minutos para lavar o rosto e, em seguida, acessou o link da entrevista.

Ainda um pouco angustiada, pedi desculpas novamente e perguntei como se sentia da gripe, posto que a preocupação com a saúde é constante em tempos de pandemia. Animada – especialmente para alguém que recém acordou! –, Kesya agradeceu e garantiu que era só gripe mesmo, o que foi um alívio, dada a constante preocupação com a Covid-19.

Mulher preta de 23 anos, cresceu junto a sete mulheres e afirma que sempre foi feminina, o que lhe rendeu inúmeros apelidos durante o ensino fundamental. Nessa época, ficava com meninas e, em segredo, com meninos, período de sua vida que considera especialmente problemático. Além de ter uma família evangélica, era ministra de louvor na Igreja, graças a seu talento para a música e o canto, o que tornava sua situação mais complicada, mesmo que ainda não tivesse ciência do que era ser uma pessoa trans. Esse reconhecimento ocorreu graças aos debates trazidos pelos professores de filosofia e sociologia, razão pela qual Kesya defende a importância dessas disciplinas para a formação das crianças e adolescentes.

Ao tomar conhecimento de sua transexualidade, foi “trazendo a Kesya” para sua família, até o momento em que sentiu que “não aguentava mais” e decidiu se assumir. Optou por afirmar que era “um homem gay”, assim acreditando que seria algo “mais suave” e fácil de explicar. A reação foi de choro, como esperava, seguida de uns 2 meses de “climão”. Após esse período, confessou que é, na verdade, uma mulher trans.

Apesar da família religiosa, sua mãe, irmãs e irmãos a aceitam e buscam compreendê-la. Com seu pai possui uma relação mais complicada, mas busca respeitar o jeito dele a fim de manter uma boa convivência. Ele a trata pelo seu nome de batismo, especialmente porque foi um nome escolhido por ele.

Acredita que sua vida escolar melhorou bastante após a transição, obtendo apoio dos colegas, sobretudo pela questão do canto. Comenta que este foi fundamental para criar e fortalecer laços de amizade, ajudando a que se entrosasse com os colegas nos momentos em que lhe solicitavam que levasse seu violão ou cantasse.

Quando indagada sobre sua orientação sexual, relatou que prefere não se definir, considerando que assim se limita. O que busca em um relacionamento é comprometimento, não se atrelando mais à noção a qual dita que, por ser mulher, deve se envolver com homens heteros e dentro do padrão.

Estudou até o segundo ano do Ensino Médio e pretende retomar os estudos. Profissionalmente, tem interesse em trabalhos nos quais lide com o público – a exemplo da área de Recursos Humanos – e afirma que gostaria de cursar a faculdade de Direito, dado o interesse em defender o gênero feminino de maneira integral, pois acredita que tanto as mulheres cis quanto as trans são parte da minoria e sofrem violências.

Atualmente se encontra desempregada, criticando a injustiça de sua demissão, a qual julga ter motivações transfóbicas. Explica que, mesmo a empresa – uma rede de *fast-food* internacional, localizada em um dos shoppings da cidade – tendo afirmado que a demitia pela necessidade de cortar funcionários em razão da pandemia, não haveria motivo para ser a escolhida, já que sempre foi extremamente competente e dedicada em seu trabalho.

Reforça essa afirmação ao fato de ter convivido com transfobia durante todo o período em que trabalhou para essa empresa. Segundo Kesya, seus pronomes foram desrespeitados inúmeras vezes, sempre com o pretexto de que ocorria sem querer. Ainda, relata que ocorreram situações de transfobia quando teve contato com clientes, ocasiões na qual não foi respaldada por sua supervisora. Muito pelo contrário, frisa, orientaram-na a se fortalecer, porque o mundo “é assim” e não seria a primeira vez em que enfrentaria uma situação do tipo.

Menciona também a transfobia sofrida por um amigo trans, momento no qual ela mesma teve que prestar apoio ao companheiro de trabalho e expor o ocorrido à direção do shopping. Entretanto, apesar de ter sido bem recebida pela gestão do shopping, a qual considerou a situação inaceitável, não foi dado seguimento à queixa graças ao temor do amigo de sofrer represálias.

No momento da entrevista, já havia distribuído alguns currículos, pretendendo dar continuidade à atividade de atendimento em caixa, função que a agrada. Por passar mais tempo em casa graças à pandemia e porque ainda não foi contratada em outro local, Kesya teve mais tempo

para investir na música, produzindo vídeos e covers para postar em sua rede social. Como começou a cantar e a compor música sertaneja no Ensino Médio, a carreira musical é algo que a atrai muito, não hesitando em afirmar que a considera uma forma de trabalho.

Assim como no encontro com Milena, a conversa fluiu naturalmente, encerrando-se por volta de uma hora e meia depois de seu início, a fim de não ocupar demais o tempo de Kesya.

4.3 MATHEUS

Matheus foi a primeira pessoa a demonstrar vontade de colaborar com a pesquisa. Após entrar em contato com a Casa de Malhú e lhes enviar um pequeno questionário para repassar aos possíveis interessados, recebi um *e-mail* de Matheus no qual encaminhava o questionário respondido. Por ter acontecido via meio eletrônico, enviei-lhe um e-mail agradecendo, explicando a pesquisa de maneira mais detalhada e convidando-o a participar.

Ao responder, Matheus demonstrou preocupação com o sigilo da conversa, razão pela qual escrevi outro e-mail mais detalhado, falando acerca da confidencialidade e da possibilidade de revogar seu consentimento a qualquer tempo. A fim de lhe transmitir mais segurança e dar liberdade para que refletisse com calma, forneci meu contato telefônico e de rede social, afirmando que poderia escrever caso decidisse participar.

O próximo contato de Matheus aconteceu via WhatsApp, mais ou menos um mês depois de nossa troca de e-mails. Em princípio, estranhei receber um “oi” de um número desconhecido, porém logo me ocorreu que poderia ser Matheus. De fato, nas próximas mensagens ele se identificou, saudando-me. Ao responder, busquei esclarecer que não o tinha contatado novamente porque não desejava pressioná-lo, mas que estava disposta a responder qualquer dúvida que tivesse sobre a investigação e a marcar uma conversa por vídeo. Disse-me “ok” e não voltou a mandar mensagem.

Semanas se passaram sem qualquer contato de Matheus. Diante do silêncio, refleti acerca da incerteza dele, pensando em alguma maneira de fazê-lo sentir-se mais à vontade. Ocorreu-me que talvez ele preferisse uma conversa por mensagens de áudio ou texto e não por chamada de vídeo, motivo pelo qual lhe escrevi propondo esse arranjo, o qual ele prontamente aceitou. Acabamos marcando a entrevista “por mensagens” para o dia seguinte.

Animada por finalmente conseguir conversar com Matheus, o contatei na hora combinada, porém sem obter resposta. Refleti que talvez fosse um pequeno atraso, conforme ocorrera em entrevistas anteriores, e continuei aguardando. Transcorrida uma hora do horário previamente acordado, julguei que Matheus tivesse desistido do diálogo, o que fazia sentido se considerasse a incerteza de seus contatos anteriores. No entanto, para minha surpresa, na mesma noite ele escreveu se desculpando e explicando que esteve ocupado. Com ânimo renovado, garanti que não havia problema e que poderíamos marcar outra data para conversar.

Matheus voltou a responder apenas dias depois. Desculpando-se novamente, acabou me propondo um arranjo que veio a ser conveniente para ambos: que fosse lhe enviando as perguntas por mensagem e, à medida que tivesse disponibilidade, ele iria respondendo.

Nossa conversa começou imediatamente naquele dia, por mensagens de áudio, sendo um diálogo que se estendeu pelos dez dias seguintes. Nesse período, alternaram-se momentos de silêncio – que chegaram a ser de vários dias – com trocas de áudio dinâmicas, impondo desafios peculiares para a pesquisa, pois, segundo Faria e Junior:

Enquanto que o silêncio pode ser um importante indicador em discussões presenciais, na discussão on-line o pesquisador pode ficar na dúvida sobre o motivo do silêncio, que pode representar diversos fatores: (i) o participante está desconfortável com a pesquisa, (ii) o participante perdeu a pergunta, (iii) o participante está mais envolvido em outra questão do fórum, ou mesmo, (iv) o participante não tem uma resposta para a pergunta (2019, p.199)

Pela interação ter ocorrido de maneira assíncrona em muitos momentos, tornou-se muito mais complicado manter o caráter fluído do diálogo, de modo a que não se tornasse um mero interrogatório. Conforme comentado pelos autores, perguntas ficaram sem resposta, tornando-se impossível saber se esses silêncios foram ocasionados por algum dos fatores mencionados por Faria e Junior (2019). Entretanto, a cortesia de Matheus – quem, mesmo após sinalizado o fim da entrevista, se ofereceu para responder mais perguntas no futuro se houvesse necessidade – levaram-me a acreditar que não teria sido por motivos de desconforto.

Recém-chegado a Foz do Iguaçu – mudou-se para a cidade a fim de residir com a namorada – Matheus tem 19 anos de idade e se identifica como homem trans, branco e heterossexual. No momento, cursa faculdade de medicina veterinária em Ciudad del Este/PY, carreira que sempre o interessou, assim como a de biólogo marinho.

A opção de estudar no Paraguai se deve a fatores econômicos, visto que em Foz do Iguaçu o mesmo curso possui uma diferença de preço muito grande. Por ter se mudado recentemente,

ainda não frequentou nenhuma aula em Ciudad del Este, encontrando-se no meio do processo de transferência do curso, que iniciou na cidade de Pedro Juan Caballero/PY, quando ainda residia em outro estado.

Mesmo optando por cursar sua faculdade no país vizinho, Matheus afirma que é uma sociedade preconceituosa, razão pela qual não expõe que é um homem trans. Em sua perspectiva, apesar de também existir muito preconceito no Brasil, “aqui” sente-se mais protegido pela legislação.

Ainda sobre discriminação, relata ter sofrido transfobia na escola, por parte de uma professora. Devido a ser menor de idade na época, o Ministério Público e o Conselho Tutelar se envolveram no ocorrido e Matheus teve que frequentar uma psicóloga durante certo tempo. Também veio a passar por muitas “brincadeiras” na empresa de seu pai durante a transição, sobretudo porque o conheciam desde pequeno.

Ao falar das atividades desempenhadas junto ao pai, Matheus se refere a elas como “ajuda”, pois não possuía carteira assinada, o que o leva a crer que terá dificuldade na busca por atividade profissional, dado que não pode comprovar experiência. Na empresa, suas tarefas preferidas eram a parte de gerenciar o estoque e os serviços de mecânica, embora frise que “amava fazer tudo”, razão pela qual consideraria continuar trabalhando nesse setor.

No que tange às suas expectativas laborais, menciona o desejo de enviar currículo para um negócio relacionado à veterinária que “abriu” próximo de sua residência. Entretanto, a pandemia dificultou a tramitação de seus documentos, impedindo-o de distribuir currículos. Revela que não pretende se identificar como homem trans num eventual processo de contratação, pois acredita que pode sofrer preconceito.

No aspecto familiar, menciona que seu pai é quem mais o apoia atualmente, mas nem sempre foi assim, chegando a ser agredido por ele no passado graças à sua identidade de gênero. Quanto à mãe, relatou que ela afirma que “não compactuará para que vá para o inferno”. Não obstante, Matheus não se sente discriminado por ela, embora não respeite seus pronomes.

Opina que palavras como “transgênero” e “transexual” são importantes por conferirem visibilidade para sua comunidade. Pessoalmente, não luta pelo direito de falar que é um homem cis, mas pela “sua classe”. Ao mesmo tempo, compreende que não há necessidade de que esteja se expondo constantemente, já que o mesmo não é cobrado de pessoas cis.

4.4 ROSE

O comentário que Rose deixou no formulário online me chamou a atenção, tanto pela crítica social realizada quanto pela atividade profissional desempenhada por ela. Conforme exposto, o formulário permitia escrever um comentário adicional às informações para contato. A mensagem a seguir foi redigida por Rose:

Não vejo nenhuma mudança nessa questão de oportunidades de trabalho para pessoas trans. A maioria continua na prostituição, depois é salão de beleza. As que vem de classe média que conseguem ter acesso a universidade e bons empregos. Sou tatuadora e a pandemia acabou com as poucas oportunidades de trabalho para mim. Corro o risco de recorrer a prostituição pra conseguir me sustentar (ROSE, voz)

Escrevi um e-mail agradecendo por responder o formulário, comentando brevemente sobre a pesquisa e indagando se ela teria interesse em marcar uma conversa por vídeo ou telefone. Algumas semanas depois, Rose respondeu afirmativamente e passou seu número de celular.

Mediante a afirmativa, enviei uma mensagem de texto ao número informado e obtive resposta imediata. Ao consultar sobre a possibilidade de agendarmos uma conversa para aquela quinta – ou seja, para dois dias depois – Rose respondeu que não tinha certeza se estaria na cidade, comentando que possivelmente iria para Curitiba, cidade na qual faz seu acompanhamento de saúde. Enfatizando que é o único centro de atendimento especializado em pessoas transgêneras, reclamou do transtorno que é “ter de pegar estrada o tempo todo”, sendo necessário que vá pelo menos uma vez por mês. “Não há outra opção”, ponderou.

À semelhança do ocorrido com Milena, desde as primeiras mensagens Rose tocou em pontos que considera importantes e problemáticos para sua realidade. No caso da professora, a desvalorização do profissional docente foi tema presente já na primeira troca de textos, por sua iniciativa. Com Rose, a questão do pouco acesso da população trans ao atendimento específico no estado do Paraná se demonstrou objeto de suma preocupação, levando-a a se estender no tema por meio de mensagens de áudio, expondo suas críticas e explicando um pouco do contexto vivenciado

pela população trans paranaense. Dada sua relevância, os pontos levantados por ela serão abordados mais adiante, em tópico específico.

Anarquista, vegana, militante, mulher trans, bissexual e “da noite”, Rose tem 51 anos e é ciente de que muitas companheiras jamais chegarão a alcançar a meia idade. Nascida no Rio Grande do Sul, mudou-se para o Paraná quando pequena e já residiu em diversas cidades, como São Paulo, Foz do Iguaçu, Cidade Gaúcha e Paranavaí.

Relata que não teve amigos na escola, sendo chamada de “o viadinho” e agredida por colegas e professores, situação que culminou em sua expulsão quando cursava a terceira série. Ao lembrar esse período, retoma também o contexto social da época, em plena ditadura militar. “Se hoje em dia há preconceito, na década de 70, durante a ditadura, era muito pior” pondera. Por esse motivo é autodidata, não sentindo qualquer desejo de retornar ao ambiente escolar.

Quando morava em São Paulo teve oportunidade de conhecer figuras importantes da militância trans e diversas vezes experimentou a violência e perseguição direcionada à essa população. Explica que no final da década de 80 existia, em São Paulo, a Operação Tarântula, pela qual polícias perseguiram e agrediram mulheres trans e travestis, buscando afastá-las das ruas.

Essas experiências com a violência levam Rose a reconhecer nas características tidas como “marginais” a grande força da comunidade trans e travesti. Em sua perspectiva, não são os acadêmicos dentro das universidades que estão lutando por seus direitos. São as meninas, nas ruas, que entram em confronto direto – e até físico – as responsáveis por conquistar as garantias e direitos que possui hoje. Ainda assim, faz questão de enfatizar a efemeridade dessas vitórias, sobretudo em face ao cenário político atual.

Nesse momento da conversa, ganho melhor perspectiva dos motivos que levam a dizer que o pesquisador deve se manter neutro. Rose estava expondo uma opinião acerca da academia que em muito difere da minha. Em uma troca fora do âmbito acadêmico, seria lógico que os interlocutores se aprofundassem na divergência, cada um expondo seus argumentos a fim de mudar a mentalidade do outro. Contudo, a natureza da história de vida requer da pesquisadora uma postura de escuta atenta e neutra, sem tentar interferir nas crenças que orientaram a vida da entrevistada até então.

Ao expor tal posicionamento, Rose não demonstra animosidade ou ressentimento. Suas palavras soam em tom de constatação, como quem expõe uma realidade que não está em suas

mãos, tampouco nas minhas. Explica que consegue dialogar comigo porque ambas somos mulheres, razão pela qual aceitou o convite para a entrevista.

Trabalhava como tatuadora antes da pandemia, em um estúdio que montou junto a uma tatuadora cis. Conta que começou na tatuagem por ter afinidade com o mundo artístico e o desenho, tendo oportunidade de tatuar um amigo próximo, quem “montou” sua primeira máquina para tatuar. Com o tempo foi ganhando nome, crescendo por meio do “boca a boca”, pois nesse período não existiam redes sociais.

Os clientes do estúdio, em princípio diversificados, passaram a se restringir à comunidade LGBTQI local. Isso, explica Rose, se deveu aos constantes ataques sofridos por outros estúdios na cidade, que espalhavam boatos a seu respeito. Estes levaram, inclusive, a vigilância sanitária a fazer fiscalizações constantes em seu estúdio, jamais encontrando qualquer irregularidade, mas que lhe causavam transtornos pois ocorriam em horários pouco usuais.

Segundo Rose, o mundo da tatuagem é muito cercado por aparências, principalmente agora que existe o Instagram. O ato de se tatuar acaba sendo vinculado à necessidade de expor que se frequenta o estúdio “da moda”.

Contudo, a pandemia levou ao fechamento de seu estúdio de tatuagem, sobretudo pelo grau de risco que envolve à atividade, já que depende do contato físico próximo. Por essa razão não está trabalhando, dependendo financeiramente de sua companheira. Para manter a saúde mental, ocupando seu tempo, começou diversos projetos na forja, criando peças que pretende vender. Entrou em contato com o ofício ao observar seu ex-marido, que trabalhava com isso. À semelhança de suas outras atividades, aprendeu sozinha.

Entre as atividades que já desempenhou para se manter financeiramente, considera a música e tocar em bandas como a mais prazerosa e a prostituição como a mais difícil. Atualmente ainda tem banda, chamada Signo do Ódio, na qual expressa, pelo punk rock, seu posicionamento político de combate ao sistema. É anarquista pois é esse sistema que mata pessoas trans.

Na música, já teve diversas bandas, nas quais costuma tocar os instrumentos de sopro, porém é aberta a suprir as diferentes necessidades de cada grupo musical. Por essas razões, identifica a si e a seu trabalho como “da noite”.

4.5 RAPHA

Vi Rapha pela primeira vez em um *stories* compartilhado pelo Instagram da Casa de Malhú, no qual falava com alegria sobre a retificação de seu nome e ressaltava a importância dessa ação para a comunidade LGBTQI. Ao acessar seu perfil, tomei conhecimento que Rapha venceu um importante concurso local de beleza LGBTQI e que, atualmente, estava se preparando para participar de uma competição a nível nacional.

Mais segura do que nos primeiros momentos dentro do campo, decidi contatá-lo via mensagem de *direct*, ao que respondeu com cortesia e se dispondo a participar. Combinamos uma data para a conversa por vídeo e, no horário combinado, enviei-lhe uma mensagem de *direct* avisando que já estava *online*. Sem demora, ele se conectou à chamada de vídeo e demos início à conversa.

Para descontrair, comentei que ele tem o mesmo nome de uma pessoa muito próxima a mim, o que lhe arrancou um sorriso. Escutou atentamente a explicação sobre a dinâmica da entrevista – em formato de conversa, onde ele poderia se sentir livre para falar e eu iria o indagando sobre alguns pontos específicos – e não tardou a falar.

Mencionando dados sobre transfobia, afirmou quão importante considera iniciativas que escutem a comunidade trans, dando atenção às suas demandas. Comentou também sobre o paradoxo existente no Brasil, país que mais acessa pornografia com pessoas transexuais e que, simultaneamente, apresenta o maior índice de assassinatos dessa população. Para Rapha, essa atração voltada a mulheres trans e travestis faz todo sentido, porque são “gostasas”, mais exuberantes, porém a transfobia e o machismo levam a que esse desejo culmine em violência.

Sobre esse tema, relata nunca ter sofrido transfobia, tampouco possuir dificuldade para encontrar emprego em Foz do Iguaçu. No entanto, atribui essa facilidade ao fato de ser filho de alguém “conhecido” na cidade, enfatizando a importância de iniciativas como a Transempregos. Inclusive, pretende recorrer ao projeto – sediado em São Paulo – já que está se mudando para essa cidade, onde julga existirem mais oportunidades para o público trans.

Profissionalmente, seu foco é na carreira de modelo, mas afirma que trabalhará em qualquer serviço para poder se manter enquanto não se consolida na área. Seu primeiro contato com a atividade aconteceu em Foz do Iguaçu, onde venceu importantes concursos de beleza LGBTQI.

Ao ser indagado sobre a última seletiva para modelo que realizou – e que não tinha foco no público LGBTQI – responde com animação, julgando a experiência como bastante positiva,

tendo recebido palavras de encorajamento dos profissionais presentes e se saído muito bem nas dinâmicas propostas. Inclusive, acabou revelando sua identidade trans durante uma delas. Quando solicitado aos rapazes presentes que representassem um homem com trejeitos afeminados, respondeu em tom jocoso que teria facilidade, pois “já foi mulher”. Em resposta, obteve reações positivas, parabenizando-o e elogiando sua aparência e coragem.

Quando indagado acerca dela, expõe que se sente muito bem com sua imagem atual, afirmando ser indescritível a sensação de “se olhar no espelho e se amar”. Nesse momento, lembra que um amigo trans lhe disse certa vez que iria “sentir falta da transição”, observação que entende atualmente, considerando o processo de transição de maneira positiva, sendo uma mistura de expectativas, desejos, ansiedade e realizações.

Contudo, critica o pouco acesso à saúde da população trans iguaçuense, citando a necessidade de existir um ambulatório trans na cidade. Segundo ele, apenas consegue realizar seus exames e acompanhamentos médicos pelo SUS porque “foi atrás”, conversando e questionando. A mudança para São Paulo também é motivada por essas questões, pretendendo realizar lá todos os procedimentos que deseja, uma vez a cidade possui centros especializados no atendimento a pessoas transgêneras.

Ainda sobre o tema, Rapha compara o uso da T a “estar menstruado”, enfatizando como as mudanças que produz ultrapassam o aspecto físico. Por esse motivo, reconhece a importância do acompanhamento psicológico em sua trajetória, algo que o auxilia a identificar os pensamentos que antecipam atitudes das quais virá a se arrepender.

A T aumenta a impulsividade, explica, o que é prejudicial em seu caso pois se considera ansioso. Esse fato acabou trazendo consequências negativas profissionalmente, chegando a pedir desligamento de um emprego por esse motivo, embora não tenha fornecido detalhes sobre a situação. Com sua ex-companheira também existiram complicações, pois houve a necessidade de adaptar o modelo de relacionamento que tinham quando ainda era lido como uma mulher. Em suas palavras, “agora sou homem, quando era mulher eu podia sair na mão com as meninas, mas como homem não posso pegar, puxar, não posso ser abusivo”.

Apesar de seu último relacionamento ter chegado ao fim, sente respeito e gratidão por sua ex-companheira, especialmente pelo papel desempenhado por ela durante sua transição. Segundo Rapha, foi ela quem tocou por primeira vez no tema da transição de gênero, ponderando que

poderia ser algo que lhe interessasse. Esse respaldo, conclui, acabou sendo fundamental para iniciar o processo de transição, dado que se identifica masculinamente desde pequeno.

Além da atividade de modelo, menciona que já trabalhou no Paraguai, em um consultório de dentista e como motorista de aplicativo. Ainda, revela que era apaixonado por futebol durante a infância, mas não pôde investir na atividade por falta de apoio familiar. No entanto, hoje em dia optaria pela carreira de modelo se tivesse que escolher entre ambas, sendo seu maior sonho profissional chegar a ser modelo em Dubai.

5. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

No tópico anterior, tentamos apresentar, de maneira mais ou menos linear, as histórias de vida dos sujeitos, buscando fornecer uma síntese dos relatos perscrutados a fim de introduzir os colaboradores desta pesquisa. Para aludir à metáfora do quadro maffesoliana, diríamos que colocamos os primeiros toques de cor em uma tela, podendo agora vislumbrar um esboço do que virá a se tornar uma pintura. Cabe a este capítulo preencher os detalhes que, ao final, fornecerão o “retrato” do nosso fenômeno em estudo.

Dividimos nossa análise em tópicos centrais, pelos quais pretendemos captar a complexidade contida no questionamento “*como está ocorrendo a inserção de pessoas transexuais no mercado de trabalho na cidade de Foz do Iguaçu?*”. Além dos tópicos “trajetória laboral”, “trabalhar em Foz do Iguaçu” e “expectativas profissionais”, acrescentamos o tema “trabalho na pandemia”, dada as intensas transformações sociais e econômicas – e, conseqüentemente, laborais – ocasionadas pelo contexto pandêmico. Por fim, em “além do trabalho” buscamos abarcar aspectos de interesse não contidos nos tópicos anteriores que surgiram durante as entrevistas, como saúde, afetividade, etc.

5.1 TRAJETÓRIA LABORAL

Antes de nos debruçar sobre as trajetórias de vida dos entrevistados, convém retomar que a natureza fenomenológica de nossa pesquisa – a qual se interessa em descrever as experiências conforme relatadas e significadas – torna nossa abordagem mais flexível, isto é, menos restrita a fornecer um panorama minucioso de tais trajetórias. Desse modo, neste tópico não se encontram descrições pormenorizadas de cada trabalho já desempenhado, tampouco uma linha do tempo exata, visto que a riqueza das fontes orais consiste na fluidez da memória e da subjetividade que permeia os fatos quando são narrados pelos sujeitos (PORTELLI, 1996). Desse modo, e visando preservar o caráter dialogado de nossas entrevistas, não exigimos detalhes minuciosos sobre os temas indagados, a fim de não tornar a conversa exaustiva e monótona.

Quando indagada sobre sua vida laboral anterior à docência, Milena afirma enfaticamente que era excluída do mercado de trabalho por sua aparência “afeminada”. Embora não se apresentasse como Milena na época, “nunca era chamada” para trabalhar porque era lida como um

homem “viadinho”, o que demonstra a existência de “estreitas intersecções entre heterossexualidade e gênero, resultando numa profunda articulação e, muitas vezes, confusão, entre gênero e sexualidade” (FRANCO; CINCILLINI, 2015, p.335).

Kimmel (1998, p.116) chama atenção para a subalternidade vivenciada por homens gays que, à semelhança das mulheres, são “pano de fundo contra o qual os homens brancos heterossexuais projetam as suas ansiedades de gênero e é sobre a emasculação destes que os *self-made men* constroem definições hegemônicas”. Similarmente, Bento (1995) fala em assimetria nas relações intragênero, resultando na manutenção de um modelo de masculinidade hegemônico atrelado a valores tidos como masculinos, a exemplo de força, assertividade, etc.

Azevedo, Batista e Silveira (2020, p.111) ponderam que “motivos não faltam para os gays não saírem do armário. No que tange o trabalho, a situação tona-se ainda mais difícil, uma vez que a discriminação, muitas vezes, barra sua contratação e, quando na empresa, sua promoção, pelo simples fato de ter sua sexualidade assumida”. Similarmente, Carrieri, Souza e Aguiar notaram a partir da fala um de seus entrevistados – referido como E11 – que:

Ser discreto torna-se algo estrategicamente importante para ser contratado e manter-se no trabalho. E11 relata que, ao realizar entrevistas para seleção de pessoas, “foi feita uma entrevista com um rapaz, só que ele era muito afeminado, ... sugeri, mas meu chefe achou ele muito afeminado” (2013, p.89).

Nesse sentido, o relato de Milena vai ao encontro da percepção dos autores, expondo um cenário de preconceito e exclusão de pessoas entendidas como LGBTQI. Ela apenas pôde se inserir no mercado laboral quando aprovada no processo seletivo para docente do estado, função na qual obteve estabilidade, incentivando-a a “apresentar” a Milena. Diante disso, embora atualmente se encontre em um ambiente profissional inclusivo, não pode ser negada a influência do preconceito na trajetória laboral de Milena.

Outro aspecto abordado por ela e que convém ressaltar é o recorte de classe social. Oriunda de uma família de baixa renda, tornava-se impossível para ela investir naquele que, de fato, era seu sonho profissional: ser comissária de bordo. “Imagina, na época era quatro mil”, comenta, referindo-se à cara mensalidade do curso. Coube a Milena esquecer esse desejo profissional e focar seus esforços na conclusão da licenciatura em Matemática, tarefa que tampouco foi fácil, chegando a precisar do auxílio financeiro de colegas e professores para conseguir frequentar as aulas.

Essa questão de classe social também foi comentada por Rose, argumentando que “as que vem de classe média que conseguem ter acesso a universidade e bons empregos”. Partindo disso, constatamos que, além de ser necessário ter qualificação profissional para obter um bom emprego, é essencial possuir condições que permitam perseguir a capacitação profissional na área desejada, o que não se configura no caso de Milena e Rose. Para a primeira, no entanto, o apoio familiar possibilitou que superasse os empecilhos econômicos, culminando com sua aprovação no concurso público e, por fim, inserindo-a no mercado de trabalho. Já para Rose, expulsa da escola e de casa na adolescência, não havia como perseguir realização profissional diante da urgência em obter o mínimo para seu sustento.

Milena também expôs o sonho de ser comissária a Santos (2015) ao recordar sua infância, período no qual se vestia de aeromoça nas brincadeiras com as irmãs, e ao discorrer sobre a importância da estabilidade laboral em seu processo de transição. Sobre a carreira de aeromoça, narrou à autora que se tratava de um sonho impossível, porém fornecendo uma explicação distinta da que apresentou durante nossa conversa. Então, Milena culpou a transfobia do setor privado – especialmente no ramo dos transportes aéreos, já que “nem nome social eles respeitam” – pela impossibilidade de investir nessa atividade profissional. Consideramos que ambas explicações se complementam, não existindo contradição entre as falas, sobretudo ao levar em conta o lapso temporal transcorrido entre ambas – em torno de seis anos – e a própria natureza do relato de história de vida. Leia-se a afirmação de Portelli acerca das particularidades das fontes orais:

A importância do testemunho oral pode se situar não em sua aderência ao fato, mas de preferência em seu afastamento dele, como imaginação, simbolismo e desejo de emergir. Por isso, não há ‘falsas’ fontes orais (...) a diversidade da história oral consiste no fato de que afirmativas “erradas” são ainda psicologicamente “corretas”, e que esta verdade pode ser igualmente tão importante quanto registros factuais confiáveis (1997, p.32).

Do mesmo modo, Kenski situa que:

As vozes que atuam na recuperação da memória vêm mostrar a interferência de muitos outros fatores no momento do relato. O primeiro deles refere-se à seletividade da memória, que envolve não apenas lembranças, mas também silêncios e esquecimentos. O narrado é praticamente uma reconceitualização do passado a partir do momento presente, da pessoa com quem se está falando e do objetivo da narrativa. As pessoas não têm em suas memórias uma visão fixa, estática, cristalizada dos acontecimentos que ocorreram no passado (1994, p.48)

Ao refletir acerca do fato de que “o trabalho é cada vez mais significativo na vida das pessoas, dando identidade a elas, podendo caracterizar-se como fonte de prazer e bem-estar” (GLANZNER; OLSCHOWSKY; KANTORSKI, 2011, p.719) questionamos: é possível para as pessoas transgêneras construir uma identidade profissional positiva, que leve em conta suas aspirações laborais? Embora aprofundemos essa discussão no tópico “expectativas profissionais”, preliminarmente respondemos que, na ampla maioria dos casos, é negada às pessoas trans a possibilidade de construir uma carreira e de autogestão, posto que a preocupação central costuma ser a busca de sustento, e não de realização pessoal por meio do trabalho.

Dentre os entrevistados, é Rose quem possui uma trajetória laboral mais próxima daquilo que a sociedade “espera” de uma mulher trans ou travesti. Mesmo sendo de meia idade, jamais trabalhou com carteira assinada, sempre atuando na informalidade e em funções consideradas periféricas. Segundo Franco e Cicillini:

(...)em decorrência do ambiente hostil no qual são obrigadas a permanecer desde que iniciam a construção de seus gêneros, poucas pessoas trans conseguem concluir os estudos elementares, restando-lhes a educação das ruas, da marginalidade e da prostituição (2015, p.333)

Com 51 anos, Rose é a pessoa mais velha com quem conversamos, fato enfatizado por ela para criticar a baixa expectativa de vida de mulheres trans e travestis no Brasil. Musicista – atualmente canta em uma banda de punk rock – e tatuadora, faz questão de falar que, apesar de trabalhar desde os 13 anos, não tem acesso a direitos básicos, como a previdência social.

A importância da aposentadoria no envelhecer aparece em opiniões como as de Helô, travesti de 79 anos entrevistada por Siqueira.

Constrói sua representação sobre a velhice, classificando-a como uma fase de tranquilidade e estabilidade, pois tem seu próprio “canto”, que seria seu apartamento, conquistado com muito esforço e que, por sua vez, lhe garante, juntamente com sua aposentadoria, uma vida segura e principalmente digna (já que não precisará se submeter aos cuidados dos familiares). Assim, segundo sua percepção, para se ter tranquilidade e estabilidade na velhice, considerando que sua iminência, aqui vista como uma ameaça, pode trazer inúmeras dificuldades, se faz necessário um investimento no futuro, ou seja, estudar, ter uma profissão, algo que garanta o sustento, e “ter cabeça” (uma expressão recorrente entre algumas das minhas informantes e entre algumas das travestis com quem pude ter contato durante o trabalho de campo), o que quer dizer estudar, ter uma profissão (ou seja, que não se limite à prostituição e/ou ao mundo dos shows) e se cuidar, levar a vida de forma mais regrada, evitando, principalmente, ser alvo de doenças como AIDS e tornar-se dependente de drogas químicas. Dessa forma, chegar à velhice e poder vive-la com tranquilidade – o

que para ela é o que se deve esperar dessa fase da vida – é resultado de uma combinação de fatores: uma boa educação, trabalho e, principalmente, “ter cabeça” (SIQUEIRA, p.93).

O envelhecimento “digno” se apresenta como resultado de uma gama de conquistas obtidas no decorrer da vida, dentre elas: moradia própria, direito à aposentadoria, saúde, etc. Para alcançá-las, no entanto, somente com estudo e trabalho, compreendido por Helô como aquele fora do âmbito sexual ou da casa de shows. A partir dessa descrição, pessoas como Rose estariam excluídas do “bom envelhecer”, já que, apesar de uma vida inteira de trabalho, não possuem estabilidade financeira. Por estar dependendo economicamente de sua companheira neste momento, Rose tem ciência da vulnerabilidade da sua situação, expondo que não pode afirmar que não voltará a fazer programas, uma vez que o trabalho sexual acaba sendo uma das únicas alternativas que está a mão para pessoas transfemininas.

Acerca do trabalho indocumentado, também observamos em Matheus a preocupação por ter desempenhado atividades remuneradas sem carteira assinada.

Trabalhei com meu pai todos esses anos, mas eu nunca pedi pra ele assinar minha carteira, então nunca trabalhei de carteira assinada, então acho que vai ser meio difícil, né, porque a maioria dos lugares pede experiência (MATHEUS, voz).

Possivelmente por ser um rapaz jovem, não faz qualquer menção à aposentadoria, focando suas ressalvas na elaboração de um currículo atraente e na capacitação profissional, visto que é estudante de Medicina Veterinária.

Afirmando que “ajudava” na empresa de automecânica do pai desde os dez anos, por iniciativa própria, sua trajetória laboral se resume à este espaço. Ainda, explica que ter iniciado sua transição nesse ambiente, onde todos o associavam a uma figura feminina, contribuiu para que sofresse com manifestações transfóbicas.

Como eu cresci lá – ele teve a empresa por doze anos, agora que veio a vendê-la – eu já passei, tipo...zoação, de falar, de ficar me tirando pra menos homem (MATHEUS, voz).

No mesmo sentido, Franco (2014) expõe que, dentre suas entrevistadas, as que mais enfrentaram resistência dos colegas de trabalho às suas identidades de gênero foram as que trabalhavam naquele ambiente desde antes da transição. Anzolin, Soares e Moreno também encontraram relato similar:

PI relatou que quando resolveu iniciar processo/tratamento de hormônio-terapia, psicoterapia e cirurgia, já era funcionária pública há mais de 7 anos. Completando 15 anos e meio como funcionária pública nos dias atuais, relatou duas fases: 8 anos como homem e 7 anos e meio como mulher na empresa. Quando homem, era bom servidor, bom colega de trabalho, e “colega de cerveja” “(...) quando descobri que era possível ser mulher, aí passaram a já me discriminar, com piadinhas e essas coisas (...) teve um chefe meu que já começou com assédio moral, querendo a minha demissão, forjando uma justa causa, essas coisas” (sic) (2013, p.10)

Ainda sobre transfobia, Matheus chega a comentar que existiram algumas situações envolvendo clientes, porém sem fornecer detalhes acerca do ocorrido. Similarmente, Kesya também foi tratada de modo transfóbico por clientes, porém, à diferença desta, Matheus constrói um retrato positivo de sua trajetória na empresa, inclusive afirmando que poderia voltar a trabalhar na área e que todas as atividades que desempenhava o agradavam.

Na verdade eu amava fazer tudo. Mas gostava mais da parte de gerenciar a parte do estoque e mexer com a parte de mecânica (MATHEUS, voz).

Podemos problematizar acerca dos motivos que levam à essa percepção distinta. Teria Matheus, conforme explica Junqueira (2009), internalizado a crença de que, por ser trans, é “normal” ter que viver momentos de transfobia? Ou será que o fato da empresa pertencer a seu genitor tornava o ambiente mais familiar, ajudando-o a sentir-se resguardado mesmo diante das agressões? Ainda, seria por timidez que Matheus minimizou o assunto, não desejando estender-se no tema por se tratar de algo sensível? Esses questionamentos, mais do que obter respostas, buscam dar a conhecer como podem ser distintas as maneiras pelas quais uma pessoa transgênera lida com a transfobia. Atentos ao formismo de Maffesoli (1998), não nos apegamos a qualquer dessas hipóteses a fim de “explicar” o relatado por Matheus. Limitamo-nos a apontar – ou “apresentar” (1998, p.47), como utiliza o teórico – que ele nos fala de uma boa experiência profissional, mesmo tendo lidado com transfobia, e, partindo disso, propomos algumas reflexões. O que poderia parecer uma contradição, revela-se a nós como evidência do raciovitalismo maffesoliano, o qual demonstra que é impossível compreender o dinamismo, o “caos” da realidade sob uma perspectiva pautada pela racionalidade.

Não obstante, podemos afirmar que a postura de Matheus em relação à transfobia está distante de ser indiferente, tanto que pretende ocultar sua transgeneridade em futuras entrevistas de emprego, a fim de evitar potenciais violências.

Retomando a trajetória profissional de Rose, a qual conta que começou na tatuagem por ter afinidade com o mundo artístico e o desenho, tendo oportunidade de tatuar um amigo próximo, quem “montou” sua primeira máquina para tatuar. Com o tempo foi ganhando nome, crescendo por meio do “boca a boca”, já que não existiam redes sociais como, por exemplo, o Instagram. Inclusive chegou a ter um estúdio de tatuagem junto à uma tatuadora cis, mas teve que fechá-lo por causa da pandemia, tema que retomaremos no tópico *Trabalho na pandemia*.

Entre as atividades que já desempenhou para se manter financeiramente, considera a música e tocar em bandas como a mais prazerosa. Atualmente toca em uma banda chamada Signo do Ódio, na qual expressa pelo punk rock seu posicionamento político de combate ao sistema, afirmando-se anarquista pois “é esse sistema que mata pessoas trans”.

Quando indagada acerca de qual das atividades que já desempenhou foi a mais difícil, responde afirmando que foi a prostituição, apesar de não a definir como “terrível”. Segundo ela, não gostava de desempenhar graças à sua natureza contestadora e de fortes convicções. Apesar de ter vivenciado a prostituição sendo menor de idade, Rose é categórica em afirmar que esta é uma atividade para adultos. Em qualquer outro contexto é crime, afirma, exemplificando com o trabalho rural: um adulto colhendo no campo está trabalhando, se fosse uma criança desempenhando a mesma atividade estaria sendo explorada.

Ainda sobre prostituição, Rose pontua a necessidade de inserir pessoas trans no mercado de trabalho com salários dignos, caso contrário esse público jamais abandonará o trabalho sexual. Exemplifica mencionando os rendimentos obtidos por operadores de caixa, muito inferiores aos que uma trabalhadora sexual costuma receber mensalmente, o que leva a permanecer na prostituição.

Afirma que o trabalho sexual é, para pessoas trans, uma fonte certa de sustento diante da negativa de ocuparem outros espaços. Por esse motivo, não considera que o público trans “escolha” a prostituição, uma vez que não lhes é dada outra alternativa.

(...)a falta de apoio familiar causa abandono de suas origens por parte dos sujeitos trans, que seguem em busca do seu caminho, por vezes solitário, e como isso também sobrevém a falta de apoio financeiro, o que levam muitas delas a buscar a prostituição como única fonte de renda (MOURA; MILANEZ, 2020, p.160)

A opinião de que a prostituição é uma obrigação e não escolha foi compartilhada pela maioria dos entrevistados. Sobre esse ponto, ressaltamos a observação de Rapha, quem diferencia

a prostituição de pessoas trans e cis. Em sua perspectiva, a prostituição de mulheres cis acontece por opção própria, à diferença da desempenhada por mulheres trans e travestis.

O quadro a seguir sintetiza as opiniões expressas acerca da prostituição:

Quadro 1 –Impressões sobre prostituição como meio de trabalho

Entrevistados	Considera a prostituição como uma forma de trabalho?	Síntese da percepção sobre o tema
Rose	Sim	Percebe a prostituição como uma garantia de sustento para a população trans, uma vez que esta é segregada em outras atividades. Defende a necessidade de regulamentação, condenando veementemente a exploração sexual e afirmando que “não é prostituição, é crime”.
Milena	Sim.	Acredita que deve ser muito difícil.
Rapha	Não	Prostituição é falta de alternativa, porém faz distinção entre prostituição cis e trans. Na prostituição trans há falta de opção e sofrimento; a prostituição de mulheres cis seguiria a lógica “já que eu dou de graça, vou começar a cobrar”.
Kesya	Sim	Sente orgulho daquelas que desempenham essa função, pois imagina quão difícil deve ser.
Matheus	Sim	“Boas partes das pessoas que trabalham nisso eu acredito que seja por não ter uma coisa que eu acho que renderia um dinheiro melhor, entendeu. Só que também ali provavelmente passam muita dificuldade, muitas

		complicações, preconceitos, até mesmo com as pessoas que recorrem a esse tipo de serviço.”
--	--	--

Fonte: elaboração própria, 2021.

Debruçando-nos sobre a resposta de Milena, sua opinião de que o trabalho sexual “deve ser muito difícil” não parece denotar qualquer experiência pessoal com a prostituição. Contudo, vejamos o que ela relatou ao ser entrevistada por Santos:

A estigmatização é diferente. Porque quando você é professora você tem profissão. E quando você é profissional do sexo as pessoas acham que não é profissão. Até porque eu faço uns esquemas, entendeu? Eu sou profissional do sexo, às vezes, porque quando o cara vem me procurar, eu falo: - Meu bem eu tenho que usar Chanel, então você me paga pra eu usar esse Chanel? Aí, ele diz: - Ah, mas você não é professora? E eu: - Eu sou, mas, você não anda de mão dada comigo, você só quer me usar. Aí eles dizem: - Ah, mas você está se aproveitando. E eu: - Não eu não estou me aproveitando, eu não quero dar pra você! Mas só que você quer me comer, porque eu acho que você tem esse fetiche comigo, então paga! (2015, p.379).

A partir dessa resposta, a autora concluiu que Milena “relata fazer programas esporadicamente por entender que esta consiste em uma relação comercial, uma vez que os clientes não se transformam em namorados, maridos” (*ibidem*, 2015.). No entanto, embora Milena tenha constantemente frisado em nosso diálogo que é bastante ativa sexualmente – chegando a recorrer a expressões como “eu gosto de pau!” e à metáforas como “dá pra fazer uma ponte daqui até o Paraguai com a quantidade de paus que conheci” – jamais mencionou qualquer “esquema” ou experiência com o trabalho sexual. Quando indagada a respeito de como procurava parceiros – especialmente no atual contexto pandêmico – afirmou que utilizava aplicativos “de pegação” e que preferia mencionar que é trans de antemão para “evitar aborrecimentos”. Em nenhum momento falou sobre trocas econômicas durante esses encontros e, ao ser interrogada sobre sua opinião acerca da prostituição, respondeu seriamente que “deveria ser bastante difícil”.

Embora extensa, faz-se pertinente reproduzir a lição de Portelli acerca da importância do “não dito” na análise de fontes orais:

Mudanças que tenham subsequentemente tomado lugar na consciência subjetiva pessoal do narrador, ou em sua situação socio-econômica, podem afetar, se não o relato de eventos anteriores, pelo menos a avaliação e o ‘colorido’ da história. Muitas pessoas são reticentes,

por exemplo, quando vão descrever formas ilegais de luta, tais como sabotagem. Isso não significa que elas não se lembrem dos casos, claramente, mas que tem havido uma mudança em suas opiniões políticas, circunstâncias pessoais, ou na linha de seu partido. Atos considerados legítimos e mesmo normais ou necessários no passado podem ser vistos agora como inaceitáveis e literalmente postos fora da tradição. Nestes casos, a informação mais preciosa pode estar no que os informantes escondem e no fato que os fizeram esconder mais que no que eles contaram (PORTELLI, 1997, p.34)

Durante a conversa com Santos (2015), Milena enfatizou que seus “esquemas” se caracterizam pela ausência de pretensão em convertê-los em um relacionamento sério, exemplificando ao mencionar que cobra pois “tem que usar Chanel”. Considerando seu relato acerca de possuir uma personalidade “propositiva e brincalhona” (p.322), ponderamos que Milena forneceu uma descrição peculiar do trabalho sexual, onde a contraprestação financeira parece adquirir um caráter muito mais de penalidade pela conduta masculina – afinal, sabe que estes não desejam andar de mãos dadas – do que de remuneração pelo serviço prestado.

Por óbvio, não pretendemos questionar as considerações de Santos (2015), tampouco as falas de Milena. O que buscamos ao confrontar seus relatos é apontar um silenciamento acerca desses aspectos que consideramos que talvez possa ser atribuído à uma resignificação de sua própria história. Acreditamos que é plausível apontar nesse sentido, uma vez que, na época em que conversou com Santos, Milena reproduzia o discurso de que “para conseguir é só querer”, indicando uma postura pouco crítica em relação aos embates enfrentados pelas demais mulheres trans e travestis. Distintamente, ao conversar conosco Milena destacou como é privilegiada por ser “branca e bonita” e também por estar inserida no mercado de trabalho.

Dessa maneira, quando afirma com expressão séria que o trabalho sexual “deve ser muito difícil”, complementando que “não consegue conceber o ato sexual sem desejo”, Milena parece ter atribuído novos significados às suas ações passadas. Ainda, essa mutabilidade vai ao encontro da efervescência vital descrita por Maffesoli (1998), razão pela qual o sociólogo opta por um conhecimento indutivo e não explicativo. Amparados nessa perspectiva, não procuramos Milena para que nos fornecesse esclarecimentos sobre o tema por, justamente, não ser nossa finalidade precípua “explicar”, mas descrever e, partindo dessa descrição, intuitivamente delinear as formas e sentidos do fenômeno. Complementarmente, a extensa duração de nossa conversa com ela – e que apenas chegou ao fim por iniciativa nossa, dado o temor de demandar muito tempo da entrevistada – reforça a percepção de que não foram questões como falta de tempo ou pouca

afinidade – esta chegou a revelar-nos acontecimentos delicados de sua trajetória que optamos por preservar – que levaram Milena a silenciar sobre o tema.

Dando continuidade à exposição das opiniões dos entrevistados acerca do trabalho sexual, percebe-se, em suas respostas, que apresentam uma compreensão acerca do que é trabalho, a qual extrapola a formalidade. A despeito de ser uma atividade ainda muito estigmatizada pela sociedade, a prostituição é percebida como trabalho pela maioria deles, porque requer esforço de quem a exerce e é destinada ao próprio sustento. Inclusive para Rapha, o único a não considerá-la como trabalho, faz questão de frisar que é pela falta de escolha das pessoas trans envolvidas e pelo sofrimento que percebe em quem pertence à comunidade transgênera e tem que desempenhar atividades sexuais.

O trabalho em si não só aquele que você trabalha com carteira assinada, desde que há um esforço seu, uma dedicação (ênfase) aí eu acho que isso é considerado um trabalho, entendeu. Quando você se dedica a algo não só pelo sustento, mas, uma boa parte é obvio que sim, né. A maioria das pessoas tem o trabalho pra se sustentar, mas eu creio que o trabalho seja também uma forma de aprendizagem, de aprimorar os seus conhecimentos, entre outras coisas (MATHEUS, voz)

A exposição de Matheus resume bem a percepção dos demais entrevistados, nas quais se nota a valorização do trabalho como atividade que vai além da remuneração. Para melhor compreender a concepção de trabalho presente nessas falas, vamos elencar as características que identificamos na descrição que os entrevistados fazem do trabalho.

Dessa maneira, observamos que, para os sujeitos, remuneração não é uma característica imprescindível para considerar uma atividade como trabalho. Entretanto, isso não significa que o aspecto econômico esteja ausente nessa compreensão de trabalho. A partir das narrativas, notamos que as funções entendidas como trabalho são as que possuem potencial de ganho econômico, ainda que seja remoto. Formulamos as noções de potencial de remuneração abstrato e concreto para tentar compreender as percepções desses sujeitos, com a ressalva que estas não se vinculam à definição de trabalho abstrato e concreto marxista⁴¹.

Nesse sentido, ao falar de “potencial concreto de remuneração” remetemos à razoável possibilidade de auferir benefícios econômicos a partir da atividade desempenhada. Para

⁴¹ Para Marx, o trabalho concreto é o que produz valor de uso, isto é, o que serve para satisfazer as necessidades do ser humano. Por sua vez, o trabalho abstrato é o trabalho negativo, aquele que tem por fim apenas gerar mais-valia (CASTRO, 2018).

exemplificá-lo, mencionamos Rapha, que se mudará para São Paulo motivado pelos *feedbacks* positivos obtidos em concursos de modelo e *castings*, assim como em sua atividade de influenciador digital. Ele afirma que, graças ao seu trabalho, pôde realizar a tão desejada harmonização facial completa, procedimento caro e que não teria como pagar.

Interessante notar que, embora relate ter conhecido o profissional que fez seu procedimento em um bar e que este encontro foi fruto de coincidência, os sentidos atribuídos por Rapha à obtenção da *fullface* dizem respeito ao sucesso decorrente de seu trabalho como influenciador digital. Ponderamos que essa sensação de realização pelo trabalho consequente pela obtenção da *fullface* se deve à divulgação que Rapha faz em sua rede social do procedimento, assim atribuindo um caráter de permuta à obtenção da intervenção estética. Reforça-nos essa percepção o fato de ter utilizado um recurso do Instagram para fixar, em seu perfil, os *stories* em que ele mostra os resultados do procedimento e indica o profissional que o realizou. Desse modo, Rapha deu contornos profissionais ao que poderia ter sido apenas um presente unilateral do cirurgião-dentista, tornando-o uma permuta, à semelhança de como atuam os influenciadores digitais.

Sendo a permuta uma das maneiras pelas quais os influenciadores digitais são remunerados (POZZOBON, 2018), consideramos que Rapha já obteve benefício econômico de suas atividades, razão pela qual afirmamos que há potencial concreto de remuneração para sua carreira de modelo e influenciador.

De modo diverso, o “potencial abstrato de remuneração” diz respeito aos casos em que a possibilidade de ganho econômico é remota, mas existente. Kesyra, por exemplo, considera seu envolvimento com a música uma forma de trabalho, ainda que não fale de planos relacionados à uma carreira musical efetiva, tampouco acreditando que irá lucrar com a música em breve.

Quanto aos aspectos subjetivos do trabalho, a opinião de Rose de que sua atividade militante não é laboral reforça a noção de que não basta desempenhar uma função relevante com dedicação para considerá-la de natureza profissional. Rose opta em não ser remunerada pelas palestras que dá como militante, razão pela qual problematizamos que, a fim de ser considerada trabalho, a atividade deve promover um benefício principalmente individual e não coletivo.

Segundo Codo (1997, p.40), a despeito de todas as definições que já se tentou atribuir ao trabalho, este pode ser definido essencialmente como “uma dupla relação de transformação entre o homem e a natureza”. É pelo caráter de transformação que o trabalho se distingue de uma ação mecanicamente realizada para obter um resultado e, dada essa intencionalidade, o trabalho pode

se constituir em uma experiência prazerosa para quem labora. Em contrapartida, quando não existem condições favoráveis para desempenhar o trabalho, transforma-se em algo pesaroso, gerando desgaste emocional.

Quanto a isso, retomamos Milena, quem frisou em diversos momentos que não trabalha com o que gosta. Quando indagada acerca do que pensava de “trabalho”, respondeu afirmando que era uma obrigação, algo indesejável pelo qual se deve passar para obter coisas na vida. Embora tenha feito essa afirmação sorrindo – levando-nos a concordar com a afirmação que fez a Santos (2015) acerca de sua personalidade brincalhona – o exposto por ela vai ao encontro de Codo (1997), evidenciando que a dimensão subjetiva do trabalho impacta de modo determinante a vida do trabalhador. Aprofundaremos acerca da relação de Milena com o trabalho docente no tópico *Trabalhar em Foz do Iguaçu*.

Outra descrição negativa de trabalho encontramos em Rapha. Quando lhe propomos nos relatar o que pensava ao ouvir a palavra “trabalho”, respondeu que era remetido às “oportunidades que lhe faltam”. Nota-se que, a despeito de ter afirmado que “jamais teve problemas para encontrar trabalho”, o rapaz tem ciência do quão problemático é para pessoas transgêneras se inserirem no mercado profissional.

Identificamos, a partir dos relatos analisados, que os sentidos do trabalho para as pessoas transgêneras entrevistadas dizem respeito ao esforço, à dedicação, à possibilidade – mesmo que remota – de ganho econômico e, também, aspectos negativos, como exclusão e obrigatoriedade.

Retomando a exposição das trajetórias profissionais, convém observar separadamente os distintos momentos que compõem a trajetória de Kesya. Para tanto, consideramos a capacitação profissional como o primeiro momento a ser problematizado, sobretudo porque, para pessoas trans, essa costuma ser uma das primeiras dificuldades enfrentadas ao buscar se inserir no mercado de trabalho.

Kesya menciona o Projeto Trilha Jovem como fundamental em sua trajetória, pois lhe possibilitou se capacitar profissionalmente e conhecer o tipo de função que mais a agrada. Conforme enfatizam Glanzner, Olschowsky e Kantorski, “o trabalho é um lugar de realização, de identidade, valorização e reconhecimento” (2011, p.717). Nesse sentido, cabe destacar a importância de iniciativas que formam para o trabalho como “fonte de prazer e desenvolvimento humano do sujeito” (*ibid*, 2011, p.719), uma vez que jovens transgêneros acabam entrando no mercado de trabalho em subempregos, para exercer funções mal remuneradas e que em nada

tornam a laborar uma experiência de enriquecimento pessoal. Por ser um projeto iguaçuense, desenvolvido pelo Parque Tecnológico de Itaipu, aprofundaremos sobre o Trilha Jovem no tópico *Trabalhar em Foz do Iguaçu*.

Kesya soube, por meio de uma amiga, que a empresa de *fast-food* estava contratando e decidiu enviar seu currículo, sendo chamada para a entrevista de admissão apenas duas semanas depois. Esse momento é usualmente difícil para transindivíduos, conforme é descrito por Anzolin, Soares e Moreno:

P3 relatou que em entrevistas de emprego, os entrevistadores ao recebê-lo, apresentaram reação de espanto e negação, alguns não sabiam como tratá-lo: alguns fazem perguntas sobre o erro no documento de identidade, no registro do nome em cartório, “parece que tentam acreditar em qualquer outra possibilidade, menos naquela que está na frente deles.” (sic) relata que parece que algumas pessoas não querem entender, mas que atualmente estão agindo com mais naturalidade. “metade da entrevista de emprego ele me chama de ele, metade me chama de ela (risos), eles não sabem como me tratar, apenas uma pessoa perguntou no início da entrevista como eu preferia ser tratado.” (sic). Ele trabalhou por algum tempo como voluntário, em que não era necessária documentação. Então, contava para quem ele queria, já que não era identificado como transexual por todos: “para algumas pessoas eu tinha que desenhar (...) tem uns que são desligados mesmo, não adianta falar, e têm outros que não querem entender, são os mais engraçados (risos)” (sic). P2 e P3 relataram ansiedade antes das entrevistas de admissão (2013, p.10-11).

Outros relatos acerca do temor da entrevista de emprego são encontrados em Kaffer, Ramos, Alves e Tonon (2016), Almeida e Vasconcellos (2018) e Hartmann (2017), situando a experiência positiva de Kesya como exceção. Segundo ela, além de respeitarem seu nome social e pronomes, a despeito de seus documentos não estarem retificados – o que não ocorreu, por exemplo, com a entrevistada Danielly, afirmando que sua identidade feminina é invisibilizada quando mostra seu RG, passando a ser tratada de Senhor Daniel (KAFFER; RAMOS; ALVES; TONON, 2016) – garantiram que sua identidade trans não era um problema para a empresa. Nota-se que, distintamente do apontado por uma das entrevistadas de Hartmann (2017, p.110) – a qual afirmou “que quando chega para uma entrevista de trabalho a expressão das pessoas muda” – a forma como Kesya foi tratada sinalizou, de fato, uma valorização da diversidade, alinhada com o discurso veiculado pela empresa.

Antes de discorrer a respeito das experiências de Kesya dentro do local de trabalho, realizaremos uma breve análise da postura institucional da empresa com foco em seu tratamento do público LGBTQI. Para tanto, nos embasamos na página *web* da Burger King e em algumas pesquisas realizadas com esse viés.

Ao acessar o endereço eletrônico da rede de *fast-food*, chama a atenção uma aba especialmente dedicada ao “orgulho e diversidade”. De design chamativo e colorido com as cores da bandeira do *pride*, lê-se a seguinte mensagem:

A categoria é: CLOSE. Nosso time, nosso orgulho. Somos um time orgulhoso. 2.286 lésbicas, gays e bissexuais 490 pessoas trans e não binárias E contando... (Fonte: endereço eletrônico da rede).

Abaixo dessa mensagem, dispostos como ícones em uma barra de rolagem com sentido horizontal, os rostos dos “closes” convidam a conhecer melhor sua história por meio do “clique”, já que cada ícone pode ser selecionado e, ao clicar, a foto se expande e é mostrada uma pequena declaração do colaborador. Além disso, ao deslizar a barra de rolagem até o fim da página, observam-se os conteúdos: “Como abordar o tema com as crianças?”, no qual se encontra uma breve orientação de uma psicóloga que integra o Comitê Nacional de Famílias Plurais da Sociedade Brasileira de Reprodução Humana; “Você conhece as principais siglas e termos?”, onde se explica sucintamente os itens da sigla LGBTQ+, e, “Quer saber mais?” orientando-se a fazer o *download* de uma cartilha acerca do tema elaborada pela própria rede.

Todos os itens mencionados se encontram disponíveis logo abaixo do título introdutório, sem possibilidade de redirecionamento para outra página onde o tema poderia ser aprofundado. Desse modo, as únicas possibilidades de interação fornecidas são conhecer a história de cada um dos “closes” e, no final da página, optar por baixar a cartilha.

Com dezessete páginas, a cartilha inicia fornecendo conselhos gerais sobre como abordar a diversidade junto às crianças. Dando seguimento à leitura, encontramos um pequeno glossário, no qual termos importantes para a comunidade LGBTQI – como *gay*, *lésbica*, *homossexual*, *bissexual* e *transexual* – foram elencados e explicados. Dentre eles, enfatizamos a presença de nomenclaturas que refletem um maior aprofundamento nos estudos de gênero e *queer*, como *transvestigênere* – embora sem os créditos à Indianare Siqueira – *alosexual*, *assexual* e *não binarié*. Também merece destaque a definição dada a *travesti*, a qual se preocupa em apresentar sua origem brasileira e citar como foi estigmatizada durante um longo período. Por fim, após o pequeno glossário, a cartilha se encerra com um “Você sabia?”, que disserta sobre a despatologização da homossexualidade e da transexualidade.

Oliveira e Silva comentam sobre o histórico da empresa de apoio à comunidade:

A rede de fast-food Burger King distribuiu mais de 100 mil coroas com as cores da bandeira LGBT. A marca já está dialogando com este público desde 2014 quando lançou, em celebração do Orgulho Gay na cidade de São Francisco (EUA), o hambúrguer Proud Whopper, ou Whopper Orgulhoso, em tradução livre. O sanduíche ganhou embalagem com um papel com as cores do arco-íris. Quando a embalagem colorida é aberta, o mesmo hambúrguer de sempre espera o cliente. Um texto por escrito reforça a mensagem: Somos todos iguais por dentro. a marca também avançou na temática colocando, pela primeira vez, em sua campanha brasileira uma drag queen (2017, p.5).

Segundo os autores, adotar uma postura a favor da diversidade fornece diferencial competitivo às empresas, fomentando a identificação do público, além de movimentar um mercado bilionário. Rohm, Valuano e Martins (2021, p.342) dispõe que o público LGBTQI é capaz de movimentar “até 150 bilhões de reais por ano”, razão pela qual consideram relevante investigar “até que ponto esse compromisso público afirmado pelos executivos se reflete em uma contrapartida prática na promoção dos direitos e respeito às minorias sexuais” (ibid. p.343).

A respeito da questão da diversidade, Santos e Benevides observam duas posturas predominantes:

A primeira é a do recrudescimento da heteronormatividade amparada na precarização e flexibilização do trabalho, que fragiliza de sobremaneira a posição do trabalhador e a segunda é a formação de um discurso empresarial da gestão da diversidade sustentando através de políticas de diversidade, processos seletivos e inclusão do tema “diversidade” nos valores da organização (2019, p.430).

No *website* da Burger King é possível encontrar na aba “quem somos?” a “missão, visão e valores” da empresa. Observamos que diversidade não foi incluída nesses valores, sendo eles: meritocracia, foco no cliente, visão de dono, alegria, ética e simplicidade.

Em uma sociedade como a brasileira, na qual preconceitos de raça, gênero e orientação sexual segregam parcela da população – levando estudiosos como James Holston (2008) a afirmar que parcela da população brasileira vive uma democracia disjuntiva, conceito desenvolvido para indicar àqueles que, pela precariedade social na qual se encontram, lhes é negado o direito a ter direitos – é possível falar de meritocracia? Em sua análise sobre histórias de superação da comunidade LGBT, Oliveira e Moraes (2017) situam como o discurso da meritocracia acaba por invisibilizar os obstáculos enfrentados durante as trajetórias de vida. Sendo assim, selecionar um valor institucional como “meritocracia” se faz problemático, posto que o sucesso profissional depende de fatores que vão além do bom desempenho pessoal, o famigerado “mérito”. Hartmann chega à uma conclusão semelhante ao trazer a narrativa de uma entrevistada, que expôs como o

bar bem sucedido de seu esposo perdeu clientela após os clientes tomarem conhecimento de seu relacionamento com ela. Em suas palavras:

Esse episódio demonstra como é delicado falar sobre meritocracia, especialmente no caso de pessoas trans. Mesmo realizando um serviço considerado bom e de qualidade, a partir do momento em que as pessoas sabem que há uma pessoa trans, há um afastamento (2017, p.96).

A partir dos elementos presentes na aba dedicada à diversidade do endereço eletrônico da Burger King, chama atenção o uso de expressões como *close*, vinculadas ao pajubá, código linguístico da comunidade LGBTQI (BARROSO, 2017). Na explicação do autor, “dar close” é se destacar, sobressair de maneira positiva. Partindo disso, pode-se deduzir que os colaboradores são referidos como “close” visando conferir a eles esses atributos benéficos. Em seus relatos, esses closes falam sobre gratidão à empresa, a qual teria lhes possibilitado conquistas financeiras, reconhecimento profissional, entre outros. No entanto, problematizamos: a partir dessas falas não se dá visibilidade aos benefícios que a presença dos *closes* traz à empresa. Ao dispor narrativas que falam exclusivamente de reconhecimento ao Burger King, poderia parecer que apenas os funcionários se beneficiam dessa postura institucional favorável à diversidade. Nesse sentido, acreditamos que a empresa poderia ter ido além, solicitando aos colaboradores que discorressem também acerca do que *eles* agregam para o Burger King.

A questão “Como abordar o tema com as crianças?” é aprofundada na cartilha disponibilizada para download, o que consideramos positivo, uma vez que denota a relevância de educar de maneira inclusiva (LOURO, 1997; 2004), demonstrando preocupação na construção de uma sociedade menos preconceituosa, compromisso assumido pela marca (SILVEIRA; HANSEN, 2020). O mote “Nossa, como eu vou explicar a sigla LGBTQIA+ para as crianças?” surgiu em um vídeo publicitário elaborado e veiculado pela empresa em 2021, o qual retratava a perspectiva real de crianças acerca da diversidade. Elaborada a partir de curadoria realizada junto a psicólogos, às ONGS Mães pela Diversidade e à Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, a peça publicitária alcançou rápida repercussão:

Na publicidade ‘Nossa, como eu vou explicar a sigla LGBTQIA+ para as crianças?’, miúdos falam ‘espontaneamente’ (conforme informado pela marca), sobre como é normal a diversidade de gênero, e natural ter uma família formada por integrantes gays, transexuais e lésbicas. O vídeo reúne dois meninos e quatro meninas. Esta peça de comunicação atingiu, em três semanas, 5,4 milhões de visualizações no YouTube e alcançou 176 mil

likes e 229 mil dislikes. Dentre os 279.969 comentários, de maioria negativa, os mais curtidos entre os usuários repudiam o uso de crianças em um assunto sensível, mencionam uma forma de auto propaganda para o concorrente McDonald's, e o fato de não se preocuparem nas publicidades com questões sociais de valores fechados, como, por exemplo, o combate à fome. No Twitter, ainda na manhã de 25 de junho, ocuparam os trend topics brasileiros, as hashtags '#BurgerKingLixo' '#burgerkingnuncamais', nas quais consumidores conservadores discordavam da ação de marketing (2021, PAULA, p.28).

Em resposta, a rede emitiu comunicado afirmando que “no BK, acreditamos no respeito como princípio básico de todas as relações humanas e não toleramos o preconceito (...) O Burger King reforça seu compromisso de contribuir na construção de uma sociedade cada vez mais plural” (FILIPPE, 2021).

Sobre a relação entre empresas e causas sociais, Silveira e Hansen (2020) enfatizam que o vínculo deve ser genuíno, sem promover banalizações e sendo coerente com os valores e atitudes adotadas pela marca. Por esse motivo, os autores consideram que a Burger King vem, desde 2018, investindo em uma imagem de marca ligada à promoção da igualdade e do respeito, apresentando coerência em suas iniciativas e aprendendo com os erros.

A coordenadora de marketing da marca reconhece que ainda há muito para evoluir nas lojas, que nem todos os franqueados refletem todos os princípios do BK. Entretanto, a manifestação de apoio por meio da comunicação e do marketing da empresa dá ainda mais respaldo para que atitudes preconceituosas não ocorram nos espaços que representam a marca Burger King no Brasil. É um processo que passa não só pela conscientização do público externo, mas também por toda a rede de público interno espalhada pelo país. Parafraseando a entrevistada: é um trabalho de "formiguinha" que ela e sua equipe desempenham diariamente. É um processo interno que acontece de fora para dentro e de dentro para fora. Sendo assim, ainda não dá pra garantir que os funcionários e nos mais de 600 pontos de atendimento que a franquia tem no Brasil, mas importa notar que o trabalho realizado pela equipe de marketing e comunicação ao longo dos últimos anos é parte fundamental para que isso aconteça. clientes LGBTQIA+ serão livres para ser quem são sem serem constrangidos ou agredidos (SILVEIRA; HANSEN, 2020, p.12)

Segundo a empresa, a decisão de explicitar o apoio à comunidade LGBTQI implicou não somente em ações de marketing, mas na busca de integrar todos os setores da marca à essa postura. Por isso, “a área de Recursos Humanos teve também de seguir esse posicionamento, contratando mais pessoas LGBTQIA+ e tornando o ambiente de trabalho mais acolhedor para que se sintam confortáveis e bem-vindos” (SILVEIRA; HANSEN, 2020, p.12).

Ainda assim, dada nossa ênfase na análise do conteúdo apresentado no endereço eletrônico do BK, problematizamos que falha ao não abordar questões específicas à inserção laboral de pessoas LGBTQI. No caso da comunidade trans, página *web* e cartilha poderiam discutir a

importância do respeito ao nome social e pronomes, assim como a questão do uso do banheiro, problemáticas muito evidenciadas pela comunidade (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 2018; CARRIERI; SOUZA; AGUIAR, 2014; FRANCO, 2014; HARTMANN, 2017).

Uma vez discutida a postura da rede Burger King em relação à comunidade LGBTQI, continuamos a expor o relato de Kesya acerca de sua experiência profissional na empresa. Contratada em dezembro de 2019, quando indagada a respeito de como era o ambiente de trabalho e a convivência com os colegas, responde que não era fácil, pois constantemente erravam seu nome e pronomes. Frente a isso, Kesya buscava corrigir e educar, tendo “se dado” um “prazo” de seis meses no qual toleraria esses enganos, a fim de cumprir o propósito de ensinar os colegas. Contudo, as piadinhas e erros persistiram, o que levou a muito desgaste físico e mental, chegando a ter dias em que não queria ir ao trabalho.

Por meio da atitude de Kesya percebemos que, muitas vezes, a pessoa transgênera acaba sacrificando seu próprio bem-estar e saúde mental na tentativa de corrigir a normatividade ocasionada pelo sistema. Contudo, é possível falar efetivamente em escolha quando Kesya tinha ciência do quão difícil é para sua população se inserir no mercado de trabalho? Recorrendo à metáfora do “prazo”, Kesya demonstra como acaba recaindo sob a comunidade trans o peso da falta de educação e políticas voltadas para a inclusão e diversidade, uma vez que é forçada a estabelecer o período de seis meses de “tolerância” à transfobia. Tratando-se de uma empresa que afirma se importar com a diversidade, a postura dos colegas de Kesya revela que o discurso institucional não foi internalizado pelos colaboradores, o que pode ser indicativo de que o foco se encontra “na construção de uma imagem positiva por meio do marketing, relações públicas e campanhas publicitárias, em detrimento do apoio e real preocupação com um grupo socialmente vulnerável” (ROHM; MARTINS; VALUANO, 2021, p.369)

Entre os relatos de transfobia sofridos no trabalho, fala da ocasião em que um cliente se negou a tratá-la no feminino, chegando a responder “falou, irmão” quando ela pontuou que deveria respeitar seus pronomes. Diante disso, a gerente não tomou nenhuma atitude, “mesmo havendo policiais por perto”, os quais “poderiam ter sido avisados do crime de transfobia” que estava ocorrendo. Kesya afirma que o cliente foi tratado muito bem, enquanto à ela foi sugerido que “procurasse uma psicóloga” para saber “segurar melhor a barra”. Durante o episódio foi auxiliada apenas por uma amiga, quem a defendeu e ressaltou à gerente que esta deveria se inteirar de todos os direitos de uma pessoa trans ao contratá-la.

Novamente, tem-se a culpabilização da pessoa trans, tratada como ponto destoante, fora da curva, a responsável por desequilibrar uma estrutura social “natural”. Sobre o acesso de Kesya aos seus direitos, acreditamos que a metáfora “tão perto e, ainda assim, tão longe” pode ser aplicada para melhor compreender a vivência dela durante a situação narrada. Percebendo nos policiais a figura da “lei”, nem a proximidade deles foi capaz de assegurar à Kesya seus direitos, tanto de respeito a seus pronomes quanto a de um ambiente de trabalho saudável.

Constitucionalmente previsto no art. 200, VIII, o direito a um ambiente de trabalho saudável abrange tanto os aspectos estruturais do local de trabalho – compreendendo seu espaço físico – quanto sua dimensão subjetiva. Nas palavras de Padilha:

é tudo aquilo que cerca um organismo (o homem é um organismo vivo) seja o físico (água, ar, terra, bens tangíveis para o homem), seja o social (valores culturais, hábitos, costumes, crenças), seja o psíquico (sentimento do homem e suas expectativas, segurança, angústia, estabilidade), uma vez que os meios físico, social e psíquico são os que dão as condições interdependentes necessárias e suficientes para que o organismo vivo (planta ou animal) se desenvolva na sua plenitude (2002, p.20).

Recorremos à metáfora pois julgamos exemplificar bem a realidade vivida por pessoas trans no Brasil, onde, em tese, existem dispositivos legais que as protegem, mas que acabam sendo ineficazes para resguardá-las na prática. O aspecto imaginal (MAFFESOLI, 1998) dessa realidade é evidenciado pela metáfora, a qual expressa toda a frustração de possuir direitos, mas não conseguir acessá-los.

Ainda sobre o ocorrido, Kesya considera que “sabe se defender” muito bem no cotidiano, mas, como vestia uniforme aquele momento, cabia à esta empresa a responsabilidade por resguardá-la. Novamente recorrendo à metáfora, o “uniforme” como representação da empresa deveria ter funcionado como um “escudo”, uma proteção que possibilitasse a Kesya não ter que recorrer às estratégias que adota em outros espaços para se resguardar. Pensando também no significado da palavra “uniforme”, a partir do relato de Kesya tem-se que, mesmo ao trajar o vestiário que almeja igualar todos os funcionários, não é percebida do mesmo modo que os colegas.

Além dos episódios vivenciados por ela, Kesya comenta a transfobia sofrida pelos homens trans com quem teve oportunidade de trabalhar, prontamente lembrando de uma situação particularmente grave que ocorreu enquanto um deles utilizava o banheiro masculino. Segundo Kesya, o segurança do shopping se dirigiu ao funcionário perguntando se “era homem o suficiente”

para usar o banheiro masculino. Muito abalado, ele chegou a chorar diante dos colegas, razão pela qual recebeu o resto do dia como livre.

Por não estar trabalhando naquele momento, apenas no dia seguinte Kesya tomou conhecimento do que havia ocorrido, imediatamente procurando a gerente para exigir medidas cabíveis. A mesma afirmou que falaria com a direção do *shopping* mas, após alguns dias, Kesya percebeu que ela procurava desculpas para não fazê-lo. Decidiu “ela mesma” falar com a direção, uma vez que é “sua comunidade”, relatando que foi muito bem recepcionada pelos funcionários do RH do *shopping*, os quais se disponibilizaram a repreender o segurança e tomar as medidas necessárias. Entretanto, por ser requisito a queixa formal do funcionário ofendido, acabou não havendo maiores consequências para o agressor, pois Kesya pensa que o temor de represálias impediu seu colega de fazer a queixa.

Dentre os espaços nos quais pessoas trans se encontram mais vulnerabilizadas, as instalações sanitárias são frequentemente apontadas como local de embates e transfobia. A vivência do colega de Kesya se assemelha aos inúmeros relatos de transindivíduos que identificam o uso do banheiro como uma das questões mais problemáticas para pessoas trans dentro do ambiente profissional (ANZOLIN; SOARES; MORENO, 2013; FRANCO, 2014; SANTOS, 2017). Segundo Bruna Benevides, a morte trans já começa nessas práticas violentas do cotidiano, culminando em projetos políticos que abertamente se declaram contrários aos direitos LGBTQI, tal qual o que se encontra em atuação no Brasil contemporâneo. Afirma-se nesse sentido pois, além do incremento dos assassinatos e agressões de pessoas trans e travestis, constata-se a perseguição sistemática – chegando, inclusive, ao assassinato – de lideranças políticas que se posicionam a favor das pautas LGBTQI (ANTRA, 2021).

Outro aspecto problemático diz respeito à constante fala de gerente e coordenadores que a “lembravam” da dificuldade que enfrentaria para encontrar trabalho caso deixasse a empresa. Para Kesya, eles poderiam ter oferecido apoio, afirmando que se disponibilizariam a ajudá-la mesmo se deixasse de ser funcionária do local. Tal postura reflete a falta de preocupação com a efetiva inclusão profissional da pessoa trans, não existindo o cuidado de construir um ambiente profissional acolhedor junto aos colaboradores. Ocorre, nesses casos, uma inserção de fachada, muito mais interessada nos benefícios decorrentes de parecer inclusivo do que em sê-lo de fato.

São comuns os relatos que alegam que, após a contratação, inicia-se um processo de assédio – pelo corpo gestor e colegas de trabalho, além de diversos tipos de transfobia velada que tornam o ambiente laboral pouco acolhedor (ANTRA, 2021, p.43).

Kesya permaneceu no emprego até ser demitida, o que aconteceu um ano e três meses após sua contratação. Quando indagada a respeito dos motivos que a levaram a continuar em um ambiente profissional que minava sua saúde mental, responde que o mais importante deles foi a aquisição de experiência, já que é ciente do quão difícil é para a pessoa trans se inserir no mercado de trabalho. Afirma que foi a primeira funcionária demitida no corte de funcionários ocorrido em março de 2021, mesmo havendo outros trabalhadores que não desempenhavam sua função com tanta presteza quanto ela, sendo “cheios de problemas”. A esse respeito, opina que a cisgeneridade desses funcionários foi determinante para mantê-los no emprego. Essa discussão será retomada em *Trabalho durante a pandemia*, a fim de aprofundar nos aspectos profissionais específicos decorrentes do contexto pandêmico.

Ao refletir sobre sua trajetória profissional, Rapha é enfático ao afirmar que nunca teve dificuldade para encontrar emprego e, quando indagado acerca de quais funções já desempenhou, expõe que trabalhou no Paraguai – aspecto que aprofundaremos em *Trabalhar em Foz do Iguaçu* – como motorista de aplicativo e em um escritório de dentista. Embora não tenha pormenorizado acerca de todas as atividades profissionais que já desempenhou, Rapha assegura que jamais sofreu transfobia no local de trabalho, seja por parte de chefe, colegas ou clientes. A respeito disso, cabe recorrer a Hartmann (2017, p.105), quando afirma que “parecer trans ou parecer cis também influencia nas oportunidades de trabalho (...) as normas de gênero operam então a favor daquelas que conseguem se adequar a elas.”

Julgamos que Rapha possui passabilidade, visto que afirma ter obtido reações de surpresa quando revelou ser um homem trans durante um *casting* de modelos. Adicionalmente, ponderamos que, embora seja trans, Rapha possui as características que Oliveira elenca como condizentes com o topo da hierarquia social ocidental. Nas palavras do autor:

A hierarquia máxima está destinada a homens (nascidos com a genitália tida como masculina), brancos, heterossexuais, monogâmicos, sem nenhuma deficiência (física ou mental), não empobrecidos, jovens, cristãos, ocidentais (2013, p.4).

Segundo Bento (2006), a sociedade brasileira tende a compreender a transgeneridade de maneira unívoca, como um “desvio” passível de diagnóstico e, a partir disso, apto a ser corrigido

através de intervenções estéticas. Subsequentemente, as identidades trans são “toleradas” desde que se adequem à cisnorma, respeitando o *continuum* sexo/gênero/sexualidade. Desse modo, embora não se possa exigir de pessoas transgêneras o explícito desejo de subverter essa normatividade (LANZ, 2018; VERGUEIRO, 2015), é possível afirmar que pessoas trans como Rapha não vivenciam no universo do trabalho as mesmas violências que Rose – transfeminina, bissexual, anarquista, de meia idade e criada durante a ditadura –, Milena – transfeminina e oriunda de um lar com problemas financeiros –, Kesya – travesti, preta e crespa –, e Matheus – transhomem que transicionou em seu local de trabalho.

Outro aspecto que exerce forte influência na vivência de pessoas transgêneras é o local em que vivem, dado que um ambiente mais tolerante possibilita maior flexibilidade em relação às normas de gênero, subsequentemente promovendo a autonomia dessa população (KANDO, 2016). À vista disso, no seguinte tópico trataremos da percepção que os entrevistados têm da região da Tríplice Fronteira – a qual compreende as cidades de Foz do Iguaçu/BR, Ciudad del Este/PY e Puerto Iguazu/AR – e como se relaciona com suas vidas profissionais.

5.2 TRABALHAR EM FOZ DO IGUAÇU

Segundo Cavatorta, Caldana e Campanha (2017, p.225), Foz do Iguaçu possui um “perfil industrial e de serviços, a partir da geração de energia elétrica e turismo, principalmente”. A construção da Itaipu na década de 70 contribuiu para a urbanização da região do Oeste do Paraná, anteriormente prioritariamente rural. Na década de 80, a região alcançou a média de urbanização do Estado e, nos anos 2000, chegou a apresentar taxas semelhantes às da região metropolitana de Curitiba e do Norte Central. De acordo Roseira (2006, p.72), a formação do Lago de Itaipu pela barragem da hidrelétrica “dragou municípios inteiros. Centenas de propriedades rurais foram desapropriadas e milhares de moradores foram deslocados para outras áreas”, o qual foi determinante para a concentração urbana da região.

A fim de minimizar os impactos negativos do empreendimento e fomentar a economia dos municípios às margens da represa, passou a ser fomentado o turismo na região, adotando-se um discurso de modernidade, energia limpa, proteção ambiental e sustentabilidade (ROSEIRA, 2006)

Especificamente pensando em Foz do Iguaçu, além da construção da Hidrelétrica de Itaipu, convém mencionar a influência das trocas transfronteiriças⁴² na economia local.

As interações espaciais entre Oeste Paranaense, Leste Paraguaio e Nordeste Argentino, não se dão somente por meio do vetor tecno-industrial, mas também com as particularidades das dinâmicas econômicas e comerciais locais. Uma das grandes características econômico-sociais local é a dependência do trabalho, do comércio, da indústria, bem como da condição de vida da população em relação ao intercâmbio transfronteiriço (ROSEIRA, 2006, p.110).

Nesse sentido, aspectos macroeconômicos como a variação cambial, quando ocorre a desvalorização do dólar, levam ao aumento do fluxo de brasileiros oriundos de todas as partes do Brasil, cujo objetivo é o turismo de compras em Ciudad del Este/PY, o qual repercute não somente no comércio daquela cidade, mas na área de hotelaria e serviços do município iguaçuense. Por outro lado, se há a desvalorização do real, o público estrangeiro passa a usufruir do amplo setor de serviços iguaçuense, frequentando locais como supermercados, farmácias, etc. (ROSEIRA, 2006)

Por sua vez, Lima (2011) menciona as Cataratas do Iguaçu como determinantes para a formação do relevante parque hoteleiro da cidade, a qual recebeu em 2015 o título de “Capital do Turismo do Estado Paraná” por meio da lei n. 18,641/2015.⁴³ Na síntese de Cury:

Nas TTI, as atividades econômicas dominantes são o turismo e a produção de energia elétrica, comandadas pelo poder da UHIB. As forças atuantes nestas TTI⁴⁴ se caracterizam pela produção de energia e o setor terciário, ou seja, pelas relações de poder, sobretudo as materialistas (2010, p.54)

Na perspectiva do autor, os vínculos que interligam a região trinacional ultrapassam o âmbito econômico ou político, constituindo-se em um espaço caracterizado por suas relações complexas. Diante disso, quando pensamos em Foz do Iguaçu não podemos negligenciar que o município se encontra em um território privilegiado de trocas, que vão do aspecto geopolítico ao simbólico.

⁴² Transfronteiriço é aquilo que atravessa fronteiras, a exemplo das relações que ocorrem na região da Tríplice Fronteira (CURY, 2010).

⁴³ Fonte: <https://www.comboiguassu.com.br/blog-em-foz-do-iguacu/lei-e-sancionada-e-foz-do-iguacu-e-a-capital-do-turismo-do-parana>. Acesso em 05 de dez. de 2021.

⁴⁴ A sigla TTI é adotada por Cury para se referir às “Territorialidades, Transfronteiriças do Iguassu”, nomenclatura que utiliza para aduzir às peculiaridades do contexto no qual se encontram Foz do Iguaçu/BR, Ciudad del Este/PY e Puerto Iguazu/AR.

Embasando-nos em Haesbaert (2010), falamos em território para evidenciar a necessidade de pensar a Tríplice Fronteira além do espaço físico, abrangendo as redes de relações econômicas, políticas e produtoras de subjetividade. Por sua vez, recorreremos a um conceito poliforme ao refletir sobre as fronteiras existentes nessa região trinacional, com sentido geográfico, político e simbólico, dando ênfase às maneiras pelas quais as vidas trans atravessam as fronteiras de gênero (VALE, 2005; STRYKER, 2017) e seus impactos para a população transgênera na cidade.

Sobre os aspectos laborais do município, Lima constata que:

(...) o movimento de trabalhadores que saem do Brasil em direção ao Paraguai não é apenas uma especificidade dos “laranjas” que, por sua vez, prestam uns serviços aos sacoleiros. Tampouco é um movimento que abarca apenas alguns bairros do município. Trata-se de uma verdadeira extensão do mercado de trabalho de Foz do Iguaçu, que ajuda que explica o baixo grau de formalização da cidade, quando comparada a outras de porte semelhante do Estado do Paraná (2011, p.142).

Esse movimento diário, no qual os sujeitos se dirigem a outro país com a finalidade de trabalhar ou estudar se chama *commuting*, típico de locais transfronteiriços como a Tríplice Fronteira, sendo um dos tipos de deslocamentos contidos no conceito de migração pendular (OLIVEIRA, 2012).

Ainda sobre os deslocamentos para o trabalho no município, Roseira (2006, p.133) complementa, dispondo que “cerca de oito mil pessoas que residem no lado brasileiro atravessam diariamente a fronteira para trabalhar em Ciudad del Este. Somam-se a este número mais 10 mil laranjas”. Outro aspecto que merece destaque é o trabalho ilegal, como o de sacoleiros e barqueiros, o qual aquece a economia de Foz do Iguaçu, gerando emprego indireto (KLEINSCHMITT; AZEVEDO; CARDIN, 2013), porém sustentado na precarização laboral e em práticas econômicas e comerciais arcaicas (ROSEIRA, 2006). Sobre esses aspectos da economia ilegal, Haesbart e Bárbara (2009, p.44) afirmam que, nas regiões transfronteiriças, as “redes atuam fortemente como formas de reinserção ou reinclusão diante do forte desemprego e da precariedade do trabalho”.

Refletimos que as práticas laborais iguaçuenses não podem ser compreendidas de todo sem abranger as atividades que, mesmo estando “às margens” da legalidade, adquirem relevância social e econômica tal que acabam subvertendo binômios como ilegal/legal e formal/informal. O discurso institucional iguaçuense de combate ao contrabando, descaminho e às atividades dos “laranjas” coincide com uma realidade local no qual está ao alcance de todos contemplar, em plena luz do

dia, a atuação desse mercado informal. Conforme expõe Maffesoli (1998), a raciovitalidade é a ciência de que o real ultrapassa a racionalidade moderna, motivo que nos leva a afirmar que o “quadro” – metáfora, novamente, tão útil! – da Tríplice Fronteira só pode ser absorvido ao constatar os aspectos simbólicos que fazem coexistir o controle e a evasão, o moderno e o precário. Nesse sentido, estudos como os de Cardin (2006) evidenciam o surgimento de subjetividades que reinterpretam o trabalho ilegal e informal, recorrendo a parâmetros próprios de justiça para explicar esse tipo de atividade.

Além da importância de compreender o universo do trabalho na Tríplice Fronteira sob uma perspectiva plural, no qual as relações de trabalho, muitas vezes, extrapolam a formalidade ou legalidade, enfatizamos a importância de levar em conta marcadores sociais de classe social, raça e gênero, visto que não é possível pensar nos trabalhadores como uma classe homogênea (HIRATA; KERGOAT, 1994). Por conseguinte, considerando as falas dos sujeitos entrevistados, diríamos que a população trans iguaçuense realiza em menor medida o movimento descrito por Lima (2011), não percebendo o Paraguai como extensão do mercado de trabalho iguaçuense. Dentre as pessoas com quem conversamos, apenas Rapha abordou o contexto fronteiriço de Foz do Iguaçu espontaneamente, relatando que trabalhou em Ciudad del Este por um tempo. A despeito de enfatizar diversas vezes que “os paraguaios o amam”, afirmou que o país é preconceituoso, perspectiva compartilhada por Matheus.

Observamos que a proximidade geográfica entre as cidades de Foz do Iguaçu/BR e Ciudad del Este/PY não minimiza a percepção do estrangeiro como alteridade, onde se recorre ao país vizinho com finalidade estratégica, sem existir um real entrosamento ou processo de identificação. Conforme Cury (2010, p.52), a região se trata de um “espaço que une culturas e povos, sociedades que apresentam os princípios sociais de forma integrada na sua diversidade, sem que se dispense o fato de que os brasileiros são brasileiros, paraguaios são paraguaios e argentinos são argentinos”.

À diferença do exposto por Lima (2011), a maioria dos entrevistados negou já ter se dirigido aos países vizinhos para buscar trabalho, revelando não ter cogitado essa possibilidade. Rapha, nesse sentido, foi a exceção, apresentando um relato bastante positivo do trabalho no Paraguai. Em Matheus, por sua vez, percebe-se uma motivação estritamente econômica para estudar em Ciudad del Este, reforçada por sua afirmação de que procurará trabalho apenas no Brasil quando se formar.

A seguir, sintetizamos as opiniões acerca do trabalho no contexto fronteiriço de Foz do Iguaçu.

Quadro 2 – Trabalho na Tríplice Fronteira

Entrevistado	Percepção sobre o tema
Kesyá	Teve contato com clientes estrangeiros em seu trabalho, acreditando que estes a tratavam melhor. Considera viver em Foz algo muito rico e não descartaria trabalhar em algum dos países vizinhos, especialmente pelo interesse em aprender o idioma espanhol.
Rose	Residiu em Foz por volta de 3 anos, na década de 90. Desempenhava sempre atividades “na noite”, acompanhada de amigas que, em suas palavras, eram “bem travestis”, o que lhe dificultava a abertura com certa parte do público. Por isso, não se dirigia aos países vizinhos, restringindo-se a Foz. Sua experiência com estrangeiros se deve principalmente ao período em que residiu na Europa graças a um relacionamento amoroso. Acredita que lá existe menos preconceito do que no Brasil, sendo mais fácil viver como mulher trans.
Milena	Nunca procurou emprego nos países vizinhos, tampouco tem conhecimento sobre estrangeiros trabalhando em sua escola.
Raphael	Trabalhou no Paraguai e gostou da experiência, embora afirme que o país é preconceituoso. Sonha em trabalhar como modelo em Dubai.
Matheus	Estuda no Paraguai, mas vai procurar emprego somente no Brasil. Teme o preconceito em Ciudad del Este.

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Notamos que o discurso acerca de países estrangeiros se modifica de acordo ao local em análise. Na percepção de Rose, a Europa é um lugar mais acolhedor para pessoas transgênero, onde é permitido viver de maneira mais digna. Por sua vez, Rapha fala do sonho de trabalhar em

Dubai como modelo, possivelmente desconhecendo a perseguição sofrida por pessoas trans nesse país.

Ao estudar as migrações trans e travestis, Vale (2005) expõe como a “Europa se apresenta como ‘sonho dourado’ de pessoas que cedo conheceram a injúria, a violência doméstica e encontraram na venda de serviços sexuais uma fonte de renda”. No entanto, atentos à lição de Maffesoli (1998) acerca de descrever o fenômeno em análise sem lhe atribuir explicações “a priori”, não observamos em Rose a visão romantizada da Europa descrita pelo autor. Apesar de ter atuado na prostituição desde a época “em que não poderia considerá-la um trabalho” – visto que era menor de idade – e de possuir uma trajetória de vida marcada pela exclusão e violência, Rose não apresenta uma perspectiva estereotipada ou idealizada da vida no exterior. Afirma, inclusive, que lá também existe preconceito, embora não tão intenso quanto no Brasil.

Entretanto, é possível problematizar que, em relação à Argentina ou Paraguai, Rose teve uma percepção de exclusão, demonstrando uma concepção distinta da que tem da Europa. Caberia problematizar se a proximidade geográfica com o Brasil lhe incitou temor de que “nossos” preconceitos também estivessem presentes nos países vizinhos, ou se o receio se deve ao estranhamento existente nas relações fronteiriças mencionado por Duque (2017a).

De modo diverso, na fala de Rapha temos silêncios estratégicos pelos quais se valorizam os aspectos positivos do país rico, a medida em que parece negligenciar-se o potencial dos locais tidos como subdesenvolvidos, a exemplo dos países vizinhos a Foz do Iguaçu. Silêncios, consideramos, semelhantes aos apontados por Duque (2017a) em sua análise acerca da percepção que os homens *gays* residentes na cidade de Corumbá/MS têm da capital carioca. Os relatos fornecidos ao autor descrevem uma Rio de Janeiro onde “as/os efeminadas/os não têm problema com a violência por preconceito de gênero e sexualidade”, afirmação que contraria todos os dados que se conhecem a respeito da violência nessa cidade.

À semelhança do observado por Duque (2017a), as características positivas de Dubai ressaltadas por Rapha entram em conflito com a realidade da violência direcionada a pessoas LGBTQI nesse local. Quanto à essa “dissidência”, lembramos de Maffesoli (1998, p.19) quando afirma que a sociedade é “também movida pela paixão e pela não-razão”.

No entanto, a valorização da fronteira como espaço de efervescência cultural é exposta na fala de Kesya, afirmando que não teria problemas em trabalhar em algum dos países vizinhos, inclusive demonstrando interesse por aprender o idioma espanhol. A questão do idioma também é

mencionada por Matheus, porém como obstáculo, requerendo o auxílio da namorada paraguaia para poder aprender a língua espanhola.

Enfatizamos que, embora se encontre em uma região de tríplice fronteira, a cidade de Puerto Iguazu/AR não foi mencionada pelos entrevistados. Segundo Kleinschmitt, Azevedo e Cardin (2013), esse município é o que possui menor expressão econômica na Tríplice Fronteira, encontrando-se em uma região pobre da Argentina, diferente de Foz do Iguaçu/BR e Ciudad del Este/PY, que são municípios economicamente relevantes para seus respectivos países. Similarmente, ao comentar a respeito das relações entre as três cidades que integram a Tríplice Fronteira, Roseira (2006, p.121) se refere à “pouca vitalidade econômica da pequena Puerto Iguazu”, a fim de explicar o potencial atrativo exercido por Foz do Iguaçu na região trinacional.

Outro aspecto que convém mencionar é que, à diferença do que acontece na fronteira entre Foz do Iguaçu/BR e Ciudad del Este/PY – onde as pessoas circulam de forma predominantemente livre, existindo pouca fiscalização –, do lado argentino da Ponte da Fraternidade⁴⁵ há um rigoroso controle migratório e de fiscalização, independente do horário. A 2 km de distância, a alfândega brasileira permite uma passagem praticamente livre em razão do reduzido efetivo disponível para fazer a fiscalização (WELTER, 2018).

Ao refletir acerca da invisibilidade de Puerto Iguazu nos relatos analisados, ponderamos que é razoável recorrer a estudos como os de Benvenuto (2016) e Grimson (2002), posto que problematizam a influência dos mecanismos de controle estatal na vivência dos sujeitos transfronteiriços. Para Grimson (2002), criam-se fronteiras simbólicas a partir dos entaves aduaneiros, os quais impedem que se viva a fronteira de fato.

Outro desdobramento analítico diz respeito à importância dos documentos pessoais para acessar ao lado argentino da fronteira. Conforme apontado pela ANTRA (2017, 2018) e pelas investigações de Pelúcio (2007), Bento (2017), Stryker (2017), Vergueiro (2015), entre outros, o acesso de pessoas trans à documentação pessoal não é o mesmo de pessoas cis por uma série de fatores. Em princípio, deve ser considerado que um número relevante da população trans se encontra em situação de extrema vulnerabilidade social, circunstância na qual predomina a indocumentação. Ainda, cabe mencionar que não são todos que dispõem de condições para retificar seus documentos junto ao registro civil, que ocasiona uma disparidade entre a identidade cotidianamente vivenciada pelo indivíduo e o nome registrado, gerando desconforto e

⁴⁵ Inaugurada em 20 de novembro de 1985, é a Ponte que liga os municípios Puerto Iguazú/AR e Foz do Iguaçu/BR.

constrangimento. Segundo a ANTRA (2018, p.101) a indocumentação, muitas vezes, se deve ao fato de que inúmeros transindivíduos “não se reconhecem nos nomes que lhes foram impostos em suas certidões de nascimento, em grave violação da identidade de gênero dessas pessoas”.

A seguir, transcrevemos versos escritos por Vergueiro (2015, p.140) e anexados à documentação para sua ação de retificação de registro:

Sem identidade,
 faço requerimentos ao sistema
 junto papéis e fotografias
 do que sou
 (sempre interpretado como 'o que quero ser')
 testemunhas que ululam
 meu gênero óbvio,
 autoidentificado,
 livre em sua dignidade
 humana

Maffesoli (1998) indica a linguagem metafórica como uma forma privilegiada de analisar a sociedade, visto que traz em si o simbólico inerente ao social, incapaz de ser captado pelo pensamento racionalista da modernidade. Nesse sentido, a linguagem poética de Vergueiro exprime a complexidade da vivência de quem tem sua existência negada por instâncias estruturantes da sociedade contemporânea ocidental, o “sistema jurídico-administrativo-médico” referido por Bonassi (2017, p.40). Os versos recorrem à antítese do ser/querer ser e à linguagem poética para enfatizar a incongruência vivenciada pela pessoa transgênera de ter que “provar” o que “já é”. O verbo “ulular” é empregado porque o “grito” da pessoa trans é triste, aflito. Nos versos da autora, observa-se que o gênero é sempre autoidentificado, livre e digno. Ainda assim, o eu-poético afirma-se “sem identidade” porque o sistema não o reconhece.

Ao ser indagada sobre como compreende o conceito “gênero”, Kesya enfatiza ser a identidade *autodeterminada* do sujeito, independente da sociedade acreditar que sua aparência não corresponde à identidade de gênero reivindicada. Sua perspectiva é similar à do eu-poético de Vergueiro, que se revolta pela necessidade de recorrer a fotos e testemunhas para afirmar sua existência. Embora tenha sido a única a mencionar a autodeterminação ao discutir sobre o conceito – Milena e Matheus associam gênero à classificação, por exemplo – é unânime entre os entrevistados o desejo de serem lidos e tratados de acordo ao gênero que reivindicam. Retomando a questão do controle aduaneiro na fronteira entre Foz do Iguaçu/BR e Puerto Iguazu/AR, acreditamos ser coerente afirmar que rígidos mecanismos de fiscalização limitam a circulação de

peças transgêneras, seja por problemáticas relacionadas à necessidade de documentação – indocumentação, documento não retificado, etc. – quanto aos aspectos subjetivos decorrentes das práticas de controle – hostilidade, ser percebido como *outsider*, transfobia etc.

Em adição, a pouca vitalidade comercial e econômica do município argentino pode ser um dos aspectos que desmotivam a população transgênera do *commuting*, uma vez que investigações sobre as práticas laborais transfronteiriças apontam que, dentre a população que se desloca ao exterior com finalidade profissional, a maioria se dirige ao Paraguai (CONTE, 2013).

No mais, em relação à Ciudad del Este/PY e Puerto Iguazu/AR, argumentamos que a percepção de Duque (2017a) acerca da fronteira se dá como local de produção de múltiplos sentidos – nos quais o Outro é marcado por “certa invisibilidade estratégica” – dentre os quais perscrutamos: local de diversidade cultural, de preconceito, de amizade, de vulnerabilidade, entre outros.

Além da percepção dos entrevistados acerca de trabalhar nas demais cidades que compõem a Tríplice Fronteira, debruçamo-nos à respeito da vivência profissional destes em Foz do Iguaçu, com ênfase em analisar como o mercado de trabalho iguaçuense recebe a pessoa transgênera.

Milena leciona para alunos do sexto ao terceiro ano em uma escola estadual, localizada na cidade de Foz do Iguaçu, desde 2009. Por ser docente de escola pública, seu processo de seleção ocorreu por meio de concurso público, nome dado aos “processos de seleção para contratação de funcionários públicos” (FONTAINHA; GERALDO; VERONESE; AIVES, 2015, p.673), certames que, no Brasil, mobilizam um mercado crescente, impulsionado pela busca de “inserção e permanência no mercado de trabalho” (ALBRECHT; KRAWULSKI, 2011, p.212).

Para melhor compreender a natureza do concurso público, leia-se a definição do jurista Marçal Justen Filho:

O concurso público é um procedimento conduzido por autoridade específica, especializada e imparcial, subordinado a um ato administrativo prévio, norteado pelos princípios da objetividade, da isonomia, da impessoalidade, da legalidade, da publicidade e do controle público, destinado a selecionar os indivíduos mais capacitados para serem providos em cargos públicos de provimento efetivo ou em emprego público (JUSTEN FILHO, 2014, p.912)

Por se orientarem com base em princípios legalmente estabelecidos, os concursos públicos estão muito menos sujeitos a arbitrariedades e abusos, o que se torna especialmente valioso quando se pensa no público LGBTQI, historicamente excluído de ocupar espaços e instâncias de poder.

No que tange à Milena, apesar de se encontrar dentro da reduzida parcela de pessoas trans que possuem ensino superior, quando se pensa no mercado de trabalho brasileiro, “as escassas ofertas de emprego parecem não corresponder às demandas derivadas da melhoria educacional da população” (ALBRECHT; KRAWULSKI, 2011, p.213). Portanto, ao ser aprovada no concurso público para docência, pôde deixar de lado o passado de rejeição profissional e passar a desfrutar da estabilidade do serviço público, “culminando” na segurança em se apresentar como “Milena”. Conforme frisa Codo (1996, p.39) “a estabilidade é uma vantagem do ponto de vista social, as pessoas dormem mais tranquilas sabendo que seu emprego lhe aguarda impávido na manhã seguinte”.

Lanz também aborda a conquista da estabilidade laboral por meio do serviço público, afirmando:

Só no serviço público a pessoa transgênera consegue ficar ilesa, se for ‘concurada’, é claro. O fato do servidor público possuir ‘estabilidade’ no emprego inibe a ação predatória de superiores e colegas preconceituosos (quase sempre a grande maioria...), embora não elimine a redução substancial de novas oportunidades de crescimento (2014, p.137)

Embora não exista iniciativa similar ao *Mapeamento das pessoas trans no município de São Paulo* no estado do Paraná, podemos partir dos dados apresentados por este documento para afirmar que Milena integra uma minoria dentro da população transexual, uma vez que a pesquisa expõe que apenas 2 % das pessoas transgêneras entrevistadas são funcionárias públicas (CEDEC, 2021, p.35).

Se, ao relatar situações nas quais lhe foi negado acesso ao mercado de trabalho, a história de Milena se assemelha aos diversos relatos encontrados no decorrer da revisão de literatura, o que expõe de seu cotidiano como professora chama atenção pela ausência de conflitos decorrentes de seu gênero. Citando apenas uma ocasião na qual foi desrespeitada por uma diretora, Milena faz questão de enfatizar que tem uma relação tranquila com os colegas de trabalho e alunos, os quais chegam a pedir para terem aula com ela.

Ao entrevistar professoras transexuais e travestis, Franco (2014) identificou as questões de respeito ao nome social e de uso do banheiro como as mais problemáticas. Contrariamente, em nenhum momento da conversa Milena se referiu a constrangimentos decorrentes dessas situações, mesmo quando indagada acerca dos pontos negativos de sua profissão. Quando responde, não

elencar nenhum ponto relacionado à transgeneridade, sendo enfática ao afirmar que se sente desrespeitada, mas como profissional docente.

O relato fornecido a Santos (2017) vai ao encontro dessa percepção. Embora tenha afirmado que viveu uma situação de discriminação em sala de aula – sendo chamada de “traveção do caralho” por um aluno – Milena atribuiu a conduta do estudante muito mais à dinâmica das relações entre professor/alunos do que ao preconceito.

Mas teve outros casos na escola porque os alunos não me xingam só porque eu sou trans. Eles xingam qualquer professora que contraria eles. Às vezes não é preconceito. Porque eu vejo assim se é uma professora gorda, negra e gorda aí eles xingam sua negra gorda, eles fazem pra ofender, né? (2017, p.301).

Diante disso, Milena situou esses eventuais embates como resultado da frustração estudantil, que se canalizaria através de xingamentos à figura docente, fazendo-se uso de um repertório de ofensas escolhido a partir das características específicas do professor em questão. Por esse motivo, a transfobia não foi identificada por Milena como motor do comportamento discriminatório. Ainda assim, foi enfática ao afirmar a atitude como inaceitável, expondo a Santos (2017) que os estudantes até “tremem” quando a vem, pois estão cientes de que não tolerará tais comportamentos.

Percebemos que coexiste em Milena a percepção de que a educação é importante, transformadora, aliada a um certo desânimo em relação à postura discente. Mesmo afirmando que se posiciona diante de agressões dirigidas à ela, o fato de expor que são coisas que “acontecem” denota uma normalização, situando o ambiente educacional como um espaço de saber, conhecimento, mas também de violências. Nesse sentido, concordamos com Louro (1997; 2000; 2004), quando afirma que não há neutralidade na escola, razão pela qual é relevante e necessário discutir a diversidade junto aos alunos.

Atualmente, Milena não fala de situações semelhantes, voltando suas preocupações para a desvalorização docente, sobretudo em face à atual situação política do Brasil. Quanto a isso, não menciona o contexto específico da cidade, limitando-se a expor que tem ciência de se encontrar em um espaço educacional privilegiado, com boa estrutura e “onde todos os alunos possuem celular”.

Dessa maneira, sua vivência como professora revela que, em Foz do Iguaçu, é possível transpor barreiras impostas pela cisnorma para conquistar espaços profissionais pelos quais podem

alcançar valorização e reconhecimento, o que se percebe tanto nas falas dos alunos, quanto na aproximação respeitosa de seus responsáveis. Acreditamos que a síntese de Franco e Cincillini pode ser aplicada à vivência profissional de Milena:

todas as professoras da pesquisa contam histórias de êxito e reconhecimento profissional. Associado a essas histórias, relatam o desencadeamento de processos de subversão e de abalo de valores, normas e crenças. Na verdade, contam de resistências, intencionais ou não, que desencadeiam possibilidades de estruturação de novas formas de ensino e aprendizagem no que se refere às questões de gênero e de sexualidades. Confirmam que a escola consiste num dos espaços possíveis de efetivação do direito de constituírem-se como humanos (FRANCO; CICILLINI, 2015, p.343)

Ao falar de sua trajetória profissional, Kesya expôs como a promessa de um local de trabalho respeitoso e inclusivo não se concretizou, dando lugar a um ambiente profissional tóxico, no qual seus pronomes eram desrespeitados com o pretexto de que “ainda estavam se habituando”. No entanto, se pensarmos na capacitação profissional de Kesya dentro do Projeto Trilha Jovem⁴⁶, vislumbramos uma experiência positiva, muito elogiada por ela. O Projeto Trilha Jovem é uma iniciativa do Polo Iguassu voltada à capacitação profissional do público jovem – de 16 a 24 anos – oriundo de famílias cuja renda não ultrapasse três salários mínimos, que tenha estudado – ou estude – em escola pública e que seja residente de Foz do Iguaçu. Atento ao perfil econômico da cidade, o projeto busca inserir os jovens nos setores de turismo e comércio, possibilitando optar pelas áreas de: Eventos, Hospedagem, Comércio e Turismo & Atendimento. Além do Polo Iguassu, a Itaipu Binacional e a Prefeitura de Foz do Iguaçu são parceiros da iniciativa, a qual almeja:

(...) que o jovem desenvolva sua autonomia na busca por oportunidades no mercado de trabalho, somando assim aos esforços da equipe, que realiza contato com as empresas potenciais de contratação durante o período de execução do projeto. Assim, os jovens tornam-se co-responsáveis em sua inserção profissional e o aprendizado transforma-se em protagonismo. Mais que um projeto social, a metodologia promove uma reflexão e transformação para a vida!⁴⁷

De acordo a seu endereço eletrônico, o Polo Iguassu atua desde 1996 em ações e projetos voltados ao desenvolvimento da região trinacional, sendo uma associação privada sem fins

⁴⁶ Fonte: <https://poloiguassu.org/trilhajovem/>. Acesso em 07 de dez. de 2021.

⁴⁷ Fonte: [Processo Seletivo - Trilha Jovem Iguassu 2022 \(poloiguassu.org\)](https://poloiguassu.org/Processo%20Seletivo%20-%20Trilha%20Jovem%20Iguassu%202022). Acesso em 04 de dez. de 2021.

lucrativos que, por seu caráter de “entidade trinacional”, segue à legislação brasileira em Foz do Iguaçu/PR, à argentina em Puerto Iguazu/AR e à paraguaia em Ciudad del Este/PY.

Encontramos mais informações acerca do projeto na página *web* da Itaipu Binacional, em que se lê:

a iniciativa propõe a transformação individual, dando aos participantes a oportunidade de idealizar um projeto de vida, considerando todas as habilidades, atitudes e conhecimentos, mobilizados para a construção de uma postura cidadã, responsável, sob o ponto de vista da autopreservação física e sexual, educação financeira e empreendedora e a consciência ambiental, considerando o jovem capaz de escolher e investir no seu caminho profissional.⁴⁸

Tendo em vista nosso enfoque nas questões de gênero e sexualidade, além de laborais, problematizamos a inclusão da “autopreservação física e sexual” entre os pilares da Trilha Jovem. Ao elencar essa característica junto às demais valorizadas pelo Projeto, poderia ser problematizado o modo em que pessoas LGBTQI são recepcionadas pela iniciativa, uma vez que a sociedade cissexista tende a associar essa população com a promiscuidade. A título de exemplo, expomos as reações obtidas por Duque a seu projeto de extensão intitulado “Encontros de Leituras Sobre Gênero e Sexualidade”:

Uma das participantes, quando disse que iria ao encontro no sábado, ouviu de uma amiga em sala de aula: “não toque em mim na segunda-feira!”. Outra, ao ter a recusa de uma amiga em acompanhá-la, escutou: “O que o meu marido irá pensar?”. Outra, disse justificando-se: “Não fui porque meu pai não deixou quando soube do tema” (2017b, p.28).

Identificamos, nessa descrição, uma perspectiva de cunho higienista, pela qual a sexualidade é percebida sob um enfoque regulador e moralizante. Segundo Altmann (2001), as abordagens educativas voltadas para a sexualidade costumam focar na autorregulação dos sujeitos. Em consequente, compreendendo que os dispositivos pedagógicos podem “ser pensados como constitutivos de subjetividades” (*ibid*, p.578), torna-se possível questionar que a Trilha Jovem parece aduzir a uma concepção conservadora de gênero e sexualidade, pela qual estariam excluídos aqueles que a subvertem.

⁴⁸ Fonte: <https://www.itaipu.gov.br/responsabilidade-social/trilha-jovem>. Acesso em 03 de dez. de 2021.

Feitas essas problematizações, cabe salientar que a experiência positiva de Kesya rompe com as expectativas geradas por meio da informação disposta na *web*, revelando uma postura de inclusão por parte da iniciativa. Nesse sentido, embora Foz do Iguaçu não conte com projetos especificamente voltados para a inserção profissional de pessoas trans – a exemplo da Transempregos, a qual já mencionamos – a Trilha Jovem se situa como uma ação relevante para a capacitação profissional do público trans da cidade.

Outro aspecto que convém destacar é o apoio obtido por Kesya da direção de um importante centro comercial de Foz do Iguaçu para lidar com a violência transfóbica sofrida por seu colega. Embora não se possa saber como seria, de fato, a abordagem do shopping ao segurança que teve atitudes transfóbicas, o acolhimento fornecido a Kesya e ao ofendido permitem considerar que não nos encontramos em um cenário unânime de transfobia, existindo manifestações no sentido de valorização das identidades LGBTQI.

Os relatos de Milena e Rapha parecem apontar no mesmo sentido. Segundo a professora, somente uma vez sentiu que foi ofendida devido à sua identidade trans, situação que não se repetiu pois tomou as medidas cabíveis. Sua convivência, complementa, é harmônica com os colegas e alunos, não sendo questionada por sua transgeneridade. Destacamos a seguinte mensagem de Milena, enviada durante nosso primeiro contato por WhatsApp.

Quem quer lecionar, quem quer viver, sendo ofendida, entende. Mas, digo ofendida pela sociedade, por ser professora, não por ser trans, entende. Ser trans não é um empecilho, até me ajudou muito mais (MILENA, chat).

Quando comenta sobre sua vivência como professora, em nenhum momento o fato de ser trans aparece como um obstáculo. Ao contrário, observamos nela a valorização da transidentidade, perspectiva compartilhada por todos os entrevistados, os quais, mesmo cientes do preconceito que ainda acomete a população trans, posicionam-se com orgulho, não mencionando qualquer desejo de passar por cisgênero. Inclusive no caso de Matheus, sua intenção de ocultar a identidade trans no ambiente de trabalho se deve muito mais à falta de segurança e preconceito ainda existentes na sociedade do que à valorização da passabilidade. Em suas palavras:

Um homem trans claro que nunca vai ser um homem cis, digamos, totalmente, entendeu? Mas, pelo menos eu...Falo por mim...Eu não luto pra falar 'nossa, sou um homem cis'. Luto pela minha classe, claro, pelo meu grupo de pessoas (MATHEUS, voz).

Durante o *casting* de modelo, Rapha não hesitou em falar sobre sua transgeneridade, chegando a ser parabenizado por sua transição e pela sua coragem. Nesse sentido, embora falas como as de Matheus problematizem a necessidade de validação externa à sua identidade de gênero – expondo que “quando se conheceu já tomou a decisão e não pediu muita ajuda” e, em outro momento da entrevista, complementando que “em nenhum momento você tem que ficar falando da sua vida” quando se é cisgênero – relatos como os de Rapha dão a conhecer uma realidade distinta à vivida por Rose em sua adolescência e juventude. Vai se revelando um cenário no qual a transfobia ainda é presente, mas também onde surgem demonstrações de respaldo à diversidade. Pois, mesmo que Rapha nunca tenha sofrido transfobia nos locais de trabalho, a exclusão por parte da família ainda significa a perda de uma importante rede de apoio.

Similarmente ao constatado por Kando (2016), notamos que a passabilidade deixou de ser um objetivo, embora falas como a de Rapha – que se inspira em Caio Castro e Pedro Scooby, ambos homens cisgêneros dentro do que a sociedade considera como padrão – revelem que ainda não pode deixar de se refletir sobre a influência que o padrão cisgênero exerce sobre essa população.

Convém recorrer a Vergueiro (2015, p.149), quando pontua a importância de analisar a passabilidade como “uma categoria útil de análise para vivências nas diversidades corporais e de identidades de gênero, tanto como uma exigência cisnormativa, como uma estratégia possível de resistência a cissexismos em determinados contextos”. Por conviver pacificamente com os pais, colegas de trabalho e demais pessoas de sua comunidade, Milena demonstra uma construção corporal onde a vaidade de frequentar a academia e usar maquiagem convivem com o desejo de se preservar “natural”. No entanto, o que poderia ser interpretado como vontade de “passar” – já que ela mesma demonstra saber que é uma mulher bonita – revela-se, por meio de suas falas e constatações, apenas como a busca de atingir uma estética que lhe agrada, de “seios naturais” e sem nada que seja “para sempre”, como tatuagens. Em suma, não há, para Milena, necessidade de recorrer à passabilidade como estratégia.

Contudo, retomando a conversa que Milena teve com Santos (2017), observamos que ela também se orienta por um padrão de beleza cisnormativo, podendo ser enfatizadas as passagens onde comenta que quase se chamou Gisele, dada a admiração pela *ubermodel*. Na época, chegou a ser criticada por outras amigas trans graças aos seus comentários incisivos acerca do padrão

estético que considerava adequado. Atualmente, Milena demonstra ciência de que sua aparência a privilegia, não ocorrendo o mesmo, por exemplo, com pessoas trans negras, argumento que se assemelha a Vergueiro (2015), quando problematiza acerca da influência dos marcadores sociais no “ser passável”.

A passabilidade também aparece na fala de Rose, quando comenta que nunca se dirigiu aos países vizinhos porque “andava” com amigas “bem travestis”, o que nos leva a acreditar que isso influi nos regimes de mobilidade. A partir do exposto pelos entrevistados, verifica-se que, apesar de considerarmos uma tendência de abertura da cidade em relação à população trans, tecnologias de gênero (PRECIADO, 2014), como a passabilidade, ainda são uma maneira eficaz de se proteger contra agressões no contexto laboral. Ainda, tendo em mente as reações obtidas por Rapha quando expôs sua transgeneridade, concebemos a passabilidade como característica que influi na “aceitação” da pessoa trans, indo ao encontro do exposto por Bento (2006), quando disserta acerca do transexual tolerado pela cisgeneridade.

Em consequente, defendemos que, apesar da valorização da identidade trans por parte dos entrevistados e da tendência à aceitação constatada em Foz do Iguaçu, ser transgênero ainda é um recorte social que dificulta o acesso ao trabalho na cidade. No caso de Milena, apenas por meio da estabilidade do concurso público pôde se inserir no mercado de trabalho. Matheus, por sua vez, pretende não revelar que é trans ao procurar atividade profissional. Kesya sofreu transfobia por parte de clientes e colegas. Quando residiu em Foz, Rose limitava-se a frequentar “a noite” por sempre estar em companhias “bem travestis”. Rapha, por fim, atribui sua facilidade em conseguir trabalho ao fato de ser filho de “uma pessoa bastante conhecida”, tendo ciência de que pessoas trans costumam desempenhar funções socialmente tidas como de menor prestígio.

5.3 TRABALHO NA PANDEMIA

Conforme previamente comentado, esta investigação se dá durante uma crise de saúde pública em escala mundial. Além das milhares de mortes decorrentes da infecção pelo vírus Sars-Cov-2, a pandemia acarretou impactos econômicos, políticos e sociais, agravando as desigualdades já existentes. Consequentemente, ao refletir acerca do contexto pandêmico, urge compreender que nem todos são afetados da mesma maneira.

Os marcadores de gênero, raça, classe e sexualidade, não somem quando uma pandemia começa, a invisibilidade já presente agora corrobora para a diferença latente no número de mortes quando um marcador é aplicado. Nesse sentir, é sabido que o Brasil carrega gigantesca herança de opressões, que se faz mais evidente em grandes calamidades, e se faz pensar em como é possível falar de isolamento social para uma população em situação de rua e/ou que vive em localidades de extrema pobreza, por exemplo (DOURADO; GOMES; SOUZA, 2021, p.2).

Kauss et. al. (2021) compartilham de perspectiva semelhante, afirmando a relevância da abordagem interseccional para compreender as violências que atingem as minorias sociais em um contexto de pandemia. Pensando nos processos de exclusão aos quais a população trans brasileira é submetida – sobretudo quando se trata de pessoas transfemininas, pretas e de baixa renda (BENTO, 2017) – é razoável concordar com Duarte (2021), quando dispõe que a pandemia agravou as consequências de uma necropolítica que já se encontrava em atuação. Esse conceito, cunhado por Mbembe (2018) para falar da gestão desigual da vida e da morte – pela qual as instâncias de poder direcionam sua atenção apenas aos corpos não considerados matáveis –, em muito auxilia a refletir acerca da realidade da comunidade trans brasileira e de sua luta por acesso a direitos básicos e, conforme destaca Vergueiro (2015, p.35), por “reconfigurar e enfrentar as próprias estruturas de produção destas categorias, entendendo os interesses que possam permear tais processos produtivos”.

Em princípio, cabe a reflexão de Dourado, Gomez e Souza (2020) a respeito do que se compreende como casa/lar e de suas implicações para a comunidade trans. Ao analisarem a recomendação de isolamento social domiciliar – medida encorajada pela Organização Mundial da Saúde para combater a disseminação do vírus –, os autores problematizam a compreensão heterocentrada de “lar”, dado que a realidade vivida por relevante parcela da população transgênera brasileira não dispõe no lar um espaço de compreensão e acolhimento, considerando-se as opressões contidas no modelo patriarcal de “lar” e família. “Lar” remete à segurança, em oposição aos perigos da “rua”. Contudo, essa percepção ignora que existem sujeitos os quais experimentam violências tão graves dentro de casa que optam pela “rua” como válvula de escape. Rose, por exemplo, revelou-nos que, dentro de casa, era constantemente agredida e vigiada, razão pela qual abandonou seu “lar” durante a adolescência.

Nesse sentido, para quem não possui um “lar”, cabe a “rua”, tanto como metáfora de libertação quanto como um espaço no qual se desempenham as atividades que trazem o sustento. Se Pelúcio (2007) expõe a relevância das categorias dia e noite para as travestis, pensar o lar e a

rua como categorias de análise leva à problematização acerca de a quem é permitido o isolamento social. Portanto, a recomendação de “ficar em casa” traz em si sentidos que ultrapassam os das ciências biomédicas, aludindo a aspectos como estabilidade financeira, acolhimento familiar, moradia fixa, segurança alimentar, etc.

O espaço da rua é especialmente relevante para transindivíduos que desempenham trabalho sexual, fonte primária de renda para considerável parcela da população transgênera brasileira. De acordo a levantamento da ANTRA (2020), por volta de 90% da população transfeminina brasileira depende da prostituição para se manter, razão pela qual foi compelida a continuar desempenhando suas atividades a despeito das recomendações de distanciamento e isolamento social. Constatamos que a afirmação de que a prostituição trans não se trata de uma escolha – percepção predominante entre nossos entrevistados a respeito do trabalho sexual – se evidencia durante a pandemia, dado o incremento do risco de uma atividade que já se considerava perigosa antes da crise sanitária. Assim, afirmamos tendo em mente que os mapeamentos anuais da ANTRA (2021) sobre violência transfóbica indicam que a maioria das vítimas de homicídio correspondem a transexuais e travestis prostitutas e negras.

Não foi apenas o trabalho sexual que se viu afetado pela pandemia. Antunes (2020b) enfatiza que toda a classe trabalhadora se encontra em um “fogo cruzado”, sabendo que deve se resguardar, mas precisando ir às ruas para buscar o sustento.

Na mensuração referente ao primeiro trimestre de 2020, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentou uma intensificação das condições de vida desumanas da classe trabalhadora: atingimos o contingente de 12, 9 milhões de desempregados, sendo que a informalidade atingiu 40 %, com aproximadamente 40 milhões de trabalhadores e trabalhadoras à margem da legislação social protetora do trabalho (ANTUNES, 2020a, p.24).

O autor também destaca a “divisão sociossexual e racial do trabalho”, a qual acarreta que os efeitos da crise atinjam sobremaneira aos trabalhadores que já se encontravam em situações precárias antes da emergência de saúde a nível global. Para respaldar seu argumento, o autor traz o triste relato da morte de Cleonice Ribeiro, trabalhadora doméstica negra que contraiu Covid-19 de sua patroa branca, a qual lhe ocultou que estava infectada. A partir disso, o teórico questiona: como ficarão em isolamento social (...) aqueles que não têm direitos sociais e que recebem salários somente quando executam algum trabalho? (ANTUNES, 2020b, p.14).

A “ausência de uma estratégia nacional unificada” de enfrentamento ao coronavírus, aliada à postura governamental incentivada pelo chefe de Estado, na qual se minimizam os impactos humanos e sociais da pandemia – Antunes (2020b) chega a afirmar que o Brasil vive a “autocracia” de Bolsonaro – a fim de cumprir uma agenda econômica liberal, submetem a classe trabalhadora ao discurso de trabalhar para “não deixar a economia morrer” (BARRETO, 2020, p.40). Os reflexos práticos disso resultam na disseminação de *fake news* relacionadas ao vírus e às medidas de prevenção, resistência à vacinação e às recomendações de uso de máscara, fatores os quais, aliados à desigualdade social brasileira, conduziram o Brasil a um cenário de guerra, chegando a registrar, em fevereiro de 2021, o maior número diário de mortes em todo o mundo (CAVALCANTE, 2021).

Em Foz do Iguaçu, por exemplo, os impactos da crise econômica geraram manifestações de empresários locais durante os períodos de *lockdown* impostos pelo município. Faixas pretas dispostas em pontos comerciais da região central ostentavam os dizeres “Luto pelo emprego: e aí prefeito? #lockdown também mata”, refletindo a insatisfação dos comerciantes com as medidas de isolamento adotadas para combater a pandemia. Tal descontentamento culminou com a impetração de mandado de segurança⁴⁹ da Associação Comercial e Empresarial de Foz do Iguaçu em face do prefeito do município, sob argumento de que estaria cometendo ilegalidade ao obstar o “direito de ir e vir” através das restrições impostas ao funcionamento do comércio local. Não obstante, a petição inicial foi indeferida pelo magistrado com fulcro no art. 10 da Lei 10. 016/2009, sendo extinta sem o julgamento de mérito⁵⁰, uma vez que se considerou a falta de prova a corroborar a afirmação de violação de direito líquido e certo, não se entendendo a adoção de medidas de distanciamento por parte do prefeito como suficiente para confirmar a lesão. No mais, o magistrado frisou que, em concordância ao julgado pelo STF⁵¹, cabe exclusivamente ao gestor municipal elaborar políticas de enfrentamento à crise sanitária e econômica, não havendo violação ao direito

⁴⁹ Mandado de segurança é um remédio constitucional que visa amparar a defesa de direito líquido e certo, ou seja, aquele comprovado em documento. Fonte: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/mandado-de-seguranca>

⁵⁰ Mérito é o ponto central da demanda, razão pela qual uma sentença que não julga o mérito é a que não discute o tema que dá origem ao pleito. Fonte: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/decisao-liminar-x-sentenca-de-merito>

⁵¹ O Supremo Tribunal Federal decidiu de modo unânime que existe competência concorrente entre Estados, Municípios e União nas ações de combate à pandemia, sendo garantida a autonomia de todos os poderes. Fonte: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2020/04/16/stf-reconhece-competencia-concorrente-de-estados-df-municipios-e-uniao-no-combate-a-covid-19>

de ir e vir graças à inexistência de direitos absolutos, o qual demanda que seja empregada a proporcionalidade na análise de cada situação em concreto (FOZ DO IGUAÇU, 2020).

Figura 3 – Protestos contra o lockdown



Fonte: <https://foz.portaldacidade.com/noticias/cidade/empresarios-criam-campanha-luto-pelo-emprego-em-protesto-a-um-novo-lockdown-4606>

Em suma, “a despeito da inquestionável supremacia da vida sob os interesses econômicos, é imperativo reconhecer os efeitos nefastos do distanciamento social sobre o ritmo de realização da atividade socioeconômica e seus desdobramentos sobre o emprego e a renda” (RISATTO; GUIMARÃES, 2020, p.3).

A fim de minimizar tensões conforme a relatada – e atendendo à demanda dos movimentos sociais e de parcela do Congresso (CAVALCANTE, 2021) –, o governo federal implementou o benefício do Auxílio Emergencial por intermédio da lei n. 13.982, de 2 de abril de 2020, com os seguintes critérios de concessão: idade superior a dezoito anos, não ter emprego formal, apresentar renda familiar mensal não superior a meio salário mínimo por pessoa e possuir um CPF regular e ativo junto à Receita Federal (Brasil, 2020). O valor do auxílio – correspondente a 600 reais mensais, podendo chegar a 1200 reais na circunstância específica de famílias cuja principal provedora é mulher, com filhos dependentes – seria pago, inicialmente, por período de três meses. Porém, diante da gravidade dos impactos socioeconômicos da pandemia, acabaram sendo pagas nove parcelas do benefício em 2020, correspondendo cinco destas ao valor integral do Auxílio e quatro à metade dessa quantia.⁵²

⁵² Fonte: <https://www.camara.leg.br/noticias/727122-projeto-prorroga-auxilio-emergencial-ate-dezembro-para-quem-ja-tinha-direito-no-ano-passado/>

Sobre o benefício, Arruda e Santos (2020) analisam que cumpriu papel importante na manutenção da renda dos trabalhadores, minimizando os prejuízos sofridos por estes, mas falhando em alcançar “efetivamente a todos os indivíduos em condição de vulnerabilidade econômica”. Para respaldar esse ponto de vista, os pesquisadores abordam a realidade da população trans, a qual acaba não podendo acessar o benefício por não possuir documentos pessoais correspondentes à sua identidade de gênero. A ANTRA (2021) estima que 70 por cento de sua população não obteve êxito em acessar as políticas estatais de auxílio, resultando em diminuição considerável de sua renda.

Dentre os entrevistados, apenas Rose mencionou o Auxílio Emergencial, afirmando que não conseguiu sacá-lo, assemelhando-se ao cenário descrito pela ANTRA:

Estimamos que cerca de 70% da população trans não tenha tido acesso às medidas emergenciais ou auxílio por parte do Estado, devido a questões como falta de documentação, acesso à internet e meios tecnológicos insuficientes, assim como dificuldade no preenchimento do cadastro, que sequer contava com campo para o uso no nome social, causando assim a exclusão de uma parcela significativa de nossa população da possibilidade de acesso a política insuficiente que foi disponibilizada pelo estado (ANTRA, 2020, p.44)

À vista disso, muitas pessoas trans tiveram que retornar às casas de familiares, assim ficando sujeitas a uma sobrecarga psicológica e emocional (ANTRA, 2020), visto que enfrentar transfobia no convívio familiar é uma realidade vivida pela comunidade e que contribui diretamente para sua expulsão informal (BENTO, 2017) do espaço escolar e, conseqüentemente, pouca qualificação profissional. Por fim, a pandemia também afetou o já precário acesso à saúde de travestis e transexuais, impedindo-as de obterem atendimento para demandas que ultrapassam o âmbito da Covid-19, tais quais hormonioterapia, intervenções cirúrgicas, atendimento psicológico, etc. (DOURADO; GOMES; SOUZA, 2020).

Nossos entrevistados também se viram afetados pela pandemia. A fim de sintetizar o modo como a crise de saúde repercutiu em sua situação laboral, elaboramos o seguinte quadro:

Quadro 3 – Reflexos da pandemia na vida profissional dos entrevistados

Entrevistado	Síntese da percepção sobre o tema
Rapha	Abriu mão do trabalho em Ciudad del Este pois o acesso ao país vizinho se tornou muito difícil graças às medidas sanitárias de distanciamento social adotadas pelos países durante a pandemia.
Kesya	Teve as horas reduzidas devido à pandemia, vindo a ser demitida em um corte de funcionários.
Matheus	Ainda não enviou currículos vitae porque deve regulamentar alguns documentos, o que se tornou mais difícil pela questão da pandemia.
Rose	Teve que fechar seu estúdio de tatuagem.
Milena	Aderiu ao ensino remoto.

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Constatamos que, em maior ou menor grau, todos tiveram sua situação laboral impactada pelo contexto pandêmico, sendo que quatro dos sujeitos se encontravam desempregados no momento da entrevista. No entanto, Kesya e Rose culpam a transfobia e não à pandemia por se encontrarem desempregadas.

Rose atuava como tatuadora junto à uma menina cisgênero em estúdio próprio na cidade de Paranavaí/PR⁵³ no momento em que começou a crise sanitária. Pela natureza de sua atividade – a qual requer contato físico próximo e na qual se lidam com fluídos corporais –, teve que fechar o local, ficando sem sua principal fonte de sustento e passando a depender financeiramente de sua companheira. Porém, apesar de admitir que a profissão de tatuadora oferece mais riscos na atual conjuntura, julga que a transfobia influenciou no fechamento de seu estúdio, dada a frequência com que foi alvo de falsas denúncias que a levavam a ser vistoriada pela Vigilância Sanitária

⁵³ Conforme explicado no Capítulo 3, Rose foi selecionada para participar da pesquisa pois já residiu em Foz do Iguaçu, razão pela qual entendemos que a cidade faz parte de sua trajetória de vida e profissional. Embora atualmente resida no município paranaense de Paranavaí, consideramos ser relevante discorrer sobre sua vivência como tatuadora nessa cidade, especialmente em face à crise sanitária atual, a fim de compreender as maneiras pelas quais a vida profissional de pessoas trans está sendo impactada pela pandemia.

constantemente. Essas fiscalizações, explica, aconteciam inclusive fora do horário de funcionamento do estúdio, em uma abordagem que lhe parecia ostensiva e abusiva.

A fim de obter mais informações acerca dos procedimentos adotados pelos fiscais sanitários do Paraná na fiscalização dos estúdios de tatuagem em caso de denúncia, pedimos auxílio de uma amiga – a qual atuou como Doc, dada sua proximidade com diversos profissionais da tatuagem iguaçuense – para que indagasse aos tatuadores a respeito disso. Leia-se a resposta de um deles:

Chega de supetão. Mas só se houver algum tipo de denúncia. Tem a vistoria de alvará e tudo mais...Mas depois dessa do alvará, só vai se tem denúncia (TATUADOR 1, chat).

Graças à utilização do recurso de mensagens Direct da rede social Instagram, pudemos solicitar à Doc que realizasse os seguintes questionamentos complementares: *Se tiver denúncia, eles avisam que vão passar ou não? E, quando eles passam, é no horário de funcionamento do estúdio ou após o fechamento, tipo a noite?*

Não avisa, né. É denúncia. Não tem aviso prévio. Eles só funcionam em horário comercial mesmo (TATUADOR 1, chat).

A Tatuadora 1 respondeu que “não sabia” como ocorreria essa abordagem, assim como o Tatuador 2, quem afirmou jocosamente “nunca nem vi”, remetendo ao fato de nunca ter sido denunciado. No caso em análise, ambos desconhecem como seria a abordagem da Vigilância nesses casos, pois nunca enfrentaram empecilhos no exercício de sua atividade profissional.

Ainda sobre o tema, o Tatuador 1 suplementou:

Porque, tipo, esses caras dão muita brecha para que exista o famoso “cafézinho”, saca. Então, existe um buraco bem mais fundo nisso aí também. Só polêmica kkk (TATUADOR 1, chat).

Diante da incerteza acerca do significado de “cafézinho”, pedimos esclarecimentos por meio da Doc, momento no qual viemos a saber que o termo quer dizer “suborno”, “propina”, “uma graninha extra” solicitada por alguns fiscais para não multarem ou para que não apareçam “de supetão”.

Por fim, a última resposta obtida foi a seguinte:

A primeira vistoria é marcada, só chega de supetão se houver denúncia (TATUADORA 2, chat).

Ao todo, quatro tatuadores iguaçuenses responderam às indagações da Doc, sendo dois homens e duas mulheres, todos cisgênero. Dentre as respostas obtidas, são particularmente reveladoras as falas do Tatuador 1, o qual afirma que a fiscalização não ocorre fora do horário comercial, além de apontar a existência de agentes que atuam fora da legalidade. Desse modo, as condutas descritas por Rose, mesmo ocorrendo em um município paranaense distinto, revelam um tratamento que foge à regularidade dos agentes da Vigilância Sanitária, razão pela qual adquire força seu argumento de que foi tratada com transfobia.

Kesya, por sua vez, considera que se deve à transfobia o fato de ter sido a primeira a ser demitida no corte de funcionários efetuado pela Burger King durante a pandemia. Em sua visão, a empresa optou por manter diversos funcionários “cheios de problemas”, pautando-se apenas na cisgeneridade destes, não adiantando que sempre tivesse sido uma boa funcionária, cumprindo seu trabalho com presteza. A constatação de Kesya corrobora a preocupação da ANTRA (2021) com a questão da inserção e *permanência* de transindivíduos no mercado de trabalho, uma vez que a realidade atual leva às empresas a optarem pela demissão da pessoa trans quando confrontadas com situações de transfobia.

Acerca de sua rotina de trabalho durante a pandemia, Kesya expõe que, em março de 2020, diminuíram a carga horária dos trabalhadores e chegaram a paralisar as atividades, retomando no mês de junho com horário diminuído, excetuando os períodos em que houve *lockdown* na cidade. Para ela, essa rotina era especialmente extenuante, pois mora longe do *shopping* que abriga a empresa na qual trabalhava, razão pela qual tinha que sair de casa cedo e retornar bastante tarde. Afirma que chegava uma da manhã e conseguia dormir apenas às três, quatro horas da madrugada, já que precisava realizar outras atividades, como comer, tomar banho, etc.

Em sua investigação, Hartmann (2017) constata que o destino profissional predominante para transexuais e travestis é desempenhando funções com baixa renda, precarizadas e instáveis. Pela rotina extenuante de trabalho que enfrentava, inclusive levando Kesya a abandonar os estudos por incompatibilidade de horário, e pela constante exposição ao sofrimento mental e estresse decorrentes do ambiente transfóbico, acreditamos ser possível afirmar que ela se enquadra na descrição feita pela autora, porém com importantes ressalvas.

Em princípio, cabe destacar que Kesya pôde se capacitar profissionalmente por meio do projeto iguaçuense Trilha Jovem, vindo a descobrir satisfação e realização nas atividades de atendimento ao público, razão pela qual se candidatou à vaga no Burger King, quando soube através de uma amiga. Se não tivesse vivenciado a transfobia em seu contexto laboral, a atividade profissional exercida por Kesya, mesmo não se tratando de um trabalho socialmente considerado como prestigioso, poderia ter lhe propiciado orgulho e sensação de crescimento pessoal. Assim afirmamos, pois seu relato apresenta a transfobia como principal ponto negativo do trabalho no Burger King, razão pela qual não teria problemas em exercer a mesma função em outro local no qual seja respeitada.

À semelhança de Kesya, Rapha afirmou que não se encontrava trabalhando quando indagado acerca de sua atividade profissional atual. Relata que, quando começou a pandemia, trabalhava como vendedor em uma loja de informática em Ciudad del Este/PY, função da qual gostava por requerer que fizesse inúmeras viagens. Entretanto, o fechamento da principal via de acesso ao país vizinho – medida adotada pelo Paraguai para conter a disseminação do vírus – dificultou o deslocamento diário a Ciudad del Este/PY, levando-o a abandonar a atividade.

Além dele, Matheus cita o fechamento das fronteiras ao comentar que suas aulas da faculdade seriam remotas, situação que lhe trazia incerteza por não saber como seriam adaptados requisitos curriculares a exemplo das aulas práticas. Profissionalmente, afirma que os empecilhos decorrentes da crise sanitária dificultam a regularização de seus documentos provenientes de outro estado, resultando em sua impossibilidade de buscar atividade profissional.

O fechamento das fronteiras que ligam os países da Tríplice Fronteira gerou inúmeros reflexos sociais, sanitários e econômicos, conforme expõem Cristaldo et. al:

Las ciudades gemelas han enfrentado al virus del SARS-COV-2, con diferentes estrategias de sobrevivencia, que, en un futuro no muy lejano, les permita seguir adelante. Sin duda una de las ciudades que más ha resentido la crisis sanitaria ha sido Ciudad de Este, una ciudad que ha venido atravesando por una profunda crisis social, duramente agudizada al verse afectados en su economía (tras el cierre de fronteras) que depende en gran porcentaje del comercio fronterizo. A lo largo de estos meses Ciudad de Este se ha convertido no solo en el epicentro de la pandemia del Paraguay sino en el centro de las protestas sociales cuya principal demanda se ha centrado en la exigencia de la reapertura de frontera, también la asistencia social que garantice la seguridad alimentaria de las familias y el mejoramiento del sistema de salud (2020, p.86)

No mesmo sentido, Nogueira e Cunha (2020, p.19-20) consideram nossa Tríplice Fronteira como região fronteira “onde ocorreu o maior impacto socioeconômico da pandemia, em razão

da intensa mobilidade da população residente, de turistas, de migrantes e trabalhadores no transporte de cargas”. Desse modo, identificamos que a situação de Rapha vai ao encontro do exposto pelos autores, sendo um caso de *commuting* o qual teve de ser interrompido dado o contexto pandêmico e a decorrente interdição das fronteiras.

Diante disso, Rapha passou a atuar como motorista de aplicativo, atividade que desempenhava com prazer, especialmente pelas interações positivas com os passageiros. Divertindo-se, revela ter recebido até “cantadas” das meninas, afirmando também que sempre foi tratado pelos pronomes corretos.

Sobre esse tipo de trabalho, Antunes (2020a, p.27) identifica uma tendência capitalista à “simbiose entre trabalho informal e mundo digital” que se intensifica com a pandemia, especialmente dada a dificuldade enfrentada pela classe trabalhadora em se posicionar coletivamente contra os abusos diante da recomendação de isolamento social. Chamando-a de uberização do trabalho, o sociólogo enfatiza que essa tendência flexibiliza ainda mais os direitos da classe trabalhadora, “acentuando a desigual divisão sociossexual, racial e étnica do trabalho”.

Assim, o autor fornece a seguinte descrição acerca do trabalho uberizado:

Jornadas de trabalho frequentemente superiores a oito, dez, doze ou mais horas por dia, muitas vezes sem folga semanal; percebendo salários baixos; vivenciando demissões sem qualquer justificativa; arcando com os custos de manutenção de veículos, motos, bicicletas, celulares, equipamentos etc. – parece que começam a se desenvolver nos laboratórios do capital, múltiplos experimentos que podem ser generalizados, depois da pandemia, para um amplo leque de trabalhos, nas mais distintas atividades, intensificando o processo de escravidão digital (ANTUNES, 2020a, p.26).

O relato de Rapha não aborda os pontos enfatizados por Antunes (2020a) em sua explanação sobre a uberização do trabalho, focando nos aspectos positivos da atividade, a exemplo do contato com os clientes. Não obstante, o fato de ser um homem trans desempenhando uma função em um sistema altamente predatório – no qual o funcionário arca com todas as despesas e a empresa se apodera do mais-valor gerado pelo motorista (ANTUNES, 2020a) – faz com que se intensifique a desigualdade laboral que vivencia em razão de seu gênero. Em um contexto como o brasileiro – no qual pessoas transgêneras se encontram majoritariamente na prostituição e, mesmo quando atuam no mercado formal, enfrentam frequentemente o preconceito (ANTRA, 2020) – a uberização do trabalho dificulta ainda mais o acesso aos direitos trabalhistas, além de tornar os trabalhos “ainda mais individualizados e invisibilizados”(ANTUNES, 2020a, p.27).

Em face do exposto, acreditamos que a impressão positiva de Rapha em relação à atividade de motorista de aplicativo pôde se manter pelo tempo relativamente curto que permaneceu na atividade – inferior a dois anos, visto que pretende se mudar para São Paulo. Cabe destacar que os pontos positivos enfatizados por ele são os mesmos identificados por Moraes, Oliveira e Accorsi (2019) em sua investigação junto a 100 motoristas de aplicativo na Grande São Paulo: a oportunidade de entrar em contato com pessoas novas e a autonomia. Nesse sentido, consideramos plausível afirmar que, tivesse persistido na função, Rapha identificaria os mesmos pontos negativos perscrutados pelos teóricos: baixa remuneração e excesso de horas de trabalho.

Dando continuidade, e sem pretender minimizar as perdas humanas e o cenário de recessão decorrente da Covid-19, na fala de Milena identificamos tendências positivas as quais possivelmente continuarão em evidência mesmo após o fim da crise sanitária. Referimo-nos ao ensino remoto, modalidade pedagógica adotada pela escola de Milena durante a pandemia e que, em sua visão, “é uma maravilha”. Com o auxílio dessa tecnologia, tornou-se muito mais fácil para a professora resolver problemas os quais considera recorrentes em sala de aula. Se tivesse que lidar com um aluno que falou palavrão em sala de aula, por exemplo, teria que marcar reunião com os pais e relatar o ocorrido, medida que não é mais necessária porque basta “mostrar” o vídeo do aluno dizendo obscenidades.

A resposta de Milena vai na contramão dos relatos colhidos por Honorato e Marcelino (2020) a respeito da experiência docente durante a pandemia. Diante da indagação *Como você se sentiu como professor e como foi sua resposta aos novos desafios educacionais desta emergência?*, os professores consultados pelos autores responderam, em sua grande maioria, que não se sentiam preparados para lidar com as novas tecnologias.

Outro ponto levantado pelos docentes se refere à sua percepção de que o ensino remoto aumenta as desigualdades educacionais, não sendo todos os alunos que dispõem de meios para acompanhar as aulas à distância. Acerca desse ponto, ponderamos que o fato de lecionar em uma escola com boa estrutura – sendo enfatizado por Milena de que “todos os alunos possuem celular” – contribuiu para que a professora não se deparasse com a questão econômica que atravessa a exigência do ensino remoto.

Acerca da influência do digital na educação, Nóvoa e Alvim (2021, p.3) defendem sua incorporação de forma organizada, através de uma “curadoria” digital, criticando o uso das tecnologias quando se limitam a uma reprodução do que se tem no ensino presencial tradicional.

Diante da imposição do ensino remoto no cenário da pandemia, não se deve ser esquecido que a “auto-educação é importante, mas não chega” (*ibid*, p.8), pela qual as adaptações necessárias ao ensino à distância não significarão o fim da escola, visto que é compartilhando face a face que o conhecimento se constrói.

Similarmente, Ferreira, Ferraz e Ferraz (2021) advertem contra o perigo de naturalizar o contexto de exceção, o qual consideram propenso a intensificar as desigualdades, sobrecarregando os professores e exigindo-lhes competências que vão além de sua formação docente – a exemplo do uso de recursos digitais. Nesse contexto, relatos de experiência como os de Milena são aptos a demonstrar a multiplicidade das vivências docentes no período da pandemia, sem pretensão de negar as problemáticas apontadas pelos autores.

Por ser introspectiva e pouco sociável, trabalhar em uma escola estadual com boa infraestrutura, bem como conviver com alunos que dispõe dos recursos tecnológicos aptos para estudar à distância – também convém se ter em mente que a professora reiteradamente afirma não gostar de lecionar –, Milena foi capaz de ressignificar de modo positivo o ensino remoto. Ainda, embora tenha negado sofrer transfobia no ambiente da escola, consideramos que o ensino à distância permite aos docentes trans exercerem sua atividade profissional de forma mais segura, resguardando-se de agressões transfóbicas. Por óbvio, essa constatação não nos leva a defender a exclusão dos professores trans do “chão da escola”, apenas nos leva a ponderar acerca dos aspectos positivos e negativos do ensino à distância na prática docente de pessoas transgêneras.

5.4 EXPECTATIVAS PROFISSIONAIS

Os dados existentes acerca da realidade vivida pela população trans brasileira apresentam um cenário alarmante. No mais recente mapeamento da ANTRA (2021), observa-se que 0,02 % da comunidade frequenta universidades, sendo que 72 % não cursaram o ensino médio e 56 % não cursaram o ensino fundamental. Em adição, apenas 6 % de pessoas transgêneras trabalham formalmente, sendo que 90 % de transmulheres e travestis têm na prostituição sua principal fonte de renda. Por esse motivo, as demandas de transativistas e demais defensores dos direitos LGBTQI por acesso à educação, trabalho, saúde, etc. são urgentes e não devem ser negligenciadas.

Além da conquista de direitos básicos, o transativismo propõe repensar o sistema sexo-gênero, rompendo com a percepção dos corpos trans como opostos ao cis e fugindo aos binômios

que ainda estruturam as instituições sociais e o pensamento do ocidente contemporâneo. Ainda, essas epistemologias buscam construir subjetividades outras, as quais não associem o trans ao abjeto, permitindo vivências de gênero mais fluídas e menos pautadas na normatividade binária (VERGUEIRO, 2015)

Nesse sentido, dissociar o “trans” da marginalidade é uma tendência que observamos dentro da academia (LOURO, 1997; 2004) e fora dela (ANTRA, 2021), revestindo-se de importância discorrer acerca da vivência desses sujeitos para além da exclusão social. Assim, torna-se necessário conciliar a atenção às problemáticas enfrentadas pela comunidade trans em razão da transfobia, porém levando em consideração a potência trans, capaz de “revoluções não sangrentas” (VERGUEIRO, 2015, p.178).

A partir do contato com os sujeitos entrevistados, conhecemos relatos de desesperança que vão no mesmo sentido das estatísticas da ANTRA, mas também falas de ambição, de anseio pela realização através do trabalho. Constatamos, inclusive, que predominou a perspectiva a qual encara o futuro com expectativa positiva.

Kesya, por exemplo, fala animadamente sobre o futuro, afirmando que pretende continuar na área de atendimento ao público ou de recursos humanos, porque é “boa com pessoas”. Quando indagamos se pretende retomar os estudos, os quais interrompeu por motivo de trabalho, responde afirmativamente, revelando o sonho de ser advogada. Sente-se atraída a essa carreira pois deseja defender “todas as mulheres, sejam trans, cis, negras, ruivas, etc”.

Ao planejar um futuro profissional que se baseia no ingresso em um curso que se encontra entre os mais procurados do Brasil⁵⁴, e que é socialmente tido como “de prestígio”, Kesya foge às estatísticas da ANTRA, especialmente por ser uma jovem “preta e cacheada”, como descreve em sua rede social.

Do mesmo modo, Rapha está se mudando para São Paulo a fim de investir em sua carreira de modelo, incentivado pelos *feedbacks* positivos que obteve em castings e ao participar de concursos de beleza iguaçuenses. Além da empolgação com a atividade profissional, Rapha enfatiza a satisfação com sua estética atual. “É incrível se olhar no espelho e se amar”, comenta com um sorriso, complementando, em seguida: “eu chegava a tomar banho com a luz desligada”.

⁵⁴ Fonte: <https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/pordentodasprofissoes/os-10-cursos-de-graduacao-mais-procurados-do-brasil/>. Acesso em 09 de dez. de 2021.

Sua *fullface*, procedimento estético que o auxiliou a alcançar a aparência sempre desejada, também o incentiva a persistir em outra atividade que considera um trabalho: a de influenciador digital. Tendo em vista o caráter recente desse tipo de atividade, transcrevemos a lição de Paulino acerca das fases que identificou na trajetória dos influenciadores digitais que alcançam o sucesso:

(1) Fase da motivação e criação: o indivíduo, impulsionado por alguma motivação particular, entra para uma rede social com o objetivo de compartilhar algum tipo de conteúdo; (2) Fase do reconhecimento do poder de influência: o indivíduo começa a ganhar visibilidade pelo público, pelos media e pelas marcas. Esse reconhecimento pode acontecer simultaneamente ou não pelos atores aqui envolvidos; (3) Fase da materialização: o indivíduo começa a ter ganho material por causa do seu poder de influência. Normalmente ocorre por meio de parcerias com as marcas, e pode ser em ganhos de produtos e serviços e/ou financeiro. O estabelecimento dessas parcerias pode partir tanto das marcas interessadas como do próprio influenciador; (4) Fase do autorreconhecimento do poder de influência: o próprio indivíduo percebe que é uma pessoa influente e que pode ganhar dinheiro com as redes sociais. É uma fase transitória até a próxima etapa; (5) Fase da profissionalização: o indivíduo começa a dedicar-se mais às suas redes sociais, a tratá-las como trabalho e a profissionalizá-las. Aqui o influenciador começa a ter um retorno financeiro maior, podendo ou não se dedicar exclusivamente a essa atividade; e (6) Fase da estabilidade profissional: o indivíduo possui um público sólido, muitos trabalhos e parcerias formados, e consegue manter-se financeiramente apenas como influenciador digital. Podemos dizer que é nesta fase que o indivíduo atingiu efetivamente o sucesso (PAULINO, 2020, p.34).

A partir das palavras da autora, constatamos que perceber a própria atividade como de cunho profissional é uma fase necessária para se alcançar a estabilidade profissional através da atividade de influenciador digital. À vista disso, identificamos que Rapha se encontra na fase que a autora descreve como de materialização, posto que utiliza sua rede social para divulgar o profissional que realizou seu procedimento estético⁵⁵.

No que tange a Matheus, encontra-se dentro da parcela de 0,02% de indivíduos transgêneros que frequentam o ensino superior, sendo estudante de Medicina Veterinária, carreira que sempre o atraiu.

Meu sonho é fazer Medicina Veterinária e Biologia Marinha, tanto para poder estudar quanto para poder cuidar de animais marinhos, já que ainda não existe uma área dentro da medicina veterinária específica para animais marinhos, só curso, entendeu (MATHEUS, voz).

⁵⁵ Vide o tópico 5.1 *Trajatória laboral* para mais detalhes acerca de como Rapha obteve a *fullface*.

À semelhança de Rapha e Kesya, a palavra “sonho” associada à atividade profissional aparece no relato de Matheus. Sonhos, contudo, que trazem implícita a possibilidade de realização, visto que Matheus se encontra cursando a faculdade de Medicina Veterinária, Rapha já participou de *castings* para modelo e Kesya planeja retomar os estudos. Em todos eles, a transgeneridade não se apresenta como óbice à concretização de seus objetivos, perspectiva compartilhada por Milena quando afirma que ser trans a ajuda a se destacar profissionalmente.

As falas dos entrevistados enfatizam o potencial transformador do trabalho, entendido como atividade apta a promover o crescimento e realização daquele que atua naquilo que gosta. Não é uma percepção crítica do sistema econômico capitalista, porém não por isso carece de importância, especialmente por abordar os sentidos do trabalho para uma jovem geração de pessoas trans, as quais buscam subverter os dados que as condenam ao subemprego e à marginalidade.

Retomando a questão do sonho, Milena traz um relato mais recorrente dentro da bibliografia acerca da interseção entre trabalho e transgeneridade. Embora afirme que sonha desde a infância com a carreira de comissária de bordo, demonstra conformidade ao expor que é uma carreira impossível para ela, tanto pela transfobia dessa área de trabalho – tal qual expôs a Santos (2017) – quanto pelo elevado custo do curso de comissária.

Possivelmente por atuar em uma atividade a qual afirma não gostar, quando indagada acerca de como define trabalho, Milena responde que este é “uma obrigação, algo que as pessoas devem realizar para obter suas coisas”. A despeito disso, não fala sobre planos para mudar de atividade profissional, apenas comentando o desejo de ver a educação e os docentes mais valorizados.

Por fim, em Rose observamos alguns dos mais nefastos efeitos da transfobia: a ausência de sonhos e de melhores expectativas para o futuro. Dependendo financeiramente de sua companheira, sem a qual sabe que ficaria totalmente desamparada, Rose destaca não ser possível afirmar que nunca mais voltará a atuar na prostituição – atividade a qual classifica como a mais difícil que já desempenhou –, pois tem ciência das segregações sofridas por ser trans.

Esse é um momento delicado da conversa, visto que notamos o pesar na voz e feições de Rose, apesar de continuar a sorrir. Sendo a mais velha das pessoas entrevistadas, escutá-la nos leva a refletir acerca das transformações sociais que vem acontecendo no Brasil, as quais acabam,

mesmo que paulatinamente, possibilitando o surgimento de uma jovem geração de pessoas trans capazes de investir na vida profissional, a fim de obter prazer e não apenas subsistência.

Enfatizamos que não pretendemos afirmar a inexistência de transfobia ou que esta não se faça presente nas histórias de vida de todos os entrevistados. Rapha, por exemplo, conta que não é aceito pelos familiares, já Kesya revela que foi excluída pelo pastor e fiéis da Igreja que frequentava e na qual participava como ministra de louvor.

Especificamente no âmbito profissional, a preocupação com a transfobia aparece na fala de Matheus quando expõe sua intenção de não revelar que é um homem trans em seu futuro local de trabalho:

Tenho medo de acontecer, até por isso que eu fico meio assim, tipo, não é todo mundo que sabe, não conto pra qualquer pessoa, até porque em nenhum momento você tem que ficar falando da sua vida as pessoas que são cisgênero. Eu tenho um certo medo, mas eu não pretendo... eu acho que contar... se descobrissem aí seria um fato que depois eu tentaria resolver, porque eu acho que o preconceito é muito grande, sabe (MATHEUS, voz).

Segundo ele, acredita que existe uma possibilidade real de sofrer transfobia no momento da contratação, razão pela qual pretende se proteger ocultando sua transgeneridade. Desse modo, observamos que perseguir a atividade profissional desejada ainda implica na necessidade de recorrer a estratégias de autopreservação, o qual evidencia a ciência de que o mercado de trabalho ainda não está aberto de fato às pessoas LGBTQI.

No mesmo sentido, Rapha afirma que os sujeitos transgêneros deveriam poder atuar em qualquer atividade, não apenas como “garçom, atendente”. Fazendo questão de enfatizar que essas atividades são trabalhos dignos e que não há qualquer problema em desempenhá-las, problematiza o fato de pessoas trans terem que se contentar com atividades socialmente tidas como menos prestigiosas. Por esse motivo, defende a criação de mais iniciativas como a Transemprego, especialmente em cidades turísticas como Foz do Iguaçu, a qual considera ter um potencial enorme de crescimento se implementasse iniciativas especificamente voltadas ao turismo LGBTQI.

Utilizando-nos da metáfora, afirmaríamos à essa jovem geração trans que é permitido “voar”. Contudo, não se trata do voo leve e fluído de uma andorinha. Pela necessidade de calcular, racionalizar e planejar estratégias que os preservem da transfobia, esse “voo” se assemelha àquele realizado pelo piloto: requer esforço, não se dá naturalmente, mas também permite alcançar as alturas.

5.5 TRAJETÓRIAS DE VIDA PARA ALÉM DO TRABALHO: AFETIVIDADE, EDUCAÇÃO, RELIGIÃO E SAÚDE

A despeito de nosso enfoque nas questões trabalhistas, acreditamos relevante discorrer, mesmo que brevemente, acerca de como a transgeneridade repercute em outras esferas da história de vida de nossos entrevistados. Em razão disso, neste tópico apresentamos problematizações oriundas dos relatos perscrutados, as quais se concentram em quatro eixos principais: saúde, educação, família e religião.

A questão do acesso à saúde de pessoas trans surgiu desde o primeiro contato com Rose via mensagem de texto. Na ocasião, comentou que talvez tivesse que ir à Curitiba nos próximos dias, razão pela qual solicitou que lhe escrevêssemos novamente para combinarmos uma data para a entrevista.

Estou decidindo se vou pra Curitiba na quinta. Se eu for, aí só na outra semana. Mas estou preocupada em ir, por causa do ônibus. Complicado, sabe, vai sempre cheio (ROSE, voz).

Conforme expusemos ao tratar da pandemia, a fala de Rose evidencia que o distanciamento social é uma recomendação sanitária que não se encontra ao alcance de todos.

Então, eu faço todo o meu acompanhamento em Curitiba. O tratamento do SUS. É o único centro de atendimento do estado. Daí temos que pegar estrada o tempo todo. Faço todos os meus exames lá. Todo mês vou pelo menos uma vez. Difícil mesmo, mas não tem outra opção (ROSE, voz).

Rose comenta que viaja exclusivamente para realizar seus exames, retornando no mesmo dia. Antes da pandemia, costumava tentar ficar mais tempo em Curitiba, entre 10 e 15 dias, mas, ultimamente, acaba permanecendo apenas por algumas horas, já que “agora está muito ruim lá”.

A seguinte transcrição foi a resposta de Rose quando a indagamos se havia menos pessoal para realizar os atendimentos em Curitiba. Embora extensa, optamos por transcrever a fala na íntegra, visto que expõe pontos cruciais sobre o acesso à saúde de pessoas trans no Estado do Paraná.

Nós da militância há muito tempo nos envolvemos com as lutas pra ter um centro de atendimento de pessoas trans no Paraná. Aí as meninas do Transgrupo⁵⁶ conseguiram lutar pra ter o CPATT⁵⁷ em Curitiba. No começo o CPATT era só do metropolitano, da capital, mas depois de algum tempo – até por questão de ser uma ordem, é um protocolo do ministério de saúde ter esse espaço pra atender pessoas trans – o governo do Estado simplesmente transportou o CPATT pra estadual, porém sem fazer grandes entendimentos, contratar mais pessoal nem nada. O CPATT atende o Estado do Paraná inteiro e não foi ampliado em nada. Na verdade, nesses últimos anos que teve essa mudança de governo reduziram o pessoal, reduziram o investimento... Então o CPATT trabalha com o mínimo, entendeu? Talvez um mínimo que já não comporta os atendimentos que devem ser feitos por lá, já que ele comporta o estado inteiro. A gente tem uma briga aqui porque houve um tempo atrás uma discussão da Secretaria de Saúde do Estado pra fazer um ambulatório no Hospital das clínicas em Curitiba. Inclusive, foi repassada uma verba que é federal e que todos os estados recebem... Ou seja, o dinheiro ele vem pro Paraná, ele sempre foi mandado e nunca foi usado. Eles pegam uma grana que era pra fazer algo organizado e oferecem o mínimo do mínimo, sem capacidade de atender um terço da nossa população, e se dão por satisfeitos. E o Hospital das clínicas tinha até divulgado que abriu o ambulatório trans, tinha falado que médicos iam fazer capacitação... E simplesmente pararam, largaram, abandonaram pra lá, deixaram de falar com a gente, de responder alguma coisa, de dizer qualquer coisa... A Secretaria de Saúde não falou mais nada, nem o Hospital das Clínicas, entendeu? E a gente vem fazendo pressão pra mudar isso em alguma coisa. Porque o mínimo que era pra ter, por exemplo, é esse tratamento que a gente faz em Curitiba. Deveria ter pelo menos em alguns polos metropolitanos aqui do Estado. Ter um Centro de Atendimento em Londrina, um em Foz, um em Arapongas... O que seria o mínimo pras pessoas terem acesso ao tratamento hormonal e ao atendimento psicológico e que não existe em nenhum lugar do estado, a não ser na capital. Trabalhando no extremo, com pouca gente, com poucas condições de fazer mais. Então todo o Protocolo de atendimento do SUS, que é completo – indo desde a orientação, atendimento com psicólogo e psiquiatra, com assistente social, até os procedimentos cirúrgicos – não tem nada no Paraná. Só tem o tratamento psicológico e o acompanhamento hormonal com o endócrino. Só isso. Não tem mais nada. Então ninguém do Estado do Paraná que se cadastrou para fazer cirurgia tem acesso a isso aí. Ninguém tem. Eu estou cadastrada desde 2010 e tive um monte de problemas, tive que entrar na justiça pra conseguir uma vaga no CPATT – porque não tinha vaga – mas como eu já estava cadastrada, eles tinham que se virar. O problema não é meu, é do Estado. Inclusive, eles recebem verba pra fazer isso tudo e eles não fazem. Então eles me encaixaram de qualquer jeito lá por conta de processo. E é assim que funciona tudo aqui. Nos municípios não tem atendimento, não tem nada, mal tem pessoas com capacidade de dialogar com a gente, a maioria não sabe conversar não sabe tratar bem. Ofende e ataca, sempre colocando a gente em lugares humilhantes. Pelo menos em Curitiba as pessoas do CPATT sabem conversar com a gente, sabem atender, o que oferece menos perigo e constrangimento pra gente (ROSE, voz).

A partir da fala de Rose, observamos que o provimento ministerial instituído por meio da Portaria n. 2803/2013 não garante efetivo acesso à saúde para a população trans. Ao estabelecer em seu Anexo I que “as Secretarias de Saúde dos Estados, Municípios e do Distrito Federal devem estabelecer um planejamento regional hierarquizado para formar a rede de atenção integral”

⁵⁶ O Transgrupo Marcela Prado é uma ONG com sede em Curitiba que busca promover a educação, saúde e cidadania de pessoas trans. Recebe seu nome em homenagem à ativista Marcela Prado, falecida em 2004.

⁵⁷ CPATT é a sigla do Centro de Pesquisa e Atendimento a Travestis e Transexuais, serviço ligado à Secretaria de Estado da Saúde e que atua desde 2013. Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/22/parana-governo-dificulta-acesso-a-saude-para-populacao-trans-e-travesti>. Acesso em 06 de dez. de 2021.

(BRASIL, 2013), o Estado do Paraná fica responsável por disponibilizar a estrutura pela qual essa população acessará os atendimentos previstos pelo Processo Transexualizador no SUS. Nesse sentido, vivências como as de Rose problematizam a eficácia do sistema de saúde implementado pelo Paraná, considerando-o excludente, tanto no que se refere ao acesso da população a qual reside fora da capital, quanto aos serviços ofertados dentro do CPATT.

Na percepção de Rose, essa realidade não se deve ao Ministério da Saúde, culpabilizando a Secretaria da Saúde do Paraná (Sesa) pelo descaso. Em seu relato, reiteradamente expõe a existência de repasse governamental apto a viabilizar um sistema digno de atenção à saúde trans dentro do Estado do Paraná. A despeito disso, pessoas transgêneras acabam tendo que se deslocar para Curitiba a fim de obter “o mínimo”, enfrentando uma desconfortável viagem de várias horas, circunstância que se agrava durante a pandemia visto que o ônibus sempre se encontra lotado.

Diante da inexistência de outros centros onde a população trans do Paraná possa ser atendida, o CPATT acaba sendo sobrecarregado, o que se reflete na impossibilidade de suprir a demanda de atendimento médico de toda a comunidade. Bianchini (2021) também aborda essa problemática, afirmando que o número de usuários ativos informado pelo Sesa corresponde a uma parcela mínima da estimativa de pessoas transgêneras residentes no Paraná.

Além da necessidade de expandir os serviços oferecidos pelo CPATT, Rose chama atenção para a falta de preparo dos profissionais de saúde dos municípios, considerando que estes se dirigem de maneira ofensiva aos sujeitos trans, contribuindo para a estigmatização vivenciada pela comunidade no Brasil. Evidencia-se, a partir disso, o desrespeito ao Art. 4º, inciso I da Portaria n.2803/2013, o qual determina a obrigatoriedade do “acolhimento com humanização e respeito ao uso do nome social” (BRASIL, 2013).

Pelúcio (2007) chega à constatação similar, quando expõe que transmulheres e travestis costumam evitar os serviços de saúde devido ao preconceito enfrentado por parte dos agentes de saúde. Por sua vez, Romano (2008, p.216) menciona que obteve em campo “inúmeros relatos magoados e indignados (...) em relação ao despreparo dos profissionais de saúde de Hospitais e ambulatórios no lidar com as travestis, tratando-as de maneira desrespeitosa”.

Entretanto, ressaltamos que a percepção de Rose diz respeito ao tratamento obtido no município de Paranavaí, onde reside atualmente. Relato diferente obtivemos de Kesya e Milena, as quais se encontram satisfeitas com o atendimento obtido no município de Foz do Iguaçu. Já Rapha, mesmo afirmando que consegue ser atendido pelo SUS, queixa-se da inexistência de um

ambulatório trans na cidade, expondo que apenas tem sucesso em obter os atendimentos que precisa porque dá “seu jeitinho”. Desse modo, um melhor acesso à saúde é um dos fatores que o incentiva a se mudar para São Paulo, o qual corrobora a importância de grandes centros urbanos na construção das corporalidades trans⁵⁸que desejam se submeter a intervenções estéticas, conforme apontado pelos estudos de Pelúcio (2005) e Cabral (2012).

Além das questões referentes à saúde, notamos, na fala de nossos entrevistados, o impacto que a vivência familiar e afetiva acarreta em suas histórias de vida. Rapha, por exemplo, transicionou após encontrar apoio em uma namorada, a primeira a não ser contrária à que assumisse sua identidade trans. Em seu caso, esse apoio se faz particularmente relevante, já que foi excluído pela família devido à sua transgeneridade. Para ele, essa exclusão é dolorosa, levando-o a se emocionar ao falar sobre a falecida mãe, já que tem certeza de que o teria apoiado caso tivesse presenciado sua transição.

De modo diverso, Milena fala com orgulho da boa relação que tem atualmente com sua família, revelando que seus pais idosos “até a acompanham na praia, onde usa biquininho”. Morando na mesma rua que eles, afirma que almoçam juntos constantemente e que, quando discutem, deve-se a questões principalmente políticas.

Por sua vez, os relatos de Matheus e Kesya expressam que a revelação de sua transgeneridade à família causou, em princípio, um impacto negativo. No caso de Matheus, a transfobia se expressou em violência física, visto que chegou a ser espancado pelo pai. De sua parte, Kesya comenta que optou por se “assumir” como homem homossexual ao invés de mulher trans em virtude do temor das possíveis reações da família.

Essa percepção de que a homossexualidade é melhor aceita do que a transexualidade aparece também nas pesquisas de Brito (2016) e Busin (2015). Zelda, entrevistada por Brito (2016), leciona Educação Física em um ambiente onde é tratada como homem homossexual. Semelhantemente, em sua conversa com Busin (2016), Roberta comenta acerca de um local de trabalho no qual era “aceita” como homossexual masculino, levando-a a abandonar a atividade e a se envolver em funções que, mesmo mal remuneradas, respeitavam sua identidade de gênero.

Kesya acabou não sustentando a mentira por muito tempo e contando sobre sua transgeneridade aos familiares. Apesar do estranhamento inicial e de seu pai ainda tratá-la por

⁵⁸ Empregamos a noção de corporalidade trans a fim de referir às modificações corporais desejadas pelos próprios sujeitos trans, não almejando aludir à existência de algum padrão estético “correto” para esses indivíduos.

seu nome de batismo – “é que foi escolhido por ele”, justifica Kesya –, atualmente tem uma boa convivência familiar. Similarmente, Matheus afirma que seu pai é “quem mais o apoia” hoje em dia.

Narrativas nesse sentido demonstram a importância do respaldo afetivo e familiar no empoderamento dos transindivíduos, sobretudo a fim de evitar os processos de marginalização sofridos por aqueles que são expulsos de casa ou forçados a abandonar o convívio familiar em consequência da transfobia. A história de vida de Rose exemplifica essas violências: agredida no seio familiar e expulsa da escola, foi levada a “odiar ser quem era” e a buscar refúgio nas ruas, desempenhando atividades que não a agradavam, tal qual a prostituição.

Segundo Louro (2000), ao se pretender neutro em relação à sexualidade e gênero, o ambiente escolar se torna espaço de reprodução do cissexismo (JESUS, 2012), isto é, um dos pilares institucionais de um sistema de valores e crenças que se pautam no binarismo, na submissão do feminino, nos estereótipos de gênero e em uma concepção patologizante e unívoca da transgeneridade. Quando Rose afirma que “nunca mais colocará o pé em uma escola”, visto que “tem horror” à ideia de retornar a instituições de ensino formal, evidencia-se que sua vivência escolar foi de opressão, conforme advertido pelas teóricas.

Os dados da ANTRA (2018; 2019; 2020) dispõem que relevante parcela da população trans tem uma experiência escolar similar, explicando o elevado índice de evasão escolar e a consequente ausência de capacitação profissional. Rose compartilha dessa opinião, relacionando a evasão escolar diretamente à falta de oportunidades de emprego.

Matheus e Milena também lidaram com transfobia quando frequentavam a escola. No caso de Matheus, as ofensas partiram de uma professora, à diferença de Milena, a qual afirma que “não tinha amigos” por ser “o viadinho”. Destacamos a narrativa de Matheus sobre o ocorrido:

Minha professora já sabia, teve uma reunião com todos os meus professores, trabalhadores de lá, os funcionários. Aí teve um dia em uma aula e ela começou a me desrespeitar, me desrespeitar, falou um monte de baixaria na frente de todo mundo (Matheus, voz).

Essas situações explicitam a ação da instância escolar em seu caráter normatizador, pelo qual busca impor “limites de sanidade, de legitimidade, de moralidade ou de coerência. Daí porque aqueles que escapam ou atravessam esses limites ficam marcados como corpos – e sujeitos – ilegítimos, imorais ou patológicos” (LOURO, 2004, p.82).

Segundo Louro, a educação sexual em âmbito escolar apresenta origens higienistas que ainda repercutem na atualidade:

Na escola, pela afirmação ou pelo silenciamento, nos espaços reconhecidos e públicos ou nos cantos escondidos e privados, é exercida uma pedagogia da sexualidade, legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras. Muitas outras instâncias sociais, como a mídia, a igreja, a justiça etc também praticam tal pedagogia, seja coincidindo na legitimação e denegação de sujeitos, seja produzindo discursos distantes e contraditórios (2000, p.33).

A teórica propõe expandir o debate sobre gênero e sexualidade na educação a fim de impedir que a escola se perpetue como instituição reguladora, haja vista as graves consequências da exclusão. Segundo Bento (2011, p.555), “para os casos em que as crianças são levadas a deixar a escola por não suportarem o ambiente hostil, é limitador falarmos em ‘evasão’”. Urge, nesse sentido, compreender que “a educação (...) pode ser também o grande mecanismo para a liberdade de gênero. Assim, ensinar gênero na escola não é apenas importante: é fundamental para a compreensão e a prática dos direitos humanos na nossa sociedade” (LANZ, 2018, p.64).

Dada nossa ênfase nos aspectos laborais, não aprofundaremos acerca de como pôr em prática a educação inclusiva defendida pelas autoras. Não obstante, acreditamos que a experiência de Kesya exemplifica a potência da educação para a liberdade de gênero, especialmente no que tange a grupos socialmente discriminados no Brasil, tal qual é a comunidade trans.

Segundo Kesya, embora vivesse uma sexualidade fluída desde a adolescência – ficando com meninas e, escondido, com meninos – e se considerasse feminina “desde sempre”, nunca tinha ouvido falar sobre transexualidade. Apenas quando o tema foi abordado durante uma aula de Sociologia que tomou conhecimento sobre as questões de gênero as quais a levariam a se entender uma mulher trans.

Ainda sobre essa experiência positiva, Kesya expõe que a relação com os colegas melhorou quando começou a se apresentar abertamente como mulher trans. Além de não sofrer mais com as piadinhas que aconteciam na época em que se escondia, passou a ser respeitada pelos companheiros, razão pela qual afirma que sua experiência escolar “foi muito boa”. A respeito disso, acredita que sua postura firme e assertiva, sem vergonha de ser quem é, a ajudou a conquistar a admiração dos demais. Em adição, considera que os talentos musicais desenvolvidos em sua época de ministra de louvor foram determinantes para construir esses laços de amizade.

Assim, a fala de Kesya revela o potencial da escola para ampliar a noção do que se compreende como homem e mulher, haja vista o aspecto cultural dessas categorias. Quando o local de ensino se abre para o debate – com seleção criteriosa dos materiais e adequação do tema ao potencial intelectual e faixa etária dos estudantes (LANZ, 2018) –, deixa de ser uma instância de criação e reprodução de opressões, cumprindo um importante papel na promoção dos direitos humanos e da igualdade.

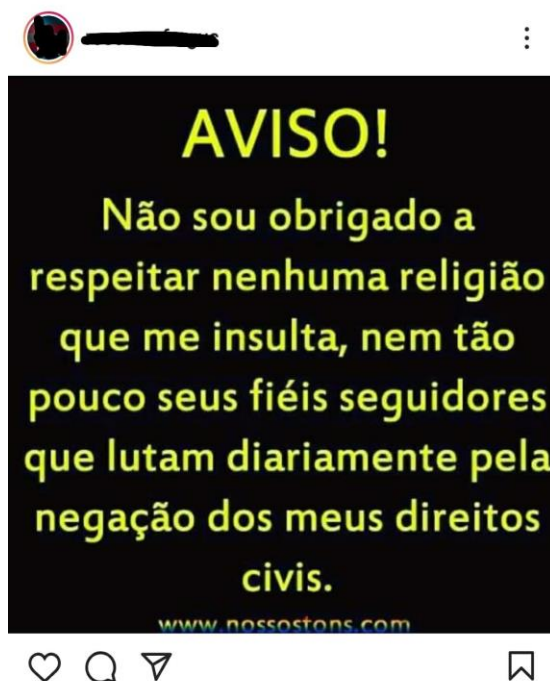
Além das questões educacionais, cabe enfatizar a frequência com que a religião cristã se fez presente na fala dos entrevistados, seja por meio de crítica, nos casos de Milena e Rose, ou ao descrever o próprio contexto familiar, conforme fizeram Kesya e Matheus.

Bonassi (2017) identifica a religião judaico-cristã como uma das principais técnicas produtoras e reguladoras da cisgeneridade, operando tanto através da produção de medo e culpa, quanto pela disseminação do mito do amor romântico amparado na binaridade heterossexual e cisgênero. Ao associar o mito da criação ao surgimento da primeira unidade familiar – heterossexual, cisgênera, monogâmica e na qual o masculino é superior ao feminino –, o texto bíblico apresenta o cissexismo como pilar da sociedade. Afastar-se dele implicaria no distanciamento da própria criação divina. Consequentemente:

A binarização cisgênera seria condição para a permanência na sociedade como de acordo com o que essa sociedade exige. O amor nessa condição não promete, mas prescreve uma vida habitável no laço social. Pela proposta do amor bíblico são silenciadas e passíveis de punição não só desvios da cisonorma, mas também da heteronorma, como pessoas homossexuais, pansexuais e bissexuais (BONASSI, 2017, p.53-54).

Afirmando-se anarquista e contrária às instituições, Rose demonstra se posicionar em contra também das instituições religiosas judaico-cristãs. Leia-se a seguinte postagem encontrada em sua página pessoal da rede social Instagram:

Figura 4 – Postagem no Instagram de Rose



Fonte: Instagram, 2021.

Em consequente, percebemos que Rose se preocupa, primordialmente, com a essência transfóbica dos dogmas religiosos judaico-cristãos, não sendo contrária a outras manifestações de religiosidade. Afirmamos nesse sentido pois, dentre as interações obtidas na postagem, encontra-se uma indagando-a se conhece a religião wicca, ao que respondeu “até onde conheço, a wicca não prega discursos transfóbicos”.

De modo semelhante, Milena critica abertamente as religiões judaico-cristãs. Criada em uma família evangélica adventista – religião praticada por eles ainda hoje –, acredita que a postura cristã de restringir o diálogo sobre sexualidade prejudica a população em geral, não apenas a comunidade trans, visto que deixa crianças e jovens mais vulneráveis à violência sexual.

É interessante constatar que Milena utiliza contra “a Igreja” um argumento frequentemente adotado pelos discursos que buscam condenar as vidas trans: a promoção da pedofilia (REIS; EGGERT, 2017). Em sua visão, crianças criadas dentro do ambiente religioso cristão estão mais sujeitas a se tornarem vítimas desse crime, o que não ocorreria se a Igreja incentivasse uma discussão aberta e franca sobre saúde e diversidade sexual.

A associação entre pedofilia e transgeneridade é fruto da proliferação dos discursos contrários à “ideologia de gênero”, descrita por Reis e Eggert (2017, p.18) como uma falácia que, no Brasil, acaba sendo utilizada “por quem defende posições tradicionais, reacionárias e até fundamentalistas em relação aos papéis de gênero do homem e da mulher”. Segundo Miskolci (2018) a expressão “ideologia de gênero” se origina em 1995, ano em que aconteceu a IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher em Beijing. Organizada por líderes religiosos e laicos, a expressão é cunhada e reforçada nos anos seguintes graças ao apoio de grupos militantes contra o aborto e ao respaldo de figuras como o cardeal Joseph Ratzinger, que se tornaria papa. Na América Latina, esse temor à “ideologia de gênero” se intensifica em decorrência das decisões judiciais favoráveis à união homossexual na Argentina, em 2010, e no ano seguinte, no Brasil.

Embora Miskolci e Campana (2017) afirmem que essa cruzada moral contra a ideologia de gênero é impulsionada por grupos heterogêneos, não é possível negar a influência do conservadorismo religioso nesses embates, fato defendido por Milena. A partir de suas falas, notamos que, além de enxergar hipocrisia nas instituições cristãs, percebe a ingenuidade dos que seguem os dogmas cristãos, o qual se evidencia quando comenta que todas as professoras cristãs da sua escola “levam chifre”.

A intensa objeção de Milena e Rose à religião cristã também se encontra em Vergueiro (2015, p.112), que considera a Igreja Católica uma “instituição criminosa e arbitrária”, e em Lanz (2018, p.58), quando afirma serem os religiosos “avessos à importância da cultura e da ciência”.

O relato de Kesya evidencia a acusação de Rose e Milena acerca da segregação transfóbica posta em prática pelas instituições religiosas. Criada por uma família evangélica, conta com tristeza como foi excluída do convívio na Igreja a qual frequentava, fato particularmente triste pois desempenhava a função de ministra de louvor durante os cultos. Ao assumir sua transgeneridade, expõe que “a maioria do povo da Igreja” parou de falar com ela, inclusive o pastor, de quem era amiga. Segundo ela, ele a “excluiu totalmente”, não se importando com o vínculo de amizade que possuíam. Por fim, afirma ter “cortado contato” com a família de sua mãe, predominantemente evangélica, pois se recusam a aceitá-la.

Enxergamos certa semelhança na fala de Matheus sobre sua mãe:

Minha mãe, ela fala que não vai compactuar pra “mim” ir pro inferno. Ela não me discrimina nem nada, sabe. Só não me trata com os pronomes corretos (MATHEUS, voz).

Tendo em vista a importância dada pela comunidade trans à adoção do pronome correto (ANTRA, 2018; 2019; 2020; BAGAGLI, 2019; VERGUEIRO, 2015; STRYKER, 2017), não podemos deixar de perceber a atitude da mãe de Matheus como uma manifestação de violência transfóbica, ainda que ele não entenda essa conduta como discriminação. Diante disso, notamos uma certa naturalização da violência transfóbica por parte de Matheus, assim como constatado por Franco (2014). Contudo, tendo em vista que o jovem chegou a sofrer uma das manifestações mais graves da transfobia – a violência física por parte do pai – acreditamos que as agressões vivenciadas possam ter levado Matheus a relativizar ataques no âmbito do simbólico, especialmente quando oriundos de uma figura afetiva como a mãe.

Quando indagado acerca de acreditar haver influência da religião na maneira em que é tratado, respondeu que “acha que influencia um pouco”. Notamos que Matheus não se detém na discussão sobre religião, não demonstrando a mesma criticidade encontrada em Rose e Milena. Similarmente, Kesya tampouco fala da religião cristã com acidez, o qual possivelmente se deve à postura de sua família, a qual, mesmo sendo evangélica, a aceita e defende. Sobre isso, convém enfatizar que, no dia em que a entrevistamos, tivemos a oportunidade de falar brevemente ao telefone com alguém da família de Kesya, momento no qual constatamos que a pessoa adotou os pronomes adequados ao referi-la.

Ainda sobre o tema, é interessante constatar que, a despeito das críticas veementes de Milena à religião de sua família, conseguem ter uma boa relação, convivendo diariamente. Observamos, nesse sentido, que a interpretação dos dogmas cristãos acaba sendo relativizada em alguns contextos, à semelhança do que ocorre com os núcleos familiares de Kesya e Milena. Não obstante, a intolerância decorrente da crença religiosa ainda é uma realidade impactante na vida de pessoas transgêneras, produzindo exclusões como as vivenciadas por Kesya em sua Igreja e junto aos familiares de sua mãe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma compreensão mais fluída acerca do que é gênero, sem apego a perspectivas normativas e binárias, é cada vez mais demandada pela comunidade trans e por acadêmicos – trans e cis –, cujas pesquisas se voltam para compreender a pluralidade existente dentro da comunidade transgênera. Em uma sociedade como a brasileira – onde os altos índices de transfobia levam o país a ser considerado o que mais mata transexuais – pessoas transgêneras pleiteiam sobretudo o efetivo acesso aos direitos básicos, dentre os quais se destaca a inserção no mercado de trabalho.

Esta pesquisa se justificou nessa demanda, entendida como social e acadêmica, e investigou como está acontecendo a inserção laboral de pessoas trans no município de Foz do Iguaçu/PR, buscando perscrutar como as questões de gênero influem na vivência laboral dos sujeitos. Em adição, pelo fato de a cidade se encontrar na região denominada Tríplice Fronteira, sendo vizinha a Ciudad del Este/PY e Puerto Iguazu/AR, analisamos como as dinâmicas transfronteiriças influenciam a vida profissional dos entrevistados.

A partir dos relatos perscrutados durante esta tese, defendemos que, embora existam indícios que sinalizem abertura à diversidade em Foz do Iguaçu, o recorte da transgeneridade dificulta o acesso dessa comunidade ao trabalho na cidade. A seguir, sintetizaremos o caminho percorrido durante a pesquisa e que possibilita defender a tese exposta.

No primeiro capítulo falamos metaforicamente em “vozes” a fim de expor o que se diz sobre a transexualidade no Brasil e quem produz esses discursos. Desse modo, apresentamos um estudo de estado da arte que explicita as tendências acadêmicas nacionais do estudo da transexualidade, identificando e analisando as produções nas quais transgeneridade e trabalho dialogam e, a partir disso, comprovando-se a relevância de expandir o debate sobre trabalho e transexualidade. Por consequência, a pergunta de pesquisa “como está ocorrendo a inserção laboral de pessoas transgêneras em Foz do Iguaçu?” revelou-se cientificamente – dada a lacuna teórica existente em relação ao tema – e socialmente - posto que ecoa as demandas das próprias pessoas trans – relevante.

Nesse capítulo também foi constatado que a organização coletiva de pessoas trans é capaz de trazer conquistas significativas para a comunidade trans – a exemplo da decisão decorrente da ADI 4275 -, além de realizar levantamentos de dados que fornecem um panorama multidisciplinar

sobre a vivência de pessoas trans, abarcando aspectos como acesso à saúde, educação, trabalho e trazendo uma relevante análise estatística sobre a violência direcionada aos corpos trans.

A fim de expor a compreensão que temos da transidentidade, discutimos sobre a origem do termo “transexual”, enfatizando as transformações científicas e sociais que levam ao entendimento predominante dentro dos estudos de gênero na atualidade: de que a transgeneridade se constitui como possibilidade identitária, não correspondendo ao âmbito da patologia.

Uma vez estabelecido nosso recorte de pesquisa, no segundo capítulo analisamos o arcabouço teórico que nos orientaria nas aproximações com os sujeitos de pesquisa, viabilizando que compreendêssemos suas vivências de gêneros. Nessas leituras, entramos em contato com a explicação de Butler (2004) que, inspirada em conceitos linguísticos, dispõe que o gênero é criado e reafirmado socialmente, razão pela qual não há que se referir a performances sexuais e de gênero “naturais”. No mesmo sentido, Bento (2006) demonstrou a importância de falar em múltiplas transexualidades, isto é, de entender que a transgeneridade ultrapassa perspectivas biologizantes, as quais acreditam que “tudo se resume ao genital”. Em sua tese, a teórica comprovou que a transexualidade se relaciona à autoidentificação e que se externaliza em corporalidades distintas, não sendo a cirurgia de transgenitalização universalmente desejada pela comunidade trans.

Dado nosso recorte espacial da pesquisa, ter acesso ao estudo de Duque (2017a) acerca da influência da fronteira nas relações e percepções de homens homossexuais, residentes em Corumbá/MS, direcionou nosso olhar à peculiaridade do olhar sobre “o outro”, assim como à recorrente associação do local de fronteira com o periférico e com a efervescência. Nesse sentido, convém explicar que, a fim de preservar a fluidez do presente texto, optamos por não dedicar capítulos específicos desta tese para tratar de outras categorias relevantes em nossa investigação, como “trabalho” e “fronteira”. Ao invés disso, decidimos abordar as questões laborais e transfronteiriças concomitantemente à análise das falas de nossos entrevistados.

Diante disso, o terceiro capítulo explicou a opção metodológica que nos orientou durante a presente investigação. Nesse momento, a expressão “vivência”, a qual nos acompanhou desde o início do texto, ganha sentido ao ser compreendida dentro da vertente filosófica e epistemológica da fenomenologia. Interessada na experiência no mundo vivido, a fenomenologia busca enfatizar a efervescência social, sobretudo a fenomenologia formista, vertente concebida por Michel Maffesoli (1998) e adotada pelo presente estudo. Recorrendo à descrição, senso comum, intuição e metáfora, o saber maffesoliano pretende captar o raciovitalismo da vida, isto é, entender a

vitalidade social para além da racionalidade moderna, a qual não está apta a compreender o “caos” ou os aspectos “acariciantes” que entremeiam as relações sociais.

Ao invés de fugir do aparentemente incoerente, o formismo o abraça, integrando-o ao todo que busca descrever. Para o filósofo, as contradições não fogem à natureza. Ao contrário, fazem parte dela e são as responsáveis por conferir vitalidade e dinamismo à realidade. Por esse motivo, o formismo se torna uma perspectiva apta a captar a complexidade da vivência laboral dos transindivíduos em Foz do Iguaçu, especialmente ao se considerar que coexistem, nesta região, as práticas intensas de fiscalização – sobretudo na fronteira entre Foz do Iguaçu/BR e Puerto Iguazu/AR – e o fluxo praticamente livre de “laranjas” e sacoleiros na fronteira com Ciudad del Este/PY.

Nesse sentido, decidimos perscrutar as histórias de vida dos indivíduos, pois esse método permite que os sujeitos atribuam significado às suas próprias experiências no ato de narrar, fornecendo *insights* sobre os aspectos subjetivos dessas vivências. Ademais, compreendendo que não existe uma perfeita compartimentação entre os aspectos da vida das pessoas, ouvir um relato global sobre suas trajetórias possibilitou compreender o modo como questões para além do trabalho repercutem em suas vidas profissionais, assim como identificar quais delas impactam de maneira mais intensa nessas vivências.

Inspirando-nos em investigações que acessamos durante a pesquisa de estado da arte, recorreremos à entrevista semiestruturada guiada por um roteiro, além de utilizar um questionário como suporte adicional. Estruturado em seis tópicos – *Infância, Adolescência, Trajetória laboral, Trabalho atual, Trabalhar em Foz do Iguaçu e Tópicos de interesse* –, recorreremos ao roteiro como um auxílio durante as conversas com os entrevistados, orientando-nos acerca dos temas que desejávamos perscrutar, mas permitindo-nos extrapolar os assuntos previamente selecionados se considerássemos relevante.

No quarto capítulo descrevemos a entrada em campo que, além das incertezas usuais vivenciadas pelos pesquisadores, impôs desafios para além, haja vista o cenário da pandemia. Os primeiros casos da doença ocasionada pelo vírus Sars-CoV-2 foram reportados em Wuhan, na China, em dezembro de 2019, cenário que viria a se agravar dada a proliferação dos contágios em escala global, levando a OMS a declarar situação de pandemia em 11 de março de 2020.

No Brasil, o primeiro caso de infecção pelo Sars-CoV-2 foi confirmado em 26 de fevereiro de 2020, rapidamente se alastrando por todo o território nacional. Consequentemente, medidas

sanitárias recomendadas pela OMS foram adotadas pelos Estados e Municípios, dentre as quais se destacam o distanciamento social e o uso de máscaras.

A fim de preservar nossos entrevistados, recorreremos a conversas remotas por meio de chamadas de vídeo e, em um dos casos, por mensagens de áudio e texto de WhatsApp. O recrutamento dos colaboradores também aconteceu por via remota, sendo que um deles entrou em contato após nosso telefonema à Casa de Malhú. Entidade iguaçuense comandada por pessoas trans e voltada a seu atendimento, a Casa se dedica ao suporte da comunidade trans local, razão pela qual procuramos sua presidenta, Bruna Ravenna, para saber se poderia divulgar nossa pesquisa.

A despeito da resposta afirmativa e de sua solicitude, o fato de que obtivemos apenas uma resposta a partir dessa divulgação nos levou a pensar sobre outros meios para promover a pesquisa. O impasse vivido foi solucionado a partir do conselho de uma colega de doutorado, a qual recomendou criar um formulário online para divulgação. Assim, o formulário *Interessades em conversar sobre o mercado de trabalho local* foi compartilhado via Instagram e WhatsApp.

Ao todo, conversamos com cinco sujeitos durante o ano de 2021, os quais, além de se identificarem como trans, foram selecionados por possuírem alguma vivência no município de Foz do Iguaçu. Destes, quatro residem atualmente na cidade, sendo Rose a única que mora em outro local, o município paranaense de Paranavaí. Embora tenham sido informados da possibilidade de adotarem pseudônimos, a maioria expressou o desejo de que seus verdadeiros nomes aparecessem na pesquisa.

O capítulo cinco traz a análise dessas conversas, adotando uma divisão que busca facilitar a compreensão das múltiplas questões que surgiram durante os encontros. Desse modo, a partir de *Trajectoria laboral*, constatamos a influência do recorte de classe social na busca por uma atividade profissional, visto que, quando existem problemas econômicos, se dá a tendência de trabalhar “no que der”, não existindo possibilidade de investir em uma carreira que traga satisfação. Os relatos de Milena e Rose também demonstraram quão importante é ter respaldo na busca de capacitação profissional. No caso de Milena, mesmo passando problemas econômicos, pôde enfrentá-los graças ao auxílio dos pais e de vaquinhas realizadas por colegas, diferente de Rose. Abandonando a casa dos pais aos quinze anos para fugir dos abusos e expulsa da escola quando cursava a terceira série, foi levada a desempenhar as atividades que podia para se manter – inclusive a prostituição –

, razão pela qual afirma com pesar que “trabalha desde os 13 anos, mas nunca teve uma carteira de trabalho”.

A questão da estabilidade laboral também merece destaque, dado que graças à ela Milena se sentiu confortável para “trazer a Milena” ao seu local de trabalho. Oriunda de uma trajetória profissional de decepções, na qual todas as oportunidades lhes eram negadas por ser considerada como um homem homossexual, foi apenas por meio da aprovação no concurso público para professora na rede estadual de ensino que Milena sentiu liberdade de expressar explicitamente seu gênero em um ambiente de trabalho. Constatamos, a partir disso, que vínculos laborais estáveis, à semelhança de concursos públicos, impactam diretamente na maneira como transindivíduos expressam seu gênero, permitindo maior abertura para que se apresentem como pessoas trans.

Após conversar com Milena, constatamos com interesse que ela havia sido entrevistada previamente por Santos (2017). Dessa maneira, tivemos a oportunidade de fazer um paralelo entre nossa entrevista e seu diálogo com a pesquisadora, observando os pontos de encontro e desencontro. A esse respeito, chamou a atenção sua percepção sobre o trabalho sexual, visto que a Santos (2017) afirmou com naturalidade que desempenhava esse tipo de atividade, diferente das opiniões que expressou durante nossa entrevista, momento no qual chegou a opinar que “devia ser muito difícil” se prostituir. Não obstante a aparente disparidade entre ambos relatos, acreditamos que isso se deve ao raciovitalismo descrito por Maffesoli (1998), pelo qual se subverte o pensamento lógico e racional, dando espaço a um saber que compreende a influência da subjetividade e emoção na realidade social. Sendo assim, não há o que se dizer acerca de “mentiras” na fala de Milena, uma vez que a “contradição” é aspecto integrante da vida em sociedade.

Ao falar sobre sua trajetória profissional, Rose menciona que a prostituição foi a atividade que mais a desagradou, já que “mesmo não sendo horrível”, sua personalidade forte fazia com que fosse difícil se submeter às vontades e desejos de outra pessoa. Fonte de renda de mais de 90 % da população transfeminina do Brasil (ANTRA, 2020), a prostituição foi percebida como trabalho pela maioria dos entrevistados, existindo consenso acerca do quão problemático é pessoas trans serem forçadas a se prostituir diante da falta de oportunidades de trabalho. Nesse ponto, a opinião de Rapha se destaca, pois fez questão de enfatizar que a prostituição trans é diferente da prostituição cis por “não se tratar de uma escolha”. Em consequência, observamos que os entrevistados consideram como de natureza trabalhista atividades em que há esforço, dedicação e

que geram lucro econômico ou têm potencial de gerá-lo. Desse modo, constatamos que sua compreensão de trabalho se relaciona, principalmente, a aspectos subjetivos – como o esforço investido na atividade – e econômicos do que a vínculos formais ou estáveis.

Entretanto, se os dados da ANTRA demonstram o predomínio do trabalho sexual dentro da comunidade trans devido à falta de oportunidade, as trajetórias perscrutadas apontam para inúmeros caminhos possíveis para as pessoas trans fora dessa realidade. Rapha, por exemplo, já venceu importantes concursos de beleza e irá se mudar para São Paulo a fim de investir em sua carreira de modelo e de influenciador digital. Matheus, por sua vez, está estudando Medicina Veterinária para exercer seu trabalho dos sonhos: ser veterinário e biólogo marinho. Já Kesya pretende cursar Direito graças ao desejo de “lutar por todas as mulheres”, além do amor pela música e da vontade de ser uma cantora que compõe letras para o empoderamento feminino.

Essas histórias poderiam se perder em uma análise estatística fria, representando uma pequena parcela da realidade da comunidade trans brasileira. Não obstante, significam um passo importante para a comunidade, a possibilidade de viver e sonhar para além da sobrevivência, tendo o trabalho como meio de alcançar crescimento e satisfação pessoal.

Em *Trabalho em Foz do Iguaçu* percebemos que, a despeito da frequência com que o *commuting* é praticado na Tríplice Fronteira – fazendo com que centenas de pessoas se dirijam, principalmente, a Ciudad del Este para trabalhar – os entrevistados não demonstraram o mesmo interesse em procurar atividade profissional fora de Foz do Iguaçu. Desse modo, apenas Rapha trabalhou em Ciudad del Este/PY, sendo interessante constatar que, apesar da experiência boa – levando-o a afirmar que “os paraguaios o amam” – é enfático ao dizer que no Paraguai “há muito preconceito”.

Similarmente, Matheus estuda em Ciudad del Este/PY por motivos econômicos, pretendendo procurar trabalho apenas em Foz do Iguaçu/BR, já que “aqui se sente mais protegido”. Diante dos dados sobre violência transfóbica que apontam o Brasil como o país que “mais mata trans e travestis” – fato que, inclusive, chegou a ser citado por Rapha durante nossa conversa –, observamos que ainda é poderosa a imagem do estrangeiro como alteridade e diferença.

No que se refere a Puerto Iguazu/AR, consideramos que a questão dos documentos pode ser um fator que influencia para a escolha de não trabalhar nessa cidade, visto que não foi mencionada por nenhum dos entrevistados. Considerando que pessoas transgêneras nem sempre possuem documentos em que seus nomes correspondem a seu gênero, passar pela estrita

fiscalização que existe na fronteira entre Foz do Iguaçu/BR e Puerto Iguazu/AR poderia lhes gerar constrangimentos.

Ainda, tendo em mente a associação entre transgeneridade e o continente europeu, em Rose encontramos uma percepção bastante centrada e pouco romantizada desse local, sobretudo ao se considerar que ela residiu lá por um tempo. Segundo ela, na Europa existe menos preconceito, mas não deixa de existir, não demonstrando em nenhum momento que associa o velho continente ao glamour. A partir dessas respostas, identificamos não um desejo de escapismo – no qual o continente europeu aparece como a solução para os problemas vivenciados –, mas a defesa da “luta em primeiro lugar”. Em diversos momentos, Rose expressa a vontade de transformar a realidade de seu próprio país, defendendo o potencial transformador dos levantes trans e travestis, já que acredita que a mudança vem das ruas, onde lutam as travestis, e não da academia.

De modo diverso, o sonho de Rapha de residir e trabalhar em Dubai revela o raciovitalismo maffesoliano, por meio do qual as emoções operam seguindo uma “lógica” que vai além da racionalidade. Afirmamos, nesse sentido, considerando como a percepção de Rapha vai de encontro à realidade que pessoas LGBTQI enfrentam nos Emirados Árabes, local onde pessoas trans são processadas criminalmente e condenadas.

Outro aspecto constatado diz respeito à importância de iniciativas de capacitação profissional para a inserção de pessoas trans no mercado. Em Foz do Iguaçu, a Trilha Jovem possibilitou a Kesya se capacitar profissionalmente, levando-a a conhecer o tipo de atividade que gosta de desempenhar. A partir disso, Kesya pôde ser contratada pela Burger King, passando por um processo de contratação extremamente humanizado, porém que não veio a se refletir em um ambiente profissional aberto à diversidade. Constantemente tratada com os pronomes equivocados e não respaldada pelos gerentes quando sofreu transfobia por parte de um cliente, o relato de Kesya evidencia que, a despeito da existência de ações que indicam abertura para a comunidade trans em Foz do Iguaçu, essa postura aparentemente aberta ainda coexiste com atos de transfobia, os quais dificultam a plena inserção laboral de transindivíduos.

A partir do tópico *Trabalho na pandemia* constatamos que a crise sanitária, decorrente da COVID-19, afeta a população de modo desigual, afligindo com particular gravidade pessoas transgêneras. Levando em consideração que mais de 90 % de pessoas transfemininas sobrevivem do trabalho sexual, medidas de prevenção como o distanciamento social ficam inviabilizadas, levando ao impasse de perecer pelo vírus ou pela falta de recursos econômicos.

Ainda, dado o alto índice de transfobia vivido por transexuais no seio familiar, a obrigatoriedade de permanecer em casa durante os períodos de *lockdown* acarreta graves consequências à saúde mental e física desses indivíduos, sobretudo considerando que muitos foram forçados a retomar o contato com familiares diante da diminuição de seus rendimentos e a subsequente impossibilidade de se sustentarem sem auxílio.

Apesar da implementação do Auxílio Emergencial, a fim de tentar minimizar os impactos sofridos pela classe trabalhadora, inúmeras pessoas trans não puderam usufruir desse benefício por não possuírem documentos ou por estes não se encontrarem retificados. A entrevistada Rose encontra-se dentro dessa parcela populacional que, a despeito da necessidade, não conseguiu obter o benefício, sendo levada a depender financeiramente de sua companheira para se manter.

Tatuadora atuando em estúdio próprio, Rose teve que fechá-lo durante a pandemia. No entanto, acredita que o fechamento de seu local de trabalho não se deve exclusivamente à crise sanitária, devendo-se também à transfobia. Essa afirmação se dá pelo fato de que a Vigilância Sanitária fazia vistorias frequentes em seu estúdio de maneira ostensiva, inclusive comparecendo após o horário comercial para realizar as fiscalizações.

A fim de conhecer melhor a atuação dos fiscais da Vigilância, pedimos à uma amiga que atuasse como Doc junto a tatuadores iguaçuenses, solicitando que os consultasse sobre como aconteciam os procedimentos de fiscalização nos estúdios. Ao todo, indagou quatro tatuadores, todos cisgênero, dos quais três afirmaram desconhecer como seria a atuação da Vigilância, já que nunca sofreram vistorias decorrentes de denúncia. O quarto tatuador, entretanto, afirmou que as fiscalizações aconteciam sempre dentro do horário comercial, razão pela qual acreditamos que é plausível da parte de Rose apontar transfobia no comportamento dos agentes da Vigilância Sanitária de sua cidade.

Demitida durante a pandemia, Kesya também afirma ter sofrido transfobia, posto que seus empregadores escolheram demitir à ela e não aos outros colegas cisgênero “cheios de problemas”. Em sua percepção, a cisgeneridade foi um elemento determinante para a permanência de seus colegas na atividade, expondo que sua competência e comprometimento não adiantaram para que permanecesse no emprego.

Sendo uma transmulher, preta e cacheada, Kesya é atravessada por características sociosexuais que a vulnerabilizam, tornando-a mais sujeita à transfobia dentro e fora do ambiente laboral. Nesse sentido, pessoas como Rapha – transhomem branco, hetero e extremamente

passável – acabam sendo melhor absorvidas pelo mercado formal, conforme demonstra a afirmação deste sobre nunca ter sofrido transfobia em seu ambiente profissional, chegando a ser espontaneamente tratado no masculino pelos colegas.

Trabalhando no Paraguai quando começou a pandemia, Rapha acabou desistindo dessa atividade pois o fechamento de fronteiras inviabilizava seu acesso diário ao local de trabalho. Passou a atuar como motorista de aplicativo, função que gostava de desempenhar principalmente pelo contato positivo com os clientes. Entretanto, sendo um tipo de trabalho que Antunes (2020a) define como uberizado, parece-nos razoável considerar que Rapha passaria a experimentar os inúmeros aspectos negativos da atividade, tais quais: precarização laboral, pouco acesso aos direitos trabalhistas, longas horas de serviço e remuneração baixa. Assim afirmamos, pois Rapha mencionou os mesmos pontos positivos citados pelos motoristas de aplicativo entrevistados por Moraes, Oliveira e Accorsi (2019), levando-nos a crer que também experimentaria pontos negativos similares se tivesse optado por não se mudar e permanecer na atividade.

Milena, por sua vez, discorre acerca das mudanças no ensino decorrentes da pandemia, as quais percebe como positivas. Segundo ela, o ensino remoto a agrada, facilitando aspectos como o controle da conduta dos estudantes em sala de aula. Desse modo, embora estudiosos apontem que inúmeros docentes tiveram dificuldade para se adaptar às tecnologias, além de considerarem que o ensino remoto acentua as desigualdades econômicas, a fala de Milena expressa que as tecnologias podem ser incorporadas de maneira positiva, especialmente quando dentro de um contexto educacional economicamente estável como o da escola na qual leciona.

Por meio do tópico *Expectativas profissionais*, observamos, dentro da comunidade trans, uma tendência a buscar inserção no mercado de trabalho levando em consideração o crescimento e satisfação decorrentes da vida profissional. Identificamos, principalmente, essa tendência entre pessoas mais jovens – a exemplo de Kesya, Matheus e Rapha –, razão pela qual a relacionamos às transformações sociais positivas para a comunidade LGBTQI, tal qual a decisão da ADI 4275 e a nova proposta da CID pela OMS, a qual reclassifica a transexualidade para condição pertinente à saúde sexual. Embora não seja possível negligenciar a presença da transfobia na vida desses sujeitos – especialmente ao considerar que todos os entrevistados expuseram relatos de transfobia em algum aspecto de sua trajetória –, é relevante constatar a presença de expectativas profissionais alinhadas aos seus gostos e preferências, não tendo o trabalho apenas como um meio de sustento, mas também de satisfação pessoal.

Finalmente, em *Trajetórias de vida para além do trabalho: afetividade, educação, religião e saúde*, comentamos temas que surgiram durante as conversas e que extrapolam o âmbito laboral, pois acreditamos que a vida profissional se entremeia com esses outros aspectos das histórias de vida. Dessarte, na exposição de Rose encontramos uma crítica extensa ao precário acesso à saúde de pessoas transgêneras no estado do Paraná, situação que se agravou durante a pandemia, pois, diante da falta de ambulatórios especificamente voltados ao atendimento da população trans, os sujeitos devem se deslocar até Curitiba para realizar todos os seus acompanhamentos.

O relato de Rose também enfatiza que a precariedade da estrutura de saúde se deve ao descaso da Secretaria da Saúde do Paraná, já que existe determinação do Ministério da Saúde exigindo aos estados viabilizarem o sistema de acesso à saúde para a população trans. Consequentemente, o único centro de atenção especificamente voltado a transexuais – o CPATT – se encontra em Curitiba, dificultando o acesso daqueles que residem fora desse centro urbano. Segundo Rose, apenas no CPATT encontra um atendimento humanizado e respeitoso, sentindo-se humilhada e constrangida pelo modo como é tratada pelos profissionais de saúde fora do Centro.

Levando em consideração que Rose reside em Paranaíba, as percepções de Kesya e Milena sobre o bom atendimento em Foz do Iguaçu demonstram que a cidade está melhor adaptada a atender as necessidades de transujeitos. Ainda assim, a queixa de Rapha acerca da inexistência de ambulatório trans na cidade – sendo este um dos fatores que o motivam a se mudar para São Paulo – revela a importância de reestruturar o sistema de saúde voltado à população trans no Paraná.

No que tange à educação, falas como as de Matheus, Rose e Milena revelam que, ao se pretender neutra em relação a temas como gênero e sexualidade, a instituição escolar acaba reforçando seu caráter normatizador e higienista, pelo qual expressões de sexualidade e gênero cis e hetero diversas são reprimidas. Matheus, por exemplo, foi insultado em sala de aula por uma professora, situação que levou, inclusive, ao envolvimento do Conselho Tutelar. Milena enfatizou que não tinha amigos por ser considerada “um viadinho”. Rose foi expulsa durante a terceira série, fato que a faz afirmar que “tem horror” a instituições de ensino formal. Essas narrativas expressam a necessidade de repensar as práticas educacionais, a fim de tornar o ambiente escolar, efetivamente, para todos.

A exposição de Kesya apresenta os benefícios de uma proposta pedagógica para a diversidade. Entendendo-se mulher trans a partir das discussões promovidas pelo professor de Sociologia, pôde empoderar-se e conquistar o respeito e admiração dos colegas. Segundo ela, esse

debate sobre gênero deveria acontecer em todas as escolas, visto que foi fundamental em sua formação, levando-a afirmar que teve uma ótima experiência no Ensino Médio.

A importância da afetividade e do respaldo familiar para pessoas trans aparece de maneira unânime nas falas dos entrevistados. Dentre eles, Milena e Kesya falam com orgulho da boa convivência familiar. Por sua vez, Rapha e Rose revelam tristeza ao mencionar a exclusão familiar, sendo que esta última chegou a ter que morar nas ruas em decorrência desse abandono. Ainda, chama-nos atenção a fala de Matheus sobre seu pai, que já chegou a espancá-lo, mas que é, atualmente, a pessoa que “mais o apoia”. Esses relatos revelam a pluralidade das vivências familiares de transindivíduos, as quais podem ir da violência extrema e exclusão – como no caso de Rose – à aceitação e respeito – conforme vive Kesya.

Tendo em vista o exposto, entendemos que a discussão acerca da inserção profissional de pessoas trans é tão necessária quanto complexa, visto que implica superar um sistema social pautado em compreensões binárias e heterocentradas. Retomando a metáfora do quadro, podemos afirmar que os aspectos analisados nesta tese compõem o “quadro resposta” à pergunta de pesquisa *como está ocorrendo a inserção laboral de pessoas trans em Foz do Iguaçu*. Tal como uma pintura, a resposta é plural, complexa, composta de matizes sutis que podem ser destrinchadas, mas são melhor compreendidas se contempladas em sua totalidade.

Nesse quadro, há tons e matizes sombrios, oriundos da transfobia que ainda repercute na vida dos entrevistados, tanto em âmbito profissional quanto pessoal. Há cores diversas, correspondentes aos sonhos e aspirações de cada um. Também pontos de luz, correspondentes aos aspectos que indicam acolhimento e aceitação à diversidade na cidade de Foz do Iguaçu.

Tal qual em um Dalí ou em um Picasso, são inúmeros os elementos que compõem esse quadro. Por um lado, há transfobia, desesperança e luta. Por outro, acolhimento, sonhos e expectativas. A tendência, entretanto, é contemplar essa pintura e sentir como predominante o tema da mudança, do deslocamento em direção a um futuro que se apresenta em seu colorido potencial. Na “terra das cataratas”, como observamos, existem indícios que demonstram a possibilidade de se tornar um local verdadeiramente acolhedor para a comunidade trans. Para tanto, cabe o compromisso efetivo das empresas e empregadores com a real inserção laboral dos trabalhadores trans, investindo tanto em processos de contratação inclusivos, quanto na capacitação de seus gestores e demais funcionários, a fim de promover o respeito integral à pessoa trans e seu respaldo nos casos que envolvem transfobia. Ainda, iniciativas como a Trilha Jovem chamam atenção para

a demanda por projetos de capacitação profissional especificamente voltados para a comunidade trans.

Não obstante, esses indícios positivos não invalidam a tese defendida por este trabalho: de que o recorte da transgeneridade faz com que a comunidade trans iguaçuense tenha seu acesso ao trabalho dificultado. Assim afirmamos, dado que a maioria dos entrevistados sofreu transfobia ao longo de suas trajetórias laborais, levando-os a constatar que uma pessoa trans está mais sujeita a sofrer ataques em razão de seu gênero no local de trabalho.

A partir das falas perscrutadas ao longo desta análise, observamos que a vivência em Foz do Iguaçu é perpassada pelo anseio por boas condições de trabalho, buscando cada vez mais conquistar espaços que, durante muito tempo, foram negados às pessoas trans. Nessa perspectiva, as demais cidades que compõem a Tríplice Fronteira incrementam o acesso de transindivíduos à educação e ao trabalho, embora observemos que a percepção do estrangeiro como alteridade predomine entre os entrevistados, levando a focarem seus interesses profissionais em Foz do Iguaçu, a despeito dos altos índices de transfobia existentes no Brasil.

Em suas últimas linhas, esta tese não pretende apresentar uma “conclusão”. Opta, ao invés disso, por um convite à expansão. Expansão das investigações sobre transgeneridade e mundo do trabalho, assim como do que compreendemos por gênero, sexo e orientação sexual. Ainda há muito a ser dito, especialmente ao recordar que enfrentamos a maior crise sanitária do século XXI, diante da qual se torna urgente conhecer o modo como seus reflexos impactam e continuarão a impactar comunidades socialmente segregadas como a de pessoas trans no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís; ABREU, Alice. **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. São Paulo: ALAST, 1998.

ABREU, Claudia Barcelos de Moura. A dimensão teórico-prática da formação do trabalhador: um estudo em sistema reestruturado. **Trabalho & Educação**, v.17, n.3, set./dez. 2008. Disponível em: < <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8611?articlesBySimilarityPage=2>>. Acesso em 20 de ago. de 2021.

AGUAYO-ROMERO, Rodrigo A. et al. Gender affirmation and body modification among transgender persons in Bogotá, Colombia. **International Journey of Transgenderism**, London, EN, v. 16, n. 2, p.103-115, 2015. Disponível em: < <https://www.tandfonline.com/action/showCitFormats?doi=10.1080%2F15532739.2015.1075930> >. Acesso em 20 de mar. de 2020.

ALBRECHT, Priscila Anny Tomachski; KRAWULSKI, Edite. Concurseiros e a busca por um emprego estável: reflexões sobre os motivos de ingresso no serviço público. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v.14, n.2, p.211-226, 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25704>>. Acesso em 15 de out. de 2021.

ALEXANDRE, Juliana Ribeiro. **Emoções, documentos e subjetivação na construção de transexualidades em João Pessoa/PB**. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/20732/1/EmocoesDocumentosSubjetivacao_Alexandre_2015.pdf> Acesso em 20 de jun. de 2019.

ALMEIDA, Anderson Santos. **Vidas em espera: uma etnografia sobre a experiência do tempo n o processo transexualizador**. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia/GO, 2018. Disponível em: < <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/8505/5/Disserta%20a7%20a3o%20-%20Anderson%20Santos%20Almeida%20-%202018.pdf> > Acesso em 15 de mai. de 2018.

ALMEIDA, Cecília Barreto de; VASCONCELLOS, Victor Augusto. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo? **Revista Direito GV**, São Paulo, v.14, n.2, p.302-333, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rdgv/a/HpFvXPZ8WRd63GbZ4CfSRQC/abstract/?lang=pt> >. Acesso em 10 de out. de 2021.

ALVES, Alvaro Luis. et al. A transexualidade e o mercado formal de trabalho: principais dificuldades para inserção profissional. **Anais do IV CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS**. Porto Alegre, RS: SBEO, 2016. Disponível em: < <https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/download/52/44> > Acesso em 30 de jun. de 2019.

ALVES, Fábio Lopes. **Pós-mulher: corpo, gênero e sedução**. Curitiba: Editora Champagnant, 2014.

ANDRADE, Luma Nogueira. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2012. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/131976/tese%20Luma%20Andrade.pdf?squence=1&isAllowed=y> > Acesso em 30 de mai de 2019.

ANTRA. **Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017**. PDF, 2018. Disponível em: < <https://www.pagina12.com.ar/diario/dialogos/21-292484-2016-02-15.html> > Acesso em 30 de jun. de 2018.

f

_____. **Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. PDF, 2019. Disponível em: < <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2019/12/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf> > Acesso em 25 de abr. de 2019.

_____. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019** / Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020 Disponível em: < dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violencia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf (wordpress.com) >. Acesso em 14 de ago. de 2020.

_____. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020** / Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021 Disponível em: < dossie-trans-2021-29jan2021.pdf (wordpress.com) >. Acesso em 20 de ago. de 2021.

ANZOLIN, Bárbara; SOARES, Sandra Mara; MORENO, Ana Maria. Travestis e transexuais: realidade na sociedade e no mercado de trabalho na cidade de Cascavel. **Akrópolis**, Umuarama, PR, v. 21, n. 1, p. 3-10, 2013. Disponível em: < <http://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/download/5209/3013> > Acesso em 30 de jun. de 2019.

ANTUNES, Ricardo. O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho. **Trabalho, Educação e Saúde**, v.1, n.2, p.229-237, 2003. Disponível em: < [05 ricardo \(scielo.br\)](https://doi.org/10.1590/S1518-97622003000200005) >. Acesso em 10 de set. de 2020.

_____. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020a.

_____. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020b.

ARISI, Bárbara M; ÁVILA, Simone; SALA, Arianna. Sexualidade no interior conservador brasileiro: uma experiência de educação para a diversidade sexual e de gênero em Foz do Iguaçu. **Amazônica Revista de Antropologia**, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 480-495, out. 2017. Disponível em: < <https://www.revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/download/5209/3013> > Acesso em 30 de out. de 2019.

ÁVILA, Simone. **FTM Transhomem, homem trans, trans, homem: A emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2014. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/129050/329117.pdf?sequence=1> > Acesso em 18 de jun. de 2019.

ÁVILA, Simone; GROSSI, Miriam; MISKOLCI, Richard. Transmasculinidades e mídias digitais: questões metodológicas. **Anais do 11º SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO**, Florianópolis, SC: UFSC, 2017. Disponível em: < https://www.academia.edu/38919588/Discursos_fora_da_ordem_Sexualidades_Saberes_e_Direitos > Acesso em 10 de abr. de 2019.

AZEVEDO, Diogo Barros; BATISTA, Luiz Eduardo Pereira; SILVEIRA, Luiz Bruno de Bom da. A barreira entre gays e mercado de trabalho: um estudo sobre a discriminação de homens gays no setor de telecomunicações. In: BIANCONI, Grayce Kelly; DALLAMUTA, João. (Org.). **Inovação, gestão estratégica e controladoria nas organizações**. Ponta Grossa: Atena, 2020. Disponível em: < <https://sistema.atenaeditora.com.br/index.php/admin/api/artigoPDF/31791> >. Acesso em 15 de nov. de 2020.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. “**Cisgênero**” nos discursos feministas: uma palavra “tão defendida; tão atacada; tão pouco entendida”. 2018. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/334561/1/Bagagli_BeatrizPagliarini_M.pdf>. Acesso em 13 de jul. de 2020.

BÁRBARA, Marcelo de Jesus Santa; HAESBAERT, Rogério. Identidade e migração em áreas transfronteiriças. **GEOgraphia**, v.3, n.5, p.33-46, 2009. Disponível em: <<https://www.bing.com/search?q=GEOgraphia+2009+haesbaert++identidade+e+&qs=n&form=QBRE&sp=-1&pq=geographia+2009+haesbaert+identidade+e&sc=0-38&sk=&cvid=EC9B8DB4470E4C88B88DE15517A55B13#>>>. Acesso em 04 de dez. de 2021.

BARBOSA, Bruno Cesar. **Nomes e diferenças**: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2010. Disponível em: < http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-09032010-115929/publico/BRUNO_CESAR_BARBOSA.pdf > Acesso em 20 de out. de 2018.

BASTOS, Carmen Célia Barradas Correia; ALVES, Fábio Lopes; SCHROEDER, Tania. Os fundamentos da fenomenologia formista de Michel Maffesoli. In: _____. **Pesquisas fenomenológicas na contemporaneidade**. Curitiba: CRV, 2015.

BENEDETTI, Marcos. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENJAMIN, Harry. The Transsexual Phenomenon. **Symposium Publishing**: Düsseldorf, 1999.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual** – Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. **O que é transexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. Na escola se aprende que a diferença faz diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, PR, v. 19, n.2, p.549-559, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/S0104-026X2011000200016/19404>> Acesso em 15 de set. de 2019.

_____. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, SP, v.4, n. 1, p.165-182, jan/jun. 2014. Disponível em: <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/197>> Acesso em 19 de set. de 2019.

_____. O que pode uma teoria? Estudos transviados e a despatologização das identidades trans. **Florestan – Revista da Graduação em Ciências Sociais da UFSCar**, São Carlos, SP, ano 1, n.2, p.46-66, 2014. Disponível em: <http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/viewFile/64/pdf_25> Acesso em 25 de out. de 2019.

_____. **Homem não tece a dor: queixas e perplexidades masculinas**. 2ª ed. – Natal: RN: EDUFRN, 2015.

_____. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v.20, n.2, p. 569-581, 2012. Disponível em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/S0104026X2011000200016/19404>> Acesso em 15 de set. de 2019.

BERLANT, Lauren; WARNER, Michael. Sex in public. **Critical inquiry**, Chicago, IL, v. 24, n. 2, p.547-556, Winter, 1998. Disponível em: <http://composingdigitalmedia.org/f15_mca/mca_reads/Warner_Berlant.pdf> Acesso em 10 de out. de 2019.

BIACHI, F, T. et al. Sex work among men who have sex with men and transgender women in Bogotá. **Archives of Sexual Behavior**, [S.l.], v. 43, i. 8, p. 1637-1650, nov. 2014. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s10508-014-0260-z#citeas>> Acesso em 15 de mar. de 2020.

BOMFIM, Patrick Thiago dos Santos. **Discriminação e preconceito: identidade, cotidiano e religiosidade de travestis e transexuais**. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Brasília, Brasília/DF, 2009. Disponível em: <<https://btdt.ucb.br:8443/jspui/bitstream/123456789/1939/1/Texto%20completo%20Patrick%20Thiago%20Bomfim%20-%20202009.pdf>> Acesso em 14 de set. de 2019.

BONASSI, Brune Camillo. **Cisnorma: acordos societários sobre sexo binário e gênero.** 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2017. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/182706/349130.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 13 de jul. de 2020.

BRANCATTI, Paulo Roberto; RINALDI, Renata Portela. A Fenomenologia e a História de Vida. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v.34, n.71, p.489-507, maio./ago. 2020. Disponível em: < [A fenomenologia e a história de vida | EDUCAÇÃO E FILOSOFIA \(ufu.br\)](#)>. Acesso em 15 de ago. de 2021.

BRANDÃO, Ana Maria. Entre a vida vivida e a vida contada: a história de vida como material primário de investigação sociológica. **Configurações**, Braga, PT, v. 3, p. 83-106, 2007. Disponível em: < <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9630/3/Entre%20a%20Vida%20Vivida%20%282%29.pdf>>.

BRITO, Camila Pina. “**Já é negro e ainda quer ser travesti?**” – Experiências trans de mulheres negras. 2016. Dissertação (Mestrado em Relação Étnicas e Contemporaneidade) – Universidade Estadual do Oeste da Bahia, Jequié/BA, 2016. Disponível em: < <http://www2.uesb.br/ppg/ppgrec/wp-content/uploads/2017/03/Camila-Pina-Brito.pdf>> Acesso em 20 de mai. de 2019.

BRUSCHINI, Cristina. Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade? In: ABRAMO, L., ABREU, A. R. P. (orgs.). **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana.** São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

BUSIN, Valéria Melki. **Morra para se libertar: estigmatização e violência contra travestis.** 2015. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2015. Disponível em: Acesso em < <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-14072015-092040/pt-br.php> > Acesso em 25 de out. de 2019.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo.** In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**– Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. **Undoing gender.** New York: Routledge, 2004.

_____. O parentesco é sempre tido como heterossexual*? **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 21, p.219-260, 2003. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332003000200010&lng=pt&nrm=iso > Acesso em 30 de out. de 2019.

_____. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n.42, p. 249-274, jun. 2014. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332003000200010&lng=pt&nrm=iso > Acesso em 25 de out. de 2019.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013

CÂMARA, Cristina. **Cidadania e Orientação Sexual: a trajetória do grupo Triângulo Rosa**. Rio de Janeiro: Academia Avançada 2002.

CÂNDIDO, Leandro Borges. Medo e preconceito: experiências de transgêneros no contexto organizacional. **Anais do IV CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS**. Porto Alegre, RS: SBEO, 2016. Disponível em: <https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/viewFile/61/53> Acesso em 30 de jun. de 2019.

CAPALBO, Creusa. **Fenomenologia e ciências humanas**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2008.

CARRIERI, Alexandra de Pádua; SOUZA, Eloisio Moulin de; AGUIAR, Ana Roa Camillo. Trabalho, violência e sexualidade: estudo de lésbicas, travestis e transexuais. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.18, n.1, p.78-95, 2014. Disponível em: < [SciELO - Brazil - Trabalho, violência e sexualidade: estudo de lésbicas, travestis e transexuais](#) >. Acesso em 16 de dez. de 2021.

CASTRO, Eduardo Lazarino de. O debate sobre o trabalho concreto e o trabalho abstrato na produção teórica do serviço social. **Revista Serviço Social em Debate**, v.1, n.2, p.69-61, 2018. Disponível em: < [https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwivyNbGssPOAhVOrZUCHSJ-B3gQFnoECagQAw&url=https%3A%2F%2Frevista.uemg.br%2Findex.php%2Fserv-soc-debate%2Farticle%2Fdownload%2F3706%2F2552%2F14439%23%3A~%3Atext%3DENquanto%2520o%2520trabalho%2520%25C3%25BAtil%2520concreto%2Cvalor%2520excedente\)%2520para%2520o%2520capital%2520\(&usg=AOvVaw0TEuEai8nMZTwHrbyJPEE->](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwivyNbGssPOAhVOrZUCHSJ-B3gQFnoECagQAw&url=https%3A%2F%2Frevista.uemg.br%2Findex.php%2Fserv-soc-debate%2Farticle%2Fdownload%2F3706%2F2552%2F14439%23%3A~%3Atext%3DENquanto%2520o%2520trabalho%2520%25C3%25BAtil%2520concreto%2Cvalor%2520excedente)%2520para%2520o%2520capital%2520(&usg=AOvVaw0TEuEai8nMZTwHrbyJPEE->) >. Acesso em 12 de dez. de 2021.

CARDIN, Eric. **Sacoleiros e “laranjas” na Tríplice Fronteira: uma análise da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo**. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, 2006. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/99027/cardin_eg_me_arafcl.pdf?sequence=1 Acesso em 11 de abr. de 2020.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direito a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latino-Americana**, Rio de Janeiro, RJ, v. 2. n.14, p. 319-351, ago. 2013. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sess/n14/a15n14.pdf> > Acesso em 25 de jun. de 2019.

CARVALHO, Diego Sousa. **O gênero e a "ciência" da saúde** – produção em torno da transexualidade no Portal de pesquisa da Biblioteca Virtual de Saúde. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2014. Disponível em: < <http://www.teses.us> >

p.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-05112014-133335/publico/DiegoSousaDeCarvalho.pdf >
Acesso em : 20 de jun. de 2019.

CARVALHO, Evelyn Raquel. “Eu quero viver de dia” - Uma análise da inserção das transgêneros no mercado de trabalho. **Anais do VII SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO**. Florianópolis: UFSC, 2016. Disponível em: < http://www.wvc2017.eventos.dype.com.br/fg7/artigos/E/Evelyn_Carvalho_16.pdf > Acesso em 26 de jun. de 2019.

CASTELEIRA, Rodrigo Pedro. **As sereias também envelhecem**: memória, corpo e travestilidade. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá/ PR, 2014. Disponível em: < <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/3114/1/000215202.pdf> > Acesso em 15 de jul. de 2019.

CODO, Wanderley. Um diagnóstico do trabalho (Em busca do prazer). **Trabalho, organizações e cultura**, v.1, n.11, a.5, 1997.

CORDE, Marine Lila. A articulação entre objetividade e subjetividade nos textos antropológicos. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, CE, v. 44, n. 2, p. 12-30, 2013. Disponível em: < <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/9069> > Acesso em 20 de mar. de 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 10, n.1, p.171-188, jan. 2002. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2002000100011&script=sci_arttext > Acesso em 30 de out. de 2019.

COLLING, Leandro. A igualdade não faz o meu gênero – Em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, SP, v. 3, n. 2, p. 405-427, 2013. Disponível em <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/149/85> > Acesso em 27 de mai. de 2020.

CONNEL, Raewyn. Two cans of paint: a transsexual life story, with reflections on gender change a history. **Sexualities**, [S.l.], v. 13, i. 1, p. 3-19, 2010. Disponível em: < <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1363460709352723#articleCitationDownloadContainer> > Acesso em 10 de abr. de 2020.

COSMO. **Como escrever sobre pessoas trans sem ser um lixo transfóbico**. 2017. Disponível em: <<https://medium.com/@coletivonb/como-escrever-sobre-pessoas-trans-sem-ser-um-lixo-transf%C3%B3bico-71736e2f9231> > Acesso 15 de jun de 2018.

CRISTALDO, Patricia et al. La pandemia no tiene fronteras. Acercamiento a la realidad de ciudades gemelas Foz de Iguazu/Ciudad del Este. **Revista MERCOSUR de políticas sociales**, v.4, p.78-90, 2020. Disponível em: < [La pandemia no tiene fronteras. Acercamiento a la realidad de ciudades gemelas Foz de Iguazu/Ciudad del Este | Revista MERCOSUR de Políticas Sociales \(ismercosur.org\)](http://www.ismercosur.org) >. Acesso em 20 de nov. de 2021.

CURY, Mauro José Ferreira. **Territorialidades transfronteiriças do iguassu (TTI):** interconexões, interdependências e interpretações nas cidades da Tríplice Fronteira – Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazu (AR). 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2010. Disponível em: < <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24222/tese-territorialidadestransfronteiricasdoiguassu-maurojoseferreiracury07-07-2010.pdf?sequence=1> >. Acesso em 16 de out. de 2021.

DAVIES, Julia et al. **Conducting life history interviews: a how to guide.** PDF, 2018. Disponível em: <www.assar.uct.ac.za> Acesso em 10 de abr. de 2020.

DEFENSORIA PÚBLICA DO PARANÁ. **Defensoria orienta gratuitamente organizações da sociedade civil.** 2017. Disponível em: < <http://www.defensoriapublica.pr.def.br/modules/noticias/makepdf.php?storyid=663> > Acesso em 23 de abr. de 2020.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia.** São Paulo: Perspectiva, 2004.

DIAS, Diego Madi. Brincar de gênero, uma conversa com Berenice Bento. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 43, p.475-497, 2014. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2002000100011&script=sci_arttext > Acesso em 20 de nov. de 2019.

DUARTE, Marco José de Oliveira. Vidas precárias e LGBTQIFOBIA no contexto da pandemia: a necropolítica das sexualidades dissidentes. **Revista em Pauta**, v.19, n.4, 2021. Disponível em: <https://www.apesjf.org.br/wp-content/uploads/LGBT_Convid_19_APES-1.pdf>. Acesso em 01 de dez. de 2021.

DUQUE, Tiago. **Montadas para toda a vida?** O uso do silicone líquido na construção da identidade travesti. 2005. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas/SP, 2005.

_____. **Montagens e desmontagens:** vergonha, estigma e desejo na construção das travestilidades na adolescência. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP 2009. Disponível em: < <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/6702/2539.pdf?sequence=1> > Acesso em 15 de nov. de 2019.

_____. **Gêneros incríveis:** identificação, diferenciação e reconhecimento no ato de passar. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2013. Disponível em: < [https://www.academia.edu/download/33261804/Generos_Incriveis_\(DUQUE_T.\)_TESE_2013_-_Ciencias_Sociais.pdf](https://www.academia.edu/download/33261804/Generos_Incriveis_(DUQUE_T.)_TESE_2013_-_Ciencias_Sociais.pdf) > Acesso em 15 de nov. de 2019.

_____. Reflexões teóricas, políticas e metodológicas sobre um morrer, virar e nascer travesti na adolescência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 20, n. 2, p. 489-500, mai./ago.

2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v20n2/v20n2a10.pdf> > Acesso em 15 de nov. de 2019.

_____. Da finada à europeia: experiências de ser, não permanecer e estar travesti na adolescência. **Bagoas**, Natal, RN, v.6, n.7, p. 173-198, jul./dez. 2012b. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v20n2/v20n2a10.pdf> > Acesso em 16 de nov. de 2019.

_____. “Lá não tem gay”: fronteira e relações de vizinhança envolvendo gêneros dissidentes e sexualidades disparatadas em Corumbá (MS). **Mneme – Revista de Humanidades**, Natal, RN, v.18, n. 40, p.111-124, abr. 2017a. Disponível em: < <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/135187/ISSN0041-8862-2013-44-01-10-43.pdf?sequence=1> > Acesso em 16 de nov. de 2019.

_____. “**Não toque em mim na segunda-feira**”: diferença, abjeção e identidade em um projeto de extensão no campus pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, RS, v. 25, n. 1, p. 22-37, jan. 2017b. Disponível em: < <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/135187/ISSN0041-8862-2013-44-01-10-43.pdf?sequence=1> > Acesso em 16 de nov. de 2019.

_____. Corpo e questões de gênero e sexualidade nas atividades circenses em uma escola de Corumbá, MS, Brasil. **Revista Educação Online**, Rio de Janeiro, RJ, v.13, n. 28, p.38-59, ago. 2018. Disponível em: < <http://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/article/download/395/205> > Acesso em 16 de nov. de 2019.

ELIAS, N. SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

FARIA, Aline Mariane de; JUNIOR, Moacir Miranda Oliveira. Grupos de foco on-line assíncronos: uma breve reflexão sobre sua aplicação. **Economia & Gestão**, Belo Horizonte, v.19, n.54, p.194-202, 2019. Disponível em: <[GRUPOS DE FOCO ON-LINE ASSÍNCRONOS: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE SUA APLICAÇÃO | Revista Economia & Gestão \(pucminas.br\)](http://www.pucminas.br/revista-economia-gestao/2019/05/grupos-de-foco-on-line-assincronos-uma-breve-reflexao-sobre-sua-aplicacao)>. Acesso em 13 de ago. de 2021.

FRANCO, Neil. **Professoras trans brasileiras**: ressignificações de gênero e de sexualidades no contexto escolar. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2014. Disponível em: < <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13671>>. Acesso em 20 de set. de 2021.

FRANCO, Neil; CINCILLINI, Graça Aparecida. Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.23, n.2, p.325-346, 2015. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ref/a/7j66wSZQkm3fYPSntTrht5K/abstract/?lang=pt> >. Acesso em 10 de set. de 2021.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sonia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, v.14, n. 28, p. 139-

152, 2004. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-863X2004000200004&script=sci_arttext > Acesso em 18 de abr. de 2020.

FERREIRA, Igor Torres Oliveira. "**Universo Trans em tempos de inclusão social: qual o lugar da prostituição?**". 2007. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2007.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano XXIII, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>>. Acesso em 10 de ago. de 2020.

FIGUEIREDO, Eurídice. Desfazendo o gênero: a teoria queer de Judith Butler. **Criação & Crítica**, São Paulo, SP, n. 20, p.40-55, 2018. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/criacaoecritica/article/view/138143> >. Acesso em 20 de nov. de 2019.

FONTEINHA, Fernando de Castro; GERALDO, Pedro Heitor Barros; VERONESE, Alexandre; ALVES, Camila Souza. O concurso público brasileiro e a ideologia concursista. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, v.16, n.110, p.671-702, 2015. Disponível em: <<https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/38>> .Acesso em 25 de out. de 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. 6ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019a.

_____. **História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres**. 6ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019b.

FOZ DO IGUAÇU (Município). **Decreto n. 23905, de 26 de junho de 2015**. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/decreto/2015/2391/23905/decreto-n-23905-2015-nomeia-a-comissao-organizadora-da-1a-conferencia-municipal-de-politicas-publicas-e-direitos-humanos-de-lesbicas-gays-bissexuais-travestis-e-transsexuais-lgbt?q=lgbt> > Acesso em 23 de abr. de 2020.

FOZ DO IGUAÇU (Município). **Decreto n. 27387, de 12 de julho de 2019**. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/decreto/2019/2739/27387/decreto-n-27387-2019-dispoe-sobre-a-constituicao-do-conselho-municipal-de-promocao-da-igualdade-racial-compir-do-municipio-de-foz-do-iguacu?q=casa%20de%20malh%FA> > Acesso em 23 de abr. de 2020.

FOZ DO IGUAÇU (Município). **Lei n. 2.718, de 23 de dezembro de 2002 (revogada)**. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2002/271/2718/lei-ordinaria-n-2718-2002-dispoe-sobre-as-penalidades-a-pratica-de-discriminacao-em-razao-de-orientacao-sexual-e-da-outras-providencias>> Acesso em 23 de abr. de 2020.

FOZ DO IGUAÇU (Município). **Lei n. 4701, de 18 de março de 2019**. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2019/470/4701/lei-ordinaria-n-4701-2019-revoga-a-lei-n-2718-de-23-de-dezembro-de-2002-que-dispoe-sobre-as-penalidades-a-pratica-de-discriminacao-em-razao-de-orientacao-sexual-e-da-outras-providencias>> Acesso em 23 de abr. de 2020.

FOZ DO IGUAÇU. Primeira Vara da Fazenda Pública da comarca de Foz do Iguaçu. Mandado de Segurança n.0010187-58.2020.8.16.0030. Impetrante: Associação Comercial e Empresarial de Foz do Iguaçu. Impetrado: Prefeito do Município de Foz do Iguaçu. Indeferida a Petição Inicial. 18 de abril de 2020.

FREIRE, Lucas de Magalhães. **A máquina da cidadania: uma etnografia sobre a requalificação civil de pessoas transexuais**. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2015. Disponível em: < https://www.academia.edu/11873996/A_M%C3%A1quina_da_Cidadania_uma_etnografia_sobre_a_requalifica%C3%A7%C3%A3o_civil_de_pessoas_transexuais > Acesso em 26 de jul. de 2019.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George (editores). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7a ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GIORGI, Beatriz Monico; BARBOSA, Kelly Taciane da Costa; BORGES, Fabiana Silva. Transexuais no mercado de trabalho: estudo sobre a representatividade nos ambientes formais de trabalho. **Revista Factus de Administração e Gestão**, Uberaba, MG, v.1, n 2, p. 156-173, 2017. Disponível em: < <https://pdfs.semanticscholar.org/ae6e/7abaa51dcbbb47c533ed122e4c861e236746.pdf> > acesso em 29 de jun. de 2019.

GLANZNER, Cecília Helena; OLSCHOWSKY, Agnes; KANTORSKI, Luciane Prado. O trabalho como fonte de prazer: avaliação da equipe de um Centro de Atenção Psicossocial. **Revista Escola de Enfermagem da USP**, v.45, n.2, p.716-721, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/CMJKbNqQT3p4tWDgcrGTRTc/?format=pdf> >. Acesso em 12 de nov. de 2021.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GRANT, Carolina. **Direito, bioética e transexualidade: um estudo sobre os limites e as possibilidades de ampliação da tutela jurídica das experiências *trans****. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2015. Disponível em: < <https://pdfs.semanticscholar.org/ae6e/7abaa51dcbbb47c533ed122e4c861e236746.pdf> > Acesso em 15 de out. de 2019.

GRAY, David Ed. **Pesquisa no mundo real**. Porto Alegre: Penso, 2012.

GRIMSON, Alejandro. Vivências do Estado como Alteridade: Imagens cruzadas na fronteira argentino-brasileira. In: FRIGERIO, Alejandro; RIBEIRO, Gustavo Lins. **Argentinos e Brasileiros: encontros, imagens e estereótipos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: Do “fim dos territórios” à Multiculturalidade**. – 5ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HARTMANN, Jennifer Morel. Transições e resistências: empregabilidade de mulheres trans e travestis em Florianópolis. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2017. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/180448>>. Acesso em 10 de mai. de 2020.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

HALPERIN, David M. Is there a history of sexuality? **History and Theory**, Middletown, CT, v. 28, n. 3, p.257-274, Oct. 1989. Disponível em: < <https://www.jstor.org/stable/2505179> > Acesso em 15 de set. de 2019.

_____. The normalization of queer theory. **Journal of Homosexuality**, [S.l.], v. 45, n. 2, p. 339-343, 2003. Disponível em: < https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1300/J082v45n02_17?journalCode=wjhm20 > Acesso em 20 de fev. de 2020.

IBGE. **População de Foz do Iguaçu no último censo**. 2010. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/foz-do-iguacu/panorama> > Acesso em 23 de abr. de 2020.

_____. **Trabalho e Rendimento em Foz do Iguaçu**. 2017. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/foz-do-iguacu/panorama> > Acesso em 23 de abr. de 2020.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. A classe operária tem dois sexos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v.2, n.3, p.93-100, 1994. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16291>>. Acesso em 15 de mar. de 2021.

_____. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v.37, n.132, p.595-609, set./dez. 2007. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 17 de mar. de 2021.

JESUS, Bento Manoel de. **Campanha pela despatologização da transexualidade no Brasil: seus discursos e suas dinâmicas**. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade

Federal de Goiás, Goiânia/GO, 2013. Disponível em: < <https://www.jstor.org/stable/2505179> > Acesso em 19 de set. de 2019.

JESUS, Hudson André de. **Preconceito e discriminação social:** a realidade de travestis e transexuais no acesso e permanência no trabalho. 2019. Dissertação (Mestrado em Medicina) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2019. Disponível em: < https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/31059/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Preconceito%20e%20discrimina%C3%A7%C3%A3o%20social.pdf > Acesso em 20 de jul. de 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero:** conceitos e termos / Jaqueline Gomes de Jesus. Brasília, 2012. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_SOBRE_IDENTIDADE_DE_G%C3%8ANERO_CONCEITOS_E_TERMOS_2%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o.pdf?1355331649> Acesso em 10 de ago. de 2020.

_____. O conceito de heterocentrismo: um conjunto de crenças enviesadas e sua permanência. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v.18, n. 3, p. 363-372, set./dez. 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/28931/1/a03v18n3.pdf>>. Acesso em 09 de ago. de 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Chronos**, Natal, Rio Grande do Norte, v.11, n. 2, p.8-19, nov. 2012. Disponível em:< <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150/pdf>>. Acesso em 09 de ago. de 2020.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Educação e homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo. In:_____. **Diversidade sexual na educação:** problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, UNESCO, 2009.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo.** 10ª ed. rev., atual., e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

KAFFER, Karen Ketlin; RAMOS, Felipe Gerais; ALVES, Alvaro Luis; TONON, Leonardo. A transexualidade e o mercado formal de trabalho: principais dificuldades para a inserção profissional. **Anais do IV CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS.** Porto Alegre, RS: SBEO, 2016. Disponível em: <<https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/view/52>>. Acesso em 15 de ago. de 2021.

KANDO, Thomas. **The transsexual phenomenon in a changing culture.** 2016. Disponível em < http://tomkando.com/professional_publications.shtml > Acesso em 20 de set. de 2019.

KENSKI, Vani Moreira. Memória e Ensino. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n.90, p.45-51, 1994. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/891>>. Acesso em 10 de jan. de 2021.

KIMMEL, Michael. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-117, 1998. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ha/a/B5NqQSY8JshhFkpgD88W4vz/?lang=pt&format=pdf> >. Acesso em 12 de set. de 2021.

KLEINSCHMITT, Sandra Cristiana; AZEVEDO, Paulo Roberto; CARDIN, Eric Gustavo. A Tríplice Fronteira internacional entre Brasil, Paraguai e Argentina: contexto histórico, económico e social de um espaço conhecido pela violencia e pelas práticas ilegais. **Revista Perspectiva Geográfica**, v.8, n.9, 2014. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/9383>>. Acesso em: 17 set. 2021.

KULICK, Don. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LALANDA, Piedade. Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica. **Análise Social**, Lisboa, PT, v. 33, n. 148, p. 871-883, 1998. Disponível em: < <https://www.jstor.org/stable/41011346?seq=1> > Acesso em 15 de abr. de 2020.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2014. Disponível em: < https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/31059/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Preconceito%20e%20discrimina%C3%A7%C3%A3o%20social.pdf > Acesso em 20 de jun. de 2019.

_____. Por que tenho medo de lhe dizer quem sou? In: **Corpo, gênero e sexualidade: resistência e ocupa(ções) nos espaços de educação.**/ organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.]. – Rio Grande: Ed. Da FURG, 2018.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LAURENTI, Ruy. Análise da informação em saúde: 1893-1993, cem anos da Classificação Internacional de Doenças. **Revista de saúde pública**, São Paulo, SP, v. 25, n. 6, p. 407-417, 1991. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v25n6/01.pdf> > Acesso em 15 de ago. de 2019.

LEITE JÚNIOR, Jorge. **Nossos corpos também mudam: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico**. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/SP, 2008. Disponível em: < <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/3992/1/Jorge%20Leite%20Junior.pdf> > Acesso em 16 de ago. de 2019.

LICCIARDI, Norma; WAITMANN, Gabriel; OLIVEIRA, Matheus Henrique Marques de. A discriminação de mulheres travestis e transexuais no mercado de trabalho. **Revista Científica Hermes**, Osasco, SP, v.14, p. 201-221, jul./dez. 2015. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5278821&orden=0&info=link> > Acesso em 15 de ago. de 2019.

LIMA, Luiza Ferreira. **A “verdade” produzida nos autos: uma análise de decisões judiciais sobre a retificação de registro civil de pessoas transexuais em Tribunais brasileiros.** 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2015. Disponível em: < https://www.teses.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=11&Itemid=76&lang=pt-br > Acesso em 20 de ago. de 2019.

LIMA, Márcia. **O uso da entrevista na pesquisa empírica.** In: Sesc São Paulo/CEBRAP, Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: bloco qualitativo. São Paulo, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação.** Uma perspectiva pós-estruturalista – Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

_____. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. Pedagogias da sexualidade. In: **O corpo educado: pedagogias da sexualidade/** Guacira Lopes Louro (organizadora) – Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LUSTOSA, Tertuliana. Manifesto traveco-terrorista. Revista Concinnitas, Rio de Janeiro, ano 17, v. 01, n. 28, p. 385-409, set. 2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/concinnitas/article/download/25929/18560>>. Acesso em 18 de ago. de 2020.

MAFFESOLI, Michel. **Elogio da razão sensível.** Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Saturação.** São Paulo: Iluminuras: 2010.

MAFFESOLI, Michel; ICLE, Gilberto. Pesquisa como conhecimento compartilhado: uma entrevista com Michel Maffesoli. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.36, n. 2, p. 521-532, mai./ago. 2011. Disponível em:< <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150/pdf>>. Acesso em 25 de mar. de 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** São Paulo: N-1 edições, 2018

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. **Portaria n. 2803, de 19 de dezembro de 2013.** Brasília, 2013. Disponível em: < https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html >. Acesso em 15 de nov. de 2021.

MOIRA, Amara. **E se eu fosse pura.** São Paulo: Hoo, 2018.

MOURA, Ismarina Mendonça de; MILANEZ, Milton. Políticas de morte: o corpo do sujeito trans na pandemia. **Revista Humanidades e Inovação**, v.7, n.27, p.149-162, 2020.

MONEY, John. **Gay, straight and in between.** New York: Prometheus Books, 1988.

MISKOLCI, Richard. A teoria Queer e a questão das diferenças: por uma analítica da normalização. **Anais do 16º Congresso de Leitura do Brasil**. Campinas, SP: UNICAMP, 2007. p. 1-19. Disponível em: < http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/prog_pdf/prog03_01.pdf > Acesso em 30 de mar. de 2019.

_____. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, RS, ano 11, n. 21, p.150-182, jan./jun. 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/08.pdf> > Acesso em 30 de mar. de 2019.

_____. **Desejos Digitais**: uma análise sociológica da busca por parceiros online. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

_____. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à ‘ideologia de gênero’. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 53, 2018. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200402&lng=pt&nrm=iso > Acesso em 20 de mar. de 2019.

MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. **Gênero**, Niterói, RJ, v. 7, n.2, p. 257-269, jan./jun. 2007. Disponível em: < <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30980> > Acesso em 30 de mar. de 2019.

_____. **Discursos fora da ordem**: sexualidades, saberes e direitos. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2012. Disponível em: < https://www.academia.edu/38919588/Discursos_fora_da_ordem_Sexualidades_Saberes_e_Direitos > Acesso em 28 de mar. de 2019.

MISKOLCI, Richard; LEITE JÚNIOR, Jorge. **Diferenças na Educação**: outros aprendizados. São Carlos: Edufscar, 2014. Disponível em: < https://www.academia.edu/38919588/Discursos_fora_da_ordem_Sexualidades_Saberes_e_Direitos > Acesso em 26 de mar. de 2019.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n.3, p. 725-747, set/dez, 2017. Disponível em: < https://www.academia.edu/38919588/Discursos_fora_da_ordem_Sexualidades_Saberes_e_Direitos > Acesso em 25 de mar. de 2019.

MISKOLCI, Richard; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Quem tem medo de Judith Butler? A cruzada moral contra os direitos humanos no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 53, 2018. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200400&lng=pt&nrm=iso > Acesso em 20 de mar. de 2019.

MONAKALI, Esethu. Queering gender identity work: a life history of a black transgender woman. **Gender Questions**, PRETORA, SA, v. 5, n. 1, p. 1-18, 2017. Disponível em: < <https://journals.co.za/content/journal/genderq> > Acesso em 10 de abr. de 2020.

MORAES, Rodrigo Bombanati de Souza; OLIVEIRA, Marco Antonio Gonsales de; ACCORSI, André. **Uberização do trabalho:** a percepção dos motoristas de transporte particular por aplicativo. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, v.6, n.3, 2019. Disponível em: <<https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/216>>. Acesso em 16 de ago. de 2021.

NAMASTE, Viviane Ki. *Genderbashing. Sexuality, Gender, and the Regulation of public space.* In: STRYKER, Susan; WHITTLER, Stephen. **The transgender studies reader.** Routledge: New York, p. 584-600, 2006.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro; CUNHA, Frederico Rotta da. A pandemia da Covid-19 em regiões transfronteiriças: primeiras aproximações. **Revista MERCOSUR de políticas sociais**, v.4, p.14-28, 2020. Disponível em: <https://virtual.unju.edu.ar/pluginfile.php/264027/mod_folder/content/0/Pandemia%20COVID%2019%20e%20as%20regi%C3%B5es%20transfronteiri%C3%A7as.pdf?forcedownload=1>. Acesso em 19 de mai. de 2021.

OLIVEIRA, André Lucas Guerreiro. Os homens transexuais brasileiros e o discurso pela (des)patologização da transexualidade. In: **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero**, 10, Florianópolis, 2013. Disponível em <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384804329_ARQUIVO_AndreLucasGuerreiroOliveira.pdf> Acesso em 19 de ago. 2021.

OLIVEIRA, Maria Isabel Zanzotti de. **Nas margens do corpo, da cidade e do Estado:** Educação, saúde e violência contra travestis. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200402&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 15 de jun. de 2019.

OLIVEIRA, Ester Mascarenhas. **Laços e embaraços do cotidiano: Representações sociais de enfermeiras sobre as travestis.** 2016. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/21081?mode=full>> Acesso em 20 de jul. de 2019.

OLIVEIRA, Vânia Braz; SILVA, Márcio Augusto. Empresas e marcas se voltam para a causa LGBT, In: **Anais do INIC**, 2017. Disponível em: <www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2017/anais/arquivos/RE_0882_0519_01.pdf>. Acesso em 16 de nov. de 2021.

OSORIO, Jaime. Biopoder y biocapital: El trabajador como moderno homo sacer. **Argumentos**, México, ano 19, n. 52, p. 77-98, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/argu/v19n52/v19n52a5.pdf>> Acesso em 25 de fev. de 2019.

PADILHA, Norma Sueli. **Do meio ambiente ao trabalho equilibrado.** São Paulo: LTr, 2002

PAHL, Ray. **Depois do sucesso:** ansiedade e identidade *fin de siècle*. São Paulo: UNESP, 1997.

PAULILO, Maria Angela Silveira. A pesquisa qualitativa e a história de vida. **Serviço Social em Revista**, Londrina, PR, v.2, n. 2, p. 135-148, jul./dez. 1999. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/n1v2.pdf#page=135> > Acesso em 10 de abr. de 2020.

PELÚCIO, Larissa. **Três casamentos e algumas reflexões**: notas sobre conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 14, n. 2, p.522-534, mai./ago. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.org.mx/pdf/argu/v19n52/v19n52a5.pdf> > Acesso em 25 de set. de 2019.

_____. **Nos nervos, na pele, na carne**: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.org.mx/pdf/argu/v19n52/v19n52a5.pdf> > Acesso em 16 de jun. de 2019.

PELÚCIO, Larissa; DUQUE, Tiago. “Depois, querida, ganharemos o mundo”: reflexões sobre gênero, sexualidade e políticas públicas para travestis adolescentes, meninos femininos e outras variações. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, CE, v.44, n. 1, jan./jun. 2013. Disponível em: < <http://www.scielo.org.mx/pdf/argu/v19n52/v19n52a5.pdf> > Acesso em 18 de jun. de 2019.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, RJ, v. 5, n. 10, p. 200-212, jul./dez. 1992. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080> > Acesso em 15 de mar. de 2019.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, significados e interpretação nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, RJ, v.1, n. 2, p. 59-72, 1996. Disponível em: < https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819739/mod_resource/content/1/PORTELLI%2C%20Alessandro%20E2%80%93%20A%20Filosofia%20e%20os%20fatos.pdf > Acesso em 15 de mai. de 2019.

_____. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, SP, v. 14, p. 25-39, jan./jun 1997. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11233/8240> > Acesso em 16 de mai. de 2019.

PORTO, Alexandre Vidal. **Sérgio Y. vai à América**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

POUPART, Jean. **A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas**. In: POUPART, Jean et al A pesquisa qualitativa: enfoque epistemológicos e metodológicos. 3ª ed. – Petrópolis: Vozes, 2012.

POZZOBON, Mari Luana da Conceição. **Micro influenciadores digitais**: um estudo sobre estratégias de relacionamento na sociedade midiaticizada. 2018. Trabalho de conclusão de cursos (Bacharelado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/PR, 2018. Disponível em: < [Micro influenciadores digitais: um estudo sobre estratégias de relacionamento na sociedade midiaticizada | Manancial - Repositório Digital da UFSM](#) >. Acesso em 15 de set. de 2021.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual:** práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 2014.

_____. **Letter from a trans man to the old sexual regime.** 2018. Disponível em <<https://www.textezurkunst.de/articles/letter-trans-man-old-sexual-regime-paul-b-preciado/>> Acesso em 15 de out. de 2019.

REGO, Francisco Cleiton Vieira Silva do. **Viver e esperar viver:** corpo e identidade na transição de gênero de homens trans. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/browse?type=author&value=Rego%2C+Francisco+Cleiton+Vieira+Silva+do>> Acesso em 19 de jun. de 2019.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação Social**, Campinas, v.38, n.138, p.9-26, 2017. Disponível em: <[SciELO - Brasil - IDEOLOGIA DE GÊNERO: UMA FALÁCIA CONSTRUÍDA SOBRE OS PLANOS DE EDUCAÇÃO BRASILEIROS IDEOLOGIA DE GÊNERO: UMA FALÁCIA CONSTRUÍDA SOBRE OS PLANOS DE EDUCAÇÃO BRASILEIROS](#)>. Acesso em 13 de ago. de 2021.

ROCON, Pablo Cardozo; RODRIGUES, Alexandre; SODRÉ, Francis. Regulamentação da vida no processo transexualizador brasileiro: uma análise sobre a política pública. **Revista Katál**, Florianópolis, SC, v. 19, n. 2, p. 260-269, jul./set., 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/download/1414-49802016.00200011/33082>> Acesso em 15 de jun. de 2019.

RODRIGUES, Jesus Guilherme de Moraes; SEVERO, Christian Guimarães. Inserção de transexuais na cidade de Bagé/RS: um estudo de caso. **Anais do 14º CONGREGA MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**. Bagé, RS: URCAMP, 2017. Disponível em: <<http://revista.urcamp.tche.br/index.php/congregaanaismic/article/view/1373>> Acesso em 15 de abr. de 2020.

ROJAS, Eveline Gama. **Dando a vida a bonecas de papel:** reflexões sobre as transexualidades na cidade do Recife. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/15649>> Acesso em 20 de mai. de 2019.

ROHM, Ricardo Henry Dias; MARTINS, José Otávio Alcantara Lucas; VALUANO, Gabriel de Souza. Compromisso com a diversidade ou gestão da imagem? Uma análise das empresas filiadas ao fórum de empresas e direitos LGBTI+. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v.8, n.2, p.339-382. 2021. Disponível em: <[COMPROMISSO COM A DIVERSIDADE OU GESTÃO DA IMAGEM? UMA ANÁLISE DAS EMPRESAS FILIADAS AO FÓRUM DE EMPRESAS E DIREITOS LGBTI+ | Rohm | Revista Brasileira de Estudos Organizacionais \(emnuvens.com.br\)](#)>. Acesso em 16 de set. de 2021.

RUBIN, Gayle. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política e da sexualidade. In: **Repositório Institucional UFSC**. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1582> > Acesso em 17 de jun. de 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 16, p. 115-136, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100007&lng=pt&nrm=iso Acesso em 18 de ago. de 2019.

SAMPAIO, J.V.; DE CAMPOS AVARCA, C.A. (Sida)dania e saúde de travestis e transexuais. **Vivência: Revista de Antropologia**, Natal, RN, v.1, n. 48, p. 59-73, mar. 2017. Disponível em: < <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/11500/8092> > Acesso em 28 de mai. de 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos Santos. **Docência trans***: entre a decência e a abjeção. 2017 (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2017. Disponível em: < [Docências trans : entre a decência e a abjeção \(ufpr.br\)](http://docencias.trans.ufpr.br) >. Acesso em 15 de ago. de 2021.

SANTOS, Maria de Fátima Lima. **Ni todas las chicas son chicas**: alteridade e gênero no cinema de Pedro Almodóvar. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, 2002.

SANTOS, Tiago Zeferino dos. **Quando o “estranho” resolve se aproximar**: a presença da professora transexual e as representações de gênero e sexualidade no ambiente escolar. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão/SC, 2015. Disponível em: < http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNISUL-0_83ffe03639af498f410767ce852bdac2 > Acesso em 18 de jul. de 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, RS, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721> > Acesso em 18 de mai. de 2019.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A Epistemologia do Armário. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 28, p.19-54, 2007. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100003&lng=pt&nrm=iso > Acesso em 19 de out. de 2019.

_____. **Between Men**: English Literature and Male Homosocial Desire. New York: Columbia University Press, 1985.

SILVA, Aline Pacheco. et al. “Conte-me sua história”: reflexões sobre o método de história de vida. **Mosaico**, Belo Horizonte, MG, v. 1, n. 1, p. 25-35, 2007. Disponível em: <

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/mosaico/article/download/6224/3816> > Acesso em 11 de abr. de 2020.

SILVA, Andréa Stefani Peixoto da. **As mulheres de fato e a obrigatoriedade da submissão ao que se nomeia de transexualidade:** dilemas de identidade. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: < <https://repositorio.unb.br/handle/10482/19035> > Acesso em 14 de mai. de 2019.

SIQUEIRA, Mônica Soares. **Sou senhora:** um estudo antropológico sobre travestis na velhice. 2004. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/87032>>. Acesso em 10 de jan. de 2021.

STJ. RECURSO ESPECIAL: REsp 1626739 RS 2016/0245586-9. Relator: Ministro Luis Felipe Salomão. DJ: 09/05/2017. **JusBrasil**, 2017. Disponível em < <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/484087877/recurso-especial-resp-1626739-rs-2016-0245586-9?ref=serp>> Acesso em 20 fev. 2020.

STOLLER, Robert. **A experiência transexual.** Rio de Janeiro: Imago, 1982.

STRYKER, Susan. **Transgender History:** the roots of today's revolution. Second edition. Berkeley: Seal Press, 2017.

TAYLOR, S.J.; BOGDAN, R. **Introducción a los métodos cualitativos de investigación.** Barcelona: Paidós, 1987.

THOMAS, W.I.; ZNANIECKI, Florian. **The Polish Peasant in Europe and America 1.** New York: Dover Publications, 1958.

TOBBEL, Dominique; KANDO, Thomas. **Interview with Thomas Kando.** University of Minnesota. 2011. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/11299/123858> > Acesso em 20 de out. de 2019.

VALE, Alexandre Fleming Câmara. **O vôo da beleza:** travestilidade e devir minoritário. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2005. Disponível em: <[tese_alexandre_fleming_camara_vale\(ufc.br\)](tese_alexandre_fleming_camara_vale(ufc.br))>. Acesso em 10 de out. de 2020.

VALLADARES, Licia. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, v. 22, n. 63, fev. 2007.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes:** uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19685/1/VERGUEIRO%20Viviane%20->

%20Por%20inflexoes%20decoloniais%20de%20corpos%20e%20identidades%20de%20genero%20inconformes.pdf>. Acesso em 17 de nov. de 2020.

VASCO, Marcela Roberta Guimarães. **Imagens Trans:** as relações de transexuais com suas fotografias de infância. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos/SP, 2015. Disponível em: < <http://www.repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/47553/marcela-roberta-guimaraes-vasco.pdf?sequence=1&isAllowed=y> > Acesso em 17 de abr. de 2019.

VIANNA, Cláudia Pereira. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. **Próposições**, Campinas, SP, v.23, n. 2, p. 127-143, mai./ago. 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pp/v23n2/a09v23n2> > Acesso em 10 de abr. de 2019.

VIEIRA JÚNIOR, Luiz Augusto Mugnai. **“Quantas curtidas merece essa trans?”:** a recepção da transexualidade nas mídias digitais. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Marília/SP, 2018. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pp/v23n2/a09v23n2> > Acesso em 14 de set. de 2019.

WARNER, Michael. (editor) **Fear of a Queer Planet: Queer Politics and Social Theory.** Minneapolis/London, University of Minnesota Press, 1993.

_____. **The trouble with Normal: Sex, Politics, and Ethics of Queer Life.** New York: Free Press, 1999.

WEEKS, Jeffrey. **Sex, politics and society: the regulation of sexuality since 1800.** Third edition. New York: Routledge, 2012.

_____. **La incertidumbre parece ser el concepto dominante en nuestro tempo.** Entrevistador Alejandro Brito, 2016. Disponível em: < <https://www.pagina12.com.ar/diario/dialogos/21-292484-2016-02-15.html> > Acesso em 19 de out. de 2019.

WELTER, Viviane da Silva. **A hospitalidade e o controle na fronteira entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina sob a perspectiva do turista brasileiro.** 2018. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu/PR, 2018. Disponível em:< [Viviane Silva Welter 2018.pdf \(unioeste.br\)](#)>. Acesso em 17 de nov. de 2021.

ANEXOS
ANEXO A – QUESTIONÁRIO

1. Por qual nome gostaria de ser referido?
2. Qual é sua nacionalidade?
3. Qual é a sua idade?
4. Quanto ao gênero, como você se identifica?
5. Quanto à raça/cor de pele, como você se identifica?
6. Qual é o seu grau de escolaridade?
7. Há quanto tempo está no seu atual emprego?
8. Onde você mora?

ANEXO B – ROTEIRO DA ENTREVISTA

TEMAS	PERGUNTAS-CHAVES	PERGUNTAS
INFÂNCIA	<i>Como você descreveria sua infância?</i>	INÍCIO – Primeiras lembranças? Onde você nasceu?
		FAMÍLIA – Como era sua família? O que seus pais faziam? Com quem residia?
		VIDA ESCOLAR – Fale sobre sua escola.
ADOLESCÊNCIA	<i>Como foi sua adolescência?</i>	EXPECTATIVAS – Quais eram suas expectativas em relação à vida adulta?
		GÊNERO – Como você vivenciava seu gênero nesse período?
		RELACIONAMENTOS – Como você vivenciava sua afetividade? Saía com amigos? Namorava?
TRAJETÓRIA LABORAL		TRABALHO – Quando você começou a se preocupar com trabalho?
		PRIMEIRO EMPREGO – Poderia contar sobre seu primeiro emprego?
		DESEMPREGO – Você já esteve desempregado? Como foi esse período?

	<i>Em quais termos você definiria sua trajetória laboral?</i>	TRABALHO INFORMAL – Você já desempenhou alguma atividade remunerada sem vínculo empregatício? No que consistia?
TRABALHO ATUAL	<i>Fale sobre seu trabalho atual</i>	CONTRATAÇÃO – Descreva como foi seu processo de contratação;
		FUNÇÃO – Qual função você desempenha?
		EMPREGADOR – Como é sua relação com seu empregador?
		COLEGAS – Como é a convivência com seus colegas de trabalho?
		TRANSFOBIA – Houve algum momento no qual sua identidade gênero foi hostilizada?
		ASPECTOS POSITIVOS – Gostaria de falar algum aspecto positivo de seu local de trabalho?
		ASPECTOS NEGATIVOS – Gostaria de ressaltar algum aspecto negativo de seu local de trabalho?
TRABALHAR EM FOZ DO IGUAÇU	<i>O que você pensa sobre o trabalho em Foz do Iguaçu?</i>	MERCADO DE TRABALHO IGUAÇENSE – Como você percebe o mercado de trabalho em Foz do Iguaçu? Quais os aspectos positivos e negativos?
		FRONTEIRA – Você consideraria o mercado de trabalho em Foz do Iguaçu peculiar devido ao contexto fronteiriço? Em quais aspectos?
		TRABALHO NO EXTERIOR – Você já considerou trabalhar ou realizar alguma atividade na Argentina ou Paraguai?
		ESTRANGEIROS – Qual a sua opinião sobre estrangeiros que trabalham em Foz do Iguaçu?
TÓPICOS DE INTERESSE	<i>Poderia comentar sobre os seguintes tópicos?</i>	TRABALHO – O que você entende por trabalho? Como considera a relação de pessoas trans com o mercado de trabalho?
		GÊNERO – Como você definiria “gênero”? Você considera a discussão sobre gênero relevante? Quais tópicos você acredita serem mais importantes no debate sobre gênero?

		<p>VIOLÊNCIA – Para você, quais as piores formas de violência? Você diria que a violência faz parte do seu cotidiano?</p>
		<p>TRANSEXUALIDADE – Como você a definiria? Você considera que há características comuns a toda pessoa trans? Por que pensa desse modo? Já ouviu falar da CID da OMS? O que sabe sobre essa classificação? Julga necessário incluir a transexualidade na CID?</p>
		<p>TRANSFOBIA – O que você entende por transfobia? Qual foi a primeira vez em que ouviu o termo? Como lida com ela? Você sente que sofre segregação em razão do seu gênero?</p>
		<p>PROSTITUIÇÃO – Qual é sua relação com a prostituição? Você convive ou conhece alguém que se prostituí? Quais aspectos positivos e negativos você percebe nessa atividade? Você considera que há fatores que levam alguém a se prostituir? Quais seriam?</p>

Fonte: tópicos elaborados pela autora